

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

VERONICA TAVARES DE FREITAS

“Meu partido é o Brasil”: a ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos
brasileiros (2011 – 2019)

Versão corrigida

São Paulo
2023

Veronica Tavares de Freitas

“Meu partido é o Brasil”: a ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos
brasileiros (2011 – 2019)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Alonso

Versão corrigida

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F862? Freitas, Veronica
"Meu partido é o Brasil": A ascensão do movimento
pela intervenção militar nos protestos brasileiros
(2011 - 2019) / Veronica Freitas; orientadora Angela
Alonso - São Paulo, 2023.
269 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Movimento Intervencionista. 2. Extrema-direita.
3. Intervenção Militar. 4. Protestos. 5. Movimentos
Sociais. I. Alonso, Angela, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Veronica Tavares de Freitas****Data da defesa: 08/03/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Angela Maria Alonso**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/07/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Aprovada em: 08/03/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Brasílio João Sallum Junior

Instituição: FFLCH – USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

Prof. Dra. Marisa Von Büllow

Instituição: UNB

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Instituição: UFRGS

Julgamento: Aprovada

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi fruto de cinco anos de dedicação, durante os quais recebi a colaboração e apoio de muitas pessoas. Registro aqui meus agradecimentos, a todos que tornaram este trabalho possível.

Em primeiro lugar, Angela Alonso, que aceitou o pedido de orientação e marcou o início dessa caminhada, concretizada após a aprovação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Ao me mudar do Rio de Janeiro para São Paulo, fui recebida por Isabelle, Mariana, Andressa e Heitor, com os quais partilhava as angústias e prazeres do cotidiano. Júnia, Celso, Deborah, Tiago, Victória e Fran também estão entre aqueles que me acolheram na nova morada.

No Programa, participei das disciplinas de Maria Helena Oliva Augusto, Fernando Pinheiro, Edison Bertoncello, e Brasília Sallum. Foi um período de grande aprendizado de uma sociologia viva e desafiadora. Nesse início, também iniciei nos encontros do grupo de orientandos da professora Angela Alonso, bem como nos espaços do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Com Rafael de Souza, Hellen Guicheney, Viviane Souza, Lilian Sendretti, Maria Mercedes Azevedo, Patrícia Rezende, Jéssica Höring, Ellen Elsie, Leonardo Nóbrega, Pedro Feitoza, Euzeneia Carlos, Rafael Barifouse e tantos outros, pude me aprofundar na produção científica nacional. A professora Débora Maciel também foi uma importante referência nesta etapa.

No início do doutorado, as trocas com os colegas de turma também foram marcantes. Além disso, ajudaram-me sobremaneira os conselhos de Thamires Regina Sarti, que começou nessa caminhada antes de mim. Da mesma forma, as conversas com Katharine Diniz também me possibilitaram abrir as perspectivas para a produção acadêmica. No período da qualificação, recebi, ainda, o apoio de Isabel Xavier, na minha volta para o Rio de Janeiro. E no período de escrita da tese, contei com a sempre grande generosidade de Álvaro Neiva, por quem guardo um profundo carinho.

No auge da pandemia, pude partilhar momentos de felicidade, que tornaram esse momento um pouco mais leve. As fugas com Isabel, João Paulo, Tiago, Paloma, Ingrid, Juliana, Antônio, Otto, Mariana, José, Henrique, Thamires, Daniel, Diogo, Renata, Cecília, Lohan e Andressa foram necessárias para passar por esse amargo período. Na época, entre 2020 e 2021, trabalhei em projetos do Instituto Vladimir Herzog, o que foi um divisor na compreensão do ativismo por Memória, Verdade e Justiça. Ou seja, daqueles que ocupavam o outro lado da trincheira frente aos intervencionistas, aqui estudados. Destaco os aprendizados com Rogério Sotilli e Lucas Paolo Vilalta, os quais me mostraram o árduo caminho dos que pleiteiam memórias silenciadas da nossa história. Nesse aspecto, as trocas com Gabriel Souza Bastos, que estuda a ditadura civil-militar e com quem estudei na graduação, foram muito ricas. Por meio de sua indicação, fiz como ouvinte uma matéria com Leonilde Medeiros, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), com quem aprendi muito e também registro os agradecimentos.

Agradeço também àqueles que cederam seus depoimentos para essa pesquisa. Confiaram a mim a declaração de suas experiências e percepções como intervencionistas e foram fundamentais para a construção do argumento desenvolvido: José Geraldo Quartim Barbosa, do grupo União Nacionalista Democrática (UND); David Salomão, que em 2017 era vereador do Partido Trabalhista Cristão (PTC) de Vitória da Conquista, na Bahia, e financiou outdoors com pedidos de intervenção militar; e o empresário Piero Pagni, liderança de uma das reedições da Marcha da Família de São Paulo, de 2014.

O período de revisão foi o de maior ajuda diretamente no texto. Desse momento, destaco a revisão do banco de dados por Rafael de Souza, e a colaboração com a construção dos gráficos do capítulo 4 e 5 por Helder Espírito-Santo e Carolina Tavares de Freitas. Esta também contribuiu com a revisão do texto, com seu trabalho minucioso e brilhante. Na revisão, contei igualmente com meu amigo de longa data, Pedro Pedruzzi, bem como com Carmen Valeria e Álvaro, que leram os textos com atenção e esmero. E meu muito obrigada a todo o apoio e compreensão aos que trabalham atualmente comigo no Instituto Desiderata. Especialmente Raphael Barreto, Renata Couto e Fabíola Leal, por possibilitarem uma nova fase em minha vida e viabilizarem caminhos profissionais diversos.

Para concretizar esse momento final, agradeço imensamente aos membros da Banca, que aceitaram o convite. Brasílio Sallum e Marcelo Kunrath Silva acompanharam desde a qualificação, e Marisa Von Büllow aceitou o convite para a defesa. Os três foram bases importantes para a elaboração desta pesquisa, com os quais dialogo ao longo das páginas sobre a ascensão dos movimentos sociais de nacionalismo autoritário. Agradeço também aos que aceitaram a suplência, Fernando Pinheiro, Débora Maciel, e Euzeneia Carlos. Todos realizam um trabalho sólido nas ciências sociais, contribuindo para a análise dos processos contemporâneos no Brasil e no mundo.

Agradeço a minha orientadora, Angela Alonso, sem a qual esta tese não seria possível. Aprendi muito nessa convivência e vou levar comigo os ensinamentos de uma produção científica consistente. Muito obrigada por aceitar esse papel e por toda a lapidação realizada.

Por fim, agradeço a minha família e amigos. Entre meus parentes, que me acompanham e fortalecem nas diferentes fases, agradeço especialmente meus pais, irmãos e seus cônjuges. Esse núcleo me ensina permanentemente sobre a vida, o respeito a mim e ao outro. São de onde venho e por onde meus passos pisam. E aos meus amigos, aquela família ampliada que escolhi para partilhar as felicidades, que colorem meus dias e constroem comigo o futuro no presente. E meu muito obrigada, final, aos leitores e leitoras desta tese. Foi construída com muito trabalho e pretende contribuir com o olhar sobre o conservadorismo e os movimentos sociais no Brasil. Para que sigamos em mais avanços democráticos, se faz necessário olhar e compreender o clamor daqueles que almejam a violência como caminho.

RESUMO

O crescimento de pedidos públicos pela intervenção dos militares no governo brasileiro tem se tornado um fenômeno notório ao longo dos últimos anos. Baseada na perspectiva da Teoria do Confronto Político, a presente tese analisa como ocorreu a ascensão dessa reivindicação e a ação do movimento social intervencionista nos protestos de rua, desde setembro de 2011, logo antes da publicação da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, até março de 2019, quando o presidente Jair Bolsonaro fechou o primeiro trimestre do seu mandato com a comemoração da ditadura iniciada em 1964. O termo “intervencionista” foi adotado nesta tese para se referir aos ativistas que reivindicam a tutela militar sobre o poder nacional, sendo esta a forma pela qual se autodefinem. Os intervencionistas se mobilizaram como parte do campo patriota, mais amplo, atuando nos protestos de oposição a Dilma Rousseff. Aos poucos, conquistaram autonomia na convocação de mobilizações, difundindo-se durante os protestos pelo *impeachment* presidencial, entre 2015 e 2016. Anteriormente, já haviam realizado mobilizações pela memória da ditadura civil-militar e contra a Comissão Nacional da Verdade, em 2014. Desse modo, durante o período analisado (2011 – 2019), consolidaram-se como um setor próprio na ação contenciosa nacional, revitalizando uma expressão antiga do ativismo brasileiro. Esta tese argumenta que o fenômeno chamado pela literatura nacional de “nova direita” tem raízes mais profundas, com estruturas organizacionais anteriores à conjuntura atual. O nacionalismo autoritário, que parecia ter restado como algo marginal no Brasil desde a redemocratização, mostrou persistência e capacidade de renovação. Como esse processo foi possível, nas interações dos ativistas entre si e com outras arenas sociais, é a questão que guia a tese. A pesquisa empírica consistiu no levantamento de matérias do portal de notícias G1 e na análise das publicações e depoimentos de membros dos grupos intervencionistas. Embora procure abarcar todo o movimento intervencionista, a tese focaliza o grupo de maior atuação no período estudado, “O Pesadelo de Qualquer Político”, analisando as interações na ação confrontacional, os enquadramentos interpretativos utilizados e as performances políticas de rua. Ao reconstruir ações de um movimento intervencionista no Brasil anteriores ao governo Bolsonaro, a tese busca contribuir para a sociologia sobre o processo político brasileiro e para a compreensão do crescimento de movimentos de extrema-direita na conjuntura internacional contemporânea.

Palavras-chave: Movimento Intervencionista; Extrema-direita; Intervenção Militar; Protestos; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The rise of public calls for the intervention of the military in the Brazilian government has become a notorious phenomenon over the late years. Based on the perspective of the Contentious Politics, the present thesis analyzes how the rise of this claim occurred and the action of the interventionist social movement during the street protests since September 2011, just before the publication of the law that created the Comissão Nacional da Verdade (National Commission of the Truth), until March 2019, when President Jair Bolsonaro finished the first three months of his presidential term with the celebration of the Dictatorship which began in 1964. The term "interventionist" was adopted in this thesis to refer to the activists who claim the military guardianship over national power, this being the way in which they define themselves. The interventionists mobilized as part of the patriot field, acting in the protests against Dilma Rousseff. Gradually, they conquered autonomy in promoting mobilizations, spreading their ideas during the protests for the presidential impeachment between 2015 and 2016. Previously, they had already carried out mobilizations for the memory of the civil-military dictatorship and against the National Commission of the Truth, in 2014. Thus, during the period analyzed (2011 - 2019), they became consolidated as a distinct sector in national legal actions, revitalizing an old expression of Brazilian activism. This thesis argues that the phenomenon called "new right" in the national literature has deeper roots, with organizational structures that predate the current conjuncture. Authoritarian nationalism, which seemed to have remained as something marginal in Brazil since the re-democratization, showed persistence and capacity for renewal. How this process was possible, in the interactions of activists among themselves and with other social arenas, is the question that guides the present thesis. The empirical research consisted in a survey of articles from the G1 news portal and in the analysis of publications and testimonials from members of the interventionist groups. Although it tries to encompass the whole interventionist movement, the thesis focuses on the most active group during the studied period, O Pesadelo de Qualquer Político (The Nightmare of Any Politician), analyzing the interactions in the confrontational action, the interpretative framings used, and the political street performances. By reconstructing actions of an interventionist movement in Brazil prior to Bolsonaro government, the thesis aims to contribute to sociology regarding the Brazilian political process and to the understanding of the growth of far-right movements in the contemporary international conjuncture.

Keywords: Interventionist Movement; Far-right; Military Intervention; Protests; Social Movements.

Sumário

Introdução	3
1. A produção nacional sobre movimentos sociais e ação política	5
1.1 - O recorte dos atores	7
1.2 - O recorte etiológico dos processos	10
1.3 - O recorte do processo político	12
2. A ausência da análise do intervencionismo no processo político nacional	16
3. A análise de enquadramentos interpretativos nos protestos	19
4. Recorte empírico e metodologia de pesquisa	23
5. Organização da Tese	25
Capítulo 1. Verdades sufocadas: A disputa da memória sobre as intervenções militares no Brasil.	28
1. As influências do intervencionismo e as trincheiras da memória	29
1.1 - A Memória como arena política	31
1.2 - Vencedores e vencidos da Redemocratização	34
2. A tradição do intervencionismo e o Regime de 1964	36
2.1 - A Doutrina de Segurança Nacional na ditadura civil-militar	40
3. A redemocratização e o “revanchismo” no Brasil	42
4. As primeiras disputas da Memória na redemocratização	45
5. O Governo Lula e o pacto da Anistia	50
5.1 - A pressão internacional e o pacto da Lei de Anistia	59
6. Conclusão	63
Capítulo 2. "Graças a vocês o Brasil não é Cuba": A Comissão Nacional da Verdade e a defesa da intervenção militar no Brasil	65
1. A sanção da Comissão Nacional da Verdade como revanche nacional	67
1.1 - A criação da Comissão Nacional da Verdade	67
1.2 - Reação dos atores à criação da Comissão Nacional da Verdade	70
2. Conflitos em torno do funcionamento da Comissão Nacional da Verdade	72
3. Intervencionistas no ciclo de protestos de junho de 2013	75
4. O intervencionismo explícito	80
4.1 - Os intervencionistas e o resultado das eleições de 2014	87
5. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade	91
5.1 - A disputa da memória de 1964 e as primeiras fagulhas do intervencionismo	94
6. Conclusão	96
Capítulo 3. “Impeachment ajuda, intervenção resolve”: Os protestos de oposição ao governo Dilma Rousseff e a difusão do intervencionismo no Brasil	98
1. O intervencionismo na rua: os grandes protestos no ano de 2015	99
1.1 - A nacionalização dos protestos e o crescimento intervencionista	100
2. As disputas no campo patriota e o crescimento do intervencionismo	108
2.1 - A pretensão constitucional dos pedidos de intervenção militar	112
3. O processo de impeachment de Dilma Rousseff	118
3.1 - Intervencionistas ocupam Brasília	122
3.2 - A continuidade do confronto diante do recebimento do impeachment	126
4. O ano da difusão do intervencionismo no Brasil	128
5. Conclusão	132
Capítulo 4. “O povo quer! Intervenção constitucional militar”: Os intervencionistas no impeachment de Dilma Rousseff.....	134
1. A consolidação de um campo do nacionalismo autoritário brasileiro	135
2. A propaganda intervencionista para os militares nos preparativos do protesto contra Dilma	

Rousseff	140
3. Os intervencionistas no protesto de 13 de março de 2016	143
3.1 - Os intervencionistas no protesto de Copacabana no dia 13 de março de 2016	146
3.2 - A participação dos agentes estatais e a repercussão dos protestos	150
4. A disputa da Memória de 1964	154
5. “Nossa bandeira jamais será vermelha”: A ebulição rumo ao impeachment, o descontentamento das Forças Armadas e o crescimento intervencionista	159
5.1 - Sinais da ampliação do intervencionismo	161
5.2 - O último protesto nacional antes do <i>impeachment</i>	162
6. O Pesadelo de Qualquer Político e a consolidação de redes nacionais intervencionistas	165
6.1 - As diferentes faces do intervencionismo contemporâneo	168
7. O <i>impeachment</i> e a consolidação do intervencionismo no Brasil	175
8. Conclusão	179
Capítulo 5. “Brasil Acima de Tudo”: O intervencionismo renovado nos movimentos sociais e a disputa eleitoral de 2018	181
1. “Impeachment é só o começo”: A permanência do ativismo intervencionista	182
1.1 - Ações intervencionistas	183
1.2 - O campo patriota após o impeachment	186
2. “Brasil acima de tudo”: gritos das ruas e sua relação com o passado autoritário	189
3. Intervencionistas consolidados e reconhecidos por agentes institucionais	193
3.1 - Intervencionistas nas marchas nacionais e a Scuderie Le Cocq	195
3.2 - O uso partidário do tema da intervenção militar	199
3.3 - Intervencionistas e o respaldo das Forças Armadas	201
4. Nova explosão intervencionista em 2018	204
4.1 - O julgamento do habeas corpus de Lula no STF	208
4.2 - A Greve de Caminhoneiros	211
4.3 - Outras formas de ação dos atores intervencionistas	218
5. A vitória de Jair Bolsonaro e a incorporação das pautas das ruas	219
5.1 - O intervencionismo consolidado como um setor dos movimentos sociais	223
6. Conclusão	225
Conclusão.	228
Protocolo de codificação do Banco de Eventos Intervencionistas	234
1. Procedimentos e etapas da coleta de dados	236
1.1 - Busca das palavras-chave	238
1.2 - Seleção de matérias e identificação dos pedidos de intervenção militar	238
1.3 - Classificação dos eventos	243
1.4 - Codificação dos eventos identificados	245
Bibliografia	249
Anexo - Grupos intervencionistas identificados no Brasil no período entre setembro de 2011 a março de 2019	260

Introdução

“Forças Armadas, entrem em ação, façam valer a Constituição”, gritavam os manifestantes, enquanto um grupo menor rezava diante de um altar improvisado para Nossa Senhora.¹

Em janeiro de 2023, ocorreu a invasão do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Cerca de 3.900 manifestantes chegaram na capital do país, em 100 ônibus, e realizaram depredações nos prédios públicos federais. Eles pediam a prisão do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), a volta de Bolsonaro (Partido Liberal – PL) ao poder, e a intervenção militar.

Antes do momento catártico, esses ativistas já se encontravam em processo de mobilização diante do resultado eleitoral, com acampamentos em frente a quartéis de vários estados. Eles não aceitavam a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro e clamavam às Forças Armadas a “restauração da ordem”, praticando atos disruptivos, com carros e ônibus em chamas na capital do país.

Tais episódios não surgiram de repente, resultaram de anos de acúmulo de forças por grupos que defendem a intervenção militar. A presente tese busca entender este ativismo, que demanda a tutela do poder político pelos militares na contemporaneidade. Eles se autointitulam nos protestos como “intervencionistas”, termo que será aqui utilizado por esta razão, não como um conceito.

Anteriormente, apoiadores do ex-presidente já haviam ocupado o espaço público com pedidos de intervenção sob seu comando. Em abril de 2020, aconteceram protestos em vários estados, em torno da reivindicação da volta das Forças Armadas ao comando da nação, com a participação do presidente Jair Bolsonaro no evento de Brasília. Os manifestantes pediam a volta do Ato Institucional nº 5, o mais repressivo da ditadura civil-militar de 1964, visando

¹ Registro da imprensa sobre manifestantes no acampamento de São Paulo, em frente ao Comando Militar do Sudeste, por não aceitarem a derrota de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022 e exigirem uma intervenção militar. “A rotina do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar”. Matéria de 26/12/2022, BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64042482> <Último acesso em 28/12/2022>.

o fechamento do Congresso e a suspensão dos direitos políticos da população². Dias depois, um grupo se instalou no Eixo Monumental da Esplanada dos Ministérios, na capital do país, sob liderança de Sara Winter, autoproclamados “300 do Brasil”. Afirmavam apoiar Bolsonaro, pediam o afastamento dos presidentes da Câmara de Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, e uma “intervenção do povo” por meio das Forças Armadas.³

Ante repetidos eventos com pedidos da tutela militar, os deputados federais se pronunciaram. A Câmara emitiu um parecer, em 03 de junho de 2020, afirmando que essa medida seria incompatível com o ordenamento jurídico estabelecido. Segundo o documento, “Não existe país democrático do mundo em que o Direito tenha deixado às Forças Armadas a função de mediar conflitos entre os Poderes constitucionais ou de dar a última palavra sobre o significado do texto constitucional”.⁴ A interpretação de que o artigo 142 da Carta Magna indicaria uma intervenção em caso de ameaça da Lei e Ordem foi tratada como “fraude ao texto constitucional”.

No entanto, o pronunciamento não arrefeceu a orientação política autoritária dos ativistas, que parecia ser algo marginal no cenário brasileiro desde a redemocratização. Eles seguiram demonstrando força, persistência, e organização.

A presente pesquisa focaliza este intervencionismo contemporâneo, categorizando-o como um movimento social, a partir da Teoria do Confronto Político (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001; ALONSO, 2009). Esta perspectiva enfatiza o caráter relacional e processual da relação entre os ativistas e as instituições. Seu uso nesta tese se deve também à sua visada histórica, que permite reconstruir a ação confrontacional como um fenômeno que ultrapassa a conjuntura, e ao seu caráter não normativo, que ajuda a estudar a ascensão desse setor autoritário entre os movimentos sociais do Brasil, sem julgá-lo.

² “Bolsonaro endossa ato pró-intervenção militar e provoca reação de Maia, STF e governadores”. Matéria de 19/04/2020, El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html> <Último acesso em 28/12/2022>.

³ “Sara Winter: recebi 'orientações' de Heleno para atacar o STF; general nega”. Matéria de 22/11/2021, UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/22/sara-winter-heleno-stf.htm> <Último acesso em 28/12/2022>.

⁴ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/06/parecer.pdf> <Último acesso em 28/12/2022>.

Apesar de existir farta literatura acerca do crescimento contemporâneo do conservadorismo na ação contenciosa, não existe ainda um estudo sobre o processo de renovação do intervencionismo nacionalmente. Também não há estudos de peso que tomem este fenômeno como um movimento social de características próprias. Esta tese se propõe a este desafio, visando a contribuir para o debate sociológico a partir de um estudo em profundidade do intervencionismo como movimento social nacional.

O processo de constituição do intervencionismo é aqui tratado a partir de duas balizas temporais: o desfile militar na efeméride da Independência, em 07 de setembro de 2011, logo antes da publicação da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade; e 31 de março de 2019, quando o governo de Jair Bolsonaro determinou a comemoração oficial do golpe de 1964. Ao longo deste período, as lideranças intervencionistas souberam aproveitar as oportunidades da crise do governo de Dilma Rousseff (PT) e os grandes protestos pelo seu *impeachment* para ampliar o alcance das suas pautas e ganhar adeptos aos grupos organizados. A disputa da memória se revelaria um embate sobre o presente, na discussão do papel das Forças Armadas na democracia. Isto ficou mais visível no governo Bolsonaro, dado o apoio do presidente aos protestos que pediam a volta dos militares ao comando do país.

A base empírica principal desta tese é a imprensa periódica. Procedeu-se uma coleta de dados sobre eventos de protesto intervencionistas no G1, em razão de sua cobertura cotidiana e nacional, com redações locais que auxiliam no registro das manifestações.

1. A produção nacional sobre movimentos sociais e ação política

As últimas décadas foram de intensificação da ação contenciosa no mundo. A sequência de ciclo de protestos desde 2013 no Brasil, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, os Indignados na Espanha, as grandes manifestações em 2019 em Hong Kong, no Chile, no Equador, na Colômbia, são alguns exemplos do confronto político que ocupa as ruas das cidades por todo mundo. O fenômeno se associa a uma ampliação de setores conservadores a nível internacional, cujas lideranças também atuam sob a forma de ação confrontacional (TRAVERSO, 2018).

Em paralelo, a produção sociológica sobre movimentos sociais tem sido intensa neste início de século (AMENTA *et al*, 2010). O conceito de movimentos sociais utilizado nesta tese será o da Teoria de Confronto Político (TCP):

Definimos um movimento como uma campanha sustentada de reivindicação, usando performances repetidas que anunciam a reivindicação, com base em organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades. Mas a maioria das formas de política confrontacional não são movimentos sociais. Os movimentos sociais combinam (1) campanhas sustentadas de reivindicação; (2) uma variedade de apresentações públicas, incluindo marchas, comícios, manifestações, criação de associações especializadas, reuniões públicas, declarações públicas, petições, redação de cartas e lobby; (3) exibições públicas repetidas de volume, unidade, números e comprometimento, por meio de cores, marchas em posições disciplinadas, emblemas esportivos que anunciam a causa, exibindo sinais, cantando slogans e pictografando prédios públicos. Eles recorrem a (4) organizações, redes, tradições e solidariedades que sustentam essas atividades - bases dos movimentos sociais. Tão familiar quanto se tornou para os cidadãos dos países ocidentais, essa combinação de campanhas, performances e exibições só tomou forma algumas centenas de anos atrás, e ainda é raro ou inexistente em grande parte do mundo contemporâneo (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001, p. 18).

A Teoria do Confronto Político, base epistemológica desta tese, foi desenvolvida nos anos 1990, por meio da perspectiva relacional na sociologia política, difundida por Charles Tilly e autores colaboradores (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001). No Brasil, existem esforços profícuos de utilização desse arcabouço na análise da ação contenciosa, é o caso da produção de Alonso (2017); Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015); Bringel e Domingues (2013); e Silva (2018), entre outros.

A sequência de ciclos de protestos no país desde 2013, em conjunto com o aprofundamento da crise política e o crescimento conservador, trouxeram à tona a complexidade entre as ações nas ruas e a esfera estatal. Diante disso, a TCP tem se revelado como um instrumento teórico frutuoso, uma vez que a perspectiva relacional permite identificar imbricações entre movimentos sociais e Estado, na relação de interdependência entre ambos. Além da afirmação da necessidade de análise da interação dos atores, a abordagem considera a longa duração e constrói uma explicação histórico-estrutural para os movimentos sociais. Distingue-se, portanto, de outras tradições a partir da ênfase nas questões empíricas a serem observadas e nas metodologias utilizadas.

As interpretações que se debruçaram sobre a ação política contenciosa no Brasil contemporâneo podem ser classificadas em três grandes linhas, conforme abordado por

Alonso (2019): as teorias que enfocam os atores políticos; as que se detém sobre as causas do processo; e as que focalizam o processo político.

1.1 - O recorte dos atores

O sociólogo francês Alain Touraine, um dos principais nomes da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, publicou um artigo no qual sistematiza as perspectivas teóricas dessa tradição (TOURAINÉ, 2006). Ele apresenta uma leitura de oposição ao marxismo, se contrapondo ao pensamento que enxerga a razão de ser das condutas coletivas nos problemas estruturais de um certo tipo de sistema, geralmente definido em termos econômicos. O centro do enquadramento analítico dos movimentos sociais estaria na perspectiva dos atores, sendo a questão cultural e os valores atribuídos às ações o eixo de análise proposto. Touraine afirma que na sociedade pós-industrial os movimentos assumiriam o caráter cada vez mais de “movimentos culturais”, ainda que considere necessária a permanência da utilização da categoria de movimentos sociais. Para ele, “não são transformações sociais ou forças sociais organizadas que estão em cena, mas exigências morais. Ou, como se diz com muito gosto hoje, éticas” (TOURAINÉ, 2006, P. 24). No mesmo sentido, Melucci (1994) afirmara que movimentos sociais “são, simultaneamente, fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política” (p. 152).

Desse modo, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 2006; MELUCCI, 1994; GOHN, 2017) apresenta como base analítica os atores sociais, com foco de pesquisa nos aspectos culturais e simbólicos do confronto político. Análise de discurso, observação participante e entrevistas são recursos comumente utilizados por seus autores.

Apesar da sua influência, é importante assinalar os limites desses pressupostos para o estudo dos movimentos sociais, em especial os de alinhamento conservador. Um aspecto central é a identificação desses fenômenos como “exigências morais” contra formas de dominação. Isso limita o recorte analítico a movimentos progressistas, que desejam romper com estruturas de poder dominantes. O que se percebe no Brasil atualmente, além de outras experiências no mundo, é o crescimento consistente da ação contenciosa que justamente reivindica a tradição, portanto a estrutura vigente de dominação, e não o contrário. No caso do intervencionismo,

essa postura conservadora é acentuada, na busca da refundação de um passado nacional baseado no autoritarismo estatal.

Além disso, apesar da pertinência da crítica de que a análise política não deve se resumir aos aspectos econômicos das relações sociais, a restrição a dimensões culturais apresenta lacunas. Afinal, ativistas mudam com frequência suas posições políticas e afirmações valorativas. Isso apresenta reflexos na metodologia de pesquisa, pois ao centrar a análise na perspectiva subjetiva dos envolvidos, a produção sociológica se vê embebida no problema de reproduzir as categorias dos agentes e suas próprias explicações, limitando-se a um canal de reprodução.

O ponto de vista dos movimentos sociais como fenômenos discursivos torna pouco nítidos os elementos concretos de análise dos processos políticos, suas particularidades e padrões, baseando-se em uma leitura impressionista dos atores envolvidos. De outro lado, a TCP apresenta pressupostos que contribuem com os referidos desafios, na medida em que propõe a perspectiva relacional e processual como eixo. Sem ignorar os aspectos culturais e morais dos ativistas, o centro metodológico passa a ser as ações dos atores em interação.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais também apresenta como característica a busca por novos elementos e configurações em cada contexto político. No entanto, apesar das afirmações de Touraine (2006) de que ocorreram grandes mudanças no século XXI, com transformações relevantes nas relações de trabalho e no desenvolvimento tecnológico, a unidade política dos Estados Nacionais permanece inabalada e fortalecida. Esse fato faz com que siga relevante a análise da interação dos agentes estatais e daqueles que atuam na política fora da institucionalidade, por meio dos movimentos sociais (TARROW, 1997).

Dentro dessa tradição, houve mudanças no acúmulo dos cientistas que a utilizam. Angela Alonso ressalta que especialmente depois da publicação da obra *Civil Society and Political Theory*, de Cohen e Arato (1992, *apud* ALONSO, 2009, p. 75), ocorreu um incremento da utilização da categoria “sociedade civil” nesse campo teórico. A mudança viria no sentido de ampliar a noção até então trabalhada por seus autores sobre “novos movimentos sociais”. Ou seja, a proposta seria estender a inovação na ação política para além de um ator, um

movimento social determinado, para atrelá-la a um *lócus*, a “sociedade civil” (ALONSO, 2009, p. 75).

Essa perspectiva trouxe uma contribuição importante: a percepção de que os atores podem se movimentar em torno de diferentes formas organizativas. No entanto, seus autores trabalham com a ideia de que a sociedade civil estaria fora das esferas de influência do Estado e do mercado. A ideia de uma sociedade civil “autolimitada” identificaria, portanto, um campo separado, cuja distância da lógica do mercado e do Estado deveria ser buscada.

Nota-se, assim, uma tendência normativa ao enxergar o objeto de análise, com a preocupação de afirmar o que os atores deveriam fazer, e não o que de fato eles fazem. Nesse aspecto, a TCP contribui de forma significativa para uma percepção realista de como agem os sujeitos, movimentando-se entre postos no Estado ou atuando como ativistas de movimentos sociais ao longo de suas trajetórias (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001, p. 18).

Cabe assinalar que parte da literatura também identifica limites na perspectiva do Confronto Político, pois restariam resquícios da tentativa de apartar a ação de movimentos sociais da sua interação com o Estado (ABERS; VON BÜLOW, 2011). No entanto, como base teórica sociológica, a TCP permite avançar na análise da ação política a partir da interação entre agentes estatais com ativistas e da movimentação dos atores entre arenas.

No Brasil, uma referência da corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais (NMS) é a pesquisadora Maria da Glória Gohn. Para ela, as manifestações contemporâneas, como as de junho de 2013, apresentam algo totalmente novo, com o surgimento de “novíssimos movimentos sociais”. Entretanto, ao evocar tanta luz para o que há de novo, as continuidades são deixadas em segundo plano. O que autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais identificam como inovações são muitas vezes apropriações de temas com raízes profundas. É o caso das críticas a métodos de integrantes de partidos, reforçadas pela posição do PT na gestão federal, que Gohn (2016) identifica como elementos de novidade. Nesse caso, cabe o comparativo com a obra de Boschi (1987) sobre o movimento de bairros a partir da década de 1970, cujos atores mobilizavam ideias semelhantes de horizontalidade, democracia direta, não associação partidária ou desconfiança com os seus filiados.

No estudo sobre a greve dos caminhoneiros de 2018, na qual a intervenção militar foi amplamente reivindicada pela categoria mobilizada, Larissa Ramalho Pereira (2021, p. 9) trata o episódio como uma manifestação dos chamados “novíssimos movimentos sociais”. Para a elaboração, ela se baseia nos escritos de Gohn e Rosana Pinheiro-Machado. No entanto, como será trabalhado ao longo da tese, o tema do intervencionismo apresenta profunda continuidade com as tradições seculares do nacionalismo autoritário brasileiro, não cabendo sua análise sob a ótica de uma “novidade”, e tampouco acerca de sua composição.

Por sua vez, Pinheiro-Machado (2019) analisa a greve dos caminhoneiros pelo seu caráter de resistência contra as formas de dominação estabelecidas. A autora traz importantes considerações sobre o fenômeno, mas ao enfatizar demasiadamente o aspecto insurrecional, secundariza e não explica o apelo pela retomada dos militares ao poder pelos seus participantes.

Outra perspectiva baseada na análise dos atores vem de trabalhos da ciência política nacional, debruçadas sobre a realidade política brasileira a partir da ação das bancadas parlamentares (MADEIRA; QUADROS, 2017; FAGANELLO, 2015; MIGUEL, 2018). Essas obras apresentam importantes conclusões, com as quais dialogaremos ao longo do trabalho. No entanto, a análise do fenômeno pode ser prejudicada pelo recorte apenas das expressões institucionais das bancadas federais. Apesar de relevantes, essas leituras acabam por não tratar de aspectos importantes do processo, especialmente aqueles que se expressam pela ação contenciosa nas ruas – e que se articulam diretamente com a ação parlamentar e o Executivo.

1.2 - O recorte etiológico dos processos

Outra perspectiva analítica são as produções que buscam as causas do processo como eixo de interpretação para a ação política, aqui abordado como recorte etiológico da análise social. Autores alinhados com o marxismo nacional têm protagonizado esse tipo de análise (SINGER, 2013; BRAGA, 2013; NOBRE, 2013).

Sobre o processo político brasileiro, realizaram diversas publicações com a análise das manifestações de junho de 2013 como um divisor de águas. Entre eles, destaca-se Nobre

(2013), cuja ênfase nas causas do processo remontaria à hegemonia “pemedebista”. Esta é compreendida enquanto um mecanismo de “governabilidade”, protagonizado pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) desde a redemocratização. Para ele, o PT cederia a essa lógica para conquistar o Executivo Nacional e sua manutenção, na realização da política institucional sem porosidade para as reivindicações sociais. Por conseguinte, as manifestações de 2013 teriam iniciado um período de intensas mobilizações como resposta, pela ação disruptiva, à blindagem da participação da população nos espaços de decisão.

Apesar da relevância da contribuição, a definição de que o “pemedebismo” seria a base explicativa para as mobilizações dos últimos anos, fecha os olhos para o fato de que havia nas ruas em 2013 uma diversidade de atores. O autor identifica um dos aspectos que pode ser encontrado na insatisfação que ensejou os grandes protestos, mas não analisa a complexidade do conjunto. A questão urbana acirrada pelos grandes eventos sediados no país; as pautas da dominação de gênero, como é o caso do movimento feminista (BRITO, 2017); a ação de grupos que se desenvolveria na tônica do “conservadorismo moral” (ALONSO, 2017) são elementos que conviviam nas ruas desde 2013. A relação entre o PT e o PMDB nos pactos de governabilidade revela-se como um dos fatores desse rico cenário, mas está longe de ser o único. Além disso, Nobre não aborda o processo interno ao próprio PT e seus atores, tratando as diferentes gestões e o acordo de poder como algo estanque.

Outro autor relevante, que é uma referência para parte da literatura na explicação do cenário político nacional, trata-se de Singer (2013). Ele estudou as mobilizações de 2013 como um fenômeno da intensificação da ação confrontacional do país identificando as causas do processo como expressão de uma classe média tradicional indignada e um reflexo daquilo que denomina como “novo proletariado”. O autor conclui que um “centro pós-materialista” predominou nos protestos. Compreendido enquanto um setor que incorporava as reivindicações da direita e da esquerda, mas sem acreditar nas saídas de nenhuma tradição, ele afirma que essas pessoas expressariam o “pós-materialismo”. O “novo proletariado”, na medida em que resolveria seus problemas materiais, se depararia com uma mudança de valores, passando da ênfase na “segurança econômica e física” para “a autoexpressão e qualidade de vida” (SINGER, 2013, p. 37). Cabe a constatação, entretanto, de que o caráter de mosaico não permite definir um perfil predominante de manifestantes em 2013. Do

mesmo modo, o “centro pós-materialista” não explicaria a polarização posterior da política nacional.

Dobry (2014), em sua defesa da perspectiva relacional, auxilia na identificação dos limites desse tipo de análise. Afinal, as teorias etiológicas não levariam em conta a dinâmica do processo, que faz com que as motivações iniciais de mobilizações possam ficar relegadas à insignificância no decorrer do confronto, trazendo luz para a relevância das “jogadas” dos múltiplos atores, correlacionados entre si na interação política.

A perspectiva relacional de Dobry converge com a defesa da interação dos atores pela TCP (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001). Nesse sentido, no lugar de buscar uma causa única e anterior dos processos, a proposta metodológica parte da concepção da existência de múltiplas camadas sociais em correlação, como uma partitura de diferentes instrumentos que compõem uma orquestra (COHN, 2003).

Outra limitação da abordagem etiológica consiste em sua prerrogativa da busca pela causa motora do processo, enfatizando de modo demasiado a situação econômica em detrimento das outras relações sociais entre os sujeitos. A interação política entre os atores nessa visão fica em segundo plano, o que confere um caráter objetivista ao olhar, muitas vezes até mesmo atribuindo qualidades de ação a estruturas institucionais ou classes sociais, em lugar de identificar as ações dos sujeitos em consideração à sua agência.

Por fim, assinala-se o caráter ensaístico predominante nas publicações dos autores que usam a abordagem etiológica, no uso de referências aos clássicos dessa tradição como chaves de leitura para os fenômenos contemporâneos, mas sem apresentação de dados empíricos que embasem as conclusões elaboradas. É o caso de Melo (2020), que declara que a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, sua sistemática defesa da memória de 1964 e o enfrentamento ao “marxismo cultural” por uma “elite militar”, constituiriam uma expressão do fascismo no Brasil. A forte afirmação não vem acompanhada de dados que demonstrem essas correlações, constituindo-se em uma produção ensaística sobre o processo político nacional.

1.3 - O recorte do processo político

Embora reconheça as contribuições dos estudos acima, este projeto visa avançar no conhecimento do fenômeno, seguindo a linha de análise já iniciada por Alonso e Mische (2017); Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015); Bringel e Domingues (2013); e Silva (2018), isto é, a aplicação da Teoria do Confronto Político no estudo dos protestos brasileiros.

Ao passo que muitas teorias estudam apartadamente a movimentação das bancadas parlamentares, lideranças ou partidos políticos, outras analisam apenas o ativismo e o que os ativistas refletem acerca de si próprios. Essas duas bases epistemológicas deixam lacunas ao não enfatizar o processo em sua qualidade viva e não linear, com a interação dos sujeitos entre si, dentro e fora da institucionalidade, conforme propõe a TCP. Nessa perspectiva, movimentos sociais são uma forma de política confrontacional, historicamente localizada. A ação confrontacional configura a forma de atuação política de cidadãos em antagonismo com autoridades, por meio de demonstrações públicas e baseando-se em formas herdadas de ação coletiva (TILLY; TARROW; MACADAM, 2009, p. 13). Os movimentos sociais configurariam um fenômeno histórico, que surgiu a partir das condições proporcionadas pelos Estados Nacionais, consistindo em “sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (TARROW, 1997, p. 18).

A elaboração auxilia na análise da movimentação dos atores, uma vez que determinada liderança pode ora agir nas estruturas de um movimento social e ora compor a institucionalidade estatal. A relação entre movimentos sociais e Estado é, portanto, central para tal base teórica. Utiliza-se o conceito de “interdependência”, compreendendo que a relação entre ambos se desenvolve na medida em que são identificados interesses nas aproximações com os espaços institucionais pelos atores dos movimentos sociais (LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 182). No presente trabalho será abordada tal correlação entre os atores na política institucional e na ação contenciosa.

Movimentos sociais seriam, portanto, a forma de ação por meio da qual os atores buscam alterar os déficits de poder e realizar transformações por meio do Estado, na mobilização de cidadãos comuns para uma ação política sustentada (TARROW, 1997). A definição tem sido utilizada para a análise social, incluindo as múltiplas formas de ação coletiva política dos

movimentos, não apenas as extrainstitucionais, como marchas de protesto e desobediência civil, mas igualmente *lobbying*, ações judiciais e coletivas de imprensa (AMENTA *et al*, 2010, p. 288). Entre as suas qualidades, a TCP se destaca pela observação de movimentos conservadores de forma mais assertiva, uma vez que não apresenta uma definição a priori das motivações culturais ou de classe.

Desse modo, a base teórica escolhida compreende que a ação coletiva ocorre na interação entre os agentes diante de cada oportunidade política identificada, essas classificadas como acontecimentos do contexto político exteriores aos grupos com capacidade de ampliar sua intervenção (TARROW, 1997, p. 38). Assim, os repertórios de confronto⁵ podem renovar-se em cada contexto, de forma lenta e processual, na reunião das diversas performances em novas combinações, criando novos sentidos, agregando novos atores e provocando um novo cenário político e social. É sobre essa agência, a partir das condições históricas e acontecimentos conjunturais, que se desenrola a perspectiva da pesquisa.

Seguindo esta linha, esta tese se debruçará sobre a ampliação dos movimentos sociais no país e o crescimento de grupos e lideranças intervencionistas, como componentes de um campo conservador mais amplo que tomou o protagonismo das ruas entre 2015 e 2016, nos protestos de oposição à Dilma Rousseff.

Ademais, além de utilizar os conceitos e metodologias da TCP, utilizaremos neste trabalho outros autores que se debruçam sobre os processos políticos de uma perspectiva relacional. Destaca-se o sociólogo Michel Dobry (2014). Segundo o autor, a crise política deve ser encarada como um processo, havendo similitudes próprias desses momentos conjunturais que podem ser identificados em diferentes casos ao redor do mundo. Dobry afirma que a

⁵ Em acordo com a Teoria do Confronto Político, repertórios de confronto são rotinas de ação coletiva de tipo político acumuladas historicamente e das quais os atores se valem para suas performances em protestos (TARROW, 1997, p. 18). O repertório patriota, segundo elaboração de Alonso e Mische (2017, p. 152), seria utilizado nos protestos dos últimos anos pelos agentes que exploram os símbolos do Fora Collor e das Diretas Já, com foco no tema da anticorrupção e pintados com as cores da bandeira nacional. A partir do repertório se formaria um campo de ação estratégica dos patriotas nas manifestações, este definido como uma arena socialmente criadas na interação dos agentes em cooperação (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 146). O repertório patriota foi utilizado no ciclo de protestos de 2013, mas sua maior marca ocorreu a partir das manifestações de 2015, de enfrentamento à gestão do PT e crescimento de lideranças conservadoras no país. Essa forma de expressão abrange diversos setores da política brasileira, sendo integrado também pelos intervencionistas, que usam os símbolos da bandeira e do hino nacional em suas performances.

dimensão fundamental da incerteza nas conjunturas fluidas é de ordem relacional, originando-se de uma transformação conjuntural das relações entre os setores, bem como das lógicas internas aos mesmos, correspondendo a um estado particular das estruturas e das relações sociais. Os setores se caracterizariam, nas conjunturas rotineiras, por sua capacidade de realizar o fechamento do espaço de referência dos cálculos de seus membros. Apesar da similaridade, se distingue do conceito de campo, desenvolvido por Bourdieu, “porque não se preocupa em identificar a função específica que o setor preencheria diante de diversos tipos de público, isto é, o tipo de interesse particular que o setor poderia satisfazer” (DOBRY, 2014, p.88). As conjunturas políticas fluidas constituiriam uma ruptura da lógica dos cálculos rotineiros, em uma classe particular de conjunturas críticas que corresponde a transformações de estado dos sistemas complexos quando submetidos às mobilizações multissetoriais. Esses momentos se especificam por uma dinâmica social e por jogos táticos opostos à rotina e à estabilidade política. Os agentes, individuais ou coletivos, percebem e sentem essa incerteza estrutural, com uma ampliação das suas possibilidades de atuação.

O autor ressalta a importância do processo político transcorrido ao longo da crise política em si, a partir das “jogadas” dos atores. Enfatiza como a busca da causa de períodos de crises políticas pode ser pouco frutífera, afirmando que crises podem ter seus elementos emergidos como uma decorrência da ação dos atores no curso das mobilizações. Os conceitos trabalhados por Dobry (2014) auxiliarão na identificação do crescimento intervencionista durante a crise política ampliada nos anos de 2015 e 2016, que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff e consolidaram a retomada desse ativismo no Brasil.

Além da perspectiva teórica que orienta esta tese, o presente trabalho dialoga com a literatura especializada nas temáticas do conservadorismo em geral, e sobre o militarismo no Brasil em particular. Em consonância com a metodologia utilizada, conservadorismo é aqui compreendido enquanto uma categoria relacional. Como afirma Hirschman (1992), essa posição se desenvolve em oposição ao progressismo na ação social, afirmando por meio de suas retóricas que a mudança não é confiável ou válida. No caso do recorte proposto, o fenômeno a ser estudado remete à emergência dos símbolos e pautas do passado ditatorial nacional, identificados em sua intensificação no confronto político desde 2013. Hirschman (1992) classifica o fenômeno como uma forma de resistência às transformações da sociedade

moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional (família, religião e nação). A renovação do intervencionismo no país se enquadra nos elementos identificados pelo autor. Dessa forma, em diálogo com os dois longos períodos ditatoriais na história brasileira recente, uma valorização extremada do campo militar foi trazida para o centro do debate por suas lideranças. Como ocorreu a mobilização desses grupos e como se fundamentam é a questão que permeia esta pesquisa.

2. A ausência da análise do intervencionismo no processo político nacional

Apesar das importantes publicações acerca dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, um olhar mais apurado e sistemático sobre o campo conservador no país ainda apresenta uma longa jornada a ser trilhada na produção científica. Por esse ângulo, os intervencionistas se revelam como um dos setores em atividade com pouca elaboração na literatura especializada, apesar de sua importância na atualidade. Isso possivelmente se relaciona à irrelevância do tema desde a Constituinte, pautada na busca dos atores políticos em se afastarem do vínculo com o regime ditatorial anterior (MADEIRA; QUADROS, 2017). No entanto, nos últimos anos o ativismo que reivindica a volta dos militares ao poder retomou sua força e demonstrou relevante poder de convocação da população para as ruas.

A eleição do capitão da reserva Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, cujo vice era um General reformado, Hamilton Mourão (PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), deu lugar a diversos militares na qualidade de ministros e cargos comissionados, fortalecendo a ideia de que uma gestão composta por membros da corporação seria mais bem-sucedida; o crescimento da disputa em torno da memória de 1964; e a ampliação nas ruas dos grupos que defendiam a intervenção militar. A ideia de uma tutela militar sobre o poder político se fortaleceu na arena institucional e confrontacional, retomando um assunto que parecia prescrito.

A TCP, em sua visada processual e relacional, se revelou como uma importante perspectiva epistemológica para analisar o fenômeno. Seu arcabouço associado ao estudo da bibliografia sobre memória do último período ditatorial se mostrou necessário para debater o significado do tema na ação política contemporânea, uma vez que o ativismo intervencionista apresenta

a defesa sistemática do regime iniciado em 1964. A visão de que existe uma disputa sobre a leitura histórica do regime militar de 1964-1985, em movimento desde a redemocratização até os dias atuais (NAPOLITANO, 2015; SOARES; ARAÚJO; CASTRO, 1995; ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994; STEPAN, 1986), se revelou como fundamental para compreender o que parte desses atores estão reivindicando nas ruas.

O objeto particular desta tese, o intervencionismo, não conta ainda com uma análise das ciências sociais. Ainda em 2015, foi lançada uma coletânea de artigos de autores de referência sobre a ascensão da direita no país, chamada “Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro” (VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015). Embora o livro apresente produções relevantes sobre as primeiras fagulhas do crescimento conservador no país, o tema da intervenção militar não apareceu entre os assuntos elencados. Conforme será abordado, seus ativistas já se mobilizavam de forma mais expressiva desde 2014, no enfrentamento à Comissão Nacional da Verdade e na comemoração dos 50 anos de 1964. Entretanto, o tema ainda não chamava atenção suficiente para uma elaboração especializada sobre ele, e sua ausência é notória na publicação.

Outra obra de compilação de textos de diferentes autorias foi organizada anos depois, culminando no livro “Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo” (TELES; QUINALHA, 2020), lançado já no governo de Jair Bolsonaro. Sua contribuição em relação ao fortalecimento do nacionalismo autoritário no Brasil é enorme. No entanto, apesar da reunião de análises consistentes e atuais para refletir sobre o fenômeno, nenhum autor se debruçou especificamente sobre o crescimento dos pedidos de intervenção militar nos movimentos sociais do país.

Nos últimos anos, ocorreram algumas publicações que abordam de forma tangencial o tema. É o caso do livro lançado nos Estados Unidos por Camila Rocha, Esther Solano e Jonas Medeiros, intitulado “The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil” (2021). Os pedidos de intervenção na ação confrontacional são abordados de forma tangencial, contribuindo para a elaboração sobre o tema. No entanto, o foco da publicação é o fortalecimento do conservadorismo nos movimentos sociais por meio da análise dos atores liberais, e o fenômeno é tratado como uma expressão da “nova direita”. Do ponto de vista do liberalismo, o livro apresenta uma

renovação do setor na dinâmica confrontacional, mas ela não é demonstrada sobre os intervencionistas. Portanto, como as reivindicações de intervenção militar são tratadas de forma acessória, nota-se que as conclusões apontadas pelos autores não explicam esse campo específico dos movimentos sociais do Brasil. Ademais, conforme abordado, a busca pela novidade no contexto político muitas vezes não ajuda a perceber as continuidades presentes, como é o caso dos integrantes do nacionalismo autoritário.

Outra autora que trata do assunto, ainda que de forma lateral, é Rosana Pinheiro-Machado (2019). A antropóloga analisa a ação confrontacional contemporânea no Brasil, analisando o fenômeno da greve dos caminhoneiros, em 2018. No entanto, ao versar sobre os pedidos de intervenção militar durante as mobilizações do período, ela conclui que constituiriam “pedidos de socorro”, e que os manifestantes não desejariam realmente uma “nova ditadura”. Sua leitura é como se a greve fosse um fenômeno espontâneo fruto das contradições do capitalismo, e os pedidos direcionados às Forças Armadas fruto dessas contradições, em uma certa confusão da insatisfação frente à “classe política” e sua “roubalheira”. Embora seja uma produção relevante, sua conclusão não é suficiente para explicar os acontecimentos, como se pôde verificar pela permanência da pauta nos protestos dos anos seguintes. Afinal, nota-se que a reivindicação da tutela militar é resultante da atuação ativa de lideranças que buscavam aproximar a população do seu projeto de Brasil. Sua presença é antiga na realidade nacional, com a organização em coletivos e sistematização de sua cosmovisão (MESSENBURG, 2017, p. 622) por meio de instrumentos de atuação. De forma planejada, e não espontânea, eles souberam retomar as ruas e se difundir no território nacional a partir dos protestos de enfrentamento ao segundo mandato de Dilma Rousseff.

Por fim, existem alguns artigos que abordam expressões localizadas dos pedidos de intervenção militar. É o caso do artigo de Angelo, “Saudade dos militares: os pedidos de retorno das Forças Armadas ao poder no Brasil” (2018), elaborado a partir dos dados coletados em *surveys* em alguns dias dos protestos nacionais contra o governo do PT, em 2015. O texto produzido pelo autor traz importantes considerações sobre tais eventos, mas seu recorte se restringe a apenas alguns dias de protestos em capitais do sudeste do Brasil. Portanto, apesar da relevância da publicação, sua limitação temporal e espacial é notória para o desafio da análise da retomada do intervencionismo no processo político brasileiro.

3. A análise de enquadramentos interpretativos nos protestos

As reivindicações contidas nos protestos, por meio das escolhas textuais dos manifestantes na expressão de suas demandas, são um importante instrumento de análise do confronto político. A literatura sobre *frames*, isto é, os enquadramentos interpretativos e sua utilização nas mobilizações, é vasta. Ela vai da análise do discurso utilizado por lideranças políticas nos momentos de confronto (JOHNSTON; ALIMI, 2012), até a forma como a mídia enquadra os protestos na cobertura das manifestações (PEREIRA, 2014; FERNANDES, 2018; TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020).

A respeito do conceito de enquadramentos interpretativos é importante resgatar que sua origem remete a obra de Erving Goffmann, que trouxe o tema de um modo mais amplo na análise da vida social. Ele foi o primeiro a tratar sociologicamente a noção de enquadramento interpretativo, em “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise” (2012 [1974]). Embora nessa obra o autor não tenha abordado especificamente o tema de movimentos sociais, o conceito de “enquadramentos” tem sido utilizado para verificação da ação coletiva. O seu interesse consistiu em compreender o esforço de enquadramento nas interações cotidianas, o que permite às pessoas interpretarem o mundo e as ações dos outros a sua volta, estabelecendo-se as relações sociais. Para tanto, o autor usou o conceito de quadro (*frame*), inicialmente criado por Bateson (1972). Para ele, “enquadrar” significa “conceder atenção” ao que está dentro de um quadro, de modo que, diante da multiplicidade de aspectos que poderiam ser apreendidos da realidade, apenas alguns deles são capturados e organizam o mundo social (GOFFMAN, 2012).

Com o impulso dessa reflexão, a primeira apropriação do conceito de “molduras interpretativas” para o estudo de movimentos sociais foi realizada por Gamson e coautores (GAMSON; FIREMAN; RYTINA, 1982). Eles buscavam verificar o que torna possível o questionamento de uma autoridade em uma interação, sendo conduzido um experimento no qual indivíduos foram convidados a participar de um projeto de uma empresa que propunha que eles recorressem a meios que poderiam ser moralmente questionáveis. Segundo os autores, a contestação da proposta se viabilizou quando os envolvidos no experimento puderam construir uma definição alternativa da situação em curso, enquadrando a proposta em questão como injusta. O processo de contestação foi possível diante das interpretações

alternativas sobre o tema proposto, com a elaboração dos proponentes de que movimentos sociais apresentam um papel ativo de construção de significados. Outra conclusão a que chegaram foi que a cultura deve ser posta em perspectiva, com a compreensão do conflito como uma disputa entre interpretações alternativas da realidade.

Como um desenvolvimento do conceito de enquadramentos interpretativos para o confronto político, foi criado o conceito de “Molduras Interpretativas da Ação Coletiva” (MIAC) (BENFORD; SNOW, 2000). Essa abordagem foi elaborada por Benford e Snow, como um tipo de moldura utilizada por atores de movimentos sociais para classificar situações com o intuito de mobilizar potenciais aliados, garantir apoio de espectadores e desmobilizar antagonistas (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).

A respeito dessa apropriação, Snow e Benford se diferenciam da utilização realizada por Gamson e seus pares (1982). Estes propõem uma ênfase nos processos de negociação de sentido que ocorrem entre ativistas e autoridades; enquanto na abordagem dos primeiros observa-se a ênfase nas estratégias intencionalmente desenvolvidas por líderes de movimentos sociais, buscando maximizar os resultados da sua ação. A última abordagem ganhou maior repercussão em estudos norte-americanos da ação coletiva, mantendo o foco na racionalidade, como desenvolvida anteriormente pela Teoria da Mobilização de Recursos (PEREIRA, 2014). Desse modo, Snow e Benford e o conceito tal qual trabalham enfocariam o pensamento racional das lideranças na escolha sobre quais molduras e quais processos de enquadramento podem produzir melhores resultados.

No entanto, Pereira (2014, p. 51) ressalta a crítica de que o viés “estratégico” da teoria dos enquadramentos interpretativos secundarizaria o fato de que os símbolos não podem ser vistos como meros meios para a obtenção de fins práticos da ação política. Segundo os críticos dessa perspectiva (JOHNSTON, 2005), as ideologias e as identidades cumprem um papel fundamental de organização da experiência política dos atores sociais, com a atribuição de ativistas de “ensinarem” seus símbolos aos interlocutores. Os processos de enquadramento não operariam, portanto, em um vácuo moral no qual os líderes de movimentos podem escolher se filiar livremente a determinadas interpretações e abandonar outras de acordo com seus cálculos.

Johnston e Alimi (2012) realizaram um diálogo direto entre a análise dos enquadramentos interpretativos, baseados nos conceitos elaborados por Goffman e na Teoria do Confronto Político. Aprofundaram pontos levantados na obra *Dynamics of Contention* (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001), expandindo a abordagem para o estudo de episódios contenciosos. Na publicação, expuseram que o objetivo dessa perspectiva seria analisar a política “do palco”, à luz dos processos culturais e interpretativos de bastidores. Para isso, Johnston e Alimi (2012) desenvolveram a noção original de Goffman (2012) de "estruturas primárias" (*primary frameworks*) para capturar a influência de modelos culturais fundamentais. Utilizaram também seu conceito de “processos-chave” (*keying processes*) para capturar a maneira como as estruturas primárias são retrabalhadas na dinâmica contenciosa. O conceito de “esquemas primários” seriam, então, organizados por meio de três componentes discursivos para observação do confronto político: o “sujeito” (identidade coletiva), o “verbo” (o que o sujeito faz, suas interações) e o “objeto” (a quem ou a que se refere a ação do sujeito, o sentimento de injustiça mobilizado).

Desse modo, foi desenvolvida uma estrutura conceitual para a política de 'primeiro plano', à luz dos processos culturais e interpretativos de 'bastidores', como uma forma de compreender como os padrões culturais primários podem ser relevantes no desenrolar do protesto. No artigo publicado sob esse arcabouço, Johnston e Alimi (2012) investigam os movimentos palestino (1987-2000) e checheno (1987-96), revelando como a identidade cultural, os conflitos étnicos e as influências religiosas abrangem padrões culturais profundos que são acionados e ampliados no confronto político.

É importante também ressaltar que antes dessa contribuição, Johnston elaborou outras abordagens sobre o tema, que foram desenvolvidas no artigo mencionado em diálogo com as contribuições da TCP. Na publicação de sua autoria de 1995, “*A Methodology for Frame Analysis: from discourse to cognitive schemata*”, já é possível identificar as bases teóricas que seriam desenvolvidas, na observação dos enquadramentos nos protestos sem a construção de uma dicotomia entre o que seriam objetivos estratégicos e pragmáticos dos atores, na captura da dinâmica do conflito. Para isso, ele identificou cinco chaves de interpretação a serem trilhadas para a percepção dos *frames* por movimentos sociais (JOHNSTON, 1995): 1) O “texto” como uma construção holística, com a compreensão de

todo o conteúdo discursivo de uma interação, visto que muitas vezes a comunicação não é linear e elementos importantes vão sendo abordados ao longo de determinado evento; 2) A situação da fala, com o devido mapeamento do contexto em que a interação analisada está ocorrendo; 3) A análise de “papel”, isto é, o estudo dos papéis sociais atribuídos aos sujeitos envolvidos em determinada interação; 4) A “Intenção Pragmática”, o que buscam os atores envolvidos na situação em questão; 5) As “Dicas Discursivas”, que seriam a consideração de elementos não verbais que constituem determinada interação.

Desde essa produção nos anos 1990, Johnston (1995) aborda como elemento central da reflexão sobre os movimentos sociais a dimensão relacional, levando em conta construções culturais e ideológicas, mas também os interesses diretamente envolvidos em cada situação. Dessa forma, a perspectiva relacional e processual desenvolvida pelos autores da Teoria do Confronto Político (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001) dialoga diretamente com as discussões epistemológicas elaboradas pelo autor.

A partir desse arcabouço teórico, Fernandes (2018, p. 919), afirma que a literatura de movimentos sociais indica pelo menos três elementos considerados relevantes no processo de enquadramento das ações de movimentos sociais. O primeiro é a identidade, que faz com que os atores imersos no conflito necessitem criar versões a respeito dos fatos que favoreçam seus interesses. A partir das diferentes molduras interpretativas formuladas, são explicitados antagonismos e fronteiras identitárias entre “nós” e “eles”. Em segundo lugar, ele assinala a noção de injustiça, configurando um esteio por meio da qual os atores mobilizados justificam a necessidade da ação coletiva preferencialmente a outras formas de resolução de conflitos. O apoio público aos protestos estaria atrelado à construção de um sentimento de injustiça, de desumanização/neutralização dos adversários e de descrença na eficácia de outros meios para a resolução do problema em questão. Como terceiro aspecto está a interação, entre os atores envolvidos e os meios utilizados para a concretização da ação coletiva (FERNANDES, 2018, p. 919).

Fernandes, Silva e Teixeira (2020) publicaram artigo recente sobre enquadramentos de protesto pela mídia, com o uso dos *frames* para estudo do confronto político de modo semelhante ao que o autor já havia elaborado. Baseando-se no trabalho de Johnston e Alimi (2012), eles retomam o tratamento dos “esquemas primários” na identificação dos três

componentes discursivos: o “sujeito”, o “verbo” e o “objeto”. Os cientistas enfatizam como esses esquemas aparecem “implícitos às interpretações dos confrontos políticos” (TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020, p. 171).

A partir dessa sistematização, compreende-se aqui a possibilidade do uso desses recursos metodológicos para a investigação em questão, fornecendo o instrumental teórico para a pesquisa dos movimentos intervencionistas no Brasil contemporâneo. A organização metodológica baseada nos estudos de Johnston e Alimi (2012) foi considerada a mais apropriada como instrumento de análise da ação confrontacional em discussão. Afinal, aqui não impera qualquer visão normativa sobre o que seria “estratégico” ou “ideológico” por parte dos ativistas, mas sim como constroem suas categorias em seu processo ativo - o que é expresso pelos enquadramentos utilizados e integra seus repertórios de confronto.

No caso da presente pesquisa, a seleção dos enquadramentos dos ativistas foram os cartazes e faixas utilizados durante os protestos analisados. As frases evocadas de forma coletiva foram mapeadas por meio do G1, e em menor medida as “palavras de ordem” vocalizadas pelos manifestantes intervencionistas, foram registradas nesses artigos da grande imprensa e nos meios de comunicação dos grupos. Foram selecionadas as frases dos materiais de manifestantes que reivindicavam a intervenção militar diretamente, ou que estavam nos eventos de protesto em participação explicitamente conjunta a outros ativistas intervencionistas, ou em manifestações cuja principal reivindicação era a intervenção militar.

4. Recorte empírico e metodologia de pesquisa

A investigação empírica realizada para esta tese se debruçou sobre o modo pelo qual o patriotismo intervencionista se difundiu no país contemporaneamente, com a análise das seguintes questões:

- Identificação dos grupos e lideranças que protagonizaram a mobilização nas ruas no período entre setembro de 2011 a março de 2019 com pedidos de intervenção militar, em suas interações com aliados e oponentes;

- As estratégias políticas e organizativas dos atores intervencionistas diante das oportunidades políticas identificadas no processo político nacional;

- As manifestações públicas realizadas em favor da intervenção militar, entre setembro de 2011 e março de 2019, de modo a identificar a construção de suas performances, suas reivindicações e redes de atuação, mapeando as especificidades desse ativismo;

- A disputa nas ruas e sua relação com a arena institucional, em torno da memória do golpe civil-militar de 1964.

Embora se trabalhe aqui com o movimento intervencionista como um todo, a tese tem por foco um grupo no interior do movimento que se tornou o mais importante no período estudado, a saber: O Pesadelo de Qualquer Político.

Após completar a revisão de fontes bibliográficas dos estudos sobre conservadorismo e das grandes manifestações desde 2013, a pesquisa consistiu no levantamento de informações primárias nos meios de comunicação. O ciclo de protesto foi um marco devido ao impulsionamento da ação confrontacional no país, que foi continuada nos anos seguintes, com novo ciclo entre 2015 e 2016. No entanto, no exercício da pesquisa ficou nítida a importância da disputa sobre a memória do golpe de 1964 para esses grupos. A Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório final foi apresentado em 10 de dezembro de 2014, constituiu um relevante episódio de enfrentamento para esse setor, além das comemorações anuais da memória da última intervenção militar do país, na data de 31 de março. Isto é, ao longo da coleta foi possível verificar o peso atribuído pelos manifestantes ao tema da memória e a forte oposição à CNV, o que ocasionou um alargamento do recorte temporal utilizado. Desse modo, foi decidido retroceder no início do levantamento, desde os momentos anteriores da publicação da Lei nº 12.528/2011, em vigor desde 18 de novembro de 2011. O marco inicial foi o 7 de setembro do mesmo ano, uma vez que a efeméride da Independência também constitui uma data recorrente de ação dos intervencionistas, na mobilização de pedidos da tutela das Forças Armadas durante os desfiles militares. E como marco final, foi escolhida a data de 31 de março de 2019, data na qual o governo de Jair Bolsonaro definiu a comemoração institucional da ditadura civil-militar, indo ao encontro daqueles que desejam uma reedição dessa experiência.

As fontes empíricas para a tese foram sobretudo a imprensa periódica e materiais produzidos pelos próprios ativistas. Na imprensa, foi escolhido o G1, do grupo Globo, pela abrangência nacional e redações online de cada estado, permitindo uma ampla cobertura das ações confrontacionais e estatais. O levantamento quantitativo realizado apresenta a perspectiva de contribuir com os dados já existentes no Banco de Eventos de Protestos do Cebrap (BEP-CEBRAP), sob coordenação da pesquisadora Angela Alonso. O BEP é baseado na Análise de Eventos de Protesto (AEP), metodologia desenvolvida a partir do modelo de Tilly para coleta de informações de protestos em jornais (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001). As definições do protocolo utilizado foram detalhadas em sessão posterior nesta obra.

O material produzido pelos próprios ativistas foi de dois tipos. De um lado, os meios de comunicação dos grupos analisados e do Clube Militar, com destaque para o endereço eletrônico do grupo O Pesadelo de Qualquer Político, que se tornou um ator intervencionista relevante no período levantado. De outro, foram coletados três depoimentos de lideranças intervencionistas, que igualmente auxiliaram na análise, a saber: José Geraldo Quartim Barbosa, do grupo União Nacionalista Democrática (UND), no dia 08/03/2021; David Salomão, que em 2017 era vereador pelo PTC (Partido Trabalhista Cristão) de Vitória da Conquista, na Bahia, e financiou outdoors com pedidos de intervenção militar, no dia 11/03/2022; e o empresário Piero Pagni, liderança de uma das reedições da Marcha da Família de São Paulo, de 2014, no dia 24/06/2021.

5. Organização da tese

Na presente pesquisa, foram coletados os *slogans* usados por manifestantes intervencionistas, durante protestos entre setembro de 2011 e março de 2019 no Brasil. Os enquadramentos foram mapeados na pesquisa de forma associada à análise da interação dos atores durante a ação contenciosa, bem como sua relação com a arena institucional. A ascensão do intervencionismo foi observada, portanto, pela identificação das visões de mundo desse ativismo e pelas ações que possibilitaram a sua renovação como componente dos movimentos sociais nacionais. Graças aos instrumentos epistemológicos da Teoria do Confronto Político e a análise dos enquadramentos, foi possível explorar a retomada da demanda pela intervenção militar nos episódios confrontacionais, observando como esse setor do nacionalismo autoritário voltou a ganhar força nas ruas do país.

A tese está organizada em cinco capítulos. O primeiro, “Verdades sufocadas: A disputa da memória sobre as intervenções militares no Brasil”, aborda o contexto anterior à Comissão Nacional da Verdade, momento em que não se identificava o movimento intervencionista nas ruas, mas havia um embate vivo em torno da memória de 1964. Esse capítulo é um panorama, portanto, das lutas por memória, entre a redemocratização e 2011, utilizando para isso a revisão bibliográfica da literatura especializada.

O capítulo 2, “‘Graças a vocês o Brasil não é Cuba’: A Comissão Nacional da Verdade e a defesa da intervenção militar no Brasil”, trata do contexto imediatamente anterior à publicação da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, em setembro de 2011, até o seu relatório final, em dezembro de 2014. Nessa fase, nomeada como “Disputa da Memória”, foram identificadas as primeiras fagulhas da retomada do movimento intervencionista, especialmente na reedição da Marcha da Família, na efeméride dos seus 50 anos. O primeiro protesto identificado no levantamento foi comandado pelo militar da reserva Emílio Alarcon, fundador do grupo O Pesadelo de Qualquer Político, que se tornaria um dos principais atores estudados nesta tese.

O capítulo 3, “‘Impeachment ajuda, intervenção resolve’: Os protestos de oposição ao governo Dilma Rousseff e a difusão do intervencionismo no Brasil”, aborda o início da expansão do intervencionismo, e seu crescente rechaço pelo campo patriota, que organizava os protestos amplos de oposição à gestão federal. Aos poucos, vai se tornando um campo de ação estratégica própria dos movimentos sociais, com capacidade de mobilização e construção de redes entre os grupos em âmbito nacional. A fase “Difusão do intervencionismo” foi recortada entre a posse do segundo mandato de Dilma Rousseff e o seu *impeachment*, momento em que houve uma explosão desse ativismo pelo Brasil. Este capítulo trata do primeiro ano deste período, abordando o crescimento intervencionista ao longo de 2015.

O capítulo 4, “‘O povo quer! Intervenção constitucional militar’: Os intervencionistas no *impeachment* de Dilma Rousseff”, mapeia a consolidação do intervencionismo como um setor dos movimentos sociais nacionais. O recorte temporal é entre janeiro e agosto de 2016, na concretização do afastamento presidencial. No mesmo mês, a Pesadelo passou a se proclamar como o “maior grupo de patriotas intervencionista do Brasil”, com atuação em

diversos estados. Mobilizações próprias são convocadas por este setor, que assumiu as seguintes características comuns entre seus membros: o patriotismo, sustentado na defesa da ordem nacional e moralidade conservadora; o legalismo autoritário, baseado na afirmação da previsão constitucional do golpe militar; a disputa da memória, em especial dos governos militares ditatoriais entre 1964 e 1985; e o anticomunismo, com a seleção da “ameaça vermelha” como principal opositor.

Por fim, o capítulo 5, “‘Brasil Acima de Tudo’: O intervencionismo renovado nos movimentos sociais e a disputa eleitoral de 2018”, aborda o contexto entre o *impeachment* de Dilma Rousseff e a posse de Jair Bolsonaro (PSL), que fechou o seu primeiro trimestre com a comemoração oficial do golpe de 1964. O seu governo passaria por diversos momentos de deflagração da ação contenciosa intervencionista, apresentando essa base social desde a campanha. Afinal, entre 2016 e 2019, foi possível notar uma aposta desses ativistas nas arenas institucionais, em especial na disputa presidencial, com apoio da chapa dos militares reformados Jair Bolsonaro e General Mourão. O *slogan* utilizado pela Coligação, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” dialogou diretamente com a tradição do nacionalismo autoritário brasileiro, sendo incorporado como uma marca pelos intervencionistas durante suas ações nas ruas.

A tese foi concluída com a afirmação de que a ascensão do intervencionismo contemporâneo ocorreu durante os protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016. Grupos que já apresentavam estruturas organizativas anteriores souberam aproveitar as oportunidades políticas identificadas na crise do governo para ampliar o alcance de suas pautas, de defesa da tutela militar sobre o poder na nação. A participação e apoio de membros das Forças Armadas se destacou na análise desse setor, bem como a importância atribuída à disputa da memória da última intervenção militar vivida no Brasil, em 1964. As conclusões se contrapõem, por fim, à ideia de que esse ativismo integraria uma “nova direita” nos movimentos sociais do país. Longe de ser uma novidade, as suas raízes são profundas, associadas à trajetória do nacionalismo autoritário brasileiro.

Capítulo 1

Verdades sufocadas:

A disputa da memória sobre as intervenções militares no Brasil

Os pedidos de intervenção militar retomaram as ruas do Brasil no início do século XXI. O que no debate público era tratado como um mecanismo superado de interferência nas gestões federais, voltou à pauta de movimentos sociais e lideranças conservadoras, 30 anos após a abertura democrática. Compreender o que possibilitou essa retomada e os seus significados é uma chave importante de análise do cenário nacional. Longe de ser uma novidade, essa reivindicação se associa diretamente às experiências já vividas das Forças Armadas na tutela do poder. Perante esse passado, é notória a persistência da disputa da memória ligada ao ativismo que reivindica uma nova intervenção contemporaneamente, especialmente voltada para a ditadura de 1964.

Diferente de outras nações, que realizaram ações de Justiça de Transição como forma de rechaço dos regimes autoritários, no caso brasileiro a redemocratização se baseou em uma lógica de silenciamento sobre os governos militares, encerrados em 1985. A Lei de Anistia foi a tônica das décadas subsequentes à abertura política do país, perdoando perseguidos e perseguidores do Regime. Entretanto, as vozes dos que defendiam a atuação militar no período e daqueles que a denunciavam nunca se calaram, com uma acirrada disputa dos dois lados dessa história.

Os acontecimentos da ditadura civil-militar foram revisitados, com políticas públicas de Memória e Verdade, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), mas de forma ainda muito limitada. Posteriormente, a Comissão Nacional da Verdade, executada durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT – Partido dos Trabalhadores), foi a experiência mais profunda de denúncia do período por parte do Estado, com reconhecimento de agentes envolvidos e relato dos crimes cometidos. Esse processo, iniciado em 16 de maio de 2012, não foi legitimado por aqueles que defendiam a ditadura civil-militar então instaurada no Brasil, especialmente vinculados aos setores das Forças Armadas. A condução das investigações e publicação do seu Relatório Final foram consideradas ações de “revanchismo” por parte desses atores. Em

seguida, em meio ao desgaste geral do governo em curso, já em sua reeleição, ocorreu um efeito de retomada da pauta nas ruas como uma saída para a crise política nacional. Assim, entre os anos de 2015 e 2016 ocorreram protestos massivos, mobilizando milhões de pessoas, nos quais foi possível identificar um crescimento expressivo de pedidos de intervenção militar, conforme verificado pela presente pesquisa.

Para introduzir a retomada dessa reivindicação na ação contenciosa nacional, este capítulo realizará uma apresentação dos principais marcos das disputas da memória presentes na Nova República. Para tal, será apresentada uma revisão bibliográfica da literatura especializada, com a construção de um panorama do processo político que levou ao crescimento da antiga pauta do intervencionismo na atualidade.

Na construção desta tese, foi elaborado um levantamento de Eventos de Protestos, no período entre 2011 e 2019, utilizando a imprensa como fonte para a busca sistemática de dados. Antes de apresentar esses achados, neste capítulo será realizada uma contextualização do processo político nacional, para auxiliar na compreensão de como as primeiras fagulhas de um saudosismo dos “militares no poder” surgiram e tomaram corpo, ganhando força na ação contenciosa brasileira. A partir da revisão bibliográfica, foi construída uma retrospectiva entre a abertura democrática e 2011, ano da publicação da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade. No período, o intervencionismo fugiu do debate público, mas a disputa da memória dos governos militares marcou os primeiros suspiros do novo regime democrático.

1. As influências do intervencionismo e as trincheiras da memória

A redemocratização brasileira contou com a Lei da Anistia, Lei nº 6683/1979, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo (PDS - Partido Democrático Social), que perdoava os agentes do Regime e seus perseguidos políticos. A abertura se baseou, portanto, em uma transição negociada, com a legislação conformando um instrumento de suposto congelamento dos conflitos. Destarte, o silêncio sobre as violências cometidas pelos atores estatais preponderou, com exceção da atuação de organizações de defesa de direitos humanos e ligadas a familiares de vítimas, na linha de frente da busca por Memória, Verdade e Justiça (MVJ), bem como dos seus opositores, que participaram dos governos militares e pleiteavam a sua versão dos acontecimentos.

Ainda na década de 1970, grupos locais começaram a ativar os órgãos internacionais a respeito das arbitrariedades cometidas pelas ditaduras da América Latina, com o início do julgamento dos primeiros casos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), na década de 1980 (BENETTI et al., 2020, p. 8). A Corte construiu uma jurisprudência de exigência da responsabilização penal dos casos, com a afirmação de que o não tratamento das arbitrariedades cometidas embasa a repetição crônica das graves violações de direitos humanos. Foi consolidada nessa arena a vedação a agentes de governos autoritários se autoanistarem, por meio de normas tais como a brasileira Lei nº 6683/1979.

Anteriormente, o tema de Memória, Verdade e Justiça passara por grande mudança, após a Segunda Guerra Mundial, com o tratamento dos campos de concentração nazistas no âmbito das Nações Unidas (NAPOLITANO, 2015, p. 13). A partir de então, o testemunho das vítimas de regimes autoritários ganhou destaque na recuperação do passado, em detrimento das versões e documentos oficiais. Vale lembrar que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada ao final desse processo bélico, e começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945.

Nesse ínterim, o direito internacional desenvolveu a ideia da Justiça de Transição (CUNHA, 2020, p. 184). O conceito trata-se dos procedimentos e ações estatais na mudança de uma ditadura ou guerra para a democracia ou situação de paz, com o uso da justiça regular e da garantia de direitos para efetivar a respectiva transição e resguardar as comunidades do autoritarismo. Sua aplicação remete ao direito à Memória, com esclarecimentos públicos dos acontecimentos e homenagens às vítimas; à Verdade, por meio do acesso às informações dos arquivos e depoimentos; à Justiça, na investigação dos fatos e responsabilização dos responsáveis; e à Reparação, com compensação pecuniária ou simbólica aos atingidos (TELES, QUINALHA, 2020, p. 22). O início da elaboração dessas categorias remonta às Convenções de Genebra, a partir de 1949, sendo desenvolvidas como contrapontos da reestruturação mundial às experiências vividas pelo nazismo e fascismo (CUNHA, 2020, p. 184). No entanto, os processos ligados às ditaduras latino-americanas em geral envolveram transições mediadas, e não rupturas como foi o caso da derrota do totalitarismo europeu, o que gerou uma tônica de não responsabilização dos perpetradores de violências na região.

Décadas depois, as experiências de transição levaram ao desenvolvimento de Comissões da Verdade. Estas são instituições estatais que garantem às vítimas de graves violações de direitos humanos, em geral de lesa-humanidade, os meios de expressarem e tornarem públicos os acontecimentos, com especificação do momento ocorrido, local, execução e identificação dos perpetradores (CUNHA, 2020, p. 184). A primeira Comissão reconhecida no direito internacional foi a de Uganda, em 1974. Em seguida, nas décadas de 1980 e 1990, diversas foram criadas na América Latina, na Bolívia, Argentina, Chile, Uruguai, El Salvador e Guatemala. Em 1995, com a superação do Apartheid, ocorreu também na África do Sul (idem). Por sua vez, o caso brasileiro destoa desse conjunto, já que a instalação de sua Comissão Nacional da Verdade (CNV) ocorreu apenas em 2012, quase 50 anos após a intervenção que inaugurou uma ditadura no país.

Anteriormente, por meio da mobilização em torno da pauta, houve alguns passos no caso nacional de reconhecimento das violações cometidas, destacando-se a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, de 1995, e a Comissão de Anistia, de 2002. Em paralelo, a mobilização internacional das denúncias foi exitosa como pressão interna, com a posterior condenação do Estado Brasileiro duas vezes pela Corte Interamericana de Direitos Humanos: no caso Gomes Lund, em 2010, referente à Guerrilha do Araguaia, e no caso Vladimir Herzog, em 2018 (BENETTI et al., 2020, p. 8).

1.1 A Memória como arena política

O tema da CNV remete diretamente à disputa da memória nacional e seu aspecto de enquadramento das experiências vividas. Afinal, ao contar uma história, é fundamental a escolha de quais fatos serão expostos e sua valoração, caso contrário a narrativa se torna impossível, perdida em meio à infinidade de elementos que constituem cada momento. Essa perspectiva evidencia o quanto a memória social, no reconhecimento dos fatos constitutivos de determinado grupo, é também disputa. Isto é, o compartilhamento de acontecimentos como relevantes é uma seleção e uma atividade interpretativa, realizada a partir do que se quer ou não recordar e valorizar.

Por sua vez, a história oficial, elaborada por meio de convenções científicas e estabelecida socialmente, é um registro basilar da formação coletiva. Trata-se de um olhar sobre o

passado, mas sobretudo de uma compreensão e justificação do presente - uma resposta à “como chegamos até aqui”. A isso se soma o caráter social da memória, ainda que as lembranças possam parecer de dimensão puramente individual, uma vez que sua viabilidade ocorre por percepções que são formadas pelas experiências humanas, estas atribuídas de sentido porque socialmente constituídas (ABBOTT, 2020, p. 148).

Uma referência fundamental sobre o tema é a obra de Halbwachs (2006), um marco na sociologia mundial, com a fundamentação do caráter coletivo das lembranças. Segundo ele, “[...] jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p. 30). O autor afirma que para a construção das lembranças não seria suficiente reconstituir peça por peça de um acontecimento, sendo necessário a operação desses dados por meio de noções comuns, que atribuem sentido à narrativa (HALBWACHS, 2006, p. 35). Se as lembranças, como ação básica humana, são em si uma construção social, o tema da história nacional reforça ainda mais o caráter coletivo dessa formação, bem como o aspecto de interesses diversos em jogo, que embasam as leituras distintas do passado.

Nessa toada, Pollak (1992) enfatiza como a memória reforça sentimentos de pertencimento comunitário, fundamental para a construção de identidades coletivas, com o investimento de grupos, de famílias a nações, para dar a seus membros o sentimento de unidade, continuidade e coerência (POLLAK, 1992, p. 207). Ele utiliza o conceito de “memória enquadrada”, baseada na elaboração de pontos de referência partilhados para a sua consolidação. Afirma, ainda, existir um exercício desse enquadramento que é realizado por membros específicos de cada grupo, imbuídos de responsabilidade pela transmissão dos fatos do passado, com a escolha de testemunhas confiáveis para os relatos, na efetivação de um controle da memória (POLLAK, 1989, p. 9 e 10).

Araújo e Dias (2018, p. 132) destacam a experiência da criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos como essa atribuição estatal de busca dos responsáveis pelos enquadramentos em questão. No entanto, é importante ressaltar que o litígio sobre a memória vai muito além das equipes institucionais destinadas a reconstituir determinados episódios, sendo o exercício de enquadramento do passado igualmente realizado pela sociedade civil e seus movimentos sociais. No caso do intervencionismo, é nítido o conflito

das versões entre os agentes envolvidos nas gestões militares entre 1964 e 1985, em contraposição aos familiares de desaparecidos políticos – ambos construindo a narrativa por meio de marcos distintos e conflituosos entre si. Por meio de cada ponto de partida, identificam o que deve ser congratulado ou denunciado, e quais os métodos de sucesso ou fracasso na condução da política nacional.

A memória sobre o período ditatorial trata, afinal, não somente do passado, mas principalmente do presente. E, no debate da intervenção militar, a legitimidade ou não de 1964 fala sobre a possibilidade desse tipo de atuação das Forças Armadas em contextos encarados como de instabilidade política. A defesa do Regime e sua relação com o presente nunca foi calada, começando mesmo antes das eleições diretas que marcaram o fim da ditadura, e se estendendo ao longo das décadas (TELES, QUINALHA, 2020, p. 35). A Lei de Anistia servia como um pacto de silenciamento, mas de um lado e de outro da trincheira essas posições permaneceram em luta. Sobre a posição intervencionista, Araújo e Dias afirmam:

Essencialmente dois grupos sociais representam a polarização de posicionamentos conformadas face ao período ditatorial. O primeiro deles tem como base os militares que executaram o golpe de 1964 e aqueles que participaram dos governos ditatoriais defendendo suas bandeiras. Ainda fazem parte deste grupo social, as novas gerações de militares que legitimam e reivindicam o golpe, os Clubes Militares, políticos de extrema direita, grupos anticomunistas, dentre outros. O que os unifica é fundamentalmente a Doutrina de Segurança Nacional – baseada na luta contra o comunismo e no crescimento econômico da nação por meio de uma agenda burguesa para o Estado. (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 128)

Desse modo, a CNV configurou mais um passo dessa caminhada e moveu um importante embate da memória, acerca da legitimidade ou não de intervenções militares na história nacional. A sua existência remete à posição dos limites institucionais para a manutenção da “ordem”, sendo a sua interpretação diretamente vinculada à visão contemporânea de democracia. É importante salientar que a história da última intervenção no país sempre foi ambígua. No artigo *Recordar é Vencer* (NAPOLITANO, 2015, p. 17), o autor aborda como a memória de 1964 foi dominada por uma visão crítica, mesmo antes da CNV, sedimentada por setores liberais que se distanciaram progressivamente dos governos militares. Essa visão se desenvolveu principalmente a partir do final da década de 1970, sob liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e seus aliados. Ou seja, ainda que os militares tenham “vencido” a guerra contra a “ameaça vermelha”, a vitória simbólica de enaltecimento

dos participantes da ditadura não ocorreu, preponderando uma perspectiva negativa sobre o golpe e seus desdobramentos. A disputa sobre essa memória apresentava como base tais interpretações, sendo a realização da Comissão da Verdade encarada como um “revanchismo” sem precedentes por parte daqueles que foram derrotados.

1.2 Vencedores e vencidos da Redemocratização

O esgotamento do Regime de 1964 foi traçado com o avanço do rechaço por setores que antes apoiavam suas gestões. O período entre 1979 e 1985 foi marcado pela intensificação da crise econômica, com aumento dos juros, da dívida externa, da crise do petróleo e da inflação, não beneficiando mais setores empresariais como outrora, o que ensejou a intensificação de movimentos de oposição ao governo (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 123). Um elemento de esgarçamento político foi também o aprofundamento da repressão, com o crescimento e autonomização dos braços de inteligência, que Stepan nomeia como “comunidade de segurança” (STEPAN, 1986, p. 29). Nesse contexto, portanto, é iniciada a negociação da abertura e grandes corporações anteriormente ligadas à ditadura, a exemplo da Rede Globo, passaram a apoiar as Diretas Já e a redemocratização.

Na publicação de comemoração de 1964, o Clube Militar fez uma denúncia específica sobre a mudança de posição da gigante de comunicação, com a republicação do Editorial do Globo de 02 de abril de 1964, com destaque da edição para o trecho:

Os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos (...) A legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. (Editorial do jornal O Globo, 2 abr. 1964, apud CLUBE MILITAR, 2014, p. 11)

O Clube Militar revivia esse histórico posicionamento, que também é destacado por Codato e Oliveira (2004), em artigo sobre as mobilizações que apoiaram a intervenção de 1964, em especial as Marchas da Família. Sobre o respaldo dos setores liberais, o seguinte trecho é enfatizado desse editorial do Globo, acerca do Brasil governado pelas Forças Armadas:

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes

demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições ... Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor. (Editorial do jornal O Globo, 2 abr. 1964, apud CODATO; OLIVEIRA, 2004)

O trecho deixa nítida a embocadura passada de geração em geração: a compreensão de que as Forças Armadas devem preservar a “democracia”, a “lei” e a “ordem”. Essa leitura se associava à afirmação da ameaça do comunismo, o apoio de setores religiosos, e na autoafirmação dos ativistas intervencionistas e militares como verdadeiros “patriotas”.

A valoração sobre determinado fato histórico é, afinal, determinante na perspectiva de vencedores e vencidos, e decorre disso o poder atribuído aos atores envolvidos na atualidade. Dessa forma, a mirada para o passado promovida pela CNV mobilizou uma reação conservadora (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 4), ocorrendo uma reafirmação de valores tradicionais na resposta dos intervencionistas à sua execução. Se tratou de uma resistência articulada contra a mudança, nesse caso uma alteração sobre a visão do papel das Forças Armadas na tutela do poder nacional. O apego à tradição é, afinal, uma base fundante do conservadorismo, sendo desenvolvido em oposição ao progressismo na ação social, e, portanto, de forma relacional, afirmando por meio de suas retóricas que a mudança não é confiável ou válida (HIRSCHMAN, 1992, p. 15 e 16).

Destaca-se como a visão sobre a corporação é algo que mobiliza os setores militares, o que pode ser notado nas muitas datas comemorativas das suas realizações, na posição de heróis nacionais. Essa autoproteção se relaciona com uma visão de distinção dos seus membros com relação à sociedade em geral. Nas palavras do General Villas Bôas, comandante do Exército Brasileiro entre 2015 e 2019:

Há outro efeito produzido pela convivência no interior das corporações militares, esse de importância institucional. Trata-se dos comprometimentos que aí são forjados: indelévels e permanentes. Dão-se em três níveis. O primeiro ocorre entre os companheiros, em razão do conhecimento mútuo sobre as características recíprocas vividas diuturnamente, tornando-os irmãos perpetuamente. O segundo nível de comprometimento se constrói em torno do Exército fisicamente, o grande castelo protetor que nos abriga, nos protege, nos ensina, nos educa, provê nossas necessidades, forja nosso caráter, amolda nossa personalidade e obriga a nos superarmos. O terceiro nível, por si só o mais importante, diz respeito aos valores da profissão praticados cotidianamente, a ponto de serem os principais fatores de distinção dos militares perante a sociedade a que servimos e razão primordial de

nossa solidez. (Depoimento do General Eduardo Villas Bôas, *in* CASTRO, 2021, p. 26)

Desse modo, a preservação da imagem do corpo castrense orientou a abertura na década de 1980 e nos anos posteriores. Junto com sua defesa, dominou a preocupação com o seu próprio controle interno, e a partir disso o controle da “ordem” da nação. É bastante relevante o fato de que os membros das Forças Armadas também foram alvo da censura e violência institucional. Segundo a CNV, 6.591 militares foram perseguidos pelo Regime, sendo a quebra da hierarquia um dos motivos que justificou a intervenção de 1964 na acusação da “politização” dos quartéis, junto com o apontamento da “ameaça comunista” que rondava o país (CLUBE MILITAR, 2014, p. 4).

O receio de uma difamação do Exército constituía uma das bases daqueles que enfrentavam as políticas de MVJ e defendiam a congratulação dos governos militares. Ao seu lado, a construção de uma visão negativa apresenta igualmente consequência materiais. A própria concepção da Justiça de Transição vai além apenas do reconhecimento institucional de um período de autoritarismo ou guerra, com ações concretas de reparação e transformação social. O conceito invoca o direito à Reparação, que pode ser pecuniária ou simbólica, individual ou coletiva, e o direito à Justiça consiste na investigação dos fatos e responsabilização jurídica dos envolvidos pelas violações de direitos humanos (TELES, QUINALHA, 2020, p. 22).

2. A tradição do intervencionismo e o Regime de 1964

Ao analisar a mobilização conservadora contemporânea nos Estados Unidos, Hochschild (2016, p. 209) afirma que sua origem remete à Guerra de Secessão, no que a autora designa como a “história profunda” do país. No caso brasileiro, a “história profunda” mobilizada pelos militantes intervencionistas se baseia no papel de tutela das Forças Armadas ao longo de toda a trajetória nacional. Afinal, os militares cumpriram um papel relevante na Independência, associados à aristocracia, e foram os articuladores da Proclamação da República, bem como protagonizaram os dois períodos ditatoriais do último século.

Além da fundação da República ter se baseado em uma intervenção militar, em 1889, o Estado Novo, em 1937, foi a primeira intervenção articulada pelas Forças Armadas de forma unificada no Brasil (PINTO, 2016). Nesse contexto, é notória a influência do General Pedro

Aurélio de Góes Monteiro (ou Góis Monteiro), que aprofundou a visão de defesa da ordem nacional pela corporação. Ele cumpriu o papel de Ministro da Defesa do governo de Getúlio Vargas, sendo Ministro da Guerra por duas vezes e chefe do Estado-Maior do Exército por mais de seis anos. Foi um importante articulador do Estado Novo, junto com Eurico Gaspar Dutra, garantindo o apoio militar para o feito.

A atuação de Góis Monteiro remonta à repressão do Movimento Tenentista, dos anos 1920, e à conquista de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. O militar foi um agente central neste episódio, garantindo o apoio das Forças Armadas ao líder, ainda como tenente-coronel (SILVA, 2019, p. 13). No período, o Exército passava por um contexto de debilidade de sua coesão, característica da corporação, sendo ele o protagonista que promoveu o realinhamento da tropa. O conjunto de suas elaborações e medidas ficou conhecida como “Doutrina Góes Monteiro” (SILVA, 2019, p. 39). Isto é, além de viabilizar o governo de Vargas e o posterior Estado Novo, ele foi um intelectual do papel castrense na manutenção do poder no Brasil.

Nos momentos precedentes à ditadura varguista, a Constituição de 1934 já havia consolidado importantes mudanças sobre o papel das Forças Armadas, com protagonismo de Góis Monteiro para sua construção (SILVA, 2012, p. 104). Na ocasião, foi adotada a seguinte redação sobre a relação entre os poderes: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei” (artigo 162 da Constituição Federal de 1934). No ordenamento anterior, de 1891, a função das Forças Armadas se restringiria apenas a garantir a “manutenção das leis”. A partir de então, a incorporação da “ordem” no texto base do ordenamento jurídico foi utilizada como um mecanismo para a interpretação de que em seu nome os militares poderiam agir apesar das leis.

Essa mudança legal foi um marco fundamental para o intervencionismo brasileiro, com a criação de uma prerrogativa institucional que é interpretada por seus atores como uma permissão para a intervenção ao longo de toda a experiência republicana. Em sua versão atualizada, no artigo 142 da Carta Magna de 1988, se prescreve:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988).

Na coleta de dados desta tese foram identificados diversos *slogans* de ativistas, em faixas ou cartazes durante a ação contenciosa, com a utilização da justificativa constitucional para a intervenção, tais como: "Intervenção Constitucional do povo conduzida pelas FFAA", presente em Recife em 16/08/2015; "Não vai ter golpe - Vai ter intervenção militar conforme art. 142 da CF 88", identificada no Rio de Janeiro em 17/04/2016; ou, simplesmente, "intervenção militar constitucional", encontrada em várias cidades no período estudado. Essa referência à Constituição foi encontrada em 33 eventos de protesto registrados pelo portal de notícias G1, fonte utilizada na pesquisa, concentrados entre 2015 e 2019.

A manutenção da “ordem” é abordada sistematicamente como uma função primeira do Exército pelos intervencionistas. Dialoga também com a própria bandeira nacional, maior símbolo do repertório patriota, cujas inscrições afirmam “Ordem e Progresso”. Criada em novembro de 1889, a bandeira se revela como uma nítida expressão do positivismo e papel social de defensores da “ordem” das Forças Armadas, cujos membros foram vitoriosos na instauração da República. O preceito é também base do mecanismo da Garantia da Lei e Ordem (GLO), possibilidade de decreto presidencial para a ação do Exército em determinados contextos delimitados nos casos concretos, em termos de duração e extensão geográfica.

Em seus escritos, Pinto (2016) identifica o pensamento das Forças Armadas que começou a ser sistematizado por Benjamin Constant, na reforma do ensino da Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), que vigorou como a “doutrina do soldado-cidadão”, funcionando como norteador pedagógico oficial entre 1890 e 1898. A doutrina afirmava a necessidade de tutela das Forças Armadas sobre a sociedade civil, vista como moralmente inferior e de formação débil para seu próprio autogoverno. Anos antes, às vésperas da República, Benjamin Constant já advertia que a corporação poderia e deveria intervir quando o “poder constituído se torna um inimigo da nação” (PINTO, 2016, posição 985 do *ebook*).

Vale assinalar que o Clube Militar acompanhou e fomentou essa trajetória secular do autoritarismo brasileiro. A entidade defende, no passado e no presente, a interferência castrense no governo federal como método de controle social, e foi criada no contexto da busca da coesão corporativa necessária à intervenção que originou a República (PINTO, 2016). Com a sua consolidação, o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Clube Militar, nomeado em 1887, deixou o cargo para se tornar o primeiro presidente da república brasileira, dois anos após a criação do Clube. Dutra e Góis Monteiro foram também presidentes da entidade. E, contemporaneamente, a entidade manteve uma postura marcadamente laudatória do regime civil-militar durante a redemocratização, mesmo quando esta defesa se encontrava pouco expressiva, sob o véu da Anistia (NAPOLITANO, 2015, p. 26).

A defesa da “ordem” está intrinsecamente relacionada com a ameaça do “comunismo”, na formação da visão de mundo intervencionista. Tal abordagem foi usada já nos primórdios republicanos, por Vargas e Góis Monteiro, para ampliar medidas autoritárias nos momentos anteriores e formadores do Estado Novo (PINTO, 2016). A respeito da origem do anticomunismo no Exército, o General Villas Bôas resgata a sua profundidade:

Viveu-se, no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, um período extremamente conturbado. A política penetrou nos quartéis, provocando danos à disciplina e desviando os militares das rotinas castrenses. A questão militar, o positivismo, a Proclamação da República, as revoluções de 1930 e 32 estabeleceram uma sequência de eventos com poder de provocar rupturas no seio das Forças. Veio então a Intentona Comunista, em que o Exército assistiu, perplexo, à ideologia prevalecer como parâmetro de comprometimento e lealdade. Esse episódio foi determinante para a consolidação do sentimento anticomunista entre os militares. (Depoimento do General Eduardo Villas Bôas, *in* CASTRO, 2021, p. 160)

Nos primórdios republicanos, os membros da corporação defendiam a ideia de que caberia ao Exército uma missão civilizadora, “eminentemente moral e humanitária”, no comando dos rumos das nações sul-americanas (PINTO, 2016, posição 1185 do *ebook*). E, embora seja uma retórica secular, a ditadura civil-militar de 1964 aprofundou o anticomunismo, a partir da centralidade da sua Doutrina de Segurança Nacional (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 86; STEPAN, 1986, p. 23). Os movimentos sociais intervencionistas renovados neste início de século resgatam, portanto, referências profundas da formação

social brasileira, baseadas no combate ao comunismo e na defesa da ordem pelas Forças Armadas.

2.1 A Doutrina de Segurança Nacional na ditadura civil-militar

Importa salientar que a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi um dos principais arcabouços para a consolidação da ditadura de 1964, mas sua primeira aparição vem da Era Vargas. A primeira LSN do país foi promulgada em 4 de abril de 1935, como Lei nº 38/1935, definindo os crimes contra a ordem política e social. A norma atribuía a esse tipo penal um tratamento especial no rol das ações contra a segurança do Estado, com o abandono das garantias processuais. Após o fim do Estado Novo, em 1945, a legislação foi mantida nas Constituições que se sucederam. Na última experiência ditatorial (1964-1985), o princípio de Segurança Nacional iria ganhar importância no desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com grande influência internacional e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (STEPAN, 1986, p. 23).

O uso da Segurança Nacional na década de 1960 foi fortalecido pelo quadro geopolítico mundial (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p.86). Após a Segunda Guerra, os Estados Unidos (EUA) buscaram assegurar seus mercados tradicionais e os novos que se abriam, como decorrência dos processos de descolonização dos antigos impérios coloniais, em um contexto de disputa da hegemonia global com a União Soviética (URSS). Nesse ínterim, houve o lançamento de duas ações, em 1947: o Plano Marshall, elaborado para reconstruir a economia europeia, visando barrar o avanço do comunismo por meio reformas sociais e econômicas que mirassem o bem-estar social; e a Doutrina Truman, por meio da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela URSS ou pela subversão interna insuflada pelo comunismo (BUENO, 2014, p. 48).

Como um desdobramento, a origem embrionária da DSN para a América Latina pode ser encontrada na chamada “Declaração de Caracas de 1954”, quando, na X Conferência Interamericana, os EUA conseguiram uma condenação por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”. Essa declaração se dirigia à Guatemala, que desde 1944 estava vivendo um processo nacionalista

baseado em reformas, dentre elas, a reforma agrária, especialmente contra uma empresa estadunidense que era o maior proprietário de terras do país, assim como as oligarquias locais e a igreja católica. Juntos, esses atores, que viriam a ser prejudicados por tais reformas, armaram um plano de golpe de Estado, com apoio dos EUA. Marca-se, assim, o início de uma era com crescente intervenção dos EUA na política interna das demais nações no continente. Devido ao êxito da Revolução Cubana, em 1959, a política externa estadunidense aprofundou a resposta ao avanço do comunismo e anti-imperialismo na América Latina, definida como contra-insurreição (BUENO, 2014, p. 54).

A contra-insurreição foi uma estratégia de luta antiguerrilha que seguia o exemplo da experiência das guerras de libertação dos impérios coloniais ingleses e franceses. Ela baseava-se na combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate aos problemas sociais dos países do Terceiro Mundo. Nesse contexto, o então presidente dos EUA, John Kennedy, lançou um plano de desenvolvimento socioeconômico para a região, a Aliança para o Progresso, a fim de intervir nos índices de pobreza do subcontinente e barrar o “avanço vermelho”. Já no âmbito militar, as instituições para o treinamento de oficiais latino-americanos começaram a ser readequadas segundo as novas orientações da DSN, sendo o principal esforço da contra-insurgência operado através dos programas de formação militar (LENTZ, 2021, p. 16).

Após a Revolução Cubana, os primeiros programas militares que ensinavam a contra-insurgência foram ministrados na Escola do Caribe do Exército dos Estados Unidos, criada em 1949, na zona de ocupação do Canal de Panamá, responsável pelo aperfeiçoamento de oficiais norte-americanos. O treinamento foi estendido para militares de todo o continente, tornando a instituição conhecida como “Escola das Américas”. Estima-se que 33.147 oficiais militares latino-americanos frequentaram a escola do Canal do Panamá, entre 1961 e 1977 (LENTZ, 2021, p. 69). Em consonância com a estratégia da contra-insurreição, a Escola atuou na mudança de orientação de contenção da expansão do comunismo, com a defesa coletiva do hemisfério substituída pela segurança Interna, com notável influência no Cone Sul (STEPAN, 1986, p. 23).

Toda essa base teórica da DSN, e a prática de intervenções que culminaram em regimes autoritários, impactaram profundamente a visão das Forças Armadas sobre a tutela do poder

no Brasil. A transição negociada para a redemocratização não tratou de rechaçar essa interpretação. Pelo contrário, a LSN continuou no ordenamento jurídico nacional até 2021, com a previsão de prisão para quem incitasse “à subversão da ordem política ou social” (art. 23, da Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983).

Desse modo, existe uma cultura militar que é perpetuada na corporação alimentada pelo anticomunismo. No entanto, importa salientar que tal cultura abarca uma diversidade interna, como ocorre em qualquer espaço institucional e político (SANTOS, 2016, p. 24). Dentro dessa amplitude, entretanto, existe um discurso secular estruturado de defesa da ordem pelas Forças Armadas, com a ideia de uma legitimidade do uso da intervenção sobre o Executivo em momentos compreendidos como de ameaça à estabilidade. Como leitura do exercício do poder no país, esse enquadramento é repetido sistematicamente por membros do Exército e demais forças. Assim como Villas Bôas, que ocupou o cargo mais alto do comando nacional e considerou a CNV uma “traição” (CASTRO, 2021, p. 177), parte desses atores foi formada profissionalmente durante a ditadura civil-militar. Na convivência entre seus pares, e com instrumentos como as publicações do Clube Militar e outras formas de comunicação, a visão da legitimidade da intervenção sobre governos encarados como ameaçadores foi passada de geração a geração.

3. A redemocratização e o “revanchismo” no Brasil

A transição negociada para a Nova República foi baseada em acordos de oligarquias nacionais com novos atores surgidos durante as gestões militares (TELES, QUINALHA 2020, p. 33). A expressão desses acordos se consolidou na aprovação da Lei de Anistia, que se transformou em um mecanismo de salvaguarda dos envolvidos no Regime (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 129; TELES, QUINALHA, 2020, p. 348). Neste sentido, a transição para a democracia foi iniciada em 1979, com a Lei de Anistia, a partir da chamada “abertura lenta, gradual e segura” anunciada pelo General Ernesto Geisel (Arena - Aliança Renovadora Nacional), em 1974. No entanto, teria se concretizado apenas com a Constituição de 1988, “perfazendo o longo período de catorze anos, um tempo recorde comparativamente a outros processos transicionais da região” (TELES, QUINALHA, 2020, p. 33). Apesar do longo intervalo entre os dois eventos, mesmo após este longo período a transição não foi

plenamente realizada, com a construção da Comissão da Verdade ocorrendo apenas em 2012 no país.

Segundo Teles e Quinalha (2020), os marcos do processo de transição para democracia foram a Lei de Anistia, a eleição indireta do primeiro presidente civil, e a nova Constituição Federal. Os autores alertam que todos esses momentos foram negociações realizadas em acordos privados, com o alijamento da participação popular, e por meio da instituição de “estados de exceção” (TELES, QUINALHA, 2020, p. 33). Isto é, sua execução ocorreu por meio de mecanismos não tipificados e não reconhecidos por uma normativa democraticamente constituída.

Vale ressaltar que a Anistia foi uma apropriação dos agentes dos governos militares a uma reivindicação surgida originalmente na sociedade civil organizada, a qual pautava a anistia aos perseguidos pelo Regime. Em 1975, há o registro do primeiro grupo em prol da Anistia, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), com o debate circulando entre familiares de perseguidos, movimentos sociais e religiosos (AZEVEDO, 2020, p. 71). A partir de 1977, foram retomadas mobilizações de trabalhadores e estudantes, além de um florescimento do associativismo em diferentes âmbitos, especialmente pela ascendente classe média do país (BOSCHI, 1987; AZEVEDO, 2020). Nesse contexto, amplia-se o Movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ganhando força nos anos de 1978 e 1979, com o envio de um projeto ao Congresso Nacional que previa perdão para “crimes políticos e conexos”. No entanto, nas cúpulas de negociação, durante a gestão do General Figueiredo, a proposta foi alterada, resultando no perdão não apenas para perseguidos, mas também para os perseguidores. A proposta obteve voto favorável da maioria do MDB, oposição permitida no parlamento, quando apreciada pelos seus representantes (AZEVEDO, 2020, p. 72).

A campanha em curso fomentou a criação de Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que realizavam investigações e desenvolviam a defesa dos direitos humanos. Essa iniciativa se desdobrou em organizações formadas por sobreviventes do período e familiares dos perseguidos, fomentando a criação da Comissão de Familiares, grupos Tortura Nunca Mais e iniciativas como “Brasil: Nunca Mais” (AZEVEDO, 2020, p. 42). Aos poucos surgia uma arena de luta por Memória, Verdade e Justiça nacional.

A disputa das versões dessa história, e a legitimidade ou não de intervenções militares e seus sistemas de repressão, já estava presente nos embates da política brasileira. Nesse contexto, em 1985 ocorreu o lançamento do relatório Brasil: Nunca Mais, com o trabalho de um grupo de pesquisadores que sistematizaram informações de 707 processos do Tribunal Militar, do período entre 1961 e 1979, em mais de um milhão de páginas de denúncia da arbitrariedade estatal (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 126).

Como resposta à publicação, o agente da repressão Marco Pollo Giordano lançou “Brasil: Sempre”, no ano seguinte. A obra defendia a atuação institucional e denunciava grupos ligados ao comunismo internacional, como justificativa para a sustentação do Regime. No mesmo ano, o Exército organizou um documento interno, no contexto de contra-ataque ao Brasil: Nunca Mais, elaborado em sigilo e nomeado como ORVIL (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 127). O texto foi concluído em 1988, data da nova Constituição Federal, mas arquivado como material secreto do Exército, sendo lançado apenas em 2012, pelo Tenente-Coronel da reserva Lício Augusto Ribeiro, pela Editora Schoba, com o título “ORVIL – Tentativas de tomada do poder” (idem).

Também em 1985, ano da abertura política, a atriz e deputada federal Elizabeth Mendes de Oliveira (PT), conhecida como Bete Mendes, foi a uma viagem junto com uma comitiva presidencial de José Sarney (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e impactou o país com seu relato negativo sobre a ditadura (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 129). Na ocasião, ela encontrou o “Major Tibiriçá”, o Coronel Alberto Brilhante Ustra, em atividade em um posto de adido militar do Brasil no Uruguai, e ao retornar falou publicamente sobre as violências cometidas por ele. O coronel é um dos militares mais citados nas listas de torturadores elaboradas por ativistas e entidades de direitos humanos, com a ocupação do comando do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) / II Exército de São Paulo, entre 1970 e 1973 (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 92).

Como resposta ao episódio, Ustra lançou um livro de 200 páginas em 1987, intitulado “Rompendo o Silêncio”, no qual apresenta a sua versão dos acontecimentos. Nele, são dedicadas 14 páginas sobre a atuação de Bete Mendes no grupo Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, com trechos das declarações prestadas por ela enquanto prisioneira

no DOI, e as cópias do seu inquérito policial (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 129). Além de sua importância durante o Regime, Ustra foi um árduo defensor de suas gestões e métodos nas décadas seguintes.

No processo da Constituinte, cuja eleição de sua Assembleia ocorreu em 1986, houve uma mobilização intensa da sociedade, com representações de setores diversos que reivindicavam direitos no embrião da nova ordem em gestação. Sobre sua criação, é importante assinalar a ausência de rupturas na superação do autoritarismo, com a não responsabilização dos agentes envolvidos; a manutenção da Lei de Segurança Nacional; a previsão constitucional da garantia da “Lei e Ordem” pelas Forças Armadas, entre outros dispositivos. Acerca desse processo, Teles (2020, p. 130) analisa que a transição democrática foi caracterizada pela tutela militar, o que se refletiu no novo ordenamento jurídico, bem como nos impasses que seriam vividos posteriormente, com a implementação da Comissão da Verdade. Nota-se como a disputa da memória já estava viva durante a abertura política, refletindo nos militares uma visão de vitória nas armas, com o combate à “ameaça comunista”, mas uma perda relativa no campo da memória. É válido notar que isso acontece em meio ao crescimento do rechaço ao sistema de repressão e a visão de 1964 como um “golpe” (SANTOS, 2016).

4. As primeiras disputas da Memória na redemocratização

Logo no início da Nova República, ocorreu a criação de um grupo intervencionista cuja atuação no país foi identificada no levantamento de dados da presente pesquisa: a União Nacionalista Democrática (UND). Segundo depoimento prestado para esta pesquisa por uma de suas lideranças, José Geraldo Quartim de Moraes, o grupo foi criado em 1993, com o lema “Brasil acima de tudo”. É um dos poucos grupos deste setor que apresentava atuação nacional, conforme a coleta de dados realizada.

Nos anos seguintes, as políticas de Memória avançaram na institucionalidade brasileira, ainda que de forma limitada se comparada a experiências de outros países. Entre 1994 e 1995, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) lançou uma trilogia com depoimentos de militares, que pela primeira vez certificavam a ocorrência de torturas e mortes sem resistência durante o período (LEIRNER, 2020, p. 216). Além disso, ainda na década de 1990, houve a descoberta da Vala

Clandestina de Perus, em São Paulo, na qual foram encontrados restos mortais de pessoas vitimadas pela perseguição.

O cemitério de Perus foi construído em 1971, com o achado de 1.049 ossadas sem identificação em uma vala clandestina localizada dentro dele. O caso fomentou um novo impulso pela abertura dos arquivos da ditadura e levou à criação de uma Comissão Parlamentar sobre os Desaparecidos no Congresso Nacional (AZEVEDO, 2020, p. 77). No âmbito municipal, foi instalada uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas, e foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Devido à relevância do caso, a literatura identifica que o episódio foi um ponto de pressão para a sanção da Lei nº 9.140, em 4 de dezembro de 1995, por Fernando Henrique Cardoso (FHC; PSDB) em seu primeiro ano de governo (BRANDÃO, 2020, p. 116). A norma, conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos, concedeu indenização aos parentes das vítimas fatais do período, embora mantivesse a omissão da autoria dos crimes e suas circunstâncias. Assim sendo, o Estado assumia de forma abstrata a responsabilidade pelas violações cometidas, mas sem mover ações de responsabilização dos casos e sem obrigar a abertura dos arquivos militares. A tônica era a da afirmação da reconciliação e do esquecimento do período para promoção da paz baseada na Anistia, como prescrito em seu artigo 2º: “A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia” (artigo 2º da Lei nº 9140/1995) .

Nesse contexto, o governo reconheceu 136 mortos e desaparecidos que constavam em um dossiê organizado por familiares e ativistas de direitos humanos. Como forma de lidar com os casos não contemplados, empreender esforços na localização de desaparecidos, e realizar reparações pecuniárias, a legislação formalizou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério da Justiça (BRANDÃO, 2020, p. 116). A Comissão, composta por sete membros indicados pelo presidente da República, recebia requerimentos produzidos pelos próprios familiares, que montavam os casos como manifestações particulares. Destarte, cabia aos parentes das vítimas o ônus da prova, fato este criticado pelo ativismo que reivindicava políticas de MVJ como um tratamento privado das

denúncias, sem o devido envolvimento e reconhecimento público das violações perpetradas (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 91).

Cabe assinalar que a iniciativa ampliou o reconhecimento institucional da perseguição política empreendida no período da ditadura, o qual já havia surgido como resultado de levantamentos e elaborações que vinham do processo da redemocratização, mobilizados pela sociedade civil. Afinal, antes da Lei nº 9140/1995 e como uma semente da mesma, foi publicado o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, em 1984, fruto do trabalho de comissões de familiares e dos Comitês Brasileiros pela Anistia (TELES; QUINALHA, 2020, p. 43).

A CEMDP foi vista com maus olhos por setores das Forças Armadas. Em “Rompendo o Silêncio”, Ustra deixa nítida a insatisfação com as medidas de reparação presentes no país, afirmando que seriam medidas unilaterais de benefício dos “terroristas” e de não cumprimento do pacto da Anistia:

Há anos lutamos para que os familiares dessas vítimas sejam indenizados, como aconteceu com os dos subversivos e terroristas. Infelizmente tem sido uma luta inglória, ignorada pela mídia e desconhecida pela sociedade. A Comissão Especial, instituída pelo governo, decide quem deve ou não ser contemplado com pensões e indenizações pagas pelos cofres públicos. Essa comissão só reconhece como vítimas aqueles que lutaram para implantar no Brasil uma ditadura de cunho marxista-leninista. Com isso demonstra, claramente, a diferença de tratamento entre vencidos e vencedores, cria ressentimentos e contribui para que o esquecimento e paz, propostos pela Lei de Anistia, não sejam alcançados. (USTRA, 2016, p. 522, apud ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 129)

No contexto de atores republicanos e liberais críticos das gestões militares, Fernando Henrique foi o primeiro a avançar no tema da Memória e Verdade, ele próprio tendo sido exilado durante o Regime. Dez anos após a abertura política, a Lei nº 9.140/1995 foi o primeiro reconhecimento institucional da morte de opositores durante a ditadura (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 91). Mas, apesar do marco dessa normativa e da Comissão Especial, a sua aplicação era prevista para o período entre 1961 e 1988, não recortando o início exato da intervenção em 1964, como uma forma de escamotear o autoritarismo dos governos militares.

A transição democrática também inseriu o Brasil nos tratados internacionais e reconhecimento dos direitos humanos. Dessa forma, em 1996 foi efetivado o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1), como uma consequência do

compromisso assumido na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993. No entanto, nesta primeira experiência o tema das violações estatais do passado não foi tratado (AZEVEDO, 2020, p. 78).

Fernando Henrique Cardoso também criou o Ministério da Defesa, substituindo os três ministérios militares então vigentes e extinguindo o Estado Maior das Forças Armadas, por meio do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 498, de 1997. Essa ação apresentava como objetivo reduzir os custos com as Forças Armadas, e retirou o cargo de ministro dos comandantes das Forças Armadas – mas com uma série de mediações com os militares, inclusive mantendo o *status* jurídico de ministro aos mesmos (ZAVERRUCHA, 2005, p. 109). Da parte do Executivo, havia o interesse da viabilização da entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, com a necessidade da indicação de um representante na pasta de Defesa como responsável das interlocuções. Configurou, portanto, mais uma medida de retirada de poder castrense. No entanto, a análise realizada por Zaverucha (2005) afirma que essa ação não alterou de fato as relações entre civis e militares, com qualquer tipo de subordinação maior dos últimos com relação aos primeiros. Destaca-se, mais uma vez, a ocorrência de mudanças significativas no que tange a posição das Forças Armadas, mas com uma enorme mediação em cada uma delas.

Ainda durante o seu mandato, ocorreu o reconhecimento da jurisdição da Corte Internacional de Direitos Humanos pelo Brasil, em 1998, fruto da reabertura política e alinhamento com os órgãos internacionais. Apesar da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ter sido ratificada e incorporada em 1992, foi somente em 3 de dezembro de 1998 que a nação reconheceu a jurisdição contenciosa obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 89/1998. Essa medida é bastante relevante uma vez que o órgão incidiria posteriormente sobre a necessidade de políticas de Justiça de Transição no país.

Do outro lado da trincheira, em 1999 é criado no Rio de Janeiro o Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA), com protagonismo do coronel Ustra em sua organização (CUNHA, 2020, p. 107). A iniciativa foi uma reação ao que foi visto como uma política de revisão da memória nacional, tendo apoio do novo presidente do Clube Militar, empossado em 1999, o General da Reserva Hélio Ibiapina de Lima, com o local tornando-se sede da atuação do

grupo (LEIRNER, 2020, p. 120). Destaca-se que no final da década de 2000, o General Augusto Heleno seria uma das lideranças do TERNUMA, posteriormente tornado ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e apoiador da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência (idem).

O ano de 1999 foi marcado por reações da defesa da imagem das Forças Armadas acerca da última intervenção do país. Além do citado grupo, foi realizada a publicação de 14 volumes pela Biblex (editora do Exército, chancelada pelo seu Comando), baseada na reafirmação do discurso da importância de 1964 para a manutenção da estabilidade política pela própria corporação. Segundo Leirner (2020, p. 120):

A relevância dessa série da Biblex está menos no tom laudatório e no valor histórico dela, mas mais no fato de que ela evidencia que o comando militar sempre fez um certo “jogo duplo”: de um lado, oficialmente e institucionalmente se colocava como fiel aos princípios democráticos e subordinados ao poder civil, mas internamente dava corpo e não bloqueava as iniciativas que alimentavam uma certa porosidade entre esses “grupos político-militares” e a instituição. Como de praxe nas publicações oficiais, é notável que esses volumes foram distribuídos para praticamente todas as unidades militares do Brasil; e, atente-se ao fato de que nas academias e escolas militares geralmente são os volumes da Biblex que compõem a maior parte da bibliografia sobre história que é lida.

No mesmo ano, o intelectual Olavo de Carvalho escreveu um texto que defendia a perspectiva positiva do golpe militar, afirmando que seria necessário modificar a visão negativa que preponderou sobre seus governos. O artigo, publicado no jornal O Globo, concluía: “Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de *slogans* pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?”.

Contrariando os defensores da ditadura, após a Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos, outras medidas foram tomadas. Houve a criação da Comissão da Anistia, publicada pela Medida Provisória nº 2.151, em 2001, convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 10.559, de 2002, e instalada no Ministério da Justiça (BRANDÃO, 2020, p. 64). A legislação trata da reparação econômica das vítimas da ditadura, sendo uma demanda dos perseguidos e familiares, com objetivo de compensar danos trabalhistas de acordo com a função que a pessoa exercia na época, mas novamente sem responsabilização dos perpetradores das violações (TELES, QUINALHA, 2020, p. 22; BRANDÃO, 2020, p. 64).

Ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram alterações da carreira dos militares e seus direitos, o que igualmente foi visto com desagrado pelos integrantes das Forças:

Nesse mesmo período, sofremos um duro golpe, quando o governo baixou a Medida Provisória no 2.215, de outubro de 2001, que, de certa forma, antecipou a reforma da previdência dos militares. Numa só canetada foram extintos o auxílio moradia, o adicional de tempo de serviço, a licença especial e outras vantagens associadas à passagem para a inatividade. Como consequência, quem ingressou na vida militar a partir daquela data, ao aposentar-se, receberá 30% menos que aqueles que já integravam as Forças. (Depoimento do General Eduardo Villas Bôas, *in* CASTRO, 2021, p. 118)

Acerca do contexto dessas medidas, importa assinalar que a redemocratização apresentou a tônica de uma “direita envergonhada”, com um esforço dos representantes públicos em se diferenciar dos governos militares. Assim, Madeira e Quadros (2017, p. 3) afirmam que a associação entre o termo “direita” e o Regime foi um elemento destacado do período. Eles citam algumas pesquisas que corroboram essa hipótese, como é o caso das entrevistas realizadas em meados da década de 1980, com 428 deputados federais, dos quais nenhum se declarou como de “extrema direita”, e apenas 6% como de “centro-direita”, enquanto 37% se identificavam como “centro”, 52% “centro-esquerda” e 5% como de “extrema-esquerda”. Relatam também a análise de Power e Zucco Jr. (2011, apud MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 487), que avaliam dados de seis *surveys* realizados no Congresso Nacional, entre 1990 e 2009, com quase mil questionários. A pesquisa conclui que 88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da “reputação” de seu partido. O rótulo de “direita” era fortemente evitado pelos representantes naquele momento, o que está relacionado a um rechaço e uma busca de diferenciação do que foi a ditadura civil-militar recém vivida.

5. O Governo Lula e o pacto da Anistia

Apesar das medidas na garantia de políticas de Memória, a questão da responsabilização dos agentes envolvidos nos governos militares seguia intocada. Sobre isso, Villas Bôas relata que nas eleições de 2002 aconteceu uma nova ameaça “revanchista”, pois a um mês do pleito entrou na pauta da Câmara um projeto de lei de revogação da Lei de Anistia, de autoria de um parlamentar do Partido dos Trabalhadores (CASTRO, 2021, p. 115). Segundo o militar, ele imediatamente levou o caso para o líder do partido na Casa, Deputado Mercadante (PT),

que teria afirmado “Coronel, fique tranquilo, porque esse projeto sai da pauta hoje mesmo”. O pacto permanecia vivo, em acordo com os líderes da ascendente legenda, nos preparativos para o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Do ponto de vista do ativismo intervencionista, Leirner (2020, p. 216) afirma que diante da eleição de Lula, grupos que reivindicavam a memória de 1964 ganharam adeptos, como o TERNUMA, o Inconfidência e o Guararapes. No entanto, apesar da movimentação, a relação das Forças Armadas com o primeiro presidente do Partido dos Trabalhadores foi marcada pela conciliação. Segundo Villas Bôas, o relacionamento das Forças Armadas com o governo Lula foi “muito tranquilo” (CASTRO, 2021, p. 176), visto que o presidente “adotou medidas positivas, e, até mesmo, inovadoras. Reverteu a tendência declinante dos orçamentos de defesa e adquiriu mais de 14 mil viaturas, para um Exército que andava a pé” (CASTRO, 2021, p. 176). O governo realizou também a Estratégia Nacional de Defesa (END), a partir da qual foram revisados os planejamentos estratégicos das Forças e a elaboração de projetos, vistas como positivas pelo setor.

Em 2003, o Executivo liderou um recurso contra a sentença da ação judicial da Guerrilha do Araguaia, o que configurou um ponto de tensão diante do ativismo de MVJ. A iniciativa tratava do desaparecimento forçado de cerca de setenta guerrilheiros na região do Pará, entre 1972 e 1974 (BRANDÃO, 2020, p. 123). A sentença da juíza Solange Salgado determinava a abertura dos arquivos militares perante o caso e a localização dos restos mortais das vítimas (TELES, 2020, p. 234). O governo federal recorreu, formando em outubro uma comissão interministerial composta pelo advogado-geral da União, e pelos ministros da Justiça, da Defesa, da Casa Civil e dos Direitos Humanos, com acompanhamento dos comandantes da Marinha, do Exército, e da Aeronáutica, para atuar diante dos protestos contrários à iniciativa (idem).

O recurso reconhecia o direito dos parentes de buscar os desaparecidos, mas alegava que a juíza extrapolou o pedido da ação, movida pelos familiares dos assassinados ainda em 1982, uma vez que a solicitação era de localização dos restos mortais, e não da abertura dos arquivos das Forças Armadas. Diante disso, o presidente da CEMDP, o advogado Luís Francisco Carvalho Filho, se manifestou contrário à decisão, afirmando que ela seria frágil tecnicamente e politicamente lamentável. Chegaram a cogitar um pedido de demissão

coletiva dos membros da Comissão, mas somente Suzana K. Lisbôa renunciou ao cargo, posteriormente, em 2005, como representante de familiares de mortos e desaparecidos da CEMDP (TELES, 2020, p. 234).

Em 2004, foi iniciada a articulação do Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas. Segundo a própria apresentação do grupo, sua finalidade seria promover estudos e pesquisas, na construção de eventos, consultorias, capacitação, desenvolvimento e treinamento. Foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), publicado no Diário Oficial de 15 de agosto de 2006. Apesar do registro como iniciativa civil, o Instituto foi criado por coronéis da reserva. Seus sócios-fundadores, o Coronel Sérgio de Souza Cirilo e o Coronel Joaquim Gabriel Alonso Gonçalves, posteriormente foram trabalhar como assessores de segurança de Gilmar Mendes, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), entre 2008 e 2010. Ademais, o Instituto realizou no governo Bolsonaro, em 2022, a publicação “Projeto de Nação”, disputando os rumos da política brasileira.

Em 2006, Ustra lançou “A Verdade sufocada: a História que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, que segundo Araújo e Dias, é a “obra que sintetiza a memória dos militares” sobre o período (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 128). A publicação, de cerca de 600 páginas, disputa frontalmente a memória nacional, com o argumento da ameaça comunista e a defesa da ordem pelas Forças Armadas. Foi criado um site da obra, no qual em uma das divulgações de lançamento na capital do Rio Grande do Norte, em 10 de setembro de 2006, se veiculava sobre o autor: “Militar apontado como participante de 502 torturas durante os quatro anos em que comandou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, lançará livro esta semana em Natal”.

No ano seguinte, foi criado outro movimento intervencionista cuja atuação seria bastante relevante nos momentos posteriores: O Pesadelo de Qualquer Político. Junto com a UND, os dois foram identificados como de atuação nacional durante o período da coleta de dados da presente pesquisa, entre 2011 e 2019. Em agosto de 2016, o movimento se apresentaria como o “maior grupo de patriotas intervencionistas do Brasil”, mantendo ações constantes em diversos estados do país.

Em paralelo, avançavam os debates sobre a necessidade da Comissão da Verdade, inclusive perante a percepção dos limites da atuação da CEMDP pelos familiares e integrantes dos movimentos de direitos humanos (TELES, 2020, p. 234). A demanda apareceu de forma explícita no seminário “Debate Sul Americano sobre Verdade e Responsabilidade em Crimes contra os Direitos Humanos”, organizado em maio de 2007 pelo Ministério Público de São Paulo, em conjunto com o Centro Internacional de Justiça de Transição e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. O evento contou com a presença de ativistas, juristas, historiadores, entre outros envolvidos nas temáticas de Memória, Verdade e Justiça. Ao final foi apresentada uma “Carta de São Paulo”, na qual foi exposta a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade (TELES, 2020, p. 234).

Apesar das boas relações, houve também conflitos entre os braços institucionais no período do governo Lula. Um dos pontos destacados por Villas Bôas foi a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol. O processo começou no fim dos anos 1970, mas sua homologação ocorreu em 2005, sendo contestada judicialmente nos anos seguintes. Finalmente, em 2008 o STF garantiu a demarcação contínua do território. O General afirmou que o Exército se sentiu profundamente desrespeitado, pois era contrário à demarcação e não foi ouvido, mesmo sendo um dos braços do Estado com maior conhecimento da Amazônia: “Revoltou-nos a desfaçatez com que era montada uma verdadeira pantomima, da qual participavam os atores esperados. Logicamente, a grande imprensa acompanhava e fazia uma ampla divulgação, causando-nos revolta e sentimento de impotência” (CASTRO, 2021, p. 117).

Além da decisão, o ano de 2008, já na segunda gestão de Lula na presidência, contou com outras ações que mexeram o tabuleiro dos interesses das Forças Armadas. Da parte da militância de MVJ, cresciam as desconfianças frente aos limites da CEMDP, com o debate da retirada de sua representação como forma de explicitar o descontentamento com o governo e sua tentativa de dificultar a sentença da juíza Solange Salgado, do caso Araguaia. Desse processo, se fortaleceu a discussão da necessidade de uma CNV brasileira, bem como foi construída a campanha “Desarquivando o Brasil”, com uma proposta de iniciativa legislativa de direito à informação, que serviu como base à posterior Lei de Acesso à Informação, apresentada pelo Executivo em 2011 (TELES, 2020, p. 236).

Ainda nesse ano, foi realizada a I Conferência Municipal e Encontro Regional de Direitos Humanos de Belo Horizonte, no qual o Grupo Tortura Nunca Mais de Minas Gerais (GTNM-MG) defendeu a criação de um eixo ausente da pauta nacional da Conferência de Direitos Humanos, o de “Memória, Verdade e Justiça” (TELES, 2020, p. 236). A demanda obteve ressonância, com a conquista do eixo no evento nacional, e a aprovação nesta etapa conferencial da indicação de criação de uma “Comissão da Verdade e da Justiça”.

Vale ressaltar que 2008 foi igualmente marcado pelo avanço da Ação Civil Declaratória movida pela Família Teles, família da liderança integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) Amelinha Teles, solicitando uma declaração pública do reconhecimento de Ustra como torturador. Como não envolvia pedido de punição ou indenização, esta ação foi usada estrategicamente por não ferir os princípios da Lei de Anistia (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 92).

Como resposta às iniciativas que pulsavam pelo país, o Clube Militar começou a promover diversos eventos, ainda em 2008, expondo sua visão sobre o tema da Memória e mobilizando juristas, empresários e ativistas intervencionistas. Segundo Leirner (2020, p. 120) neste momento Olavo de Carvalho passa a frequentar o Clube, ganhando espaço entre a intelectualidade militar, referências na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e no Estado-Maior do Exército. Ele se tornaria um importante formulador do conservadorismo nacional, muito associado à posterior ascensão de Bolsonaro à presidência. Segundo Leirner (idem), já neste momento o filósofo e astrólogo começava a afirmar uma conspiração da esquerda internacional em torno do Foro de São Paulo, supostamente associada a “narcoguerrilhas” como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), em um projeto “gramsciano” de tomada do poder.

No dia 07 agosto de 2008, o Clube Militar realizou um evento com cerca de 300 pessoas em homenagem a Ustra e crítico às tentativas de responsabilização dos agentes da ditadura. Na semana anterior, o então Ministro da Justiça Tarso Genro declarou que as torturas realizadas nos governos militares não deveriam ser vistas como crime político, por isso não deveriam ser anistiadas pela legislação nacional. Como resposta, no evento foi apresentada uma carta de autoria dos presidentes dos Clubes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, criticando o referido ministro, bem como Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Alegavam que uma rediscussão da aplicação da Lei nº 6683/1979 seria um “desserviço” e “fora de propósito”. Explorando o patriotismo anticorrupção, afirmavam ainda que os políticos deveriam se voltar aos “inúmeros escândalos protagonizados por figuras da cúpula governamental ou, ainda mais recente, a gravíssima suspeita de envolvimento de alguns deles com as Farc”.

O General reformado Sérgio Augusto de Avellar Coutinho participou do seminário e citou crimes praticados por organizações políticas de oposição durante o período ditatorial. Afirmou que haveria um revanchismo por parte de integrantes do governo ao querer reabrir a discussão da Anistia, em conjunto com uma tentativa de enfraquecer as Forças Armadas e ensejar uma “revolução socialista” no país. Denunciou, ainda, que foram cometidos assassinatos e que muitos dos seus envolvidos no momento ocupavam “cargos importantes nessa República”. Além do militar, o evento contou também com a presença de Waldemar Zveiter, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante os anos 1980. Ele argumentou que o crime de tortura só foi tipificado no Brasil como lei em 1997, o que reforçaria a impossibilidade de enquadrar penalmente as violações cometidas durante os governos militares. Sugeriu, ainda, a saída de Tarso Genro do cargo.

Desse modo, ainda que esta pauta não se apresentasse como uma prioridade pelo chefe do Executivo, com o qual os militares mantinham um bom convívio, dentro do governo persistiam tensões em torno dos rumos da memória nacional. Durante o evento, do lado de fora do Clube Militar, ocorria um protesto organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais de Goiânia e estudantes, que expunham faixas com os dizeres “Brilhante Ustra, imunidade não vai mais acontecer”.

Dois meses depois, em 09 de outubro, a Ação iniciada em 2005 pela Família Teles para declaração de Ustra como torturador obteve vitória judicial. Esse foi um divisor do embate de MVJ na história do país, pois além da importância do militar durante o Regime, foi o primeiro reconhecimento institucional de um agente público do período como torturador.

No mesmo mês, se concretizou outro marco da disputa em curso. Os familiares que moveram a ação da Guerrilha do Araguaia entraram com o pedido de o caso ser julgado na Comissão

Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, e a entidade internacional realizou uma audiência pública sobre o tema, a pedido do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), que foi a entidade responsável pela iniciativa no sistema interamericano (TELES, 2020, p. 242). No evento, intitulado “A Lei de Anistia como obstáculo à justiça no Brasil”, foi afirmada a necessidade de uma reinterpretação da legislação, de modo a não permitir a autoanistia por aqueles que atuaram nos governos militares, em consonância com os compromissos internacionais firmados. Na sequência, em novembro, a CIDH notificou o Estado brasileiro com relação às medidas indicadas em seu informe.

Em dezembro de 2008, foi realizada a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Familiares participaram da mesa do eixo temático 7, nomeado “Memória, Verdade e Justiça”, conquistado na etapa federal em Brasília, na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Neste momento, a pauta da criação da Comissão Nacional da Verdade ganhava força, e era registrada como uma demanda oficial desse espaço de participação popular, com destaque para a atuação de familiares pela Justiça de Transição (TELES, 2020, p. 238).

Diante do não cumprimento das indicações da CIDH, em março de 2009 a Comissão decidiu encaminhar o caso Gomes Lund e outros, referente à Guerrilha do Araguaia, à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) (TELES, 2020, p. 244). A ação se originara de uma petição apresentada em 1995, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/Americas, em nome das pessoas desaparecidas no contexto da guerrilha. Posteriormente, somaram-se ao caso como peticionários a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos da Violência do Estado; o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro; e Angela Harkavy, irmã de um desaparecido.

Em abril de 2009, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) publicou o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”, com a apresentação de pesquisas realizadas ao longo do funcionamento da CFMDP e propondo a criação de uma Comissão da Verdade e Justiça no país:

(...) espera-se dessas Comissões que sejam plurais, independentes e utilizem-se de procedimentos próximos aos judiciais [...]. Destacam-se, porém, o caráter público e transparente desses procedimentos extrajudiciais de reparação simbólica, onde, geralmente, se propicia o depoimento de testemunhas e confissões de acusados. Dessa forma, a investigação e recuperação dos fatos, mesmo que não acompanhada de punição, ocorrem de maneira muito mais profunda. Em diversas partes do mundo a rememoração do passado tem ocorrido de maneira indissociável das lutas por justiça. Salientamos, assim, a relação íntima e complementar entre memória e justiça [...] (ALMEIDA et.al., 2009, p. 50, *apud* TELES, 2020, p. 238 e 239).

No mês seguinte, foi criado o Centro de Referência Memórias Reveladas, visando possibilitar o acesso a documentos do regime militar, inclusive suas imagens digitais. A iniciativa foi baseada no Archivo Nacional de la Memoria da Argentina, cujo objetivo era articular diferentes instituições proprietárias de acervos da ditadura (STAMPA; RODRIGUES, 2014).

Em julho, os familiares do caso Araguaia apresentaram um memorial de requerimentos, com demandas para a Nação em uma lista de quinze medidas, entre as quais a criação de uma Comissão da Verdade e a responsabilização penal dos envolvidos na repressão à Guerrilha. Em novembro do mesmo ano, o Estado enviou a solicitação de que a Corte se declarasse incompetente para a apreciação do pedido e o não esgotamento dos recursos internos da ação movida, ajuizada em 1982 (TELES, 2020, p. 244) – sendo essa uma condição para apelação internacional de pedidos não encaminhados em esfera interna. Vale ressaltar que neste ano de 2009, diante da ebulição causada pela jurisdição internacional sobre o caso, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PP) divulgou um cartaz com os dizeres “Quem procura osso é cachorro”, em referência ao Grupo de Trabalho Tocantins que buscava os restos mortais do Araguaia (BENETTI et al., 2020, p. 11).

Em meio à efervescência de demandas pelo aprofundamento da Justiça de Transição no Brasil, em outubro de 2009 o Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) organizou uma Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade. Nela foi esboçado como seria um projeto de uma Comissão da Verdade no país, posteriormente usado para a criação do anteprojeto proposto ao Executivo para a criação da CNV (TELES, 2020, p. 245). Neste momento, acreditava-se que a condenação na Corte IDH da OEA seria questão de tempo, com a preparação do que deveria ser uma resposta institucional do Brasil de medidas efetivas acerca do seu último período autoritário.

As demandas de MVJ alcançaram um novo patamar com o lançamento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído por meio do Decreto nº 7037, de 21 de dezembro de 2009, com a incorporação de resoluções da mencionada XI Conferência de Direitos Humanos. No eixo VI, “Direito à Memória e à Verdade”, o Programa estabeleceu como objetivo a “apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil [...] e promover a reconciliação nacional” (SEDH/PR, 2010, p. 173, apud TELES, 2020, p. 134).

Da parte dos militares, os comandantes do Exército, General Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, Brigadeiro Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão caso o presidente não revogasse o trecho do PNDH-3 que indicava a criação da CNV. Além da criação da Comissão, duas propostas no capítulo de “Direito à memória e verdade” contrariavam setores das Forças Armadas: identificar e tornar públicas as “estruturas” utilizadas para violações de direitos humanos durante o período militar; e a criação de uma legislação proibindo que ruas, praças, monumentos e estádios obtivessem nomes de pessoas que praticaram crimes na ditadura. Os militares classificaram o documento como "excessivamente insultuoso, agressivo e revanchista".

Além das indicações em torno da memória do último regime ditatorial, o Programa causou mal-estar igualmente por sua menção ao direito ao aborto, mobilizando atores religiosos contrários. Também foi criticado pelo Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Por outro lado, Vanucchi também ameaçou entregar o cargo caso Lula recuasse nas medidas aprovadas, condenando o fato de torturadores e torturados receberem o mesmo respaldo do Estado pela Anistia.

O texto final aprovado na ocasião do PNDH-3, em sua terceira reformulação, foi realizado por meio de um grupo de trabalho, depois debatido em conferências de direitos humanos e apreciado em negociações com setores refratários ao seu conteúdo (AZEVEDO, 2020, p. 87). Sua aprovação foi apresentada como um aperfeiçoamento institucional perante a incorporação dos conteúdos da agenda de Direito à Memória e a à Verdade com os quais o Brasil se comprometeu em tratados internacionais, no âmbito das indicações da ONU e OEA (idem). Ressalta-se que seu conteúdo sofreu diversas alterações, com a supressão de termos

como “repressão ditatorial”, “resistência popular à repressão”, “justiça” e do trecho “responsabilização criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964-1985” (TELES, 2020, p. 241). As mudanças indicavam, portanto, uma diluição temporal do período dos governos militares e a retirada do julgamento penal dos envolvidos.

Gasparotto, Vechia e Silveira (2012, p. 92) enfatizam a relevância da retirada do termo “justiça” na indicação da criação da Comissão, na elaboração do texto final do PNDH-3. Segundo as autoras, em acordo com análises realizadas por Amelinha Teles, a supressão do termo foi uma diminuição do papel da Comissão, com objetivo de evitar a responsabilização e punição dos agentes estatais. Portanto, apesar de críticas de ativistas que confrontavam o silêncio a respeito dos crimes perpetrados, o projeto teve seguimento desse modo, apenas com o termo “Verdade”, e o ano de 2009 encerrou-se com a previsão da criação da CNV.

O ano seguinte foi iniciado com pressões dentro do governo em torno da temática. Em janeiro de 2010, Lula (PT) adiou duas vezes uma reunião com o Ministro da Defesa Nelson Jobim para tratar do assunto. Além disso, no dia 11 de janeiro, no primeiro dia de trabalho após o recesso, o presidente realizou um encontro de sua “coordenação política”, com os principais ministros, para discussão dos principais temas da gestão, mas não chamou Jobim, Ministro da Defesa, nem Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, protagonistas das demandas de MVJ no Executivo.

5.1 A pressão internacional e o pacto da Lei de Anistia

Apesar dos acenos para a efetivação da Justiça de Transição no Brasil, o pacto de silenciamento seguia como uma demanda daqueles que queriam manter 1964 no passado. Em abril de 2010, o Ministro do STF Eros Grau foi relator da ação movida em 2008 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para declarar a Lei de Anistia inconstitucional. A entidade moveu uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 153, com objetivo de declarar o não recebimento pela Constituição de 1988 do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 6.683/1979, questionando a autoanistia dos militares que atuaram pelo Regime. Entraram como *Amicus Curiae* da ação, ou seja, entidades “amigas da Corte” para se pronunciar apoiando uma das partes do

processo, a Associação Juízes para a Democracia, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, e a Associação Democrática e Nacionalista de Militares – ADNAM.

A decisão do Ministro foi pela improcedência do pedido, com a afirmação: “A inicial ignora o momento talvez mais importante da luta pela redemocratização do país, o da batalha da anistia, autêntica batalha. Toda a gente que conhece nossa História sabe que esse acordo político existiu, resultando o texto da Lei n. 6.683/79” (GRAU, 2010, p. 21). A maioria do tribunal seguiu o voto do relator, e a interpretação da norma se manteve intocada. A literatura especializada analisa esse momento como mais um marco na arena de Memória, Verdade e Justiça do país, pois foi uma decisão de uma das mais importantes instituições da democracia, o Supremo Tribunal Federal (STF), para corroborar com uma normatização realizada ainda sob Regime Militar, realizada pelos integrantes das Forças Armadas no poder para sua autoproteção. O Tribunal defensor da Constituição reafirmou a compreensão da “reconciliação nacional” na manutenção do direito de autoanistia dos envolvidos. Para além do caráter histórico, ao não considerar passível de punição as realizações arbitrárias do período, a decisão corroborava com a legitimidade da intervenção militar realizada.

Um dado importante sobre este episódio é a constatação de que o ex-ministro da Defesa do governo Lula (PT), Nelson Jobim, declarou que antes do julgamento visitou todos os ministros do STF apresentando uma argumentação contrária à defesa da ADPF nº 153, de autoria do ex-ministro da instância, Sepúlveda Pertence (TELES, 2020, p. 245). Segundo Teles (2020), o jurista Fábio K. Comparato, autor da referida ação, afirmou que no dia da deliberação um dos integrantes do tribunal lhe confessou que na véspera todos os magistrados haviam comparecido a um jantar com o próprio presidente e um representante das Forças Armadas, e que foram pressionados a votar contra as indicações da ADPF, mantendo a Anistia para os envolvidos no Regime (idem). Nota-se, portanto, o compromisso da gestão federal em manter o pacto com os militares da não responsabilização dos integrantes da ditadura de 1964. Embora atendesse às demandas dos movimentos de familiares e direitos humanos para medidas de Memória e Verdade, como a conclusão do PNDH-3, o posicionamento quanto ao corpo castrense era o de preservação dos seus membros.

Nessa tônica, um mês após a decisão do STF de manter a interpretação da Lei nº 6683/1979, com a referida pressão por parte do Executivo, Lula apresentou ao Congresso Nacional um

anteprojeto com a proposta da criação da Comissão da Verdade, elaborado por um grupo de trabalho instituído com este fim (TELES, 2020, p. 245). Na sua formulação, foram usadas como base as elaborações da citada Conferência Internacional sobre o Direito à Verdade, realizada no ano anterior. Ressalta-se que tal anteprojeto foi apresentado às vésperas do esperado julgamento internacional sobre o caso da Guerrilha do Araguaia.

Em dezembro de 2010, enfim aconteceu a condenação do Brasil pela Corte IDH, com a decisão de que as violações de direitos humanos cometidas na ditadura civil-militar deveriam ser investigadas, julgadas e punidas, e a indicação da criação de uma Comissão da Verdade no país. Afirmava também a necessidade de uma legislação de acesso à informação, que disponibilizasse ao público os documentos estatais do período. Na sentença, a Corte seguiu a jurisprudência das condenações internacionais dos casos de Barrios Altos, do Peru, e de Almonacid Arellano, do Chile. A Lei de Anistia foi enquadrada como incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos e sem efeitos jurídicos, devido ao veto da possibilidade de autoanistia em casos de regimes autoritários (TELES, 2020, p. 137 e 138).

Desse modo, apesar dessa sentença do STF reiterando a legislação, meses depois seria alcançado tal reconhecimento internacional da incompatibilidade da norma com as convenções de direitos humanos firmadas pela nação. A decisão constituiu uma incontornável negação mundial da aplicação da Anistia, como pode se ler na sua sentença (CORTE, 2010, p. 113):

3. As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

4. O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, estabelecidos nos artigos 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação com o artigo 1.1 desse instrumento, em prejuízo das pessoas indicadas no parágrafo 125 da presente Sentença, em conformidade com o exposto nos parágrafos 101 a 125 da mesma.

5. O Estado descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, contida em seu artigo 2, em relação aos artigos 8.1, 25 e 1.1 do mesmo instrumento, como consequência da interpretação e aplicação que foi dada à Lei de Anistia a respeito de graves violações de direitos humanos.

Segundo Gasparotto, Vechia e Silveira (2012, p. 92), a repercussão dessa decisão, tanto internamente quanto no cenário global, fez aumentar as investidas sobre o governo, incidindo por uma resposta oficial sobre o tema. Além da pressão política envolvida na decisão, que condenava pela comunidade internacional aquilo que o STF havia acabado de declarar como legítimo, é importante compreender a sua força institucional. Afinal, ao se comprometer com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 1992, o Brasil passou a reconhecer expressamente a competência da Corte Interamericana para a responsabilização por violações de direitos humanos perpetradas anteriormente, mas continuadas ou permanentes, prevista em seu artigo 67. A nação também assinou o Estatuto de Roma, ratificado em 2002, que em seu artigo 7 prevê os crimes contra a humanidade, os quais não seriam passíveis de anistia (VENDRAMINI, 2020, p. 87).

O contexto internacional foi, assim, um impulsionador da disputa da Memória internamente, incorporada como uma oportunidade pelo ativismo em direitos humanos e familiares de perseguidos do período. Oportunidade política é um conceito utilizado pelos autores da Teoria do Confronto Político para tratar dos acontecimentos de determinado contexto exteriores aos grupos, com capacidade de ampliar sua intervenção (TARROW, 1997, p. 38). Esses podem ser inesperados, ou mesmo provocados, como forma de reforçar determinada demanda social. Assim, a dissonância do Brasil no tema da Justiça de Transição com relação a outras experiências internacionais foi intensamente usada pelos atores que reivindicavam políticas de MVJ no solo nacional.

Desde a redemocratização, ainda que de forma marginal no debate público sob o silenciamento da Anistia, existia um embate visceral sobre as interpretações da intervenção de 1964. Junto com ele, existe uma discussão do presente acerca do que é legítimo ou não como papel das Forças Armadas sobre a condução política nacional. Até a Comissão Nacional da Verdade, o tema começou com denúncias no clima da redemocratização, com uma intensificação da pauta a partir do segundo governo Lula, por diferentes caminhos institucionais em conjunto com a pressão internacional. No entanto, embora permeado pela reivindicação de familiares de vítimas que levantavam a bandeira da punição aos envolvidos com a ditadura, reparações e reformas institucionais, o início da Nova República foi marcado por representantes que optaram pela lógica da conciliação e esquiva dos conflitos. Ainda que

reafirmassem o pacto da Anistia, a narrativa assumida pelos governos da redemocratização foi tratar 1964 como um “golpe”, e não como uma “revolução”, e os militantes atingidos no período como perseguidos políticos, e não como terroristas (ARAÚJO, DIAS, 2018, p. 131). A Justiça de Transição no Brasil não ocorreu como em outros países, especialmente pela salvaguarda jurídica dos envolvidos e pelo prolongamento temporal de suas medidas, mas ainda assim a posição oficial até então era a de denúncia do Regime, e não sua congratulação. Após muitos confrontos, foi concretizada a Comissão Nacional da Verdade.

6. Conclusão

A justiça de transição no Brasil ocorreu de forma tardia e limitada, diferente da realidade de outras nações sujeitas a ditaduras militares. A tutela das Forças Armadas foi a tônica da abertura, o que ocasionou a salvaguarda dos seus membros. O Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente das gestões que mais avançaram em torno da temática da Verdade, dando continuidade às políticas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso (PSDB). No entanto, todas essas gestões mantiveram uma posição de conciliação perante os chefes militares, preservando os envolvidos em violações de direitos humanos no período entre 1964 e 1985. Nesse contexto, destaca-se a mediação do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), que realizou o PNDH-3, origem institucional da indicação da Comissão Nacional da Verdade, mas que esteve à frente da reafirmação da Lei de Anistia, juntamente ao Supremo Tribunal Federal. Isto significou um pacto pelo alto de silenciamento e preservação dos militares.

No período tratado neste capítulo, que vai da redemocratização até a publicação da Lei que criou a CNV, em 2011, destaca-se a ausência de expressão dos intervencionistas nas ruas e dos seus defensores na institucionalidade, seguindo a lógica da “direita envergonhada”, fenômeno no qual os atores políticos buscavam se distanciar da superada ditadura civil-militar. No entanto, ainda que a maioria dos parlamentares e governantes buscassem se diferenciar das gestões autoritárias, com o discurso oficial da intervenção como um “golpe”, é relevante como a sua reivindicação permaneceu viva entre os membros das Forças Armadas. Desse modo, nesses primeiros anos do século XXI, a defesa do Regime Militar se manteve, com protagonismo do Clube Militar; de agentes envolvidos com o Regime, por meio da publicação de diversos livros e posicionamentos públicos; e de uma minoria de parlamentares que reivindicavam tais gestões, com destaque para Jair Bolsonaro, então

deputado federal (PP) e que viria a se tornar presidente do Brasil. Do outro lado da trincheira, o ativismo de Memória, Verdade e Justiça seguia firme na luta pelo avanço das medidas de Justiça de Transição, encontrando no apoio internacional uma oportunidade para avançar em novas políticas no território nacional.

A literatura especializada não trata de manifestações confrontacionais pedindo intervenção militar neste intervalo. No levantamento de dados da presente pesquisa, o tema apenas voltaria à ação contenciosa a partir do final de 2013, ganhando fôlego nos protestos de rememoração de 1964, na ocasião dos 50 anos da Marcha da Família e início dos governos militares, em 2014, e com sua difusão diante do enfrentamento ao governo da presidente da República Dilma Rousseff (PT), entre 2015 e 2016. Isto posto, identifica-se uma longa suspensão dos pedidos pela retomada dos militares nos protestos nacionais. No entanto, a defesa da ditadura civil-militar manteve vivos os enquadramentos que sustentam tal visão de mundo: a ideia da defesa da ordem contra a ameaça comunista, com a permissão para a interferência castrense no Executivo em nome da estabilidade política do Brasil. Na manutenção dessa visão da tutela do poder, os integrantes da corporação se revelaram como os protagonistas das bases simbólicas e teóricas da defesa da legitimidade das intervenções militares, bases estas que nos anos seguintes seriam as munições para a retomada do ativismo intervencionista nas mobilizações do país.

Capítulo 2

"Graças a vocês o Brasil não é Cuba":

A Comissão Nacional da Verdade e a defesa da intervenção militar no Brasil

Em 2010, o Brasil passava pelo último ano de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), que preparava a sua substituição por Dilma Rousseff, com a perspectiva de completar uma década do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. No campo dos direitos humanos, sua gestão produziu o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), publicado no final de 2009, o qual previa a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A indicação se cumpriu, com a entrega do seu relatório final em 2014. A política de Memória, Verdade e Justiça (MVJ) mobilizou a oposição de setores das Forças Armadas e seus apoiadores, em torno da defesa da ditadura civil-militar de 1964. Nesse contexto, emergiram pedidos de novas intervenções em nome da ordem.

Em consonância com o PNDH-3, no dia 30 de abril de 2010 foi enviado um ofício por membros do Executivo ao Presidente, com a iniciativa de um Projeto de Lei para sua criação⁶:

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira.

Em seguida, no dia 12 de maio de 2010, a proposta foi enviada pelo Executivo para a Câmara de Deputados⁷, tornando-se o Projeto de Lei nº 7376/2010, posteriormente seguindo para o Senado como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88/2011. Após a tramitação, foi criada,

⁶ O projeto foi enviado por Rogério Sottili, Nelson Azevedo Jobim, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Paulo Bernardo Silva. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0csma1h8yu7cl812xge33ayrv49491667.node0?codteor=771442&filename=Tramitacao-PL+7376/2010 <Último acesso em 17/05/2022>.

⁷ Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0csma1h8yu7cl812xge33ayrv49491667.node0?codteor=771453&filename=Tramitacao-PL+7376/2010 <Último acesso em 17/05/2022>.

enfim, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), como órgão temporário estabelecido pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, oficialmente instalada em 16 de maio de 2012.

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a presidir o Brasil. Na sua trajetória havia outro fato marcante: ela compôs um grupo que promovia ações armadas na ditadura civil-militar⁸, sendo perseguida e torturada durante o Regime. Assim, apesar de vir de uma iniciativa ainda sob o governo Lula, a sanção e execução da Lei ocorreu na gestão de Dilma, com a forte expressão dela própria ter sido uma vítima da violência estatal. Os resultados da Comissão foram divulgados em 10 de dezembro de 2014, no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nesse momento, o governo passava por mais de um ano de uma queda abrupta de popularidade, atravessado pelo ciclo de protestos de 2013 no país.

A publicação das conclusões do órgão foi considerada um acinte por aqueles que defendiam o passado ditatorial nacional. As violações perpetradas eram, até então, pouco tratadas pela institucionalidade, sob o véu de deixar o assunto no passado com base na Anistia, que perdoou perseguidos e perseguidores do período. O fato contribuiu para o acúmulo de indignação contra a gestão federal, fortalecendo o discurso de defesa e congratulação das Forças Armadas e da prática de intervenções militares em nome da ordem. Aqueles que se sentiram diretamente afetados pelas ações d MVJ uniram forças com muitas outras insatisfações, que compunham a ação confrontacional, em uma oposição ascendente ao governo sob protagonismo de lideranças conservadoras.

O presente capítulo integra a pesquisa sobre o crescimento nacional dos pedidos de intervenção, entre 2011 e 2019. Dentro desse intervalo, identificou-se a relevância da CNV no tema do intervencionismo, com a compreensão de que a tutela das Forças Armadas sobre o governo é desejável para conter supostas ameaças à estabilidade social. Dessa forma, neste capítulo será investigado como se relacionou o processo da Comissão e o intervencionismo brasileiro, quais atores iniciaram as mobilizações entre 2011 e 2014, e a relação entre a disputa da memória e os pedidos de intervenção atualmente.

⁸ “Dilma Rousseff”. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/> <Último acesso em 17/05/2022>

1. A sanção da Comissão Nacional da Verdade como revanche nacional

1.1 A criação da Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade foi envolta em grande polêmica e acirradas disputas, desde sua concepção. Em seu discurso de posse, no dia primeiro de janeiro de 2011, a debutante Dilma Rousseff afirmou o seu compromisso: “Quem como eu e tantos outros da minha geração lutamos contra o arbítrio, a censura e a ditadura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos no nosso País (...)”. E arrematou seu pronunciamento, antes das considerações finais, reforçando como sua geração foi marcada pelo autoritarismo: “Entreguei, como muitos aqui presentes, minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. (...) Muitos da minha geração que tombaram pelo caminho não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista e rendo-lhes minha homenagem”. A primeira mulher presidente do Brasil abria sua gestão afirmando um compromisso que atraía a atenção daqueles que defendiam a memória de 1964 e a legitimidade da intervenção militar.

Além das proposições sobre o tema da Memória, Dilma Rousseff herdava do seu antecessor uma oposição organizada em estruturas de mobilização sob a denúncia da corrupção. Logo antes da sanção do projeto da CNV, nos primeiros meses do mandato, a presidente contou com protestos de confrontação com a temática da má gestão dos recursos públicos, pauta que já se revelava como centro da oposição desde o governo Lula (SILVA, 2018, p. 9). Em 2011, mobilizações contra a corrupção marcaram os desfiles militares do Sete de Setembro, dia da Independência, com a Marcha Contra a Corrupção mobilizando 2 mil pessoas em Brasília⁹, e sendo também expressiva em São Paulo. No mês seguinte, em 12 de outubro, ocorreram protestos com a pauta da corrupção em 25 cidades do país, contando com a presença de esposas de militares reivindicando melhores salários, em Brasília¹⁰.

As mobilizações foram seguidas pelo debate legislativo para a criação da Lei nº 12.528/2011,

⁹ “Veja fotos dos protestos pelo país no 7 de Setembro”. Matéria de 11/09/2011, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/fotos/2011/09/veja-fotos-dos-protestos-pelo-pais-no-7-de-setembro.html> <Último acesso em 18/08/2022>.

¹⁰ “Segunda Marcha Contra a Corrupção ganha novos temas”. Matéria de 12/10/2011, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/10/segunda-marcha-contra-corrupcao-ganha-novos-temas.html> <Último acesso em 18/08/2022>.

cuja publicação ocorreu no dia 18 de novembro. A tramitação legislativa ocorreu com baixa participação popular, na aposta de negociações por cúpulas fechadas (TELES, 2020, p. 246). Na Câmara Federal, a votação, conduzida pelo então presidente da Casa, o deputado Marcos Maia (PT), seguiu em regime de urgência e a tônica era o da promoção da “reconciliação nacional”.

Na ocasião, Arolde de Oliveira, deputado federal pelo Democratas (DEM) do Rio de Janeiro, afirmou que a intervenção de 1964 evitou a implantação do comunismo no país, alegando que foi uma ação necessária para evitar essa tentativa, que já havia ocorrido durante o governo Vargas: “Já houvera uma em 1935. De 1967 até 1975, houve o período de uma segunda (...), com financiamento externo da China e de Cuba (...). Esta Comissão da Verdade terá de levantar os dois lados; não pode ser uma balança de um prato só, que só vai avaliar um lado da questão” (BRASIL, 2011, p. 166 e 167, *apud* TELES, 2020, p. 251).

Na sequência, o então deputado Jair Bolsonaro, do Partido Progressistas (PP), fez um pronunciamento sugerindo que a presidente e os deputados de esquerda não queriam trazer à tona toda a verdade sobre o período:

O que vocês têm a ganhar com isso? A Dilma vai ter o seu troco. Vai! Ela quer a Comissão da Verdade? Vai ter a tribuna da verdade aqui. E eu não tenho medo de processo de cassação, não! [...] Fizeram curso em Cuba, na China, na Coreia, de guerrilha, de como torturar, de como sabotar, de terrorismo e vieram aqui ao Brasil falar que combatiam uma tal de ditadura. Isso é uma piada [...], é uma vergonha. Eu lamento que o meu Congresso esteja aprovando essa proposta, apunhalando [...] os militares das Forças Armadas! O que querem é prender militares (BRASIL, 2011, p. 171 e 172, *apud* TELES, 2020, p. 251).

É notório o incômodo gerado por Dilma Rousseff (PT) desde o início dos debates da criação da CNV, concebida ainda no governo Lula. A ideia de uma ex-guerrilheira à frente do comando da República com uma política de abordagem do passado ditatorial do país era encarada como uma revanche sem precedentes. Na ocasião da sanção da polêmica legislação, a presidente se manifestou sobre essa compreensão: “As gerações brasileiras se encontram hoje em torno da verdade. O Brasil inteiro se encontra, enfim, consigo mesmo sem revanchismo, mas sem a cumplicidade do silêncio”¹¹.

¹¹ “18-11-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção do projeto de Lei que garante o acesso a informações públicas e do projeto de Lei que cria a Comissão Nacional

Em âmbito internacional, a pressão por respostas do Brasil ao seu passado autoritário se fortalecia, inclusive pelos avanços de nações com histórias semelhantes. Nas vésperas da criação da Comissão, no final de outubro de 2011, a Justiça da Argentina condenou 18 militares que participaram da ditadura no país por crimes contra a humanidade¹². O julgamento ocorreu 8 anos após a derrubada da sua Lei da Anistia, seguindo a compreensão global da impossibilidade de autoanistia de participantes de governos ditatoriais. Nesse contexto, a nação se destacou nas políticas de MVJ, assim como é o caso do julgamento dos envolvidos com o nazismo na Alemanha e com o Apartheid na África do Sul.

No mesmo dia da sanção da Lei nº 12.528, em 18 de novembro, a Alta Comissária dos Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, enviou um requerimento ao Brasil solicitando o devido julgamento aos responsáveis pelas arbitrariedades institucionais no período entre 1964 e 1985¹³. Os órgãos internacionais cobravam por ações efetivas do governo, com o peso da condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) sobre o caso da Guerrilha do Araguaia no ano anterior.

Do outro lado da disputa, grupos representando as Forças Armadas e seus familiares questionaram desde o princípio a formação da Comissão. A então presidente da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas (Unemfa), Ivone Luzardo, afirmou que a iniciativa se tratava de um “revanchismo”, e que apenas a garantia da participação paritária de militares poderia garantir a idoneidade do processo¹⁴. No mesmo sentido, o capitão Sebastião Pereira, diretor da Associação dos Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, também se declarou crítico à iniciativa, afirmando que “Não era necessária essa comissão.

da Verdade”. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-sancao-do-projeto-de-lei-que-garante-o-acesso-a-informacoes-publicas-e-do-projeto-de-lei-que-cria-a-comissao-nacional-da-verdade> <Último acesso em 31/07/2022>.

¹² Banco. “Oito anos após derrubar lei da anistia, Argentina condena 18 militares por tortura e homicídios”. Matéria de 26/10/2011, G1. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/oito-anos-apos-derrubar-lei-da-anistia-argentina-condena-18-militares-por-tortura-e-homicidios.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

¹³ Banco. “ONU pede julgamento de repressores da ditadura militar”. Matéria de 18/11/2011, G1. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/onu-pede-julgamento-de-repressores-da-ditadura-militar.html> Notícia de 18/11/2011, <Último acesso em 17/05/2022>.

¹⁴ Banco. “Famílias e militares querem influir na formação da Comissão da Verdade”. Matéria de 19/11/2011, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/11/familias-e-militares-querem-influir-na-formacao-da-comissao-da-verdade.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

Houve uma anistia, e isso deveria ter encerrado o assunto”¹⁵.

1.2 Reação dos atores à criação da Comissão Nacional da Verdade

Diante da concretização da CNV, que seria instalada em 16 de maio de 2012, diferentes atores se movimentaram. Ainda no primeiro trimestre, às vésperas do seu nascimento, o caso Vladimir Herzog avançava na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹⁶, e o Ministério Público Federal (MPF) se movia na denúncia da Guerrilha do Araguaia¹⁷.

No outro lado da trincheira, os Clubes das Forças Armadas se pronunciaram na defesa do passado autoritário nacional¹⁸. Em 22 de fevereiro de 2012, as entidades se mobilizaram pela memória positiva da intervenção de 1964, com a realização de um evento que contou com a presença do Almirante Ricardo Antônio da Veiga Cabral (presidente do Clube Naval), do general Renato Cesar Tibau da Costa (presidente do Clube Militar), e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista (presidente do Clube de Aeronáutica). Na ocasião, publicaram um manifesto no qual expressavam "preocupação" com duas declarações sobre 1964: a entrevista da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, que teria afirmado a possibilidade de ações judiciais por perseguidos políticos contra agentes da repressão do período militar; e o discurso de posse da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que se declarou como alguém que lutou pela democracia no período. O manifesto também apresentava receios com relação à posição do partido no poder como um todo, sem manifestação contrária por parte da presidente a esses posicionamentos.

Ainda no intervalo entre a sanção da Lei e a instalação da Comissão, o aniversário da ditadura civil-militar foi turbulento em 2012, com ações de denúncia e congratulações à sua memória. Em março, estudantes e militantes de partidos de esquerda protestaram contra um debate

¹⁵ Idem.

¹⁶ Banco. “Brasil é investigado por morte do jornalista Vladimir Herzog”. Matéria de 29/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/03/brasil-e-investigado-por-nao-punir-assassino-de-jornalista-na-ditadura.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

¹⁷ Banco. “MPF diz que denunciará militar por crimes na guerrilha do Araguaia”. Matéria de 13/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/mp-anuncia-primeira-acao-penal-por-crime-na-guerrilha-do-araguaia.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

¹⁸ Banco. “Clubes militares criticam declarações de ministros sobre a ditadura”. Matéria de 22/02/2012, G1. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/clubes-militares-criticam-declaracoes-de-ministros-sobre-ditadura.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

organizado pelo Clube Militar, que apresentava uma visão favorável à intervenção de 1964¹⁹. Por sua vez, oficiais da Reserva promoveram homenagens aos seus combatentes do período²⁰, nos dias 29 e 31 de março. A cobertura da imprensa realizou o seguinte registro²¹:

Quatro veteranos da Brigada Paraquedistas saltaram de aviões com bandeiras do Brasil e aterrissaram na Praia da Reserva, Zona Oeste do Rio de Janeiro. As comemorações oficiais foram proibidas por representantes das Forças Armadas e pela presidente Dilma Rousseff, mas os paraquedistas disseram que por serem da reserva poderiam fazer a homenagem.

Neste ínterim, no dia 30 de março, ocorreu no centro de Porto Alegre uma atividade vinculada ao 5º Encontro Latino-Americano Memória, Verdade e Justiça. O evento foi organizado pela Comissão de Anistia (CA) do Ministério da Justiça, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH/RS). Seu caráter transnacional envolveu argentinos, paraguaios, uruguaios, chilenos e bolivianos, com atuação na área de MVJ (AZEVEDO, 2020, p. 63 e 64). A elaboração passava pela avaliação do legado da doutrina de Segurança Nacional na região e dos avanços em cada realidade. Configurava, portanto, um encontro de troca de experiências e formulações, com o enquadramento do passado a partir das aberturas democráticas vividas em sua maior parte na década de 1980.

No evento, Paulo Abrão, então Secretário Nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia, expressou²²: “Nós estamos criando um ambiente inédito no tratamento das violações do nosso passado. Porque aquela luta incessante, constante, permanente dos familiares dos mortos e desaparecidos ao longo do tempo, hoje se torna uma luta de toda a sociedade”. O representante dialogava, afinal, com a antiga crítica à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a qual incumbia aos familiares dos perseguidos políticos o ônus da prova, e restringia à esfera individual o tratamento dos casos (GASPAROTTO; VECHIA;

¹⁹ Banco. “Estudantes e militantes protestam no Rio contra debate sobre golpe militar”. Matéria de 29/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/03/estudantes-e-militantes-protestam-no-rio-contra-debate-sobre-golpe-militar.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

²⁰ Banco. “Militares da reserva promovem nova homenagem ao Golpe Militar de 1964”. Matéria de 31/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/militares-da-reserva-promovem-nova-homenagem-ao-golpe-militar-de-1964.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

²¹ Idem.

²² Caderno de Campo 1, 31 mar. 2012, Porto Alegre, 5º Encontro LatinoAmericano Memória, Verdade e Justiça.

DA SILVEIRA, 2012, p. 91). A citação é ilustrativa de como a CNV era considerada pelos envolvidos no tema como um tratamento inédito ao período da ditadura civil-militar.

Em seguida, para apoiar os trabalhos da Comissão, a Câmara Federal começou os primeiros passos de uma Subcomissão Especial de "Memória, Verdade e Justiça"²³, sob coordenação da Deputada Federal Luiza Erundina, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No evento de lançamento, o Deputado Jair Bolsonaro (PP) se posicionou contrariamente à iniciativa e alegou que não lhe foi dado o direito de voz perante os quatro depoentes do dia, envolvidos com a Guerrilha do Araguaia: "A gente está tendo aqui a demonstração do que vai ser a Comissão da Verdade: chapa-branca. Eles não querem a verdade e deram uma demonstração clara aqui hoje". Vale assinalar que o parlamentar se apresentava historicamente como um porta voz da defesa da ditadura civil-militar, mesmo quando o assunto era pouco tratado nos espaços institucionais nas gestões anteriores. Se tornou um dos principais opositores das reivindicações de MVJ no Congresso Nacional. Segundo mapeamento realizado por Cunha (2020, p. 193), o parlamentar realizou 56 pronunciamentos contrários à CNV em atividades da Câmara.

O tema agitou as mobilizações também nas ruas. Na sequência dos protestos no aniversário de 1964, houve nova manifestação de familiares de vítimas do Estado, em São Paulo, no dia 07 de abril de 2012²⁴. Nesse cenário, Dilma Rousseff (PT) ganhou R\$ 20 mil do governo do Rio de Janeiro, por ser torturada na ditadura, de um total de 120 indenizações realizadas. Ela doou a verba para o Grupo Tortura Nunca Mais, em um reconhecimento da atuação do movimento como um dos mais importantes do país na denúncia do Regime e apoio às vítimas e familiares. Anteriormente, a presidente ganhara uma indenização do governo de São Paulo, em 2008, e de Minas Gerais, em 2002²⁵.

2. Conflitos em torno do funcionamento da Comissão Nacional da Verdade

²³ Banco. "Câmara começa a ouvir vítimas e ex-agentes do regime militar". Matéria de 03/04/2012, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/camara-comeca-ouvir-vitimas-e-ex-agentes-do-regime-militar.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

²⁴ Banco. "Parentes de desaparecidos durante a ditadura fazem passeata em SP". Matéria de 07/04/2012, G1. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/parentes-de-desaparecidos-durante-ditadura-fazem-passeata-em-sp.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

²⁵ Banco. "Dilma vai receber indenização por ter sido torturada durante ditadura militar". Matéria de 18/05/2012, G1. <https://globoplay.globo.com/v/1954408/> <Último acesso em 17/05/2022>.

O mês de maio de 2012 marcou o início dos trabalhos da CNV. Apesar de diversas representações estatais estarem mobilizadas na reparação às vítimas da ditadura, é nítida a resistência de representantes das Forças Armadas. Dentro dos demais poderes institucionais igualmente persistiam ressalvas. Foi o caso da denúncia do Ministério Público Federal contra o coronel reformado do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado de Polícia Civil Dirceu Gravina, pela acusação de sequestro qualificado, que foi negada pela Justiça Federal no dia 22 de maio de 2012²⁶. Dessa forma, se expressavam profundas divergências nas diferentes arenas institucionais e da ação política.

Em junho daquele ano, o governo do Rio promoveu um ato de reparação aos presos políticos da ditadura²⁷. Além das ações tomadas pelo poder público e pautadas por movimentos sociais, o debate foi aquecido por outras linguagens. Entre elas, ocorreu o Festival Cinema Pela Verdade, com filmes em diversas capitais do país. A realização de mostras e exposições críticas à 1964 foi abundante durante o funcionamento da Comissão, compondo o clima de desenvolvimento em curso dos mecanismos institucionais de MVJ e do aniversário de 50 anos da referida intervenção.

Outro elemento relevante desse contexto foi a criação de comissões estaduais. Segundo Azevedo (2020, p. 89), foram organizadas mais de cem Comissões da Verdade pelo Brasil. Um exemplo da força dessa rede foi o evento que ocorreu em Brasília no dia 30 de julho de 2012, promovido pela CNV, no qual foram recebidos 44 comitês de 19 estados e do Distrito Federal (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 94). Formaram-se também organizações da sociedade civil que buscavam fomentar e dar subsídios ao trabalho estatal em curso, com a criação de comitês, fóruns e grupos para a promoção de atividades, coleta de depoimentos, pesquisas em arquivos e sistematização de informações (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 93).

Em seguida, os desfiles da independência do ano de 2012 foram permeados novamente por

²⁶ Banco. “Justiça nega ação contra militares acusados de sequestro na ditadura”. Matéria de 23/05/2012, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/justica-nega-acao-contra-militares-acusados-de-sequestro-na-ditadura.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

²⁷ Banco. “Rio tem ato de reparação aos presos políticos da ditadura militar”. Matéria de 05/06/2012, G1. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/rio-tem-ato-de-reparacao-aos-presos-politicos-da-ditadura-militar.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

intensas mobilizações. Além dos tradicionais “Grito dos excluídos”²⁸ do campo do ativismo socialista, em paralelo aos desfiles militares, ocorreram novamente protestos de denúncia da corrupção. Protestos com este recorte foram convocados em pelo menos 58 cidades²⁹. No Distrito Federal, houve a participação do Sindicato dos Agentes da Polícia Federal e da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas Brasileiras, com pedidos de reajuste salarial. Em uma das faixas das esposas de militares se lia³⁰: “Dilma investe milhões em Cuba, o mensalão nada na Cachoeira, enquanto o povo brasileiro agoniza nas filas dos hospitais, os militares realizam trabalho escravo e recebem esmolas”.

De outro lado, no mesmo dia da comemoração da Independência, ocorreu em Recife um protesto paralelo ao desfile denunciando a ditadura civil-militar e relembrando suas vítimas. O governador do estado, Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), demonstrou apoio à mobilização, afirmando que seu avô, Miguel Arraes, foi exilado político e que Pernambuco estava entre os primeiros a estabelecer uma Comissão Estadual da Verdade³¹. Também em Rondônia, entre os 5 mil que assistiam ao desfile em Porto Velho, o Movimento Feminino Popular carregava uma faixa com os dizeres “Cadeia para os torturadores”. Segundo uma de suas integrantes, uma estudante de 19 anos, “É um movimento que não acredita na Comissão da Verdade. Queremos que os torturadores sejam punidos” (sic)³².

No dia 25 de outubro de 2012 foi publicado “ORVIL – Tentativas de tomada do poder”, pelo

²⁸ O Grito dos Excluídos surgiu em 1994, a partir da organização da 2ª Semana Social Brasileira, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), inspirada na Campanha da Fraternidade de 1995, cujo lema era “A Fraternidade e os excluídos”. Foi escolhida a data do 7 de setembro como m contraponto ao “Grito da Independência”, evocando as contradições que permanecem na realidade brasileira desde sua fundação. O primeiro Grito dos Excluídos foi realizado em 7 de setembro de 1995, com sua realização em 170 localidades do país. Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/historia> <Último acesso em 23/07/2022>.

²⁹ Banco. “Protestos marcam desfiles do Dia da Independência pelo país”. Matéria de 07/09/2012, G1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/09/protestos-marcam-desfiles-do-dia-da-independencia-pelo-pais.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

³⁰ Banco. “Mulheres de militares protestam por reajuste no desfile de 7 de Setembro”. Matéria de 07/09/2012, G1. <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/09/mulheres-de-militares-protestam-por-reajuste-no-desfile-de-7-de-setembro.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

³¹ Banco. “No Recife, protesto lembra vítimas da ditadura no Desfile da Independência”. Matéria publicada em 07/09/2012, G1. <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/09/no-recife-protesto-lembra-vitimas-da-ditadura-no-desfile-da-independencia.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

³² Banco. “Mais de 5 mil pessoas prestigiam desfile em Porto Velho, diz Seduc”. Matéria publicada em 07/09/2012, G1. <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/09/mais-de-5-mil-pessoas-prestigiam-desfile-civico-em-porto-velho.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

tenente-coronel da reserva Licio Augusto Ribeiro (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 127). O evento foi promovido também pelo tenente da reserva José Conegundes do Nascimento e o lançamento ocorreu na Associação dos Ex-Combatentes do Brasil³³. O local é representativo, já que ainda que possa ser uma iniciativa individual de alguns membros da corporação, o seu apoio por meio da realização na referida associação é um gesto de setores mais amplos das Forças Armadas na reafirmação desta perspectiva sobre a história do Brasil.

O ano de 2012 foi encerrado com o peso da inauguração dos trabalhos da Comissão. Por parte dos ativistas de MVJ, havia uma preocupação devido ao silêncio em torno das investigações realizadas. Esses atores publicaram uma carta na qual expressavam o receio da ausência de transparências nos trabalhos da CNV, alertando que o caminho de construção era tão importante quanto os seus resultados (BRANDÃO, 2020, p. 124). Na sociedade em geral cresciam expressões de denúncia da ditadura. No lado oposto, convergia um descontentamento entre as Forças Armadas com as condições de trabalho e a indignação com a CNV, interpretada como um revanchismo. E no contexto mais geral do confronto político, ganhavam força os discursos contra o governo, especialmente pelo eixo da denúncia da corrupção.

3. Intervencionistas no ciclo de protestos de junho de 2013

No primeiro de abril de 2013, ocorreu no Rio de Janeiro um protesto em frente ao Clube Militar de denúncia da ditadura. Cerca de 150 pessoas³⁴ exibiram fotos de desaparecidos políticos e pedidos de abertura dos arquivos do período. Também neste início de ano, Comissões Estaduais seguiram sendo criadas pelo país, como no Espírito Santo³⁵ e Bahia³⁶.

Em maio, aconteceu o depoimento de Ustra para a Comissão da Verdade, no qual ele afirmou:

³³ Convite publicado em 24/10/2012, disponível em:

https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=7700:2410-lanamento-do-orvil&catid=58&Itemid=107, <Último acesso em 17/07/2022>.

³⁴ Banco. “Protesto lembra os 49 anos do golpe militar de 1964”. Matéria de 02/04/2013, Globoplay. <https://globoplay.globo.com/v/2493077/>. Último acesso em 08/05/2022.

³⁵ Banco. “Violação de direitos humanos na ditadura é investigada no ES”. Matéria de 26/03/2013, G1. <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/03/violacao-de-direitos-humanos-na-ditadura-e-investigada-no-es.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

³⁶ Banco. “Alba cria Comissão da Verdade para discutir crimes da ditadura na Bahia”. Matéria de 14/05/2013, G1. <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/alba-cria-comissao-da-verdade-para-discutir-crimes-da-ditadura-na-bahia.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

“Sim, nós atuávamos para preservar a democracia e contra o comunismo. Cumpri a minha missão. Não é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra que se encontra aqui, é o Exército Brasileiro. É o Exército que recebeu a ordem de combater o terrorista” (CUNHA, 2020, p. 192). O militar reformado retomava, desse modo, o mesmo enquadramento repetido pelo Clube Militar, Bolsonaro e outros representantes das Forças Armadas. Reafirmavam de forma sistemática que era o Exército agindo em prol da estabilidade nacional, contra o terrorismo e a ameaça comunista, reivindicando a legitimidade da intervenção realizada e as políticas de repressão do período em nome da ordem.

Em junho de 2013, ocorreu o ciclo de protestos que levou milhões às ruas. Ciclo de protestos é aqui compreendido como um momento de intensificação da ação confrontacional, levando a um período de intensa mobilização, com a participação de setores que não estão engajados em movimentos ou outras formas de atuação contenciosa (ALONSO, 2017; BRINGEL; DOMINGUES, 2013). A princípio sem uma identidade predominante, com um mosaico de pautas e performances nas manifestações (ALONSO, 2017, p. 51).

No G1, não foram encontrados registros de intervencionistas no ciclo de junho de 2013. Entre as múltiplas pautas que coloriam os espaços públicos, o tema das Forças Armadas não ganhou centralidade. No entanto, a presença desses atores se fez presente, o que pôde ser verificado nas entrevistas realizadas como material de apoio para a presente pesquisa. É o caso do depoimento de José Geraldo Quartim Barbosa³⁷, liderança no grupo intervencionista da União Nacionalista Democrática (UND): “A atuação nossa com o grupo nas ruas foi muito grande de 2013 (...). Então, nós participamos de Avenida Paulista e outros movimentos no Brasil inteiro com atuação muito forte, muito grande”.

Da mesma forma, Piero Pagni, empresário que foi um dos mobilizadores da Reedição da Marcha da Família em São Paulo, ocorrida no ano seguinte, ao ser questionado da sua participação nos grandes protestos de 2013, afirmou³⁸: “Sempre participei apenas como participante dos mais diversos protestos havidos contra o Governo do PT, seja na Av.

³⁷ Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.

³⁸ Depoimento de Piero Pagni, liderança da Reedição da Marcha da Família de São Paulo, concedido no dia 25/06/2021.

Paulista, no Parque do Povo, no Ibirapuera, etc”.

Assim, apesar da pauta da intervenção não estar presente de forma mais visível nos protestos neste momento, seus ativistas estiveram nas ruas em junho de 2013 como forma de demonstração da insatisfação com a gestão federal. Não apenas para os intervencionistas, mas para diversos setores, a oposição em expansão seria vista como uma oportunidade para seu crescimento. Silva (2018) argumenta que ativistas conservadores já atuavam desde o primeiro governo Lula, e a partir de 2007 passaram a investir em manifestações contra o PT, ao redor do eixo da denúncia da corrupção. Assim, quando eclodiu 2013, já havia uma “infraestrutura organizativa atuante em diversos espaços sociais (mídia, redes sociais da Internet, mundo associativo das elites econômicas, partidos políticos conservadores, entre outros) com capacidade de rapidamente identificar e aproveitar as oportunidades trazidas pelos protestos” (SILVA, 2018, p. 102). Ademais, era a terceira gestão consecutiva do PT, o que também propiciava um ambiente de críticas e de afirmação de renovação (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 197). O desgaste do governo combinado com essas estruturas organizativas, as pautas escolhidas para mobilizar os sentimentos da população e a aposta nas novas linguagens da internet, foram elementos que contribuíram para que lideranças conservadoras, com o uso do repertório patriota, se posicionassem de modo a alcançar o protagonismo das ruas nos anos subsequentes.

Antes de 2013, os maiores protestos nacionais foram no ciclo das “Diretas Já”, em 1984, seguidos pelos protestos pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional - PRN), em 1992. O ciclo das “Diretas Já” contou com 1,5 milhão de pessoas mobilizadas no dia 16 de abril de 1984³⁹, clamando por eleições diretas após 20 anos de ditadura civil-militar. Já em 1992, ocorreram os protestos do “Fora, Collor” (SALLUM, 2016), com a presença 1,5 milhão de pessoas em quatro semanas e meia, sendo o pico de 350 mil em São Paulo⁴⁰. Duas décadas depois, junho de 2013 se tornaria um dos maiores ciclos de protestos nacional, com 1,25 milhão de manifestantes, no dia 20 daquele

³⁹ “Comício das Diretas levou milhões de pessoas às ruas no Rio e em São Paulo em 1984”. Matéria de 02/07/2013, O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/comicio-das-diretas-levou-milhoes-de-pessoas-as-ruas-no-rio-em-sao-paulo-em-1984-8883947> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁴⁰ “Nas ruas e online, brasileiros fazem maior manifestação desde Fora Collor.” Matéria de 18/06/2013, O Globo. <https://gq.globo.com/Noticias/noticia/2013/06/nas-ruas-e-online-brasileiros-fazem-maior-manifestacao-desde-fora-collor.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

mês, noticiado na mídia como a “maior manifestação da história brasileira”⁴¹. Tais momentos, de ampliação do alcance do confronto político, são também de ampliação do uso das performances, que dialogam com os repertórios acumulados historicamente como forma de reivindicação da sociedade civil. O peso das “Diretas Já” e do “Fora Collor” foram, assim, fundamentais para o desenvolvimento atual das expressões que exploram o patriotismo nos protestos.

Como um elemento e motor do processo, estava a crescente insatisfação com o governo sob comando do Partido dos Trabalhadores. É ilustrativo que no dia 15 de junho de 2013, dos 10 *tweets* mais compartilhados do país associados à chamada do “#vempraruá”, metade continham a *tag* “#chupadilma” e dois utilizavam a expressão “ou pára a roubalheira ou paramos o Brasil” (MALINI et al, 2014, p. 11).

Cabe assinalar que junho de 2013 desencadeou a abertura de uma “conjuntura fluida” (ALONSO, 2017, p. 53), com múltiplos atores agindo em direções diversas e com consequências que mudariam os rumos da política nacional. Para Dobry (2014, p. 117), que sistematizou o conceito, a dimensão fundamental da incerteza nas conjunturas fluidas é de ordem relacional, originando-se de uma transformação conjuntural das relações entre os setores, bem como das lógicas internas aos mesmos, correspondendo a um estado particular das estruturas e das relações sociais. Se oporia à lógica rotineira dos setores se caracterizarem por sua capacidade de realizar o fechamento do espaço de referência dos cálculos de seus membros. As conjunturas fluidas seriam, assim, uma ruptura da partilha comum de previsibilidade, compondo uma classe particular de conjunturas críticas que corresponde a transformações de estado dos sistemas complexos quando submetidos às mobilizações multissetoriais. Esses momentos se especificam por uma dinâmica social e por jogos táticos opostos à rotina e à estabilidade política. Os agentes, individuais ou coletivos, percebem e sentem essa incerteza estrutural, com uma ampliação das suas possibilidades de atuação. No Brasil, esse processo se desenvolveu nos anos seguintes, com liderança de atores conservadores e culminando no *impeachment* presidencial, como adiante será discutido.

⁴¹ “Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos”. Matéria de 21/06/2013, G1. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

Junho de 2013 iniciou um período de aprofundamento da ação contenciosa. Os descontentamentos com o governo vinham de muitos lados: pela denúncia da corrupção; pelas críticas aos desmandos nas grandes cidades do país com a justificativa da Copa e Olimpíadas; pela pauta das opressões e as acusações de flertes com lideranças conservadoras em nome da governabilidade; pela pauta da segurança pública. Desse modo, apesar do arrefecimento dos protestos ainda em junho, a chama não se apagou. A crise política desenvolvida apresentou oportunidades para atores que desejavam o afastamento de Dilma Rousseff e que agiram para alcançá-lo. No entanto, é importante assinalar que não se trata de elencar 2013 como uma espécie de “ovo da serpente” do crescimento conservador e retirada do PT do poder, mas da análise da abertura conjuntural a partir do ciclo de junho, possibilitando aos atores reordenações de suas posições e jogadas, com o alcance do protagonismo das ruas nos anos seguintes.

Verifica-se a pujante popularidade da presidente antes dos grandes protestos de 2013. Segundo pesquisa do CNI/Ibope, a popularidade pessoal de Dilma chegou a 79% em março de 2013, superando os índices dos governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Desse modo, é sintomática a mudança de percepção da gestão diante das mobilizações de junho. A popularidade entre os meses de março e a última semana de junho caíria pela metade, e desde então os níveis de aprovação nunca foram retomados. Os acontecimentos dos anos seguintes aprofundariam sua reprovação, em meio ao andamento do *impeachment*. Sobre isso, Dobry (2014, p. 215) nos alerta que um peso relevante das crises não vem como uma “causa” de grandes protestos, podendo a contestação social ser utilizada pelos atores após a deflagração da ação contenciosa, para deslegitimar governos e regimes. É o caso brasileiro.

Isto é, após o ciclo de protestos de 2013, a ação contenciosa não refluíu. No ano seguinte ocorreria uma acirrada disputa eleitoral, com a reeleição de Dilma Rousseff, o que foi seguido pela intensificação e confrontação ao seu governo. Atores da mídia, do judiciário, do legislativo, de diferentes posições do Executivo, do empresariado e de movimentos sociais, agiram de forma a vincular sua gestão e o PT com denúncias de corrupção e improbidade administrativa. Entre eles, os intervencionistas – neste momento organizados em grupos como a União Nacionalista Democrática, cuja origem foi 1993, e O Pesadelo de Qualquer

Político, de 2007 – aproveitariam a crise do governo para ampliar o alcance de suas pautas.

4. O intervencionismo explícito

Em novembro de 2013, houve um pequeno protesto na Esplanada dos Ministérios pedindo intervenção militar. O grupo era composto por três pessoas, cujo porta-voz era o militar da reserva Emílio Alarcon, do Rio de Janeiro, do grupo Pesadelo de Qualquer Político. Ele afirmava a intenção de mostrar para a população que os militares seriam melhores para governar o país, com uma faixa: “Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”⁴². Esta pequena mobilização foi o primeiro protesto com um pedido de intervenção militar identificado pelo levantamento desta pesquisa (em 15/11/2013, a partir da coleta de dados no G1 – no intervalo entre 07/09/2011 e 01/04/2019). Isto é, após diversas solenidades envolvendo agentes das Forças Armadas com a reverência à 1964, é um integrante da reserva que é registrado como o primeiro do período estudado a levar para as ruas a reivindicação de uma nova intervenção no país.

⁴² Banco. “Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil”. Matéria de 15/11/2013, G1. <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html> <Último acesso em 17/05/2022>.



Brasília/DF, 15/11/2013. Legenda: Trio com faixa que tem os dizeres: "Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso", em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, na manhã desta sexta-feira (15) (Foto: Rafaela Céó/G1)⁴³.

Em janeiro de 2014, foi lançada a nona edição de “A Verdade Sufocada” de Carlos Brilhante Ustra. Nesta publicação, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva fez o prefácio do livro, finalizando com uma congratulação ao ex-torturador: “Parabéns Cel Ustra! Os valorosos não se dobram. O senhor personifica virtudes de coragem moral e física, perseverança, patriotismo e é um exemplo de chefe militar”⁴⁴. Esse trecho da edição foi publicado no site “defesanet.com.br”, voltada ao público militar. Vale assinalar que, posteriormente, ele se tornou diretor do Instituto Sagres, e depois integraria a Comissão de Anistia no governo Bolsonaro, em 2019. Ele afirmava que o Instituto se tratava de um “projeto de centro”, mas o grupo também esteve ativo na disputa da memória de 1964 com o site nomeando a intervenção como “revolução de 31 de março de 1964”. Enquanto posterior

⁴³ Idem.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/dita/noticia/13846/A-Verdade-Sufocada---Prefacio-Nona-Edicao/> <Último acesso em 09/08/2022>.

membro da Comissão de Anistia, ele costumava levar o livro de Ustra para as sessões⁴⁵.

Com relação às movimentações nas ruas, 2014 contou com a proliferação de protestos intervencionistas, pela primeira vez com a presença de centenas de pessoas no período estudado. Em 22 de março de 2014, nos 50 anos das Marchas da Família – eventos utilizados como apoio para a justificativa da intervenção de 1964 – ocorreram protestos de homenagem ao fato histórico e pedidos de novo avanço militar no Brasil. Neles, o tema da intervenção pelas Forças Armadas, no passado ou no presente, constituiu o principal eixo de agitação.

A reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade de São Paulo⁴⁶ contou com 500 pessoas, e a do Rio⁴⁷ 200, esta com a presença do deputado federal Jair Bolsonaro (PP). Ambas se colocavam contra o governo do PT, com a embocadura da corrupção. E além da manifestação principal da Marcha da Família, ocorreu em São Paulo uma “complementar”⁴⁸, convocada pelo empresário Piero Pagni, que reuniu 7 pessoas no Ibirapuera pedindo a volta da ditadura. Foram recebidos na sede do Comando da 2ª Região Militar, onde entregaram uma carta com a reivindicação. Apesar de pequeno, na internet o protesto contava com 410 confirmações no Facebook, além de 6,7 mil convidados. Em São Paulo, reuniram-se também mil pessoas em outro local, no mesmo dia, para denunciar a ditadura civil-militar. Nesse dia, portanto, a disputa da memória e o sentido do presente se cruzaram de forma explícita no confronto político.

Segundo depoimento de Piero Pagni para esta pesquisa⁴⁹, a reedição da Marcha foi realizada com as seguintes motivações:

Naquele momento, estávamos prestes a ser comunicados pelo PT, era o objetivo

⁴⁵ “Ministérios enviaram a servidores pesquisa de instituto privado de militares da reserva”. Matéria de 14/08/2021, Metrôpoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ministerios-enviaram-a-servidores-pesquisa-de-instituto-privado-de-militares-da-reserva> <Último acesso em 09/08/2022>.

⁴⁶ Banco. “Marcha da Família leva cerca de 500 manifestantes em São Paulo”. Matéria de 22/03/2014. <https://globoplay.globo.com/v/3232108/> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁴⁷ Banco. “Grupo faz reedição de Marcha da Família no Centro do Rio”. Matéria de 22/03/2014, G1. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁴⁸ Banco. “Marcha da Família' alternativa, no Ibirapuera, reúne 7 a favor da ditadura”. Matéria de 22/03/2014, G1. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/sete-pessoas-fazem-marcha-da-familia-para-levar-carta-ao-exercito.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁴⁹ Depoimento concedido por e-mail por Piero Pagni, organizador de uma reedição da Marcha da Família de São Paulo, de 2014, enviado no dia 25/06/2021.

desse Partido Político, e a manifestação tinha objetivo de tentar estragar a reeleição da Dilma, além de entregar uma carta ao Comando do 2º Exército solicitando Intervenção Militar no Governo. Ou seja... houve uma reedição da Marcha da Família havida em 1964.

Esta reedição da Marcha da Família se deu saindo da Praça da República e terminando na Praça da Sé, repetindo o mesmo trajeto da marcha original. Após o encerramento na Praça da Sé, resolvemos sair de lá, sempre a pé, com parte grupo de manifestantes, (éramos uns 3 mil manifestantes), e percorremos toda a Rua Brigadeiro Luís Antônio, em direção ao 2º Exército no Ibirapuera, para entregar uma carta ao Comandante Geral, solicitando Intervenção Militar no Governo Dilma.

Ele afirmou que não participava de um grupo organizado, sendo a organização de sua participação ocorrida pelas redes sociais⁵⁰:

Não era um Grupo organizado propriamente dito, e nem um grupo político. Era apenas um grande grupo de pessoas descontentes com o Governo Dilma, que pertenciam a um grupo de pessoas de uma página de Rede Social Orkut, chamada "Fora Dilma", ... da mesma forma como existiam centenas de outros grupos de outras páginas do Orkut chamadas Fora PT, Fora Lula, etc..etc..etc... Quando me surgiu a ideia de reeditar a "Marcha da Família" ... publiquei a ideia nos diversos grupos do Orkut .. houve bastante adesões com a ideia e assim foi feita”.

Desse modo, ele foi liderança de um grupo menor que se deslocou para o Comando da 2º Região Militar na reedição da Marcha da Família, mas não participava naquele momento de nenhum tipo de agremiação intervencionista. Sobre sua apresentação, se identificou como de “67 anos de idade, engenheiro pela Mauá, economista e administrador de empresas pela Faap, empresário no ramo automotivo e de gastronomia, ou seja: tive 1 concessionária Chevrolet e 4 restaurantes. Também sou Produtor Rural (crio bovinos e suínos) e fui um dos maiores criadores de coelhos (...)”⁵¹.

A reivindicação dessa efeméride em 2014 é, portanto, um chamado à memória e aos valores conservadores nacionais, na defesa da intervenção ocorrida há 50 anos em nome da ordem e com uma atualização dos seus sentidos. A Marcha da Família original foi mobilizada por grupos conservadores que apoiaram a intervenção de 1964. O evento mais relevante ocorreu em São Paulo, nomeado de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. No Paraná, foi rebatizado como “Marcha a Favor do Ensino Livre”, se opondo ao material didático desenvolvido pelo governo para o ensino de todo o Brasil, considerado por esses agentes

⁵⁰ Depoimento concedido por e-mail por Piero Pagni, organizador de uma reedição da Marcha da Família de São Paulo, de 2014, enviado no dia 25/06/2021.

⁵¹ Idem.

como uma violação da liberdade e uma tentativa de influência ideológica sobre as novas gerações. Na época, os eventos fortaleceram a crítica ao presidente João Goulart e as reformas de base em debate, envolvendo empresários, profissionais liberais, líderes religiosos, movimentos femininos, entre outros (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 272). A organização foi uma resposta ao comício em apoio às Reformas, sediado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, com cerca de 200 mil pessoas, alcançando a mobilização de 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 273). Na capital paulista, a Marcha da Família foi encerrada na Praça da Sé com uma missa “pela salvação da democracia”, e durante o percurso foi distribuído um manifesto à população convocando a reagir contra Goulart (idem). Constitui, portanto, uma experiência pregressa do ativismo intervencionista no Brasil, em sua versão do Século XX.

Na sequência das reedições da Marcha, ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, no aniversário da intervenção de 1964, houve protestos pelo Brasil de denúncia à ditadura. O maior foi registrado na Avenida Paulista⁵², em São Paulo, no primeiro de abril, com o mote “Ditadura Nunca Mais”, convocado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e Movimento Passe Livre, com mil pessoas.

No mesmo dia, a casa de um suspeito de tortura que teria integrado o DOI-CODI foi pichada em um ato de escracho, com a afixação de uma faixa assinada pelo Levante Popular da Juventude, também na capital paulista⁵³. O escracho é uma performance que vem do ativismo de direitos humanos argentino, e influenciou diversos movimentos em países que viveram ditaduras militares (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 94). O ato é uma confrontação que explicita para a população de determinado bairro e para o público em geral a existência de um morador ali que colaborou com o regime autoritário em denúncia. Envolve a ideia de gerar um ato de condenação social, evidenciando também a falta de condenação no sistema de justiça. Podem ser feitos também em espaços utilizados como centros de

⁵² Banco. “MTST faz manifestação contra os 50 anos do golpe militar na Paulista”. Matéria de 01/04/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/mtst-faz-manifestacao-contra-os-50-anos-do-golpe-militar-na-paulista.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁵³ Banco. “Casa de suspeito de tortura na ditadura é pichada em SP”. Matéria de 01/04/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/casa-de-suspeito-de-tortura-na-ditadura-e-pichada-em-sp.html>

repressão e tortura, com a responsabilização do Estado.

Por sua vez, em Brasília, ocorreu um confronto em sessão solene na Câmara de Deputados, que debatia os 50 anos de 1964⁵⁴. O conflito envolveu o então deputado Jair Bolsonaro (PP), que tentou se inscrever para intervir na atividade de denúncia da ditadura. Ao subir na tribuna para a defesa dos militares, a maior parte dos presentes lhe deu as costas, e o presidente da cerimônia encerrou a solenidade por considerar um ato de “desrespeito” à Casa. Depois do bate-boca entre os parlamentares e diversas interrupções, a sessão foi encerrada, ainda com sete inscritos. No plenário, houve conflito entre grupos favoráveis e contrários à ditadura, que se manifestavam por meio de cartazes. Ivone Luzardo, presidente da União Nacional das Esposas de Militares, segurava um cartaz escrito “Respeito e valorização aos profissionais militares”, localizada entre aqueles que defendiam a memória dos governos militares. Em meio à gritaria que se formou, uma assessora parlamentar rasgou o material da manifestante, levando a um confronto físico entre ambas. Os deputados federais também carregaram cartazes representando suas posições. Entre público e parlamentares, liam-se: “Parabéns militares 31/março - graças a vocês o Brasil não é Cuba”, além do cartaz portado por Ivone Luzardo; e, do outro lado, “A voz que louva a ditadura calou a voz da cidadania – Frei Tito” e “Assassinos!”.

Neste mesmo primeiro de abril, um professor de direito da Universidade de São Paulo (USP) fez um elogio à intervenção de 1964, culminando em um protesto de estudantes em sua sala de aula⁵⁵. E o Clube Militar realizou uma edição comemorativa de sua Revista, intitulada “31 de março de 1964 – A Verdade”. Nela é possível identificar a centralidade da valorização da pátria e do nacionalismo, com a defesa da manutenção da ordem contra a ameaça comunista. A edição reafirma ao longo de suas 144 páginas que sua narração é a “verdadeira história” do país, sendo a intervenção de 1964 um resultado do “Movimento Democrático” (BANDEIRA, 2014):

Não havia mais dúvida possível: um golpe sindicalista e comunizante estava em

⁵⁴ Banco. “Alves diz que Bolsonaro tinha direito de falar em sessão sobre a ditadura”. Matéria de 01/04/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/alves-diz-que-bolsonaro-tinha-direito-de-falar-em-sessao-sobre-ditadura.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁵⁵ Banco. “Professor da USP elogia golpe de 1964, e aula é invadida em protesto”. Matéria de 01/04/2014, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/professor-da-usp-elogia-golpe-de-1964-e-aula-e-invadida-em-protesto.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

marcha, para ser desencadeado em breve. O Presidente da República, por convicção ou por oportunismo, embarcara nessa aventura. Os fundamentos das Forças Armadas estavam seriamente abalados pela ação ou pela inação dos que deveriam defendê-los.

A contrarrevolução precipitou-se e, na manhã de 31 de março, iniciou-se o deslocamento das tropas de Minas Gerais, em direção ao Rio de Janeiro. (...) A Nação estava salva.

Após tanto tempo, Novo Camarada, rememoremos os graves acontecimentos daqueles idos de 1964. E homenageemos a memória dos bravos patrícios que venceram suas dúvidas e tiveram a coragem de ficar ao lado do verdadeiro interesse nacional, evitando que a nação mergulhasse na treva comunista que ainda infelicitaria tantos povos.

Sobretudo, permaneçamos atentos.

O texto é de Clóvis Purper Bandeira, General de Divisão e Assessor Especial do Presidente do Clube Militar, sendo a matéria direcionada aos novos integrantes do Exército. A edição também respondia à CNV e às demais ações de Memória, Verdade e Justiça, reafirmando a Lei da Anistia, em artigo assinado por Pedro Luiz de Araújo Braga, General de Exército e Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Militar (BRAGA, 2014):

Foram derrotados! Mas, em nome da paz e da conciliação, os governos militares os anistiarão. Depois, receberam vultosas indenizações e ainda pagamentos mensais, sem trabalhar. Alguns até vieram hoje a ocupar cargos eletivos ou a serem nomeados para funções na administração da União, Estados e Municípios. Todavia, os que defenderam a Lei e a Ordem, são hoje execrados, indistintamente rotulados de "torturadores".

Durante o segundo dia de eventos na Câmara Federal envolvendo a memória dos 50 anos do golpe, ocorreu outro episódio envolvendo Jair Bolsonaro. Foi inaugurado um busto de Rubens Paiva, cujo mandato foi cassado no início do Regime e desapareceu em 1971. Bolsonaro então cuspiu em seu busto, mostrando desrespeito pela homenagem. Sobre a representatividade da sua história, ele fora eleito deputado federal em 1962, e na madrugada do primeiro de abril de 1964, fez um discurso convocando estudantes e sindicalistas a resistirem à intervenção militar em curso⁵⁶. Retornou ao país em 1965, e em 20 de janeiro de 1971 sua casa foi invadida por seis militares, que o levaram ao DOI-CODI, onde foi torturado até a morte. Sua história baseia o clássico livro “Feliz Ano Velho”, escrito pelo seu filho, Marcelo Rubens Paiva.

O neto de Rubens Paiva se posicionou sobre o ocorrido acerca de sua homenagem e da reação

⁵⁶ “Rubens Paiva”. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rubens-paiva/> <Último acesso em 04/08/2022>.

de Jair Bolsonaro⁵⁷:

Minha família foi em peso. Emocionadas, minha mãe e minha tia fizeram discursos lindos e orgulhosos sobre a memória do pai. No meio de um deles, fomos interrompidos por um pequeno grupo que veio se manifestar. Era Jair Bolsonaro, junto com alguns amigos (talvez fossem os filhos, na época eu não sabia quem eram), que se deu ao trabalho de sair de seu gabinete e vir em nossa direção, gritando que “Rubens Paiva teve o que mereceu, comunista desgraçado, vagabundo!”. Ao passar por nós, deu uma cusparada no busto. Uma cusparada. Em uma homenagem a um colega deputado brutalmente assassinado.

Em paralelo às mobilizações, seguiam as investigações e ações da Comissão Nacional da Verdade, além das Comissões Estaduais. Dessa forma, o aniversário de 50 anos da ditadura civil-militar e a ocorrência do maior processo de Memória, Verdade e Justiça da nação exaltaram os ânimos em torno do tema do papel das Forças Armadas na política nacional. Isso em um momento de crescimento da crise do governo, o que significou a identificação de oportunidades políticas por parte de setores conservadores, entre os quais os intervencionistas, para o crescimento dos seus grupos e alcance de suas pautas..

Um fato ocorrido em setembro de 2014, nos momentos finais da CNV, é bastante ilustrativo da postura de representantes da corporação com relação às políticas de MVJ. Ao ser convocado a prestar depoimento, o tenente do Exército José Conegundes do Nascimento, que atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia, respondeu por escrito ao ofício: “Não vou comparecer. Se virem. Não colaboro com o inimigo”⁵⁸.

4.1 Os intervencionistas e o resultado das eleições de 2014

O agitado ano de 2014 foi finalizado com a reeleição de Dilma Rousseff em outubro. Na Avenida Paulista⁵⁹, partidários e contrários à sua vitória se manifestaram na contagem dos votos. Um grupo liderado pelo PSDB protestava contra o resultado, com uma multidão que carregava bandeiras do Brasil e bravejava contra a presidente reeleita, com gritos de

⁵⁷ “Bolsonaro cuspiu no busto de Rubens Paiva”. Matéria de 24/10/2018. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/bolsonaro-cuspiu-no-busto-de-rubens-paiva> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁵⁸ Banco. “‘Se virem. Não colaboro com inimigo’, diz militar à Comissão da Verdade”. Matéria de 08/09/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/09/se-virem-nao-colaboro-com-inimigo-diz-militar-comissao-da-verdade.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁵⁹ Banco. “Em SP, tucanos gritam 'impeachment' e petistas pedem choro no Cantareira”. Matéria de 26/10/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

“*Impeachment*”. Em meio às expressões de repúdio, neste dia era possível ver também pessoas pedindo intervenção militar, ainda que de forma minoritária e aparentemente isoladas do que seria a organização do protesto. Um homem gritava em meio à multidão, captado pelas câmeras do G1: "Isso não vai ficar assim, os militares vão assumir o poder. Vai pra Cuba!".

Seis dias após o anúncio da vitória, foi organizado um protesto em São Paulo contra o resultado, configurando a primeira expressão do pedido de *impeachment* da presidente na ação confrontacional (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 101). Participaram cerca de 2.500 pessoas, entre as quais os intervencionistas. Segundo o livro de Rocha, Solano e Medeiros, no dia, a liderança do Revoltados Online, Marcelo Reis, levou um carro de som e assumiu posição de protagonismo na manifestação, mas foi vaiado ao propor a retomada dos militares ao poder, reorientando seu discurso para a destituição de Dilma Rousseff. Na publicação, afirmaram, ainda, que foi a primeira vez que os “ultraliberais”; o grupo Revoltados Online, expressando nesse momento a orientação intervencionista; Olavo de Carvalho, intelectual conservador que apoiou a manifestação; e Eduardo Bolsonaro (Partido Social Cristão - PSC), filho de Jair que acabara de ser eleito para seu primeiro mandato como deputado federal, se uniram em torno de uma causa comum: o enfrentamento direto ao governo federal. As autoras identificam esse dia como um marco na consolidação da “nova direita” do Brasil contemporâneo (idem). No entanto, como será discutido nesta tese, não é possível classificar o ativismo intervencionista como uma “novidade” do cenário nacional, mas sim como a renovação de uma antiga expressão do nacionalismo autoritário.

Sobre o aspecto institucional, as eleições de 2014 marcaram o crescimento do conservadorismo nas bancadas parlamentares. Madeira e Quadros (2017) analisam esse marco como uma inflexão do fenômeno da direita envergonhada, mudando o padrão existente desde a redemocratização: dos membros do Congresso preferirem se classificar como de “centro”, do que como de “direita”, para não serem associados à superada ditadura civil-militar. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), essa disputa elegeu o parlamento mais conservador desde 1964⁶⁰. Sobre isso, Madeira e Quadros

⁶⁰ “Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, diz Diap”. Matéria de 06/10/2014, r7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-diz-diap-06102014>

(2017, p. 493) ressaltam que o Congresso de 1982 foi possivelmente um espaço de maior avanço do conservador, sendo composto em sua maioria por apoiadores do Regime Militar, mas reafirmam o marco de 2014 como uma retomada do orgulho da “direita” e o fortalecimento de suas pautas. Nessa eleição, Jair Bolsonaro foi eleito o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro, eleito com 464 mil votos, pelo Partido Progressistas⁶¹.

Madeira e Quadros (2017) apontaram uma mudança geracional na perda da “vergonha” em se afirmar como de “direita”, e avaliam que a grande mudança se deveria à mobilização da agenda moral. Isso graças ao seu crescente acionamento, desde os anos 2010, a partir da campanha eleitoral de José Serra (PSDB) e à atuação de deputados federais estabelecidas desde 2011. Nesse processo, as pautas de costumes se desenvolveram na institucionalidade em conjunto com o fortalecimento da agenda da segurança pública (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 488). Os dois elementos seriam os pilares de crescimento da bancada do fundamentalismo religioso e das forças de repressão, com forte presença de militares. Tais setores, em associação com o agronegócio, constituiriam a chamada Bancada BBB – referente às bancadas da Bala, do Boi, e da Bíblia – com forte atuação conjunta e formadoras de lideranças conservadoras atuantes nos anos subsequentes (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 492).

Como analisado por Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 197), o crescimento de uma oposição à direita do governo federal em 2014 somava o apelo da renovação, após quatro vitórias sucessivas do PT, e políticas que eram rechaçadas por esses setores. Para aqueles que se orientavam pelas Forças Armadas como responsáveis pela ordem nacional, o tema da CNV se somava à ideia de viver um momento de instabilidade com um partido “vermelho” no poder, na referência direta ao repertório das lutas dos trabalhadores. Enfim, o tema da Lava-Jato foi uma oportunidade usada por esses setores, que já vinham desenvolvendo a crítica à corrupção desde o Mensalão, ainda no governo Lula.

<Acesso em 15/09/2019>.

⁶¹ “JAIR BOLSONARO É O DEPUTADO FEDERAL MAIS VOTADO DO RIO DE JANEIRO”. Matéria de 06/10/2014. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/jair-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-rio-de-janeiro/> <Último acesso em 04/08/2022>.

Uma vez ascendentes no parlamento, essa legislatura possibilitou uma organização maior dos atores conservadores, com o desenvolvimento da “bancada da bala”:

Na legislatura eleita em 2014, deputados vinculados à questão formalizaram a criação de uma bancada dedicada exclusivamente à formulação de políticas de promoção da segurança pública: a Frente Parlamentar da Segurança Pública, que congrega 287 parlamentares, devendo-se ainda somar a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa (criada em dezembro de 2012 e que então agregava 202 parlamentares) e a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar (206 deputados). (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 504)

À semelhança do que ocorre com os pastores que migram dos “cultos” para o plenário, policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos (e progressistas de um modo geral). Assim, o modus operandi da bancada da bala igualmente nos permite considerá-la como um autêntico grupo de pressão de cariz conservador que se instalou no interior do Congresso Nacional. (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 505)

Além da ampla representação de integrantes da segurança pública, essa bancada diz respeito à movimentação das Forças Armadas no parlamento, com a forte presença de cargos como policiais militares e bombeiros. Esta se uniria à bancada do “boi” e da “bíblia”, de atores ruralistas e religiosos, em uma unificação moral e no reforço das instituições tradicionais, da hierarquia e da ordem. Sobre a integração entre a Bancada “BBB”, Madeira e Quadros afirmam: “Esses dados indicam que, após três décadas de “direita envergonhada”, lideranças encontraram na agenda moral o veículo a partir do qual tentam mobilizar a identidade de direita, instrumentalizando-a politicamente” (MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 498). O conservadorismo ganhou a partir desta eleição um novo fôlego, fortalecendo a mobilização nas ruas nos anos seguintes, contra o governo de Dilma Rousseff. O fenômeno da “direita envergonhada” é então superado por atores que têm orgulho em se identificar enquanto tal.

Ademais, logo após o resultado eleitoral, ocorreu outro fato marcante sobre a relação dos militares com o poder no Brasil. No dia 29 de novembro de 2014, Jair Bolsonaro esteve presente na formatura dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e foi ovacionado no evento, com os formandos chamando-o de “líder”. O evento foi filmado e se encontra disponível na plataforma do Youtube no perfil de um dos seus filhos, Carlos Bolsonaro⁶². Segundo Leirner, esse fato é um registro da “abertura dos portões da caserna

⁶² “BOLSONARO É RECEPCIONADO POR ASPIRANTES DA AMAN (NOV/2014)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI> <Último acesso em 08/08/2022>.

para a política. Para se ter uma noção, note-se neste trecho o que Bolsonaro fala aos cadetes: ‘Alguns vão morrer pelo caminho, mas estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar para a direita esse País (...)’.” (LEIRNER, 2020, p. 226).

O analista afirma que crescia dentro da corporação a partidarização dos seus membros, com o crescimento da popularidade de Bolsonaro. A partir de 2014, as Polícias Militares de vários estados seguiram o modelo experimentado na AMAN, convidando o representante como “convidado de honra” nas respectivas formaturas. Segundo ele, o então deputado federal não era apenas uma figura que atraiu a simpatia do corpo castrense, “Ele passou a ser uma peça central de um movimento que começou a ser realizado a partir de um consórcio de generais que tiveram as experiências junto aos grupos de pressão que vinham se formando desde o fim da ditadura, particularmente o Ternuma⁶³”. (LEIRNER, 2020, p. 228)

5. O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade

No outro lado do *front*, após a disputada reeleição, Dilma Rousseff concretizou sua promessa do lançamento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, no dia 10 de dezembro de 2014. O lançamento foi simbolicamente realizado no Dia Internacional dos Direitos Humanos, no ano em que a ditadura completou 50 anos de sua intervenção. O relatório apontava torturas, sequestros, perseguição, assassinatos contra figuras públicas, população rural, indígenas, e dentro das próprias Forças Armadas. Com 29 recomendações para superar os resquícios do autoritarismo, o relatório indicava 377 pessoas como responsáveis diretas ou indiretas pelas violações de direitos humanos, entre 1964 e 1985.

Da parte das Forças Armadas, como já vinha sendo anunciado, a publicação foi recebida com enorme contrariedade. Assim que foi lançado, o presidente do Clube Militar, General Gilberto Rodrigues Pimentel, publicou uma carta em nome da entidade rechaçando completamente o documento. Nas suas palavras, "O ódio e o desejo de vingança são tão grandes que um absurdo desses é assinado por advogados, juristas e professores universitários. Tudo em nome da causa socialista. É peça requentada porque só confirma bandeiras preexistentes na esquerda brasileira"⁶⁴. Retomava, desse modo, a retórica de que

⁶³ Grupo Terrorismo Nunca Mais, formado por defensores da memória da ditadura iniciada em 1964.

⁶⁴ Banco. “Clube Militar vê coleção de 'calúnias' em relatório da Comissão da Verdade”. Matéria de

seria um revanchismo da esquerda, com parcialidade sobre os fatos históricos.

No mesmo dia, na ocasião do lançamento do relatório, na OAB de Brasília, um advogado, Joel Câmara, de 81 anos, tumultuou o evento, com a mesma argumentação usada pelo Clube Militar. Ele subiu ao palco pedindo que fossem inseridos documentos no relatório sobre as vítimas do terrorismo do período: “Estou representando viúvas e órfãos das vítimas de terroristas. Estamos prestando homenagem às Forças Armadas que venceram a guerrilha”⁶⁵.

No dia seguinte⁶⁶, os Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica divulgaram uma nota homenageando de forma póstuma 126 militares e civis mortos nas décadas de 1960 e 1970, que “perderam suas vidas pelo irracionalismo do terror, e tiveram suas histórias desprezadas pela Comissão da Verdade”. Dessa forma, representantes das três bases das Forças Armadas se manifestaram publicamente com a versão que justificou a intervenção de 1964 e sua saída negociada: a de que a medida foi legítima para a defesa dos interesses nacionais, contra o terrorismo que ameaçava a pátria. Ainda como uma resposta ao relatório, o Superior Tribunal Militar contestou em nota pública as conclusões da Comissão, afirmando que o documento trazia conceitos “inverídicos, injustos e equivocados” sobre a Justiça Militar.

A Lei da Anistia e o pacto da redemocratização estabeleceram no país a imposição do silêncio em torno do que foi o regime de 1964, com uma ausência de políticas mais enérgicas de MVJ na transição democrática do país (BENETTI et al, 2020, p. 8). O relatório da Comissão da Verdade significou para essa visão, portanto, uma espécie de traição ao que foi a compreensão da negociação da redemocratização.

E da parte dos familiares de perseguidos do período e ativistas de direitos humanos, o relatório foi recebido com muitas críticas devido às suas limitações. No lançamento, a

10/12/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁶⁵ Banco. Matéria de 10/12/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/advogado-pro-militares-causa-tumulto-em-apresentacao-da-cnv.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

⁶⁶ Banco. “Advogado pró-militares causa tumulto em apresentação de relatório da CNV”. Matéria de 11/12/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/clubes-naval-militar-e-da-aeronautica-homenageiam-militares-e-civis-mortos.html> <Último acesso em 17/05/2022>.

presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou⁶⁷:

Assim como respeitamos e reverenciamos e sempre o faremos, todos os que lutaram pela democracia, todos que tombaram nessa luta de resistência enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nós jamais poderemos deixar de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconhecemos e valorizamos os pactos políticos que nos levaram à redemocratização.

Esse reforço do suposto pacto entre militares e civis na abertura democrática, sem responsabilização dos envolvidos no Regime, é mais um elemento da tentativa de conciliação dos governos da Nova República, mesmo neste que teria realizado a maior mobilização de políticas de promoção da Verdade do período. Pelo olhar dos atores de MVJ, e igualmente dos intervencionistas, não existiria conciliação possível entre as duas visões.

Os limites da CNV foram bastante explorados, como é o caso do levantamento de que a Comissão da Verdade de São Paulo conduziu 941 testemunhos em audiências durante o seu processo, enquanto a Comissão Nacional conduziu apenas 246 (TELES, 2020, p. 263). Nota-se, assim, o reconhecimento e divulgação das violências cometidas no período, embora considerada mais limitada do que as experiências vizinhas, como do Chile, Uruguai e Argentina, esta última incluindo responsabilização penal dos envolvidos. Sobre as conclusões do relatório, o relato de 434 casos fatais é confrontado com a sondagem de assassinato de 8.350 indígenas, e 1.192 camponeses, o que foi registrado apenas no Anexo II do Relatório (idem). Ademais, a literatura aborda a desconsideração da amplitude dos casos de tortura, com a estimativa de 30 a 50 mil pessoas presas nos primeiros meses após a intervenção de 1964 (idem).

Outro aspecto tocado pela CNV foi o direito à informação. Há décadas as famílias lutavam para acessar os arquivos militares, em busca de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos e as circunstâncias dos desaparecimentos. No entanto, as Forças Armadas alegavam não possuírem documentos das ações de repressão, que teriam sido destruídos com o final do Regime. Teles e Quinalha (2020) analisam que a CNV também desvelou essa questão, uma vez que pediu acesso aos registros e este foi recusado, um boicote com “relação a essa instituição extraordinária do próprio Estado, criada para investigar as violações de

⁶⁷ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-entrega-do-relatorio-final-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df> <Último acesso em 04/08/2002>.

direitos humanos. Houve, nesse momento, uma clara ação de obstrução e silenciamento, indicando a existência dos arquivos” (TELES; QUINALHA, 2020, p. 32).

Por outro lado, as recomendações presentes no Relatório Final contemplavam boa parte das demandas das vítimas da ditadura e seus familiares, indicando a continuidade da política de memória; a busca pelos restos mortais dos desaparecidos; a publicização dos arquivos da ditadura; a renomeação de espaços e equipamentos públicos que homenageiam torturadores; bem como assumiu a culpa do Estado pelas violações cometidas (ARAÚJO; DIAS, 2018, p. 132). Prescrevia, igualmente, reformas institucionais, em âmbito administrativo e legislativo, com a implementação de políticas de Memória, e uma posição favorável ao tratamento penal dos agentes envolvidos com os crimes cometidos. Segundo Araújo e Dias, mesmo diante da interpretação do STF de anistia aos torturadores, e da forte pressão sobre a Comissão da Verdade para que se omitisse sobre a matéria, “a recomendação sobre a responsabilização possui um valor simbólico significativo” (2018, p. 133). Desse modo, embora não tenha realizado a imputação criminal dos envolvidos, que consistia em uma das principais demandas do ativismo de MVJ, o posicionamento apresentado significou uma mudança grande ao quebrar o silenciamento da Anistia.

5.1 A disputa da memória de 1964 e as primeiras fagulhas do intervencionismo

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade encerrou a fase nomeada na pesquisa como “Disputa da Memória”, compreendida entre 2011, com a publicação da Lei de criação do órgão, e 2014, com o lançamento de suas apurações. Nos primeiros anos, não foi identificada a presença de ativismo intervencionista na cobertura dos protestos pelo G1. Foi a partir do final de 2013 que as primeiras fagulhas começaram a surgir, com nova aparição na reedição das Marchas da Família, em março do ano seguinte. Desde então, essas reivindicações passaram a permear as manifestações do país, nesse momento de forma ainda embrionária.

Nota-se o caráter complexo do que significou a CNV, cuja publicação foi um marco na história do país. Apesar dos limites apontados pelos movimentos de direitos humanos, para os militares e seus seguidores, significou uma cisão com a negociação que teria viabilizado a redemocratização nacional. Como desdobramento, dentro dos muros da corporação e fora

deles, a defesa de 1964 se intensificou junto a insatisfação com o governo de Dilma Rousseff. Nas palavras do General Villas Bôas:

Retornando à Comissão da Verdade, ela acabou sendo uma oportunidade perdida no sentido de colocar um fim nas desavenças em torno dos crimes cometidos durante a luta armada, questão essencial e inadiável para um país que necessita recuperar urgentemente a coesão e o sentido de projeto. Uma vez implantada, contudo, as medidas iniciais nos frustraram e despertaram algumas preocupações. Integrada somente por representantes da esquerda, no nosso entender, perdeu a legitimidade ao restringir as averiguações ao período dos governos militares e ao universo dos agentes do governo. A lei que a criou, originalmente, abrangia o período desde 1946 e não somente aos agentes de Estado. Tinha, portanto, um claro viés revanchista, criando em nós, embora não de forma intensa, uma espécie de “revanchismo ao contrário” (Depoimento do General Eduardo Villas Bôas, *in* CASTRO, 2021, p. 155)

A Comissão nos pegou de surpresa, despertando um sentimento de traição em relação ao governo. Foi uma facada nas costas, mesmo considerando que foi decorrência de antigos compromissos assumidos pela presidente Dilma. (Depoimento do General Eduardo Villas Bôas, *in* CASTRO, 2021, p. 177)

Nesse contexto, crescia nas ruas a defesa da memória de 1964 e a visão da necessidade de uma nova intervenção contra os vermelhos que governavam o Brasil, sendo a própria presidente uma “ex-terrorista”. No período analisado, foram registrados seis protestos entre 2013 e 2014 com pedidos de intervenção militar na cobertura do G1, localizados no Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. O eixo central era a defesa da última intervenção militar vivida, e os posteriores governos militares, mas também o anticomunismo, a oposição direta à Dilma Rousseff, e a menção de uma suposta “constitucionalidade” da tutela militar sobre o poder já eram evocados pelos manifestantes. Tais sentidos seriam explorados de forma intensa na difusão desse ativismo, nos anos seguintes, conforme será tratado nos próximos capítulos.

Quadro 1 - Eventos de protestos com intervencionistas no período “Disputa da Memória” (set. de 2011 – dez. de 2014)

Data	UF	Protesto	Número de manifestantes	Slogans	Tema
15/11/2013	DF	Trio pede intervenção na Esplanada	3 (G1)	“Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”	Defesa da Memória, Pedido de intervenção militar
22/03/2014	SP	Reedição da Marcha	500 (PM)	"O governo é cúmplice do terrorismo internacional",	Defesa da Memória,

		da Família		"Intervenção militar constitucional já - A verdade tortura o comunista"	Anticomunismo, Previsão constitucional
22/03/2014	SP	Marcha da Família alternativa	7 (G1)	-	-
22/03/2014	RJ	Marcha da Família	200 (G1)	"Intervenção militar já!! O Brasil exige: Ordem e Progresso!!", "Viva 31 de março", "Viva Geisel", "Viva Médici", "Golpe militar Nem esquecer Nem Perdoar F.I.P.", "Urnas eletrônicas fraudáveis (golpe do PT) Voto impresso já!", "A família brasileira clama pelas FFAA! Intervenção Militar já!!"	Defesa da Memória, Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo
01/04/2014	DF	Protesto na Câmara	-	"Parabéns militares 31/março - graças a vocês o Brasil não é Cuba", "Respeito e valorização aos profissionais militares", "A voz que louva a ditadura calou a voz da cidadania - Frei Tito" (contrários), "Assassinos!"(contrários)	Defesa da Memória
26/10/2014	SP	Protesto contra reeleição de Dilma Rousseff	-	"Impeachment", "Vai para Cuba", "Isso não vai ficar assim, os militares vão assumir o poder"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Anticomunismo

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

6. Conclusão

O intervencionismo cresceu promovido por aqueles que souberam aproveitar e impulsionar as oportunidades do contexto político que o país atravessava nos 50 anos da intervenção militar de 1964: a insatisfação com o "revanchismo" da Comissão Nacional da Verdade e a crise de um governo "vermelho", com intensa mobilização nas ruas. E quem deu esses primeiros passos foram militares, ainda que de forma difusa, mas em acordo com uma leitura sistemática de que em tempos de desordem a intervenção militar é a melhor saída.

Assim, desde o primeiro pequeno protesto em Brasília, com apenas três pessoas defendendo a “Ordem e Progresso”, seu porta voz era um militar reformado, e defendia para o presente a mesma solução imposta em 1964. Ele foi o fundador do grupo O Pesadelo de Qualquer Político, em 2007, e marcou a primeira fagulha dos pedidos de intervenção em protestos no levantamento realizado nesta pesquisa, fagulha que depois se tornaria uma explosão da retomada do nacionalismo autoritário brasileiro.

Essa expressão na ação contenciosa refletia uma visão sistematizada de como deve ocorrer a gestão dos conflitos sociais. Consiste na defesa do papel da tutela dos militares sobre o governo federal, em uma compreensão militarista das questões nacionais e que opõe patriotismo ao que seria uma ameaça comunista. Esses agentes viram no governo de Dilma Rousseff e no “revanchismo” da CNV o momento de afirmar suas visões de mundo, e isso cresceu na medida em que encorpavam os protestos contra o governo. Era a defesa da corporação contra o governo de uma ex-guerrilheira, representante do setor derrotado na ditadura civil-militar, e que ameaçava o pacto de silêncio que baseou a negociada redemocratização.

A CNV revirou esse tema e rompeu o pacto de silêncio que dominou a Nova República. Antes dela, entretanto, integrantes das Forças Armadas já haviam escrito livros com a glorificação da intervenção militar como saída para a estabilidade nacional, como foi o caso do sucesso editorial de Ustra, “Verdade Sufocada”, assim como manifestações do Clube Militar e de políticos como Jair Bolsonaro. No entanto, essa defesa era ainda tímida e marginal até 2014. Com o desenrolar da Comissão, em paralelo ao crescimento da crise do governo Dilma Rousseff, o tema foi se fortalecendo. A reedição das Marchas da Família, em São Paulo e no Rio de Janeiro, marcou as primeiras manifestações com centenas de pessoas cujo eixo era a tutela militar sobre o poder nacional. E sobre os enquadramentos identificados, os discursos do corpo castrense apresentavam a base interpretativa que também se via nos cartazes e gritos de manifestantes, em uma repetição dos elementos da antiga Doutrina de Segurança Nacional. A disputa sobre o que se compreende pelos interesses da pátria e o suposto papel moderador dos militares cresceu junto com a oposição à gestão federal, na onda do conservadorismo que pouco a pouco tomava corpo nas ruas do Brasil.

Capítulo 3

“Impeachment ajuda, intervenção resolve”:

Os protestos de oposição ao governo Dilma Rousseff e a difusão do intervencionismo no Brasil

Os anos de 2015 e 2016 foram de intenso crescimento do ativismo intervencionista no Brasil, constituindo uma fase de ampliação dos pedidos nas ruas pela intervenção militar no governo federal. Tais reivindicações cresceram junto com os protestos de enfrentamento à Dilma Rousseff (PT). Desse modo, o período foi marcado pela ampliação da ação contenciosa, sob protagonismo de lideranças conservadoras, e criou terreno fértil para aqueles que reivindicavam a tutela das Forças Armadas para a manutenção da ordem nacional.

Em 2015, em conjunto com os pedidos de intervenção militar, se difundiu a ideia da suposta constitucionalidade dessa medida. O artigo 142 da Constituição, que prevê a defesa da “Lei e Ordem”, foi recorrentemente utilizado como uma justificativa do clamor pela volta dos militares ao poder. Essa visão institucionalista da possibilidade de um golpe é uma construção antiga na política brasileira, e foi renovada nas faixas e cartazes dos movimentos do nacionalismo autoritário em ascensão.

O *slogan* “Impeachment ajuda, intervenção resolve”, foi um dos enquadramentos utilizados nas mobilizações e ilustra a atuação desse ativismo no período. Seus membros, com forte influência de integrantes das Forças Armadas e agentes da segurança pública, souberam aproveitar as oportunidades da crise do governo para realizar uma retomada da pauta da intervenção militar no Brasil.

Este capítulo focaliza a primeira parte da fase entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, aqui nomeada de “Difusão do intervencionismo”. A demarcação se deve a dois eventos que circunscreveram a intensificação dos protestos de oposição ao PT: o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a presidente ex-guerrilheira, que fechou sua última gestão com a publicação da Comissão Nacional da Verdade; e a concretização do seu *impeachment*, decretado em 31 de agosto de 2016. O intervalo concentra uma grande presença de intervencionistas nos protestos do país de norte a sul, como ainda não havia sido verificado

no levantamento realizado desde 2011.

Será apresentado neste capítulo o início desse espraiamento, ao longo de 2015. Neste ano de protestos massivos, foi possível observar que os intervencionistas aproveitaram os dias nacionais de mobilização para participar da ação coletiva e disputar seus rumos, concentrados nos dias 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015 e 13/12/2015. Embora declarassem que o *impeachment* seria insuficiente para retomar a “ordem” nacional, participaram das mobilizações convocadas pelo campo patriota com esse eixo, e nelas pleitearam a saída da intervenção militar. Em paralelo, fortaleceram seus grupos, que se orientavam pela retomada das Forças Armadas ao comando da nação.

1. O intervencionismo na rua: os grandes protestos no ano de 2015

Dilma Rousseff foi reeleita em 26 de outubro de 2014. Era o início do quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Executivo federal, com um crescimento contínuo do desgaste de sua governança e fortalecimento da oposição. A vitória foi apertada, por apenas 51,6% dos votos no segundo turno, contra 48,3% do seu oponente⁶⁸. Diante do resultado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) entrou com uma ação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicitando uma auditoria para a verificação da lisura das eleições⁶⁹, questionamento que animou as mobilizações de oposição ao governo.

A presidente encerrou seu primeiro mandato no dia 10 de dezembro de 2014 – Dia Internacional dos Direitos Humanos – com o lançamento do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade⁷⁰. O documento identificou 434 assassinatos promovidos pela ditadura civil-militar, com 377 agentes como perpetradores de violações de direitos humanos, e a indicação de 29 recomendações com medidas de justiça de transição. Constituiu a maior política de promoção da Verdade da Nova República no Brasil, no reconhecimento e publicização das violações de direitos humanos cometidas entre 1964 e 1985 (ARAÚJO;

⁶⁸ “Dilma é reeleita presidente e amplia para 16 anos ciclo do PT no poder”. Matéria de 26/10/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-e-reeleita-presidente-e-amplia-para-16-anos-ciclo-do-pt-no-poder.html> <Último acesso em 26/10/2022>.

⁶⁹ “PSDB pede ao TSE auditoria para verificar “lisura” das eleições”. Matéria de 30/10/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html> <Último acesso em 30/10/2022>.

⁷⁰ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv> <Último acesso em 10/11/2022>.

DIAS, 2018, p. 132). O fato gerou enorme desagrado por parte dos setores ligados às Forças Armadas, com a denúncia de que se trataria de um “revanchismo” da presidente (CASTRO, 2021, p. 177), considerada representante da “esquerda” e dos “terroristas” combatidos durante a última ditadura.

Foi desse modo que Dilma Rousseff fechou sua gestão em 2014, e assumiu novamente em janeiro de 2015. Em paralelo, corria a Operação Lava Jato, com a investigação de denúncias de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e a Petrobrás, empresa nacional de grande peso econômico e relevância geopolítica global. As acusações eram associadas diretamente à gestão federal, sendo construída a ideia de uma governabilidade baseada na corrupção, imagem amplamente utilizada contra o partido e seus representantes (ANGELO, 2018, p. 102). Iniciada em março de 2014, ocorreram diversas prisões ao longo daquele ano, e em 2015 foi deflagrada a oitava fase da operação, com a prisão no dia 14 de janeiro do ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró⁷¹.

Em dois de fevereiro, um mês após a posse, os juristas Hélio Bicudo, Janina Paschoal e Miguel Reale Junior entraram com um processo de Denúncia Crime de Responsabilidade Fiscal (DCR nº 1/2015), pedindo o *impeachment* presidencial⁷².

Em contraponto, no dia 13 de março de 2015, na capital do Espírito Santo, foi organizado um protesto pelo PT e seus aliados em defesa da Petrobrás e contra o *impeachment*, cuja ameaça já pairava no cenário político⁷³. O novo mandato de Dilma era iniciado, assim, com o receio dos pedidos de afastamento e a defesa da democracia pelos seus apoiadores.

1.1 A nacionalização dos protestos e o crescimento intervencionista

Dois dias depois da manifestação de defesa do governo e da Petrobrás, ocorreram mobilizações de oposição em diversas capitais, com grande presença de intervencionistas.

⁷¹ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo> <Último acesso em 14/01/2023>.

⁷² Câmara dos Deputados Federais, Impeachment Presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma> <Último acesso em 30/10/2022>.

⁷³ Banco. “Manifestantes defendem a Petrobrás durante protesto em Vitória”. Matéria de 13/03/2015, G1. <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/03/manifestantes-defendem-petrobras-durante-protesto-em-vitoria.html> <Último acesso em 26/10/2022>.

Foi a maior demonstração de força dessa pauta desde a reedição da Marcha da Família, um ano antes. A diferença é que nessa ocasião os ativistas se misturaram a muitos outros do campo de ação patriota⁷⁴, já com o eixo do *impeachment* como principal mobilizador.

Na Marcha da Família de São Paulo, em 2014, foi utilizada a faixa: “Intervenção militar constitucional já – A verdade tortura o comunista”. O enquadramento reapareceu em Brasília no dia nacional de protestos do 15 de março de 2015. Sua presença foi constatada novamente na manifestação na Esplanada, com estimativa de 45 mil pessoas pela polícia, enquanto o Movimento Vem Pra Rua, um dos organizadores, estimava 80 mil presentes. As cores verde e amarelo tomaram conta do cenário, e carros de som puxavam junto com manifestantes palavras de ordem como “Fora PT, leva a Dilma com você” e “Nossa bandeira jamais será vermelha”. O encerramento foi realizado ao som do hino nacional, cantado em coro pela multidão.

Em uma das faixas afixadas em um carro de som constava a assinatura “Intervencionismo Constitucional”, com uma página do Facebook assinando o material. A pretensa constitucionalidade da intervenção militar apareceu neste momento e foi usada sistematicamente ao longo de todo o ano de 2015.

No mesmo veículo, se lia uma outra faixa "Impeachment tira a ratazana, mas ficam os ratos. Intervenção militar é a solução". E nas ruas manifestantes carregavam uma com o *slogan* “CNV condena militares e exalta terroristas. Intervenção militar já!”, retomando de forma explícita a defesa dos militares pelo golpe de 1964 associada a um novo pedido de intervenção. O material era acompanhado de outra peça, segurada ao lado, com os dizeres “Intervenção militar constitucional também é democracia”:

⁷⁴ Alonso e Mische (2017) apresentam a leitura da construção de “campos de ação estratégica” nas manifestações do Brasil desde 2013, elencados como patriotas, autonomistas e socialistas. As autoras identificam heterogeneidade na composição desses campos de ação estratégica, mas é possível verificar uma unidade em suas movimentações. A partir do repertório se formaria um campo de ação estratégica dos patriotas e socialistas nas manifestações, com dispersão dos autonomistas no pós-2013, em arenas socialmente criadas na interação dos agentes em cooperação (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 146).



Brasília, 15/03/2015. Imagem do vídeo veiculado pelo G1⁷⁵.

No dia 15 de março ocorreram manifestações com intervencionistas em ao menos quatro cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Recife. Uma das mais relevantes ocorreu em Recife⁷⁶, com a reunião de centenas de pessoas reivindicando a intervenção militar. A matéria do G1 reforçou a pauta da “constitucionalidade” evocada pelos intervencionistas no evento: “Um novo protesto aconteceu na tarde deste domingo (15) na Avenida Boa Viagem, no Recife, desta vez pedindo intervenção militar constitucional no Brasil”⁷⁷. Segundo os organizadores, participaram 500 pessoas, enquanto a Polícia Militar contabilizou 150, e a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano 300. Apesar das discrepâncias na contagem, nota-se que foi uma passeata com um número expressivo de pessoas sob o mote da intervenção. A cobertura do G1 identificou como um dos organizadores o Movimento Direita Pernambuco.

⁷⁵ Banco. “Manifestantes lotam Esplanada para protestar contra Dilma e corrupção”. Matéria de 15/03/2015, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/manifestantes-fazem-ato-contracorrupcao-em-brasilia.html> <Último acesso em 08/11/2022>.

⁷⁶ Banco. “Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil”. Matéria de 15/03/2015, G1. Acesso em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html> <Último acesso em 30/05/2022>

⁷⁷ Idem.



Recife/PE, 15/03/2015. Legenda: Novo protesto aconteceu na Avenida Boa Viagem, no Recife, na tarde deste domingo (Foto: Luna Markman/G1)⁷⁸.

No mesmo dia, ocorreu um protesto no Rio de Janeiro também com forte presença de intervencionistas, ainda que com um público mais diverso quanto às pautas, se comparado ao evento em Recife. Segundo cobertura da imprensa, pelo menos 100 pessoas, dos mil presentes no protesto, pararam diante da entrada do Palácio Duque de Caxias com pedidos de “Socorro” e “Intervenção Militar”. Entre os participantes, constavam faixas e cartazes com pedidos de intervenção, em meio às reivindicações do *impeachment* presidencial. Entre os organizadores, a imprensa identificou o corretor de imóveis e militar reformado Luís Eduardo Oliveira, do Movimento Resistência RJ.

Este dia marcou o primeiro de uma série de grandes protestos nacionais contra Dilma Rousseff, convocados pelo campo de ação patriota. No entanto, apenas em Recife o protesto se concentrou no pedido de intervenção, sendo a agenda mais ampla nos outros locais. O

⁷⁸ Banco. “Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil “. Matéria de 15/03/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pe/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. <Último acesso em: 30/05/2022>.

maior registro deste dia foi em São Paulo⁷⁹, com um milhão de pessoas segundo os organizadores e a Polícia Militar, e 210 mil segundo o Datafolha. A cobertura identificou ao menos quatro movimentos com carros de som na Avenida Paulista⁸⁰: o Vem Pra Rua, que também liderou o protesto em Brasília; o Movimento Brasil Livre (MBL), de orientação liberal; o grupo Revoltados Online, cujo líder assumiu posicionamentos favoráveis à intervenção, mas com oscilações nessa posição⁸¹; e o grupo S.O.S. Forças Armadas – Intervenção Militar, este explicitamente intervencionista.

A posse de um dos carros de som denota a relevância da pauta da retomada dos militares ao poder nesse primeiro protesto nacional contra Dilma Rousseff. O *survey* realizado por pesquisadores da Universidade de São (USP) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), apontou que 4% das pessoas no evento da capital paulista, em 15 de março, disseram ter ido às ruas para “apoiar a volta de um governo militar no Brasil” (ANGELO, 2018, p. 97). Apesar de ser uma proporção pequena, vale lembrar que a sua menor estimativa era de 210 mil presentes, sendo 4% cerca de 8.400 pessoas. E apesar da grande maioria não afirmar ter ido ao protesto para pedir intervenção, ao serem questionadas sobre a “importância do retorno dos militares ao poder”, 37% atribuíram alguma importância, sendo “muito importante” para 16%, “importante” para 10% e “pouco importante” para 11%. Sobre esses 26%, que alegaram ser “muito importante” ou “importante” o retorno dos militares, a maior faixa encontrada foi entre 16 e 24 anos (40%), o que mostra a adesão ao tema pelos jovens da cidade, que não viveram o último período ditatorial nacional (idem).

Ou seja, ainda que minoritários em protestos de composição mais ampla, os intervencionistas atuaram com protagonismo nesse dia. Seria a primeira ocorrência de muitas naquele ano. No

⁷⁹ Banco. “Manifestantes fecham Av. Paulista no maior ato anti-Dilma deste domingo”. Matéria de 15/03/2015, G1. Acesso em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contra-governo-fecha-avenida-paulista-em-sao-paulo.html> <Última visualização em 30/05/2022>.

⁸⁰ Banco. “Manifestantes fecham Av. Paulista no maior ato anti-Dilma deste domingo”. Matéria de 15/03/2015, G1. Acesso em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/protesto-contra-governo-fecha-avenida-paulista-em-sao-paulo.html> <Última visualização em 30/05/2022>.

⁸¹ Na matéria do G1 sobre o perfil dos grupos que organizavam os protestos, o seu líder, Marcello Reis, não menciona a intervenção militar (Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/03/saiba-quem-sao-e-o-que-pensam-lideres-de-protestos-neste-domingo.html> <Último acesso em 13/11/2022>); no entanto, em outros momentos são veiculados pela imprensa como defensores da pauta. É o caso da matéria veiculada pelo site do Senado Federal, disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/510204/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> <Último acesso em 13/11/2022>).

levantamento realizado nesta tese, foram mapeados 43 eventos de protestos com intervencionistas em 2015, iniciados com este protesto nacionalizado de oposição ao governo, no dia 15 de março.

Nesse momento, demonstrou-se a força da mobilização de denúncia ao governo, com a presença de centenas de milhares de pessoas simultaneamente em várias cidades. O caráter mosaico de 2013 (ALONSO, 2017, p. 51) restou como algo do passado, sendo esses protestos coordenados por lideranças que se colocavam à direita do governo federal. Sobre a mudança de perfil dos protestos, Silva (2018, p. 14) afirma: “Por fim, é importante destacar que a convergência observada na segunda fase do ciclo de protestos de 2013 foi sustentável por um período muito curto de tempo. A partir de então, observa-se uma clara demarcação e confrontação dos campos progressista e conservador”.

Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 198) afirmam que a mobilização de setores conservadores, que fervilhava desde 2007, unidos pela oposição ao PT e a denúncia da corrupção, ganharam fôlego a partir das eleições de 2014. Os pesquisadores dizem, ainda, que nessa primeira manifestação nacional pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, a cidade de São Paulo foi o epicentro da mobilização. E mesmo com a diferença entre a estimativa dos organizadores, de 1 milhão de pessoas, para a estimativa de 210 mil do Datafolha, o órgão destacou que foi o maior protesto na Avenida Paulista desde as Diretas Já, em 1984 (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 203).

Importa observar que um dos principais grupos intervencionistas identificados na pesquisa, chamado O Pesadelo de Qualquer Político, por vezes mencionado como O Pesadelo dos Políticos, Família Pesadelo ou simplesmente Pesadelo, cujo fundador é o militar da reserva Emílio Alarcon, alega que o início das suas atividades foi em 2007. Isso corrobora a hipótese de articulação do ativismo conservador desde o Mensalão, ainda que em embrião, pois sua presença nas ruas apenas se tornaria mais visível a partir de 2014, e ganharia força em 2015.

A simbologia nacionalista comum a todo o campo patriota se apresentou nos protestos intervencionistas de março, em faixas, bandeiras do Brasil, no vestuário verde e amarelo. Na performance política, as referências à bandeira nacional são utilizadas por todo o campo patriota (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 152), mas entre os que defendem a “intervenção

militar”, a associação ao verde e amarelo, em oposição ao “vermelho” do comunismo, é predominante. A frase “O meu partido é o Brasil” foi identificada neste dia no protesto em Sergipe e se tornaria uma das marcas do intervencionismo, afirmando seu caráter patriótico. O distintivo destes movimentos estava, pois, nos *slogans* de defesa da tutela militar.

Quadro 1 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos eventos de protestos em 15/03/2015

UF	Protesto	Slogans	Temas
DF	Protesto na Esplanada contra Dilma Rousseff (PT) e corrupção	"Fora PT, leva a Dilma com você", "Fora Dilma", "Nossa bandeira nunca será vermelha", "Impeachment tira a ratazana, mas ficam os ratos. Intervenção militar é a solução", "Intervenção militar já!", "FFAA Salvem o Brasil do Comunismo - Intervenção militar", "Chega de mimimi - Intervenção militar constitucional", "We want democracy and comunism never", "Da faxina à ordem - Intervenção militar constitucional já", "A culpa é das estrelas", "CNV condena militares e exalta terroristas. Intervenção já", "Intervenção Militar Constitucional também é democracia"	Defesa da Memória, Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo
PE	Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil	"BNDES a bomba que Dilma e o PT não querem que estoure", "Fora Dilma", "Intervenção Militar Já", "No Comunism No Socialism", "Fora Comunistas CorruPTos", "Contra a ditadura bolivariana e o comunismo Intervenção Militar já! Exército queremos nosso país de volta"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo
RJ	Contra a corrupção e o governo Dilma Rousseff (PT)	"Socorro", "Intervenção Militar", "Impeachment ajuda, intervenção resolve!", "Intervenção militar SOS FFAA", "Intervenção Militar Constitucional"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Previsão Constitucional
SP	Contra a corrupção e o governo Dilma Rousseff (PT)	-	-

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Os enquadramentos nas palavras de ordem e reivindicações dos intervencionistas neste dia

nacional de protestos falam muito sobre a sua atuação: Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo, Defesa da Memória. Os *slogans* opõem seus oradores ao governo federal e ao PT, com a denúncia da corrupção e associando-os ao “comunismo” e sua histórica cor vermelha. Persiste o tema da CNV, opondo militares a terroristas, discurso este utilizado desde a intervenção de 1964, e mesmo desde a ditadura de Vargas (FREITAS, 2017). O tema da constitucionalidade da intervenção é identificado novamente, dessa vez em vários estados – com menções em Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal –, o que será usado de forma sistemática para justificar uma ação das Forças Armadas sobre o governo eleito. Por fim, a referência aos militares é na posição de salvadores da nação, com diversos pedidos de “socorro”.

Essas frases são sínteses das visões de mundo dos manifestantes e do que almejavam na ação contenciosa. Afinal, ao decidir escrever uma sentença em um cartaz, existe um exercício ativo de seleção das palavras, como veículo de expressão das demandas presentes nos protestos. No caso analisado, desde os primeiros protestos e atos solenes de defesa da intervenção, os atores se reivindicam como “patriotas”, como aqueles que se preocupam com a nação e se mobilizam contra a “ameaça vermelha”, considerada externa aos interesses nacionais e causadora de desordem. E se remetem às Forças Armadas, pedindo ajuda aos militares, como responsáveis pela garantia da estabilidade política no país. Esses enquadramentos dialogam com a “história profunda” nacional, como abordado por Hochschild (2016) ao tratar do conservadorismo estadunidense, já que a ameaça comunista foi utilizada no governo Vargas (PINTO, 2016, posição 6566 do Ebook) e como justificativa para o golpe de 1964. Essa relação foi amplamente explorada pela Doutrina de Segurança Nacional, base da ditadura civil-militar, constituindo uma base do autoritarismo ao longo da trajetória republicana (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA 2012, p. 86; STEPAN, 1986, p. 23).

Se antes essas expressões estavam ligadas à defesa da memória das Forças Armadas, no contexto da Comissão Nacional da Verdade, após a reeleição da presidente os pedidos de intervenção se fortaleceram e se centraram no presente, na tentativa de enfrentar o governo federal. Assim, enquanto crescia a força da hipótese de *impeachment*, setores mais conservadores alegavam que a melhor saída para a condução da nação seria a tutela militar.

2. As disputas no campo patriota e o crescimento do intervencionismo

A já tradicional comemoração de 1964 pelo Clube Militar começou 2015 no clima do enfrentamento a Dilma Rousseff, associando a luta da memória com a disputa do presente.

A cobertura da Folha deste dia foi precisa ao narrar essa atmosfera:

Os 51 anos de aniversário da ditadura (1964-1985) foram lembrados nesta terça (31), no Clube Militar, no Rio. Militares da reserva, parentes e civis que apoiaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff nas passeatas do dia 15 de março passado participaram de um almoço em comemoração da data. O encontro reuniu 180 pessoas.

No evento, o presidente do clube, o general Gilberto Pimentel leu um texto de três páginas intitulado "Não temos o direito de esquecer". No documento, o militar da reserva lembrou os fatos referentes ao período e destacou a intervenção dos militares no governo do então presidente João Goulart.

Pimentel citou o período da Guerra Fria e o que chamou de "expansão comunista" (...). "Esta visão do avanço vermelho pelo mundo inteiro e do perigo que isso representava para nossa pátria foi, em muitas ocasiões, menosprezada pelos estudiosos do período, às vezes por ignorância, às vezes por falta de visão estratégica, quase sempre por má fé", declarou.

Segundo o militar, o Brasil foi salvo devido a ação militar que "soube a hora de agir".

"Esquecer 1964 é uma atitude de capitulação moral e intelectual. É ocultar das atuais gerações o papel exemplar das Forças Armadas, impedindo a criação da república sindicalista e da ditadura do proletariado", disse.

Conforme o clamor da intervenção crescia nas manifestações, em paralelo às defesas sistemáticas de 1964 pela institucionalidade castrense, aumentava também a oposição a essa demanda. No dia 01 de abril, ocorreu um evento novamente na capital fluminense em defesa da ditadura, durante o qual um manifestante contrário ao protesto foi cercado e derrubado por policiais, que o agrediram⁸².

Conflitos entre favoráveis e opositores à intervenção ocorriam inclusive durante os protestos do campo patriota. As lideranças das grandes manifestações contra o governo buscavam se diferenciar e isolar a ação dos intervencionistas. É o caso dos protestos do 12 de abril, em outra articulação nacional contra o governo e com grande presença desse tipo de ativismo, na qual foi possível identificar esse tipo de tentativa de distinção.

No dia 12, no Rio Grande do Sul ocorreu um protesto com 35 a 40 mil pessoas, segundo a

⁸² Banco. "Vídeo mostra agressão de PMs a homem em protesto no Centro do Rio". Matéria de 02/04/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/video-mostra-agressao-de-pms-homem-em-protesto-no-centro-do-rio.html> <Último acesso em 01/11/2022>.

Brigada Militar, convocado pela internet, pelas redes do Movimento Brasil Livre (MBL). Conforme orientação da polícia, um grupo com cerca de 200 pessoas que pediam intervenção militar se destacou e saiu em caminhada antes do conjunto, para evitar confronto com os outros manifestantes. Com dois carros de som no protesto principal e um megafone, os organizadores ordenavam para a multidão “Não sigam esses golpistas” e puxavam gritos de “Democracia”⁸³.

Nesse evento, um ativista segurava um cartaz manuscrito no qual pedia a intervenção militar, acompanhado do pedido de respeito à Lei de Anistia. Junto ao tema da Comissão Nacional da Verdade, a referida legislação é uma das disputas dos intervencionistas no campo da memória, na defesa da última intervenção militar do país, de 1964 (conforme tratado no capítulo 1 desta tese). A reivindicação de revogação da Lei nº 6683/1979 consiste em retirar a autoanistia dos participantes do Regime, com a devida responsabilização penal dos agentes estatais perpetradores de violações de direitos humanos. Abaixo segue a foto veiculada pelo G1 do manifestante em Porto Alegre, cujo entorno também estava tomado por pessoas que pediam intervenção militar, como se pode verificar nas faixas e cartazes:



Porto Alegre/RS, 12/04/2015. Legenda: Homem levante cartaz pedindo intervenção militar em Porto Alegre. Felipe Truda/G1⁸⁴.

⁸³ Banco. “Manifestantes fazem ato contra Dilma Rousseff em Porto Alegre”. Matéria de 12/04/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/04/manifestantes-fazem-ato-contradilma-rousseff-em-porto-alegre.html> <Último acesso em 01/11/2022>.

⁸⁴ Banco. “FOTOS: Rio Grande do Sul tem atos contra Dilma neste domingo”. Matéria de 12/04/2015, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/fotos/2015/04/fotos-rio-grande-do-sul-tem-atos->

Na capital paraibana, também houve presença de intervencionistas enquanto os organizadores do protesto buscavam se diferenciar. Um deles, Alisson Novaes, explicou ao G1 que estavam voltando às ruas para pressionar o governo, e que voltariam quantas vezes fossem necessárias, mas destacava ser “absolutamente contra a intervenção militar”, pois respeitava “o estado democrático de direito”⁸⁵.

Apesar das lideranças tentarem apartar os intervencionistas, seu alcance crescia ao longo dos dias de protesto. Segundo a análise de Rocha, Solano e Medeiros (2021, p. 105), no 12 de abril ficou nítido que os organizadores do evento em São Paulo eram mais numerosos e dispersos do que no protesto anterior, incluindo os intervencionistas. Os autores listam, entre os presentes, os seguintes grupos desse ativismo: União Nacionalista Democrática (UND), Intervenção Militar Constitucional, Intervenção Militar Já, e SOS Forças Armadas. Este último teria alcançado mais visibilidade neste dia, pois garantiu cartazes aos manifestantes e seus membros comandaram dois carros de som na manifestação (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 106).

Foi possível identificar pedidos de intervenção militar em 12 cidades, de 9 Unidades Federativas, como se vê no quadro abaixo. A pauta da intervenção se difundia, afinal, por todo o país.

Quadro 2 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos eventos de protestos em 12/04/2015

UF	Protesto	Slogans	Temas
AL	Protesto contra o governo Dilma	"We want military intervention now", "Fora corruPTos", "Impeachment já! Fora Dilma"	Oposição à Dilma Rousseff/PT
RS	Protesto contra Dilma	"Fora PT Leva a Dilma com você", "Impeachment", "SOS FFAA", "SOS FFAA Reforma Política com consituinte é golpe", "Want Action Constitucional Military Now!!!"	Defesa da Memória, Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional

contra-dilma-neste-domingo.html#F1597717 <Último acesso em 03/11/2022>.

⁸⁵ Banco. “Grupos protestam contra o governo em João Pessoa e Campina Grande”. Matéria de 12/04/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/grupos-protestam-contra-o-governo-em-joao-pessoa-e-campina-grande.html> <Último acesso em 01/11/2022>.

			Art. 142", "Intervenção Militar Já! Nova Constituição para o Brasil! Ocorrem 6 assassinatos por hora, assassinato a cada 10 minutos segundo a EBC – Agência Brasil. Respeito à Lei da Anistia! Prisão para todos os corruptos!". "Intervenção militar constitucional", "Intervenção Militar já! Nova constituição para o Brasil"	
GO	Protesto Dilma	contra	"Comunismo Nãããooo - Intervenção Militar Jááááá", "Contra Comunismo só intervenção Militar Jááááá", "SOS Intervenção Militar Já", "FFAA Goiás te apóia"	Anticomunismo
PB (João Pessoa)	Protesto Dilma	contra	"Nem Bolívarianismo Nem militarismo Queremos um Brasil Livre - Verde e Amarelo Sem Foice e Martelo"	Patriotismo, Anticomunismo
PB (Campina Grande)	Protesto Dilma	contra	"Fora MSTerroristas", "Fora Dilma", "Eu sou a favor do golpe militar"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Anticomunismo
PE	Protesto Dilma	contra	"Intervenção Militar Já SOS Forças Armadas - Intervenção Militar Constitucional"	Previsão Constitucional
RJ	Protesto Dilma	contra	"Help! Intervenção militar Socorro!! FFAA - SOS"	Intervenção militar
SC (Timbó)	Protesto Dilma e a corrupção	contra	"Intervenção militar constitucional já", "Verá que um filho teu não foge à luta! #vemprarua #ogiganteacordou #prafrenteBrasil", "Desculpe o transtorno! Estamos Mudando o Brasil! Ascurra, Rodeio e Timbó imploram por mudanças!"	Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo
SC (Chapecó)	Protesto Dilma e a corrupção	contra	-	
SP (capital)	Protesto Dilma	contra	"Lula, cachaceiro, devolve o meu dinheiro", "Fora Dilma", "Cadeia Lula", "Intervenção militar", "Intervenção militar já",	Oposição à Dilma Rousseff/PT

		"S.O.S. Forças Armadas - Queremos uma faxina geral e o poder de volta em 90 dias!!!"	
SP (São José do Rio Preto)	Protesto contra Dilma e a corrupção	"A intervenção é popular e militares são funcionários públicos pagos para defender o país", "Marcha para Brasília já! PT nunca mais"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo
SE	Protesto contra Dilma	"Fora Dilma", "O meu partido é o Brasil Fora Dilma-PT", "Basta"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Na difusão do intervencionismo, o eixo seguia sendo a denúncia da corrupção contra o PT, contra o “comunismo” e a constitucionalidade da intervenção militar. Desse modo, persistiam e se difundiam *slogans* defendendo a “legalidade” da intervenção, como em Pernambuco, em Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul.

Na ocasião, não foi identificada pelo G1 a presença de pedidos pela retomada dos militares em Minas Gerais. No entanto, no *survey* realizado na manifestação em Belo Horizonte, 1,4% dos manifestantes afirmaram ter ido pedir intervenção militar, e pouco mais da metade dos presentes, 50,5%, alegaram concordar total ou parcialmente com a intervenção das Forças Armadas “em caso de muita desordem” (ANGELO, 2018, p. 97). Verifica-se, assim, que a ideia de uma intervenção se a ordem estiver ameaçada se revelou com força na capital mineira, apesar do ativismo intervencionista mais restrito. A questão que se coloca, neste caso, é o que é considerado como uma “desordem” a ponto de justificar a supressão da autonomia da gestão federal pelos militares.

2.1 A pretensão constitucional dos pedidos de intervenção militar

Pouco mais de um mês após o protesto nacional, ocorreu uma expressão importante fora das ruas, entre os veículos de opinião voltados ao público militar. Em 02 de junho de 2015, uma postagem assinada por Joseíta Brilhante Ustra replicava o artigo publicado no dia anterior por Luiz Cruz, Hudson Coelho e Bartolomeu Filho, que se identificavam como “integrantes

da Central de Coordenação e Apoio de Intervencionistas (CCI)⁸⁶. O veículo se trata do *site* em homenagem à principal obra do torturador Carlos Brilhante Ustra, “A Verdade Sufocada”, sendo Joseíta sua esposa. O texto era iniciado da seguinte forma:

UMA VISÃO DO ABISMO

É difícil acreditar que chegamos a um tal ponto que a maioria da população não enxerga o abismo que desponta diante da nação. Os planos que de 1960 a 1964 estavam sendo implementados a todo vapor pelos inimigos da democracia, renasceram na forma de um populismo extremo, que só pode ser comparado ao usado durante a ascensão dos grandes ditadores mundiais, como Hitler e Mussolini. A grande diferença, contudo, reside em que estes últimos tiveram uma visão e identidade próprias, enquanto que Lula e Dilma são meramente ventríloquos revolucionários da cartilha de Lênin, agindo como marionetes da ideologia “bolivariana” (a versão tropical do comunismo de Fidel Castro, testa-de-ferro caribenho do Kremlin).

A situação atual está infelizmente refletindo as estratégias e planos socialistas que estão sendo executados pelo Foro de São Paulo, em sua ambição absurda de dominar o Brasil e países vizinhos para criar seu sonho socialista da UNASUR ou UNASUL. Se completamente implementado, este bloco representaria a extinção completa de todas as nossas liberdades; a degradação e o caos moral, ético e religioso da sociedade; o controle total de nossas propriedades pelo governo socialista; a apropriação de toda produção nacional de bens e serviços para executar e financiar os planos comunistas pelo mundo afora, e formação de uma coalizão militar armada das nações comunistas do grupo, nos tornando um foco de corrupção e afronta bélica socialista, ou seja, verdadeiros adversários do Mundo Livre pelo qual muitos Brasileiros já deram a vida para defender. (...)

E concluía:

Além destas alternativas, a solução que resta ao povo para eliminar o golpe comunista em execução avançada, é uma intervenção constitucional militar. Na verdade, ela é uma intervenção da sociedade feita por meio das Forças Armadas, atuando conforme seu papel institucional de instrumento de defesa da Nação, dos Poderes Constitucionais, e da Lei e da Ordem. O artigo 142 da Constituição Federal dispõe:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

Contudo, os Poderes Constitucionais da República se acham corrompidos (...). Cabe então à sociedade, fonte de todo poder e legitimidade governamental, clamar pela ação corretiva das Forças Armadas para salvar a pátria do jugo comunista - como tem feito.

No caso de uma intervenção, as Forças Armadas irão resolver o caos atual. Restaurarão a lei, a ordem, e os serviços públicos; limparão a classe política de comunistas, corruptos e traidores da pátria, que seriam julgados sob a Lei Marcial;

⁸⁶ Disponível em:

https://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=12909:020615-virada-do-Brasil-a-beira-do-abismo&catid=54:politica-interna&Itemid=103#!/comment <Último acesso em 01/11/2022>.

consertarão as leis e a Constituição corrompidas por inserções socialistas absurdas através de uma nova Assembleia Constituinte livre, composta por membros comprovadamente honestos e notoriamente competentes da sociedade civil; restaurarão a infraestrutura abandonada; e repatriarão as grandes quantias enviadas inconstitucionalmente para o exterior pelo PT e seus asseclas. Após tudo isso feito, elas voltarão a assumir seu papel normal e conclamarão novas eleições realmente democráticas, quando o Brasil irá finalmente ressurgir das cinzas em que hoje se encontra.

Que Deus abençoe o Brasil e o povo Brasileiro!

O artigo resgata todo o imaginário intervencionista, na defesa da ordem e de 1964 como uma memória que se reflete no presente, cujo principal inimigo seriam os comunistas, representados então pelo Partido dos Trabalhadores. E a conclusão afirma a ideia já bastante presente nas ruas da “constitucionalidade” da intervenção, baseada no artigo 142. O mesmo conteúdo foi replicado no endereço eletrônico do Clube Militar, com sua reprodução sem qualquer tipo de ressalva⁸⁷.

Compôs igualmente uma publicação do Clube, “Por um país melhor!”, no curso da “Campanha pela Moralidade Nacional”, organizada pela instituição no ano de 2015. Na coletânea em formato virtual, de 158 páginas, é possível ler outro texto intitulado “Comissão da Verdade. Mais um embuste da esquerda”, assinado por Luiz Roberto Sabatto, identificado como “Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo”⁸⁸. Na publicação consta igualmente um texto de Marcelo Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, e, nesse momento, senador pelo Rio de Janeiro.

A publicação se tratava, portanto, de um compilado de artigos de opinião de civis e militares, com a costura de visões de mundo de religiosos, atores dos poderes estatais e integrantes das Forças Armadas. O discurso da ameaça comunista, o ressentimento diante do “revanchismo” da Comissão Nacional da Verdade, e a possibilidade “constitucional” da intervenção no governo federal recheavam as páginas editadas por esta instituição secular do país, voltada ao público militar.

O Clube Militar se posicionou, mais uma vez, como uma entidade de disseminação do pensamento intervencionista, na tentativa de influenciar a insatisfação crescente expressa nas

⁸⁷ “A Virada do Brasil à Beira do Abismo”. Disponível em: <https://clubemilitar.org/a-virada-do-brasil-a-beira-do-abismo/> <Último acesso em 01/11/2022>.

⁸⁸ Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/005046994933e883831e5> <Último acesso em 01/11/2022>.

ruas. A instituição secular, fundada em 1887, cumpre um papel de salvaguarda do pensamento autoritário militarista brasileiro, como são as defesas sistemáticas de 1964. A sua antiguidade remete ao tempo em que essas ideias igualmente circulavam na nação, sendo a própria Proclamação da República uma intervenção militar. O primeiro presidente do Clube, Marechal Deodoro da Fonseca, deixou o cargo para debutar como chefe primeiro do Executivo do Brasil. Afinal, a associação foi criada para viabilizar o golpe que daria origem à república brasileira, na convergência nacional das ações da corporação (PINTO, 2016, posição 995 do Ebook).

A entidade apresenta essa relevância histórica e se manteve com robustez ao longo de mais de um século. É notória a intermediação da associação entre a mobilização das ruas e espaços de participação do público castrense no período estudado. A esse papel de intermediário, a literatura de movimentos sociais atribui a definição de *brokers* (LAVALLE; VON BÜLLOW, 2014), podendo ser adotada para classificar a atuação da entidade para o movimento intervencionista.

Segundo seu estatuto, o Clube Militar trata-se de “uma associação de direito privado sem fins lucrativos, de caráter representativo, assistencial, social, cultural, esportivo e recreativo, com atuação em todo território nacional”⁸⁹. Pela tipologia apresentada por Lavallo e Von Büllow, a agremiação configuraria uma “associação pico”, destinada a representar um subconjunto específico de atores, com fronteiras rígidas e definidas por regras jurídicas (2014, p. 140). Sua atuação ao longo do recorte temporal analisado foi o de “tradutor”, com tarefas internas de “recepção, decodificação e difusão de informação” e externas de “transmissão, codificação e difusão de informação” (LAVALLE; VON BÜLLOW, 2014, p. 142). S

Sobre as “associações pico”, Lavallo e Von Büllow afirmam que este tipo de associação não costuma apresentar o papel preponderante de tradução, tendo em vista a homogeneidade dos seus membros. No entanto, no caso do Clube Militar persiste a constância na disseminação de posições políticas entre os seus filiados, entre os membros do Exército de forma mais ampla, e na exposição dessas ideias para o público geral. As atividades solenes e publicação

⁸⁹ Estatuto do Clube Militar, artigo 1º. Disponível em: <https://clubemilitar.org/wp-content/uploads/2019/12/ESTATUTO-DO-CLUBE-MILITAR.pdf> <Último acesso em 14/01/2023>.

sistemática das Revistas, além de coletâneas como a mencionada, mostram-se como espaços de síntese das suas visões de mundo, entre as quais se destaca a defesa da última intervenção militar vivida no Brasil, de 1964, e o apoio aos protestos contra Dilma Rousseff.

O tema da suposta constitucionalidade da intervenção militar baseada na “Lei e Ordem” é ele também pertencente à “história profunda” do país (HOCHSCHILD, 2016). A origem dessa prescrição no ordenamento brasileiro vem do governo Vargas, na incorporação na Constituição de 1934 do artigo 162, com a destinação da sua defesa pelas Forças Armadas (PINTO, 2016, posição 5540 do Ebook). A mudança foi elaborada pelo General Góis Monteiro, um dos idealizadores do Estado Novo e responsável pela coesão castrense para o apoio à ditadura.

A repetição da “constitucionalidade” da intervenção militar se baseia nesse dispositivo, incorporado no artigo 142 da atual Carta Magna, como também reproduz uma pretensão legalista que remete a experiências das ditaduras vividas na República, de Vargas e das gestões militares iniciadas no golpe de 1964. Segundo Pereira (2010, p. 57), diferente de outras experiências regionais no contexto da Guerra Fria, o fechamento do Regime no Brasil ocorreu de forma gradual, com a manutenção de mecanismos institucionais que indicavam um não rompimento completo com a legalidade vigente. A presença de uma justiça que incorporava civis e mantinha a possibilidade de recursos para os crimes políticos foi mantida, bem como o funcionamento do Congresso Nacional, ainda que muito limitado. A Constituição em vigor foi modificada aos poucos pelos Atos Institucionais, mas sempre com uma justificativa que buscava legitimar tais ações como dentro da legalidade. Muitas dessas previsões se configuravam como um teatro para a realidade de torturas e execuções que ocorria dentro dos centros de repressão (PEREIRA, 2010, p. 138).

A experiência brasileira foi muito diversa se comparada à chilena e argentina, as quais passaram pela ruptura abrupta dos procedimentos vigentes. Os assassinatos nesses regimes foram realizados de forma mais explícita, ocorreu o fechamento do Congresso e os processos contra presos políticos eram julgados por militares.

Pereira analisa, desse modo, como a ditadura iniciada em 1964, no rastro do que foi a experiência Varguista anterior, tinha um caráter profundamente “legalista”, se comparada a

outras formas de governo militar no mesmo período no continente. Essa “legalidade autoritária” (PEREIRA, 2010, p. 32), reflete a tradição do autoritarismo nacional. De outro lado, evidencia o quanto a institucionalidade brasileira é ela própria porosa à perseguição de opositores políticos e demais ações antidemocráticas. É o caso da Doutrina de Segurança Nacional, usada como base política e teórica do golpe de 1964 e bem anterior à referida intervenção, sendo a repressão judicial da oposição política uma característica do Estado brasileiro (PEREIRA, 2010, p. 84). Outros exemplos podem ser trazidos para refletir esse caráter, como a adoção do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) por Vargas, em 1936, antes do Estado Novo, ou mesmo a manutenção da Lei de Segurança Nacional na Nova República, com a sua revogação apenas em 2021⁹⁰.

Os governos autoritários no Brasil se inserem em uma realidade cujos direitos políticos são historicamente muito restritos. Nesse contexto, buscam sua justificativa como expressão de uma suposta “vontade do povo”, na defesa da nação contra a “ameaça comunista”, e pela manutenção da “ordem”. O golpe de 1964 assumiu essa posição em sua elaboração, e assim o fazem os ativistas intervencionistas do século XXI. Todo esse arsenal político pode ser verificado no Ato Institucional nº 1, o primeiro decreto autoritário do país após a intervenção que iniciaria 20 anos de governos militares⁹¹:

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País (*sic*). Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas

⁹⁰ “Sancionada a revogação da Lei de Segurança Nacional; artigo contra disseminação de fake news é vetado Fonte: Agência Senado”. Matéria de 02/09/2021, Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/02/sancionada-a-revogacao-da-lei-de-seguranca-nacional-artigo-contradiseminacao-de-fake-news-e-vetado> <Último acesso em 13/11/2022>.

⁹¹ BRASIL, ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm <Último acesso em 13/11/2022>.

aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

3. O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff

Os protestos em oposição ao governo enchiam as ruas, enquanto nas instituições a pressão pelo *impeachment* se acelerava. Em 14 de agosto, foi realizado na Avenida Paulista em São Paulo um protesto cujo eixo central era a intervenção militar.. No cartaz de uma manifestante se lia “S.O.S Forças Armadas Queremos uma faxina geral, e o poder de volta em 90 dias!!!”⁹².

No dia 10, em um protesto contra o governo na capital mineira, 5% dos entrevistados afirmaram que a principal razão de estarem nas ruas era o apoio à intervenção militar, cerca de três vezes mais do que as declarações obtidas no levantamento realizado em abril no protesto na mesma cidade (ANGELO, 2018, p. 98). Ademais, 13,1% consideravam que o “melhor para o país” seria uma ação das Forças Armadas, perdendo para a saída do *impeachment* ou cassação da presidente (40,8%) e a sua renúncia (36,4%). E ao serem interpelados sobre a chamada dos militares para tomarem o poder em uma “situação de muita desordem”, 18,2% disseram concordar totalmente com a ideia, e 28,6% concordar parcialmente, totalizando 46,8% dos manifestantes em acordo com uma intervenção militar em caso de ameaça à ordem (idem).

Como convocado, em 16 de agosto aconteceram mobilizações por todo o país. A pauta da intervenção se fortaleceu durante todo o primeiro semestre, e agora se difundia pelos diferentes estados, de norte a sul. Neste evento foi possível identificar reivindicações de intervencionistas em 13 cidades, distribuídas em 12 estados:

Quadro 3 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos eventos de protestos em 16/08/2015

Estados	Protesto	Slogans	Temas
AL	Protesto contra Dilma e a corrupção	"SOS Forças Armadas - SOS Brasil - UNASUR - URSAL"; "Dilma, Renuncia!!!"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Anticomunismo

⁹² “Protestos de 16 de agosto pelo país”. Matéria de 16/08/2015, UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/08/16/protestos-de-16-de-agosto-pelo-pais.htm?foto=1> <Última visualização em 02/11/2022>.

AM	Protesto contra Dilma e a corrupção	"Minha Bandeira não é vermelha", "Brasil Feliz, é Brasil sem PT" e "Intervenção Militar".	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Anticomunismo
MA	Protesto contra Dilma e a corrupção	"Quem ama cuida - Chega de corrupção, incompetência e mentira - Eu te amo meu Brasil"; "Fora PT"; "Intervenção militar no Brasil - Contra o Foro de São Paulo"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Anticomunismo
MS	Protesto contra Dilma	"Intervenção militar"; "Chega de incompetência - Fora Dilma!!!"	Oposição à Dilma Rousseff/PT
PA	Protesto contra Dilma e a corrupção	"Intervenção militar SOS!!"	Intervenção militar
PE	Protesto contra Dilma e pela intervenção militar	"Intervenção Constitucional do povo conduzida pelas FFAA"; "SOS FFAA"; "Não vamos pagar a conta do PT"; "SOS FFAA - Somos todos Sérgio Moro"; "Brasil sem comunismo"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo
RJ	Protesto contra Dilma e o PT	"Impeachment ajuda - intervenção resolve"; "SOS FFAA"; "Não queremos comunismo"; "Intervenção constitucional militar"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional, Anticomunismo
RO	Protesto pelo impeachment de Dilma e contra corrupção	-	-
RR	Protesto contra Dilma, o PT e a corrupção	"+ Brasil - PT"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Anticomunismo
SC	Protesto contra a corrupção	"Intervenção Constitucional Militar das Forças Armadas", "Renúncia, já", "Não vamos desistir do Brasil! Chega de corrupção"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Patriotismo, Previsão Constitucional
SP (Atibaia)	Protesto contra Dilma e em apoio à Lava-Jato	-	-

SP (capital)	Protesto contra Dilma e a corrupção	"Intervenção militar já! Art. 142", "Intervenção constitucional já"	Previsão Constitucional
SE	Protesto contra Dilma e em apoio à Lava-Jato	"Impeachment de Dilma, Prisão do Lula", "Operação Lava Jato, desentocando os ratos do poder"	Oposição à Dilma Rousseff/PT

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Destaca-se como a presença de intervencionistas se difundiu por mais estados. Em continuidade, o enquadramento realizado pelos manifestantes seguia o eixo de oposição ao governo; o enfrentamento ao PT e ao associativismo de esquerda de modo geral, identificados como uma ameaça comunista; bem como a permanência da referência à “constitucionalidade” da intervenção militar, supostamente baseada no artigo 142 da Carta Magna.

Como performance utilizada, predominava as cores verde e amarelo com referência à simbologia patriótica patriota, em diálogo direto com o ciclo do “Fora, Collor” (ALONSO; MISCHÉ, 2017). Performances e pautas dialogaram diretamente entre os dois processos, com a utilização das referências da bandeira nacional e o eixo da corrupção como dois elementos marcantes de ambos, com 20 anos entre eles. No entanto, o protagonismo de “centro-esquerda” do “Fora, Collor” (SALLUM, 2016) seria oposto ao crescimento do campo à direita na liderança do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Isso pode ser identificado pela autodeclaração dos participantes. Rocha, Solano e Medeiros (2021, p. 109) destacam que segundo levantamento do Datafolha na cidade de São Paulo, no dia 16 de agosto, 15% dos entrevistados se identificavam como de extrema-esquerda, esquerda ou centro-esquerda; 34% como centro; e 47% como extrema-direita, direita ou centro-direita. Os autores ressaltam a discrepância com relação aos protestos de 2013, nos quais 36% dos entrevistados se classificavam como de extrema-esquerda, esquerda ou centro-esquerda; 31% como de centro; e 21% como de extrema-direita, direita e centro-direita. Afirmam que “Considerando renda, idade e ideologia, torna-se inegável que os públicos das revoltas de 2013 e da campanha pró-impeachment de 2015-2016 são social e politicamente diferenciados, com mais descontinuidades do que continuidades” (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021).

Dias depois, em 26 de agosto, o intelectual conservador Olavo de Carvalho realizou uma postagem no Facebook em tom provocativo às Forças Armadas, como se estivessem se esquivando da sua obrigação ao não dar cabo de uma intervenção no governo: “Em 1964 NINGUÉM clamou por intervenção militar. O povo apenas gritou “Fora Jango” e os militares entenderam. Agora fazem ouvidos moucos e batem continência para o bebum lésbico Jacques Wagner.”(sic)⁹³

No dia 07 de setembro, efeméride da Independência que é festejada com um Desfile Militar, foi possível identificar novos pedidos de intervenção no Mato Grosso do Sul⁹⁴ e no Distrito Federal⁹⁵. Em seguida, em 17 de setembro, o Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) recebeu oficialmente o pedido de *impeachment* protocolado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal⁹⁶.

Já no dia 15 de outubro, o coronel reformado Carlos Brilhante Ustra faleceu, com 83 anos. Diante do fato, o General Mourão, na condição de comandante do Comando Militar do Sul, permitiu uma homenagem ao torturador⁹⁷. Isso alçou o militar a um ícone do movimento intervencionista.

No mesmo mês, dia 18, uma nova manifestação contra o governo ocorreu na Avenida Paulista. Neste dia, Carla Zambelli, do Movimento NasRuas, foi uma das organizadoras e interlocutora com a imprensa. No protesto, o pedido de intervenção militar vinha acompanhado novamente da menção ao Artigo 142, da Constituição Federal.

⁹³ Postagem de 26/08/2015. Disponível em:

<https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/535680796583999/> <Último acesso em 14/01/2023>.

⁹⁴ Banco. “Famílias 'madrugam' para assistir desfile cívico em Campo Grande”. Matéria de 07/09/2022, G1. <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/familias-madrugam-para-assistir-desfile-civico-em-campo-grande.html> <Último acesso em 03/11/2022>.

⁹⁵ Banco. “Bonecos infláveis de Lula e Dilma são levados para protesto em Brasília”. Matéria de 07/09/2015, G1. <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/manifestantes-levam-bonecos-de-lula-e-dilma-para-brasilia-durante-desfile.html> <Último acesso em 03/11/2022>.

⁹⁶ “Cunha recebe pedido de impeachment de Dilma elaborado por Hélio Bicudo”. Matéria de 17/09/2015, Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/470493-cunha-recebe-pedido-de-impeachment-de-dilma-elaborado-por-helio-bicudo/> <Último acesso em 03/11/2022>.

⁹⁷ “Polêmico, general Mourão deixa o Comando Militar do Sul”. Matéria de 26/01/2016, G1. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/01/polemico-general-mourao-deixa-o-comando-militar-do-sul-4961016.html> <Último acesso em 15/01/2021>.

Em meio ao calor das mobilizações, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal protocolaram um novo pedido de *impeachment* na Câmara de Deputados, em 21 de outubro. A denúncia se baseava nas pedaladas fiscais e decretos de crédito suplementar de 2015, mantendo-se também as acusações ligadas a irregularidades administrativas na Petrobrás⁹⁸.

3.1 Intervencionistas ocupam Brasília

No dia 15 de novembro, feriado nacional da Proclamação da República, houve um protesto na Esplanada com cerca de 2 mil pessoas, segundo a Polícia Militar⁹⁹. O *impeachment* da presidente e o fim da corrupção eram os principais eixos da ação, mas pela repercussão na mídia o tema da intervenção militar também ocupou um espaço central.

No endereço virtual da Pesadelo, a manifestação foi amplamente divulgada. Entre as chamadas, foi veiculado um vídeo do General Paulo Chagas convocando a população¹⁰⁰: “Em nome do amor eterno e da paz no futuro representados no lábaro estrelado que com orgulho estaremos ostentando, porque os Brasileiros conhecem o seu dever cívico, e como os dragões da independência o cumprirão aconteça o que acontecer”. E concluía, ao som do hino nacional: “O nosso dever nos espera em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, no próximo dia 15 de novembro, nos encontraremos lá. Porque para nós, o Brasil está acima de tudo”.

Pouco antes, no dia 09 de novembro, ocorreu uma paralisação de caminhoneiros, com o eixo do afastamento de Dilma Rousseff. A mobilização foi igualmente divulgada na página do Pesadelo de Qualquer Político, em meio à divulgação do protesto de 15 de novembro e como um reforço da convocatória¹⁰¹. Interessante notar como o grupo estava atento já desde este

⁹⁸ “A Acusadora”. Matéria de novembro de 2016, Piauí/Folha de São Paulo. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-acusadora-janaina-paschoal/> <Último acesso em 08/11/2022>.

⁹⁹ Banco. “Manifestantes pedem impeachment de Dilma em protesto na Esplanada”. Matéria de 15/11/2015, G1. Disponível em <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/manifestantes-pedem-impeachment-de-dilma-em-protesto-na-esplanada.html> <Último acesso em 07/11/2022>.

¹⁰⁰ “General Paulo Chagas convoca brasileiros para ocupar Brasília em 15/11/2015”. Matéria de 10/11/2015, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2015/11/general-paulo-chagas-convoca.html> <Último acesso em 08/11/2022>.

¹⁰¹ “SBT PR - PROTESTO DOS CAMINHONEIROS E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL.”. Matéria de 09/11/2015, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em

momento à mobilização da categoria, que anos depois, em 2018, surpreenderia o país em uma grande greve nacional, com a intervenção militar como um dos seus eixos de mobilização. Em artigo publicado sobre o movimento dos caminhoneiros, Antonio Euzébios Filho (2019, p. 197) faz uma breve menção de que nessa greve de 2015 constava a pauta da intervenção militar, todavia de forma marginal.

O evento do dia 15 ocorreu no contexto de um acampamento em frente ao Congresso Nacional de oposição ao governo. Nele foi inflado um boneco do General Antônio Hamilton Martins Mourão, que fora exonerado do comando das tropas do Exército na Região Sul, sendo a decisão publicada pelo Exército no dia 29 de outubro¹⁰². Ele sofreu essa retaliação após defender o “despertar para a luta patriótica” e assumiu um cargo mais burocrático na Secretaria de Economia e Finanças do Exército¹⁰³, além de ter permitido a mencionada homenagem a Carlos Brilhante Ustra. Em 2018, após deixar a ativa, Mourão se tornaria Presidente do Clube Militar, abandonando o cargo para a candidatura como vice-presidente da chapa de Jair Bolsonaro (PL) à presidência da República¹⁰⁴.

<http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2015/11/sbt-pr-protesto-dos-caminhoneiros-e.html> <Último acesso em 08/11/2022>.

¹⁰² “General que fez críticas ao governo é exonerado e designado a nova função”. Matéria de 29/10/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/general-que-fez-criticas-ao-governo-e-exonerado-e-designado-nova-funcao.html> <Último acesso em 15/01/2023>.

¹⁰³ Banco. “Manifestantes pedem impeachment de Dilma em protesto na Esplanada”. Matéria de 15/11/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/manifestantes-pedem-impeachment-de-dilma-em-protesto-na-esplanada.html> . <Último acesso em 15/01/2023>.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/biografia-1> <Último acesso em 11/11/2022>.



Distrito Federal, 15/11/2015. Legenda: Boneco do General Mourão inflado na Esplanada dos Ministérios (Foto: Jéssica Nascimento/G1)¹⁰⁵

Segundo a cobertura da Folha¹⁰⁶, o acampamento havia começado em 21 de outubro, iniciado por nove pessoas do Movimento Brasil Livre (MBL) com o eixo da derrubada de Dilma Rousseff. Mas foi ampliado e saltou para 70 barracas. A sua permanência violaria uma norma conjunta da Câmara e Senado, que veda qualquer tipo de instalação nos arredores do Congresso, mas foi possível graças ao apoio do presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha. Ele autorizou a permanência do grupo com o argumento de que não representariam nenhuma ameaça.

O tema da intervenção ganhou força nesse processo. No dia 18 de novembro, houve um confronto entre manifestantes da Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo e os acampados que pediam “o *impeachment* da presidente Dilma e a volta dos militares”¹⁰⁷. Dois

¹⁰⁵ Banco. “Manifestantes pedem impeachment de Dilma em protesto na Esplanada”. Matéria de 15/11/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/manifestantes-pedem-impeachment-de-dilma-em-protesto-na-esplanada.html>. <Último acesso em 15/01/2023>.

¹⁰⁶ “Acampado no gramado do Congresso há um mês, grupo cobra impeachment”. Matéria de 15/11/2022, Folha/UOL. <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1706581-acampados-no-gramado-do-congresso-ha-um-mes-grupo-cobra-impeachment.shtml> <Último acesso em 07/11/2022>.

¹⁰⁷ Banco. “Manifestantes de dois protestos diferentes se enfrentam em Brasília”. Matéria de 18/11/2022, G1.

policiais civis, que compunham a ação contenciosa, entraram em conflito com os agentes de segurança que tentavam desmontar a mobilização:

Em seguida, o policial civil de Brasília, que fez os disparos, se entregou. Cercado pela polícia, foi embora de camburão.

Também foi preso um policial civil do Maranhão. Ele estava armado e deu quatro tiros segundo a PM. Ele já tinha sido preso na semana passada, em outra confusão em frente ao Congresso. Parlamentares tentaram ajudar a acalmar os ânimos.

Três dias depois, em um sábado, o acampamento foi desmontado. O grupo teria resistido à ordem emitida pela presidência da Câmara de Deputados e do Senado Federal, que deu o prazo até 19h para que deixassem a esplanada. Diante da recusa, a Polícia Legislativa dispersou o acampamento. Segundo divulgação do site do PT:

Em um ponto mais recuado do gramado, manifestantes de outro acampamento, que pediam a destituição do governo via intervenção militar, desarmaram as próprias barracas mas entraram em confronto com um grupo contrário, que gritava “Não vai ter golpe”.

A Polícia Militar do Distrito Federal, que tem jurisdição sobre a área, usou gás de pimenta para dispersar a briga. Após o confronto, os grupos se retiraram do local.

Este episódio da instalação *pró-impeachment* na Esplanada revela algumas tensões do processo político que transcorria no país. De um lado, o apoio institucional à ação contenciosa por parte de agentes do Estado, como forma de pressionar pela derrubada da presidência, nesse caso bastante ilustrada pela conivência de Eduardo Cunha (PMDB) com o acampamento no centro do poder nacional. Nota-se também o envolvimento das Forças Armadas com a mobilização e o crescimento da pauta intervencionista, como revelado pela convocação do General Paulo Chagas e do grupo O Pesadelo dos Políticos, comandado por um militar da reserva. De outro lado, a tensão entre os atores de movimentos sociais com a pauta da intervenção crescia. Este incômodo vinha dos setores que usam o repertório socialista, como foi o caso da Marcha de Mulheres Negras, como também daqueles que compõem o campo mais amplo de ativismo de repertório patriota, que convergiam com os intervencionistas na oposição à presidente, mas hostilizavam os pedidos crescentes de intervenção militar.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/manifestantes-de-dois-protestos-diferentes-se-enfrentam-em-Brasilia.html> <Último acesso em 07/11/2022>.

3.2 A continuidade do confronto diante do recebimento do *impeachment*

Após diversas iniciativas solicitando o *impeachment* de Dilma Rousseff, o Presidente da câmara de Deputados, Eduardo Cunha, recebeu o pedido protocolado por Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Junior, em sua nova versão cuja entrada ocorrera em outubro¹⁰⁸. Na decisão, o parlamentar registrou que o pedido foi acordado também com movimentos sociais, citando o “Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Movimentos Contra a Corrupção”¹⁰⁹. Desse modo, ele deixava nítida a relação entre o processo institucional e a ação contenciosa nacional. Relatava, ainda, a afirmação da denúncia de que o país passava não apenas por “uma crise exclusivamente econômica, mas também política e, sobretudo, moral”¹¹⁰. Isto é, para além das irregularidades administrativas no orçamento público, a acusação e seu recebimento pelo Congresso ressaltavam o fantasma da corrupção, que era o motor para as manifestações que perduravam ao longo de todo o ano.

Dias depois, em 13 de dezembro, um novo protesto nacional contra o governo foi realizado. Na ocasião, é possível verificar novos pedidos de intervenção militar, em seis cidades, de cinco unidades federativas, na Bahia, Distrito Federal, Pará, em Curitiba e Londrina, no Paraná, e em Sergipe:

Quadro 4 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos eventos de protestos em 13/12/2015

UF	Protesto	Slogans	Temas
BA	Protesto pelo impeachment de Dilma	"Artigo 142 da Constituição - Intervenção Militar Constitucional - S.O.S. Forças Armadas – Sou da Favela Cajazeiras - Queremos uma faxina geral, e o poder de volta em 90 dias!!!"	Previsão Constitucional
DF	Protesto pelo impeachment de Dilma	"Intervenção militar já!! O Brasil exige: Ordem e Progresso!!!"	Patriotismo

¹⁰⁸ “Decisão de Cunha sobre pedido de impeachment de Dilma deve ser lida nesta quinta”. Matéria de 02/12/2015, Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/477179-decisao-de-cunha-sobre-pedido-de-impeachment-de-dilma-deve-ser-lida-nesta-quinta/> <Último acesso em 10/11/2022>.

¹⁰⁹ Decisão da Presidência de 02/12/2015, da Câmara de Deputados Federais. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/pdf/Decis%C3%A3o_sobre_impeachment_ASSINADA.pdf <Último acesso em 10/11/2022>.

¹¹⁰ Idem.

PA	Protesto contra Dilma	"Intervenção Constitucional Art. 142 - Fora PT - Fora Governos corruptos - Fora comunismo - Olavo de Carvalho tem razão!"	Oposição à Dilma Rousseff/PT, Previsão Constitucional, Anticomunismo
PR (Curitiba)	Protesto pelo impeachment de Dilma	"Intervenção constitucional militar já!!! O Brasil exige ordem e progresso"	Patriotismo, Previsão Constitucional
PR (Londrina)	Protesto pelo impeachment de Dilma	"Intervenção constitucional militar já!!! O Brasil exige ordem e progresso"	Patriotismo, Previsão Constitucional
SE	Protesto pelo impeachment de Dilma	"Brasil - Ame-o ou deixe-o"; "Meu partido é o Brasil"	Defesa da memória, Patriotismo

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.



Salvador/BA, 13/12/2015. Legenda: Manifestantes a favor do impeachment de Dilma no Farol da Barra, em Salvador (Foto: Juliana Almirante/G1).¹¹¹

Os pedidos seguiam a tônica da referência constitucional, baseada no artigo 142; a repetição da “ordem e progresso” da bandeira; a utilização do enquadramento “Meu partido é o Brasil”,

¹¹¹Banco. “Grupo protesta e pede impeachment da presidente Dilma em Salvador”. Matéria de 13/12/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/12/grupo-proteta-e-pede-impeachment-da-presidente-dilma-em-salvador.html> <Último acesso em 16/01/2023>.

que se tornaria uma das marcas desse ativismo; bem como o slogan “Brasil ame-o ou deixe-o”. Este foi retomado da ditadura civil-militar de 1964, sendo adotado pelo regime na década de 1970, após a conquista do terceiro título de campeão mundial na Copa, em um contexto de crescimento econômico, ensejando uma campanha do governo com o uso de peças publicitárias ufanistas. Dessas, a primeira e mais importante foi o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” (LIMA *et al*, 2020, p. 6).

No evento do Distrito Federal, ocorreu um novo conflito entre organizadores e participantes da manifestação e os ativistas intervencionistas. Segundo a cobertura do G1, várias pessoas do público começaram a vaiar quando uma pessoa no carro de som defendeu a intervenção militar. Diante disso, “outra pessoa assumiu o microfone e cortou a fala em defesa da volta da ditadura. Em seguida, uma terceira oradora pediu respeito a todas as opiniões porque o objetivo comum é "tirar o PT do poder".”¹¹².

4. O ano da difusão do intervencionismo no Brasil

O ano se encerrava, assim, com o processo de *impeachment* iniciado e os setores de oposição, comandados pelo campo patriota, altamente mobilizados. Os intervencionistas se mantiveram ativos durante todas as datas de mobilização nacional. E como se pôde verificar pelos *surveys* realizados em alguns desses protestos no sudeste do país (ANGELO, 2018), ainda que apenas uma minoria pedisse intervenção, a possibilidade de uma retomada do poder pelos militares encontrava amplo respaldo, com cerca de metade dos manifestantes dos principais protestos considerando uma boa alternativa para momentos de muita “desordem”.

Os pedidos de intervenção apresentavam uma tônica comum, da referência constante ao patriotismo e os elementos da bandeira, com o uso das cores verde e amarelo nas performances e do slogan “ordem e progresso”; da justificativa constitucional de uma possível intervenção; bem como a reverência ao último período ditatorial nacional. A presença desse tipo de reivindicação ocorreu de norte a sul do Brasil, revelando o espraiamento da pauta, dos enquadramentos e símbolos utilizados, com uma difusão do

¹¹² Banco. “Ato pró-impeachment de Dilma no DF termina com queima de 'caixão do PT’”. Matéria de 13/12/2015, G1. Disponível em <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/12/manifestacao-pro-impeachment-de-dilma-fecha-centro-de-Brasilia.html> <Último acesso em 10/11/2022>.

ativismo intervencionista, como não se via nos anos anteriores:

Tabela 1 - Eventos de protesto com presença de grupos intervencionistas em 2015

Data	Tema	Cidades	Nº de protestos com intervencionistas
15/03/2015	Protesto nacional: Impeachment de Dilma Rousseff (PT)	São Paulo/SP, Brasília/DF, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ	4
28/03/2015	Manifestação por intervenção militar	Rio de Janeiro/RJ	1
01/04/2015	Manifestação em defesa da ditadura	Rio de Janeiro/RJ	1
12/04/2015	Protesto nacional: Impeachment de Dilma Rousseff (PT)	Maceió/AL, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Chapecó/SC, Timbó/SC, São Paulo/SP, São José dos Campos/SP, Aracajú/SE	12
14/08/2015	Protesto pedindo intervenção militar	São Paulo/SP	1
16/08/2015	Protesto nacional: Impeachment de Dilma Rousseff (PT)	Maceió/AL, Manaus/AM, São Luís/MA, Campo Grande/MS, Belém/PA, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Velho/RO, Boa Vista/RR, Chapecó/SC, Atibaia/SP, São Paulo/SP, Aracaju/SE	13
07/09/2015	Pedidos de intervenção durante o Desfile Militar	Brasília/DF, Campo Grande/MS	2
18/10/2015	Protesto contra Dilma Rousseff (PT)	São Paulo/SP	1
15/11/2015	Protesto e acampamento contra Dilma Rousseff (PT), a corrupção e por intervenção	Brasília/DF	1
18/11/2015	Conflito entre manifestantes pró-Dilma e pró-intervenção acampados	Brasília/DF	1
13/12/2015	Protesto nacional: Impeachment de Dilma Rousseff (PT)	Brasília/DF, Salvador/BA, Belém/PA, Curitiba/PR, Londrina/PR, Aracaju/SE	6

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Na tabela fica nítida a maior ocorrência de pedidos de intervenção militar em distintas unidades federativas durante os protestos nacionais de oposição à Dilma Rousseff. No sete de setembro, durante o desfile militar na comemoração da Independência, pedidos de intervenção foram identificados em Brasília e o no Mato Grosso do Sul. Também em Recife (PE), os protestos dos dias 15 de março e 16 de agosto, ainda que estivessem inseridos na agenda nacional de mobilização contra o governo, apresentavam como principal eixo a intervenção militar como saída política para o Brasil.

Foi possível mapear a presença de intervencionistas na maioria das unidades federativas neste ano. Das 27 totais, apenas em nove não foram encontrados pedidos de intervenção militar nos protestos, são elas: Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins. No entanto, parte dessa ausência se justifica pela fonte utilizada, com a possível ausência na cobertura do G1 do relato de pedidos de intervenção militar nesses estados. É o caso de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja presença dessa pauta foi capturada pelos *surveys* descritos no artigo de Angelo (2018), como dito ao longo deste capítulo. Este fato reforça a conclusão de expansão da pauta ao longo do processo de enfrentamento ao governo de Dilma Rousseff, que coloria as ruas de verde e amarelo ao longo de todo 2015.

E apesar da presença em diversos locais, nota-se a prevalência nos principais centros políticos. Houve cinco ocorrências no Distrito Federal, o que se justifica por ser a sede dos poderes públicos federais, com a concentração de mobilizações no seu território como forma de provocar os representantes estatais; cinco ocorrências no Rio de Janeiro, sendo a sede do Clube Militar, importante centro de pensamento e mobilização de membros das Forças Armadas e seus simpatizantes, e também a segunda capital mais populosa do Brasil; e sete ocorrências em São Paulo, sendo a capital com maior concentração de pessoas e o centro econômico nacional, consistindo na cidade na qual ocorreram os maiores protestos nacionais contra Dilma Rousseff no período. Em um segundo plano, destacam-se também os estados de Pernambuco, Santa Catarina e Sergipe, com três eventos de protesto com intervencionistas neste ano.

Como mencionado, foi realizada na capital pernambucana, no dia 15 de março, e 16 de agosto, dias nacionais de mobilização contra o governo, protestos com centenas de pessoas

cujo eixo central era a intervenção, revelando a força da pauta na cidade. Foram levantadas manifestações com a mesma pauta central também no Rio de Janeiro, em 28 de março, e no dia 01 de abril em defesa da memória da ditadura; em São Paulo, em 14 de agosto; e em Brasília, com as mobilizações e acampamento paralelo no Distrito Federal ao longo de novembro.

Quadro 4 – Eventos de protestos com o eixo central da intervenção militar (jan. de 2015 – dez. de 2015)

Data	UF	Protesto	Tamanho	Fonte
15/03/2015	PE	Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil	300	Companhia de Trânsito e Transporte Urbano
28/03/2015	RJ	Manifestação por intervenção militar	50	Imprensa (Gazeta do Povo)
01/04/2015	RJ	Manifestação em defesa da memória da ditadura (1964)	-	-
14/08/2015	SP	Protesto pedindo intervenção militar	-	-
16/08/2015	PE	Protesto contra Dilma e pela intervenção militar	500	Organizadores
15/11/2015	DF	Protesto e acampamento contra Dilma Rousseff (PT), corrupção e por intervenção militar	-	-

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Sobre as lideranças intervencionistas, é bastante notável a participação de militares da reserva e policiais civis nos protestos. No caso da União Nacionalista Democrática, que estava no protesto de São Paulo no dia 12 de abril, José Geraldo Quartim Barbosa, afirmou em entrevista para esta pesquisa ser composta por integrantes das Forças Armadas¹¹³:

Como eu te disse, nós temos desde borracheiros e garis de rua, pessoas simples, realmente simples, mas preocupadas com o Brasil. Militares, vários, da ativa e da reserva, sendo que os militares da ativa não podem participar de movimento civil por uma questão de segurança do próprio serviço das Forças Armadas e o serviço de informações das Forças Armadas. Da reserva, vários. Como nós temos professores universitários também, como nós temos o Modesto Carvalhosa que, para mim, é um dos maiores brasileiros que eu conheço. Quer dizer, é gente de todas as matizes e de todas as classes sociais com o pensamento de Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Esse é o nosso lema.

¹¹³ Entrevista concedida para a autora no dia 08/03/2021.

Em muitos protestos, o G1 não descreveu nenhum ator, individual ou coletivo, nas mobilizações, o que prejudica a análise de sua composição. No entanto, nas informações mapeadas, a presença de agentes da segurança se revela como algo constante, sendo membros das Forças Armadas ou das polícias. Dos 16 atores intervencionistas identificados em 2015, 5 eram da segurança pública, dos quais 3 diretamente das Forças Armadas, e 2 policiais civis. Sobre o envolvimento desses agentes, importa recordar que a ditadura civil-militar de 1964 contou com intensa participação de seus componentes. Um caso emblemático foi a criação do sistema de repressão e informação na cidade de São Paulo chamada “Operação Bandeirantes” (OBAN), formado por oficiais das três Forças, policiais civis e militares¹¹⁴.

5. Conclusão

O ano de 2015 foi marcado pela retomada de pedidos de intervenção militar na ação contenciosa nacional. Esse fenômeno acompanhou a explosão de protestos de oposição ao governo de Dilma Rousseff, com protagonismo de lideranças conservadoras. Afinal, aqueles que reivindicavam o retorno dos militares ao poder para manutenção da ordem no país aproveitaram as oportunidades identificadas na intensificação do confronto político pelo campo patriota para ampliar o alcance dessa pauta. Isto é, o enfrentamento de um governo visto como “comunista”, de uma ex-guerrilheira que viabilizou a Comissão Nacional da Verdade, constituiu um solo fértil para aqueles que se identificam como patriotas contra a ameaça “vermelha”, acreditando no papel dos militares como responsáveis pela tutela do poder nacional.

Esse processo foi envolto de conflitos dentro do próprio campo patriota, por aqueles que usam os símbolos nacionais em suas performances, pois os pedidos de intervenção eram vistos como antidemocráticos. Apesar dessa rejeição, é possível identificar também uma adesão crescente ao longo de 2015 a essa saída institucional, mesmo entre aqueles que não apresentavam como objetivo central de sua mobilização a intervenção militar. Além dos atores de movimentos sociais, é importante destacar o quanto representantes institucionais promoveram essa visão sobre a política brasileira, com destaque para o Clube Militar e sua

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>
<Último acesso em 12/11/2022>.

repercussão da suposta previsão constitucional dessa atribuição das Forças Armadas, baseada no artigo 142 da Carta Magna.

A utilização recorrente da menção “constitucional” de uma ação das Forças Armadas sobre o Poder Executivo remonta à história profunda do país. De um lado, a retomada de um “legalismo autoritário” por esses atores, uma vez que a intervenção de 1964 foi ela também revestida de uma série de características que pressupunham um não rompimento completo com a legalidade anterior, na busca de legitimidade do golpe. Essas medidas consistiam na manutenção de processos judiciais contra presos políticos com direito a recursos e participação de civis, a manutenção de um Congresso Nacional ativo, ainda que muito limitado, e a não revogação imediata da Constituição então vigente, com um fechamento gradual do regime (PEREIRA, 2010, p. 57). Essa característica do autoritarismo brasileiro já ocorrera no Estado Novo, com a tentativa de uma imagem de conformidade com a legalidade vigente, e se difere de outras experiências latino-americanas. De outro lado, o artigo 142 remete diretamente à defesa da “Lei e Ordem” pelas Forças Armadas, que foi inserida no ordenamento brasileiro ainda no governo Vargas, na Constituição de 1934. Desde então, essa previsão vem sendo usada por atores conservadores como tentativa de legitimação de intervenções militares ao longo da trajetória nacional.

Sobre os seus ativistas, conclui-se que estes conformam um subcampo dentro do campo patriota na ação política, compondo um setor dos movimentos sociais nacionais que partilham de um repertório de confronto e visão de mundo comum, se auto identificando como “intervencionistas” e sendo identificados dessa forma pelos demais atores em luta. Se referenciam no universo militar e são formados em parte por integrantes da corporação, constatando-se nesta pesquisa um protagonismo de agentes de segurança, especificamente militares da reserva e policiais civis, na linha de frente da difusão do intervencionismo pelo país.

Capítulo 4

“O povo quer! Intervenção constitucional militar”:

Os intervencionistas no *impeachment* de Dilma Rousseff

Diante do início do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT) na Câmara de Deputados, a militância intervencionista, com seu *slogan* “Impeachment ajuda, intervenção resolve”, disputava nas ruas os rumos da política brasileira. O ano de 2016 foi iniciado já com um protesto na capital paulista. Cerca de 60 pessoas participaram da manifestação no dia 27 de janeiro¹¹⁵. Usavam as cores verde e amarela, portavam bandeiras do Brasil, e trajavam vestimentas de alusão ao camuflado da indumentária militar. Chegaram a fechar três faixas da Marginal Tietê, uma das principais da cidade, causando grande impacto na capital mais populosa do país. Carregavam uma enorme faixa verde e amarela, e materiais menores manuscritos, anunciando “intervenção militar constitucional”, “Fora Foro SP - Fora PT”; “F.F.A.A. Urgente”; “Comunismo não”.

Em 17 de fevereiro, ocorreu um novo protesto¹¹⁶, na ocasião do depoimento de Luiz Inácio Lula da Silva sobre o caso da denúncia de uma compra irregular de um apartamento triplex no Guarujá (SP). Concentraram-se no local, em frente ao Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo, manifestantes contrários e defensores do ex-presidente. O depoimento acabou sendo suspenso, mas isso não evitou a aglomeração dos manifestantes e um conflito com o ferimento de uma mulher na cabeça. Os manifestantes foram separados por gradis. No lado de denúncia do ex-presidente, é possível ver a demarcação do campo patriota, com a predominância das cores verde e amarelo. No vídeo de cobertura, é possível identificar a liderança Carla Zambelli, do movimento NasRuas, segurando um boneco inflável da presidente Dilma Rousseff com uma faixa na qual se lia “*impeachment*”. Em meio a esse setor mais amplo de uso do repertório patriota, se concentravam na manifestação aqueles que pediam intervenção militar.

¹¹⁵ Banco. “Protesto trava trânsito na Marginal Pinheiros, em SP”. Matéria de 27/01/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/protesto-na-marginal-trava-transito-na-marginal-pinheiros-em-sp.html> <Último acesso em 17/11/2022>.

¹¹⁶ Banco. “Mulher leva pedrada durante protesto em frente a Fórum onde Lula iria depor”. Matéria de 17/02/2022, G1. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/mulher-leva-pedrada-em-protesto-em-frente-forum-onde-lula-iria-depor.html> <Último acesso em 18/11/2022>.

Com o processo de *impeachment* iniciado, os grupos permaneceram mobilizados nas ruas, demonstrando seu descontentamento com a gestão federal e disputando as saídas para a crise nacional. As manifestações seguiam convocadas por meio de articulações nacionais, protagonizadas por grupos que defendiam o afastamento presidencial.

Entre os muitos atores que usavam o repertório patriota como marca das suas performances, se localizavam aqueles que defendiam a retomada dos militares ao poder. Apesar de comporem tais mobilizações, os intervencionistas defendiam que apenas a tutela das Forças Armadas seria capaz de promover a “limpeza” necessária no país.

Esses ativistas se fortaleceram no Brasil com os grandes protestos de enfrentamento ao governo Dilma Rousseff. No ano de 2015, ocorreu uma difusão desse tipo de ativismo por todo o país, com a ampliação da defesa de uma “intervenção militar constitucional”. A ideia de que cabe aos militares a manutenção da ordem ganhava adeptos e saía das sombras da marginalidade política. Sua mobilização crescente gerou incômodo nas lideranças e participantes dos protestos, que viam esses pedidos como um viés autoritário do patriotismo. Nesse contexto, é notório o apoio do corpo castrense à leitura da possibilidade legal de uma intervenção militar, supostamente baseado no artigo 142 da Constituição.

Desse modo, 2016 seguiu na trama das tensões que se alongavam desde o ano anterior. Ocorreu uma autonomização crescente dos intervencionistas, com sua consolidação como um setor dos movimentos sociais nacionais. Neste capítulo será apresentado esse processo de alcance da renovação do movimento intervencionista no Brasil. O Pesadelo de Qualquer Político foi utilizado aqui como um caso de estudo dessa expressão, devido à sua importância como grupo de mobilização constante e nacionalizada. Na análise do período, foi possível apreender as características do intervencionismo, que se reproduziam em diversos estados, em sua roupagem do patriotismo conservador, anticomunista, da defesa do legalismo autoritário e da memória do último período ditatorial.

1. A consolidação de um campo do nacionalismo autoritário brasileiro

Para mostrar a consolidação de um campo autoritário, toma-se aqui como um caso de estudo um do movimento mais relevante no período estudado, O Pesadelo de Qualquer Político.

Seus membros promoveram o primeiro protesto mapeado na pesquisa, em novembro de 2013, e se autointitulariam em alguns meses como o “maior grupo de patriotas intervencionista do Brasil”¹¹⁷. Pelas postagens diárias em formato de blog do grupo foi possível também acompanhar a sua intervenção ao longo dos anos da pesquisa, na observação de sua estruturação, enquanto cresciam os pedidos de tutela militar nos protestos de norte a sul.

O grupo usa referências do nacionalismo autoritário nacional, com menções sistemáticas aos líderes da ditadura de 1964. Em 17 de fevereiro de 2016, no mesmo dia em que estava marcado o julgamento de Lula sobre o caso da irregularidade na compra de um apartamento, a Pesadelo realizou uma postagem comemorativa da posse do ex-ditador Médici, com a chamada: “Posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969) VIVA O REGIME DEMOCRÁTICO MILITAR!”¹¹⁸. O vídeo veiculado era o oficial do Regime no período, apresentando a posse do novo presidente e seu vice, indicados pela Arena (Aliança Renovadora Nacional). Apresentava a versão de suposta legalidade da tutela militar sobre o governo, afirmando o seu acordo com a Constituição e o funcionamento regular o Congresso, congratulando o “retorno do Brasil ao regime democrático com pleno funcionamento do poder legislativo, seguindo-se depois a votação que sufragou em massa o nome dos dois candidatos”¹¹⁹. Essa versão da posse em 1969 reforça a ideia de uma fachada de continuidade com o estado de direito, conferindo uma “legalidade autoritária” à ditadura brasileira (PEREIRA, 2010, p. 32).

Cabe assinalar, ainda, o significado da louvação da posse Emílio Garrastazu Médici pelo movimento intervencionista, empossado meses após a promulgação do Ato Institucional nº 5. Segundo apresentação do CPDOC/FGV¹²⁰, o AI-5 foi a expressão mais acabada do golpe de 1964, na medida em que ampliou os poderes despóticos do Executivo e militares. O grupo

¹¹⁷ A referência seria utilizada a partir de agosto de 2016, sendo então incorporada como uma autoproclamação constante do grupo. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/avatar-do-general-mourao-invade.html> <Último acesso em 21/11/2022>.

¹¹⁸ Matéria de 17/02/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. “Posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969)”. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/02/posse-do-presidente-emilio-garrastazu.html> <Último acesso em 18/11/2022>.

¹¹⁹ Idem

¹²⁰ Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> <Último acesso em 18/11/2022>.

evocava seu alinhamento não apenas com o passado autoritário brasileiro, mas com sua versão mais endurecida. Enquanto o país passava pelo processo de avanço de impedimento da presidente eleita, e do pedido de prisão do ex-presidente Lula, os intervencionistas não se furtavam em disputar, afinal, a memória nacional.

Otra influência sobre o movimento intervencionista era um político autoritário da redemocratização, o Dr. Enéas. A menção a ele era realizada no *site* do grupo de forma sistemática. A legenda, existente entre 1989 e 2006, é compreendida como uma das maiores herdeiras do fascismo brasileiro (CALDEIRA NETO, 2016, p. 44), cujo maior representante fora Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932.

Caldeira Neto (2016) se filia à definição de Paxton (2007) para definir o fascismo como uma forma de ação política marcada pela obsessão com a decadência e humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios com demonstração de unidade, energia e pureza, por meio das quais um grupo formado por nacionalistas engajados operam em cooperação com elites tradicionais, com repúdio às liberdades democráticas e perseguição da limpeza étnica por meio da violência (PAXTON, 2007, p. 358-359). O neofascismo seria fruto da reordenação dessas forças globais a partir da Segunda Guerra Mundial, com inovações e particularidades em cada contexto, mas seguindo as referências das suas bases do início do Século XX, como foi o caso da retomada integralista pelo Prona (CALDEIRA NETO, 2016, p. 28).

Vale ressaltar que Enéas ficou famoso por ser médico, mas obtivera também formação militar, formando-se na Escola de Sargentos do Exército Brasileiro antes de seguir a carreira na saúde (CALDEIRA NETO, 2016, p. 55). A sua relação era da busca de afastamento da memória da ditadura, uma vez que se vivia no Brasil naquele momento uma fase da “direita envergonhada”, com a tentativa dos representantes de se dissociarem do regime superado (CALDEIRA NETO, 2016, p. 49). No entanto, a premissa do agrupamento era pela busca da ordem e o nacionalismo, e em seu documento de fundação estava expresso:

Os militares estiveram governando a nação desde 1964 até 1985. Foram duas décadas sobre as quais muito já foi dito e escrito, sendo, hoje, axiomático que não foi um período de felicidade para o povo brasileiro. Mas o poder já foi devolvido às autoridades legalmente constituídas para exercê-lo. E, se elas não o exercem, desta vez, pelo menos, a culpa não é dos militares. É IMPERIOSO, AGORA, QUE

O PODER CIVIL SEJA EXERCIDO COM FIRMEZA. A TURBULÊNCIA SOCIAL, FRUTO DA DESORDEM, A ANARQUIA, O CAOS, PODEM LEVAR, EM UM MOMENTO DO FUTURO NÃO MUITO DISTANTE, O PRÓPRIO POVO, ATRAVÉS DE MUITOS DOS SEUS ÓRGÃOS, A PEDIR A AJUDA DOS MILITARES PARA RESTAURAR A ORDEM. (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – Prona – Ata de Fundação. Diário Oficial da União, Seção I, 06/04/1989, p. 5282, apud CALDEIRA NETO, 2016, p. 77)

Desse modo, apesar de não se alinhar diretamente com o regime ditatorial recém-superado, o Prona reproduzia em sua fundação a premissa dos intervencionistas brasileiros, a de que em nome da ordem é legítimo a tutela militar sobre o governo federal. Além disso, sua filiação ao integralismo é a da oposição direta ao comunismo como principal ameaça, na construção de uma vertente do nacionalismo autoritário, conforme analisado por Caldeira Neto (2016, p. 384).

Por fim, a Pesadelo incorpora também a tradição do movimento *skinhead* nacional. Em sua descrição de “Quem somos”, consta uma letra que ressalta a centralidade do anticomunismo do grupo:

Com toda força estamos
contra o domínio vermelho
Contra a praga comunista
e seus malditos herdeiros
E como lobo nos enganam em pele de cordeiro
Devotos Filhos de Stalin
Abaixo seu Império
Este câncer que se espalha consumindo a Nação
Manipula mentes fracas sem motivo ou razão
Sem foice sem Martelo
Sempre verde e amarelo
Brasil és tu guerreiro, jovem forte e viril

Segundo Almeida (2017, p. 83/84), a origem desta letra é da canção “Resistência”, do movimento *skinhead* brasileiro¹²¹. O autor identifica a autoria da música citada como da banda “Zurzir”, lançada em 2001 em um álbum de mesmo nome (ALMEIDA, 2017, p. 26). A origem do grupo musical viria de uma linhagem com início na década de 1980, na criação da primeira organização local brasileira de *skinhead*, o “Poder Branco Paulista”, ou “White Power São Paulo”, e a primeira banda brasileira “assumidamente White Power: a Poder

¹²¹ Seus atores, segundo Caldeira Neto, compuseram um fenômeno de ramificação e radicalização do movimento neofascista em nível global nos anos 1980 e 1990, ocorrido pela proliferação desse tipo de ativismo e suas manifestações culturais (CALDEIRA NETO, 2016, p. 33).

Branco/Locomotiva” (ALMEIDA, 2017, p. 17). Entre as décadas de 1990 e 2000 surgiram outras duas organizações e suas respectivas bandas, localizadas também em São Paulo. Seriam a Divisão 18 (D18), com o grupo musical Brigada NS; e a Imperium South America, com os braços Resistência 1945 e Frente Nacional. Já no início dos anos 2000, a atuação desse ativismo se ampliou e criaram uma iniciativa no Rio Grande do Sul, a White Sul Skinheads (WSS), com o grupo musical correspondente, Zurzir. Após o lançamento da canção supramencionada, a banda teria se desvinculado da WSS, para se alinhar à organização estadunidense Hammer Skin Nation (HN), criando sua célula brasileira (idem).

Os *skinheads* brasileiros se mostravam críticos à experiência do integralismo, por considerarem a tradição demasiadamente intelectualizada e por não realizarem ações de confronto nas ruas (ALMEIDA, 2012, p. 405). Entretanto, mesmo diante das diferenças, teriam incorporado o lema “Deus, Pátria e Família”, pois sinterizaria a “essência de um verdadeiro nacionalista” (ALMEIDA, 2012, p. 405). Segundo o autor, as principais características do movimento no Brasil seriam o “anticomunismo, o repúdio às drogas e ao aborto, a homofobia, o antirracismo, o antissionismo, o antiliberalismo, a xenofobia, a defesa do Estado forte e interventor e dos valores cristãos” (idem). Os Carecas do Subúrbio despontaram como o principal grupo brasileiro desse tipo na década de 1980, diferenciando-se da base racista dos *White Power*, mas ambos compondo o movimento *skinhead* nacional (ALMEIDA, 2017, p. 18 – 19)

O neointegralismo do Prona (CALDEIRA NETO, 2016, p. 50); o movimento *skinhead*, representado pelo uso da canção “Resistência” (ALMEIDA, 2017, p. 83) em sua autodescrição; os discursos oficiais do último período ditatorial. Todos esses elementos compõem o universo de símbolos e ideias compartilhados pelo Pesadelo de Qualquer Político, em meio aos chamados para protestos da ação contenciosa nacional, focados nos pedidos de intervenção militar em oposição à Dilma Rousseff. Isto posto, apesar de integrarem um conjunto maior, formado pelos atores que usavam o repertório patriota contra o governo¹²², os intervencionistas se organizavam a partir de referências próprias, formadas

¹²² O repertório patriota, segundo elaboração de Alonso e Mische (2017, p. 152), seria utilizado nos protestos dos últimos anos pelos agentes que exploram os símbolos do Fora Collor e das Diretas Já, com foco no tema da anticorrupção e pintados com as cores da bandeira nacional. A partir do repertório se formaria um campo de ação estratégica dos patriotas nas manifestações, este definido como uma arena socialmente criadas na

pela tradição do nacionalismo autoritário brasileiro.

Com o isolamento crescente dos seus ativistas nos protestos de oposição o governo, desde 2015, vê-se pouco a pouco a formação de um campo específico dos intervencionistas. A manutenção de pequenas manifestações mobilizadas pelas suas próprias redes, e a demarcação de seus membros dentro dos protestos amplos, denotam a formação de uma coordenação de ações estratégicas específicas dos seus agentes, como será tratado neste capítulo. O empenho na convocação própria de mobilizações era calcado, afinal, nesse conjunto de ideias disseminado pelos grupos organizados, como é o caso da Pesadelo e sua influência das experiências autoritárias da política nacional.

2. A propaganda intervencionista para os militares nos preparativos do protesto contra Dilma Rousseff

Após os protestos nacionais contra Dilma Rousseff em 2015, lideranças do campo patriota de todo o país se preparavam para organizar uma grande mobilização de enfrentamento ao governo, marcada para 13 de março.

Nessa ebulição, os intervencionistas se organizavam para o dia de confronto. Uma das vias de propaganda foi a Revista Sociedade Militar. Segundo o “Quem somos” do canal, “A Revista Sociedade Militar online foi fundada em 2011, é uma publicação atualizada diariamente e voltada principalmente para a publicação de notícias e discussão de assuntos relacionados à Segurança Pública, Militares, Política e Geopolítica”¹²³. Sua sede física fica no Rio de Janeiro, ainda que o veículo seja virtual, alcançando 20 milhões de leituras de artigos ao longo de sua existência em dezembro de 2018 (em uma média de 1,1 milhão de visitantes mensais nos últimos três meses de 2019). Em março de 2016¹²⁴ obtiveram mais de um milhão de visualizações em seus artigos. Segundo eles, ocupavam os primeiros resultados das buscas do Google para os termos “militar/es” e “revista militar”, tornando os seus textos

interação dos agentes em cooperação (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 146). O repertório patriota foi utilizado em 2013, mas sua maior marca ocorreu a partir das manifestações de 2015, de enfrentamento à gestão do PT.

¹²³ “Políticas de privacidade e Sobre nós”. Disponível em:

<https://www.sociedademilitar.com.br/2015/12/politicas-de-privacidade-e-sobre.html> <Último acesso em 21/11/2022>.

¹²⁴ Matéria de 09/05/2016. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/05/intervencao-militar-pesquisa-revela-opinio-dos-militares.html> <Último acesso em 29/11/2022>

“os mais lidos e multiplicados dentro do nicho em que estamos inseridos”¹²⁵. Segundo a sua descrição, a Revista “é seguida de perto nas redes sociais por dezenas de oficiais gerais e dezenas de milhares de militares de todas os postos e graduações de forças armadas e auxiliares”.

Voltado ao público militar, e mantido pelo editor e também militar Robson Augusto, o veículo mobilizou intensamente o protesto de 13 de março. No dia 10 do mesmo mês, a Revista publicou uma matéria intitulada “MILITARES devem comparecer em massa aos protestos no DIA 13 de março”¹²⁶. O início do texto vinha com a afirmação de que todos os brasileiros podem participar de manifestações, que seria um direito garantido a todos os cidadãos. Em seguida, declarava que o presidente do Clube Militar havia enviado naquela semana um comunicado convidando os associados, da ativa e da reserva, a participarem do protesto “anti-governo”. Afirmava que o Clube Naval, também convidava todos os associados, sem distinção da ativa ou reserva, a comporem os protestos. E que muitos policiais militares e civis também participariam, sendo essas categorias “extremamente insatisfeitas com a proteção aos chamados “movimentos sociais” e tratamento dado pelo governo atual aos membros da segurança pública em geral”¹²⁷. Por fim, registrava que a Associação de Bombeiros do Rio de Janeiro também estaria incentivando os militares a comparecerem.

A divulgação da Revista é significativa, uma vez que é vedado aos militares da ativa a participação em manifestações políticas sem a devida autorização. O Decreto nº 4.346/2002, que publiciza o regulamento disciplinar do Exército (R-4), afirma que é vedado “manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária”¹²⁸. Entre as transgressões listadas, conta “tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária”, e “discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se

¹²⁵ Matéria de 09/05/2016. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/05/intervencao-militar-pesquisa-revela-opiniao-dos-militares.html> <Último acesso em 29/11/2022>

¹²⁶ Matéria de 10/03/2016. “MILITARES devem comparecer em massa aos protestos no DIA 13 de março”. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/03/militares-devem-comparecer-em-massa-aos-protestos-no-dia-13-de-marco.html> <Último acesso em 22/11/2022>.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ BRASIL, Decreto nº 4.346/2002, Anexo 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm <Último acesso em 22/11/2022>.

devidamente autorizado”. A Constituição Federal, por sua vez, proíbe aos militares o direito à greve, sindicalização, e filiação partidária (artigo 142, § 3º, IV e V). Aos membros da Marinha também é proibido a manifestação, constando no Decreto nº 88.545/1983¹²⁹, a vedação à “manifestar-se publicamente a respeito de assuntos políticos ou tomar parte fardado em manifestações de caráter político-partidário”, e a proibição de “provocar ou tomar parte em Organização Militar em discussão a respeito de política ou religião”. A organização e mobilização política de membros das Forças Armadas é, portanto, legalmente cerceada no ordenamento brasileiro.

A insatisfação no meio das Forças Armadas e entre as polícias com o governo era crescente. Além da Comissão Nacional da Verdade, que fora encarada como uma ofensa direta e um “revanchismo” contra os membros da corporação (CASTRO, 2021, p. 177), as condições de trabalho dos militares também provocavam desagrado. Segundo a Revista, membros de várias posições das Forças, inclusive gerais, apresentavam críticas ao governo, pelo reajuste considerado abaixo das perdas inflacionárias de 2015. A página lamentava, ainda, que sem “associações de classe e representantes no Congresso Nacional os militares das Forças Armadas dificilmente terão como pressionar com eficácia o executivo federal”¹³⁰. Apesar de não poderem se manifestar, a matéria afirmava que eram utilizadas ações de visibilização da situação, com a identificação no final de fevereiro do uso de “fotografias de peças de fardamento que simbolizam o militar e sua insatisfação com a situação salarial “aparecem” nas redes sociais com textos reclamando da situação salarial”¹³¹.

No dia seguinte, a Revista lançou nova matéria com a chamada “Forças de DIREITA querem forjar CONFRONTOS”, diz RUI FALCÃO. ACUSE-OS do que você FAZ, diz a máxima esquerdista.¹³² O texto afirmava estar “às vésperas de um grande brinde em rede nacional”,

¹²⁹ BRASIL, Decreto nº 88.545/1983, Artigo 7º. Disponível em: [¹³⁰ Matéria de 22/02/2016. “Militares insatisfeitos e sem representação não tem como reivindicar reajuste”. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/01/militares-insatisfeitos.html> <Último acesso em 21/11/2022>.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88545.html#:~:text=Aprova%20o%20Regulament%20Disciplinar%20para%20a%20Marinha%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=O%20VICE%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA,que%20lhe%20confere%20o%20art.<Último acesso em 22/11/2022>.”</p></div><div data-bbox=)

¹³¹ Idem.

¹³² Matéria de 11/03/2022. “Forças de DIREITA querem forjar CONFRONTOS”, diz RUI FALCÃO. ACUSE-OS do que você FAZ, diz a máxima esquerdista”. Disponível em:

após dois anos de mobilização e comparecimento da sociedade aos protestos “de graça, sem propina, sem mortadela e a custo de seu próprio trabalho” (*sic*). E fechava seu conteúdo congratulando o grupo intervencionista Pesadelo: “Há dois anos nos chamava a atenção um grupo do Rio, o **Pesadelo dos Políticos**, que distribuía adesivos **Fora Dillma** custeados com o próprio bolso. Pessoas comuns, um desempregado, um militar da reserva, um comerciário... Parabéns brasileiros” (*sic*). Assim, em meio à mobilização do público militar para ocupar as ruas contra Dilma Rousseff (PT), o canal reforçava a importância dos grupos intervencionistas.

3. Os intervencionistas no protesto de 13 de março de 2016

Chegou o dia 13 de março e as ruas do país explodiram de manifestantes. Segundo o levantamento realizado pelo G1¹³³, a Polícia Militar estimou 3,6 milhões de pessoas nas mobilizações. Conformou, dessa forma, o maior protesto registrado pelos órgãos oficiais da história do país. Demonstrava a força do campo patriota, na liderança de grandes protestos contra Dilma Rousseff (PT) e os membros do seu partido.



<https://www.sociedademilitar.com.br/2016/03/forcas-de-direita-querem-forjar-confrontos-diz-rui-falcao-acuse-os-do-que-voce-faz-diz-a-maxima-esquerdista.html> <Último acesso em 22/11/2022>.

¹³³ Banco. Matéria de 13/03/2016. “Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma “. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html> <Último acesso em 23/11/2022>.

Vila Velha/ES, 13/03/2016. Legenda: Drone registra milhares em protesto contra Dilma em Vitória e Vila Velha¹³⁴.

Como nos protestos no ano anterior, neste também foi possível verificar a presença de intervencionistas em diversas localidades do Brasil. Foram mapeados ativistas em sete estados neste dia, pela cobertura do G1, no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo:

Quadro 1 – Protestos com participação de intervencionistas em 13/03/2016

UF	Protesto	Número de manifestantes
ES	Protesto contra Dilma	120 mil
MS	Protesto contra Dilma e a corrupção e a favor da Lava-Jato	100 mil
PA	Protesto contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma	50.000
PR	Protesto contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma	3.000
RJ	Protesto contra Dilma e a favor da Lava-Jato	1.000.000
RO	Protesto contra Dilma e a corrupção	300
SP	Protesto contra Dilma	2.400.000

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Na ocasião, a cobertura do G1 não divulgou o nome de nenhum ativista intervencionista, apenas mencionando a participação do argentino, professor universitário aposentado, Victor Venâncio, em Ji-Paraná/Rondônia. Ele teria declarado: "No impeachment sai um ladrão e entra outro. Nós precisamos de intervenção militar"¹³⁵.

¹³⁴ Banco. Matéria de 13/03/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/drone-registra-milhares-em-protesto-contradilma-em-vitoria-e-vila-velha.html> <Último acesso em 30/11/2022>.

¹³⁵ Banco. Matéria de 13/03/2016. "Protesto contra governo e corrupção tem participação da PF em Ji-Paraná". Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/03/protesto-contragoverno-e-corrupcao-tem-participacao-da-pf-em-ji-parana.html> <Último acesso em 24/11/2022>.



Rondônia, 13/03/2016. Legenda: Vitor Venancio é o 'líder' dos ciclistas que participou do ato em Ji-Paraná

A ausência de cobertura do G1 com relação aos manifestantes que pediam a tutela militar neste dia é sintomática, pois revela uma postura editorial de não querer visibilizar a pauta. A não referência a esses ativistas também abre espaço para o questionamento de que sua presença pode ter ocorrido de forma muito mais generalizada pelo país neste dia, mas sem a respectiva projeção da pauta pelos grandes veículos de imprensa.

Com relação aos *slogans* utilizados pelos intervencionistas, permanece a referência “constitucional” da medida e o reforço do sentido da tutela militar com pedidos de socorro. É também possível constatar a centralidade da oposição ao governo e o apoio ao Juiz Sérgio Moro, como um paladino contra a corrupção, bem como a repetição do discurso anticomunista.

Quadro 2 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos eventos de protestos em 13/03/2016

UF	Protesto	Slogans	Tema
ES	Protesto contra Dilma	"Intervenção Constitucional SOS FFAA"	Previsão constitucional
MS	Protesto contra Dilma e a corrupção	"O povo quer! Intervenção constitucional militar - The people want! Constitutional military intervention";	Previsão constitucional; oposição à Dilma

	favor da Lava-Jato	"Fora Dilma"	Rousseff/PT
PA	Protesto contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma	"O herói do Brasil - Somos todos Sérgio Moro - Intervenção Constitucional pelo poder instituinte!!"	Patriotismo; Previsão constitucional
PR	Protesto contra a corrupção e pelo impeachment de Dilma	"Pátria livre - comunismo não"; "Exigimos intervenção militar"	Anticomunismo
RJ	Protesto contra Dilma e a favor da Lava-Jato	-	
RO	Protesto contra Dilma e a corrupção	"Impeachment não resolve"	Insuficiência do impeachment
SP	Protesto contra Dilma	"Intervenção militar"; "Chega de incompetência - Fora Dilma!!!"; "Junta Governativa é o caminho para a liberdade"; "Intervenção cívica constitucional já #sosffaa"; "SOS FFAA"	Previsão constitucional; oposição à Dilma Rousseff/PT

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

3.1 Os intervencionistas no protesto de Copacabana no dia 13 de março de 2016

O site do grupo “O Pesadelo” realizou diversas postagens sobre o protesto em Copacabana, no Rio de Janeiro, neste dia, enaltecendo a presença dos intervencionistas. Elas serão analisadas a seguir, uma vez disponibilizam a dinâmica de ação desses atores durante o evento que conformaria a maior demonstração de força contra o governo do período, e realçado pela visão de alguém que compartilha dessa visão de mundo. Vale lembrar que o estado é a sua sede nacional, e apesar do protesto ter sido menor que o de São Paulo, que atingiu 2,4 milhões de pessoas, estima-se que contou com a participação de 1 milhão de manifestantes, segundo organizadores.

Como primeiro conteúdo da cobertura, foi publicada uma entrevista intitulada “Ex militar da FAB que presenciou e atuou na prisão da DILMA”¹³⁶, com o depoimento de um senhor que alegava ter participado da prisão “daquela vagabunda”. Mais uma vez, o ativismo intervencionista relacionava o último período ditatorial nacional, portanto, aos pedidos de intervenção do presente, sendo atribuído à presidente o papel de “terrorista” a ser combatida.

Em seguida, outra postagem com a filmagem de um carro de som na orla com a faixa em sua frente onde se lia “Only constitutional military intervention - Can get rid of (ilegível) Party”, e na parte do capô uma faixa com “Foro do Brasil RJ - Somente nos curvamos a Deus - Jamais ao comunismo”, em uma referência à oposição ao Foro de São Paulo, considerado por esse ativismo uma articulação conspiratória internacional do comunismo. Na lateral do carro de som uma outra faixa “Intervenção Militar já! O Brasil exige: Ordem e Progresso”. Em cima, nas laterais e no público ao redor muitas bandeiras do Brasil, em uma das faixas dos manifestantes é possível ler “SOS FFAA”. Na parte de trás do carro de som uma outra faixa “UNASUL Decreta o golpe América Latina Comunista”. Ou seja, tratava-se de um carro de som dirigido pelo ativismo intervencionista. O discurso em cima dele, nesta postagem, era de denúncia da corrupção do PT, e ao final o interlocutor bradava “Selva”, um dos gritos de referência do Exército.

Outra publicação com a chamada “Patriota e Professor da rede pública do Estado do RJ - Copacabana - 13-03-2016”¹³⁷ apresentava um novo interlocutor no mesmo carro de som. Em seu discurso, ele denunciava comportamentos de degeneração moral dos estudantes e da comunidade escolar em geral. Afirmava, como conclusão de seu raciocínio, que “no tempo da ditadura não tinha isso”, como usar roupas que mostram o corpo, exhibir órgãos genitais, a desobediência aos professores, entre outras declarações. Desenvolvia o raciocínio, afirmando “eu sou intervencionista”, e alertando que seu objetivo não era apenas o afastamento de Dilma Rousseff, mas todas as “serpentes”, e isso só seria possível com intervenção militar,

¹³⁶ “Ex militar da FAB que presenciou e atuou na prisão da DILMA”. Matéria de 13/03/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/ex-militar-da-fab-que-presenciou-e.html> <Último acesso em 24/11/2022>.

¹³⁷ “Patriota e Professor da rede pública do Estado do RJ - Copacabana - 13-03-2016”. Matéria de 13/03/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/patriota-e-professor-da-rede-publica-do.html> <Último acesso em 24/11/2022>.

sendo o *impeachment* insuficiente. E concluía “Intervenção Militar é a única solução”, sendo aplaudido pelos participantes aos gritos de “Brasil”.

Em seguida, uma nova publicação com o título “Pára-quedista da reserva do Brasil manda recado aos COMUNISTAS.” Falava ao microfone o representante de um grupo de homens com uma roupa padronizada com insígnias militares, identificados como paraquedistas pela cobertura do canal, ao lado do referido carro de som intervencionista. Ele afirmava que existia a ameaça do governo da Venezuela sobre a ordem nacional, caso ocorresse a prisão de Lula. E registrava que se isso ocorresse, a nação poderia contar com a ação dos “Reservistas da Brigada Paraquedista”, sendo ovacionado pelo público com gritos de “Selva”, e terminando seu discurso com “Brasil acima de tudo”.

Uma nova publicação retomava o carro de som intervencionista¹³⁸. Nele pessoas com camisas escrito “Foro do Brasil RJ – Intervenção Cívico Constitucional”, ao redor de muitas bandeiras do Brasil. Na frente de todos que estavam em cima do veículo, um homem com roupas com estampa camuflada, típica das Forças Armadas, balançava uma grande bandeira nacional. O momento era de entonação da Canção do Expedicionário. Segundo o endereço virtual do Memorial do Exército, ela é uma homenagem daqueles que participaram da Segunda Guerra Mundial, constituindo “o verdadeiro Hino da Força Expedicionária Brasileira”¹³⁹. Nota-se, assim, a centralidade dos símbolos das Forças Armadas para esse ativismo e o peso das referências ao passado, com o enaltecimento das ações militares na história.

Em outra publicação, com o título “Melhor discurso da orla de Copacabana - Patriota Tôni - 13/03/2016”¹⁴⁰, o orador ao microfone denunciava que as gestões do PT faziam cortes sucessivos no orçamento das Forças Armadas. Afirmava que desde a passagem do Regime militar para o civil, uma organização criminosa assumiu o poder no país. Enfatizava que mesmo Fernando Henrique Cardoso era próximo de Fidel Castro e outras referências de esquerda, sendo “um socialista” que usou “uma ideologia comunista” para enriquecer. Pedia prisão para Lula (PT), *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), e que todos os partidos

¹³⁸ Matéria de 13/03/2016. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/cancao-do-expedicionario-copacabana-rj.html> <Último acesso em 25/11/2022>.

¹³⁹ Disponível em: <https://memorialdafeb.com/2011/09/22/1633/> <Último acesso em 25/11/2022>.

¹⁴⁰ Matéria de 13/03/2016. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/melhor-discurso-da-orka-de-copacabana.html> <Último acesso em 25/11/2022>.

“envolvidos na organização criminoso e no Foro de São Paulo” deveriam ser punidos. Enfatizava também o crescimento da violência e a insegurança vivida mesmo pela população mais pobre, “não temos mais nada a perder, nós precisamos lutar pelo nosso país”. Em meio ao pronunciamento, saudou um “coronel” que era seu amigo e estava no público. E encerrava seu discurso: “Estamos aqui nessa luta mais uma vez, brigando por uma nação livre, independente e democrática”.

Em outra publicação, intitulada “Copacabana é INTERVENÇÃO! 13/03/2016”¹⁴¹, foi filmado um discurso reforçando o pedido de prisão do Lula, “Fora, Dilma”, e cassação de todos os envolvidos com o “Foro de São Paulo”. O orador ameaçava “Nós estamos prontos, prontos para lutar contra os vermelhos”, e “eu tenho certeza que a Polícia Militar e as Forças Armadas vão brigar com o povo brasileiro, vão estar junto com a gente no momento que a gente precisar. Porque nós não podemos perder a nação brasileira (...)”. Enaltecia, ainda, o juiz Sérgio Moro em sua declaração.

Por fim, um registro intitulado “Motociclistas invadem a passeata em Copacabana - RJ. FORA COMUNISTAS - 13/03/2016”, no qual foram filmadas dezenas, ou centenas, de pessoas em motos na manifestação. A pessoa que filmava evocava “Fora, PT! Vamos limpar o Brasil”, “Brasil”, e, ao final, “Brasil acima de tudo”. Interessante observar como essa forma de reivindicação com motocicletas já era uma referência para o ativismo intervencionista neste momento, sendo posteriormente utilizada de forma sistemática pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, nomeadas de “motociatas”¹⁴².

A cobertura deste evento no dia nacional de protestos é bastante ilustrativa da ação dos intervencionistas. O Rio foi um dos estados que mais difundiu esse tipo de ativismo nesse período de expansão, com cinco protestos com a sua presença em 2015, mesmo número que o Distrito Federal, perdendo apenas para São Paulo, com sete. É possível notar a participação de membros das Forças Armadas, a autorreferência como “patriotas”, a

¹⁴¹ “Copacabana é INTERVENÇÃO! 13/03/2016”. Matéria de 13/03/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/copacabana-e-intervencao-13032016.html> <Último acesso em

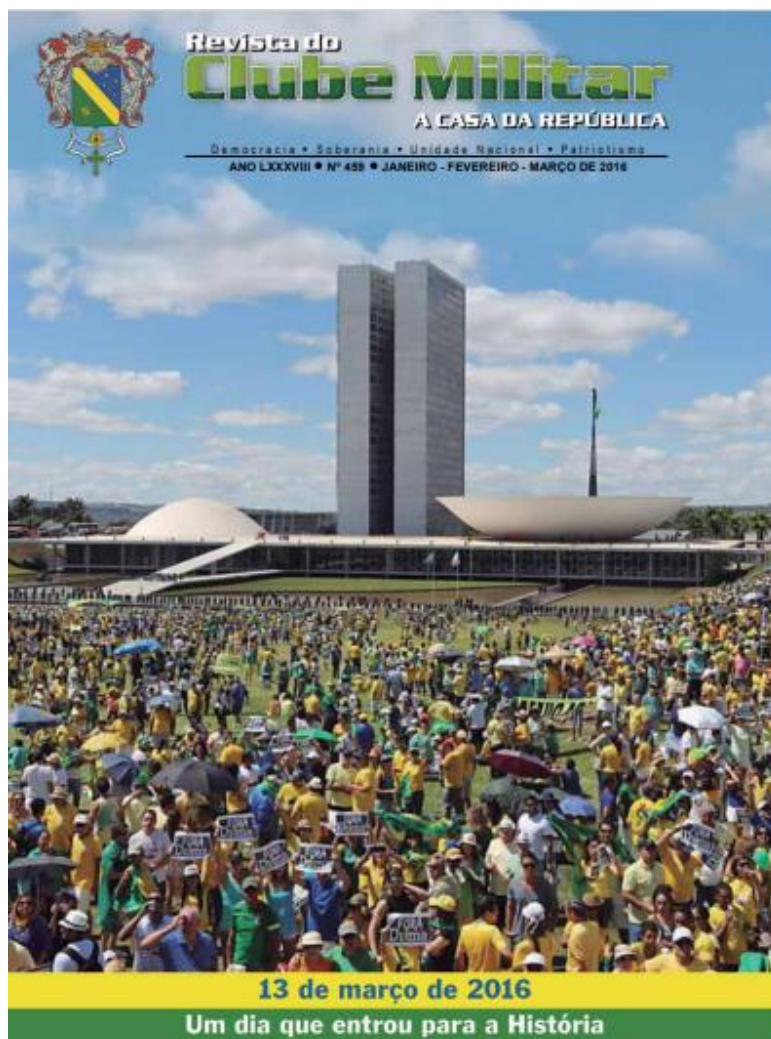
¹⁴² “Motociatas de Bolsonaro já custaram ao menos R\$ 5 milhões aos cofres públicos”. Matéria de 26/12/2021, Folha/Uol. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/motociatas-de-bolsonaro-ja-custaram-r-5-milhoes-aos-cofres-publicos.shtml> <Último acesso em 25/11/2022>.

centralidade do anticomunismo, bem como o apreço pela memória, com a congratulação do passado ditatorial nacional e a história do Exército. Reforçavam também o argumento de que a corporação estaria sendo boicotada pela gestão federal, com cortes orçamentários, bem como a utilização de declarações sobre a violência urbana como um sintoma da desordem nacional. Por fim, nota-se como a posição apresentada é sempre da legalidade da intervenção, como um ato de defesa da “democracia”, sendo a ameaça “vermelha” o opositor que ameaçaria a estabilidade do país.

3.2 A participação dos agentes estatais e a repercussão dos protestos

Em São Paulo, participaram deputados e senadores da oposição ao governo e do PMDB. Segundo organizadores, teriam subidos 30 políticos no carro de som naquele dia. Da mesma forma, a presença de membros das Forças Armadas foi estimulada pelas suas associações.

Um exemplo do envolvimento da corporação, é a Revista do Clube Militar, referente ao trimestre de janeiro a março de 2016, cuja capa foi a foto da manifestação de Brasília desse dia. O conteúdo da edição foi um misto da comemoração do aniversário de 1964 e uma sequência de matérias de oposição ao governo. O editorial, “Palavra do Presidente”, assinado pelo General de Divisão Gilberto Rodrigues Pimentel, tratava-se de uma declaração de apoio à Operação Lava Jato e ao Juiz Sérgio Moro, à frente da perseguição jurídica contra Lula e o PT: “Indignemo-nos e apoiemos a ação do Juiz Sérgio Moro e sua equipe na apuração dos fatos. Ele é mesmo um diferenciado no seu meio. É uma esperança concreta de todos os que sonham com um Brasil mais limpo e justo.” (Revista do Clube Militar, n. 459, 2016, p. 2).



Capa da Revista do Clube Militar, nº459

Outros artigos da edição apresentavam tom de ameaça quanto a possibilidade de uma intervenção militar. É o caso da assinada pelo General do Exército Rômulo Bini Pereira, que questionava o uso dos membros da corporação em “ações complementares”, desfalcando os contingentes, especialmente do Exército, das tarefas centrais da caserna, como a ações contra o mosquito da dengue. Afirmava que esse tipo de emprego das forças era crescente nos “governos petistas”, insinuando uma falta de respeito com seus integrantes: “Talvez ele represente fielmente o que já foi dito por um de seus líderes: “É uma mão-de-obra barata, nada questiona e nem entra em greve”. Sem dúvida uma visão de sindicalistas”. Desenvolvendo o argumento, apresenta que a prioridade de ação dos militares não se remeteria apenas ao campo externo, na “Defesa da Pátria”, mas também ao “campo interno que, gradativamente, vai se tornando um campo prioritário, como prescreve o artigo 142 da

Constituição, como garantidora dos poderes constitucionais da lei e da ordem”. Prolonga o argumento e encerra:

Uma afirmativa inconsequente que, se concretizada, poderá agravar o estado de pré-chaos em que vive a Nação e que levará o povo brasileiro a um conflito interno indesejável e de proporções muito maiores dos que já foram vivenciados no passado. Uma grave instabilidade institucional que obrigará o emprego das Forças Armadas de acordo com a Constituição. Para isto, elas deverão estar prontas, devidamente adestradas, em alerta para esses momentos críticos. É tempo de relembrar com ênfase Publius Vegetius: “Si vis pacem, parabellum!”. (Revista do Clube Militar, n. 459, 2016, p. 5 – tradução do trecho em latim “Se quer paz, prepare-se para a guerra”).

Outro artigo que chama a atenção é o do General de Brigada Paulo Chagas, intitulado “Comprar ilusões de igualdade, pagando o preço da liberdade”. No texto, compara o “lulopetismo”, ao “castrismo”, ao “chavismo”, e ao “kirshnerismo”, afirmando que “somente a educação, a cultura, o tempo e a dor do “ensaio-erro” podem dar às nações a estabilidade que as faça imunes às investidas do populismo socialista bolivariano, pregado e professado na América Latina pelos integrantes do Foro de São Paulo” (Revista do Clube Militar, n. 459, 2016, p. 19). E conclui:

Cabe, em cada país, aos cidadãos, aos raros políticos de bem e às instituições não contaminadas e atentos para vedar qualquer ação ilegítima que impeça a sociedade de ter devolvidos os seus sentidos de verdade e de honestidade o que lhe permitirá mudar de rumo baseada em um consenso que a fará ver a realidade e que não lhe permitirá, por mais uma vez, comprar ilusões de igualdade, pagando o preço da liberdade. (Idem).

O texto deixa ambíguo o que seria pagar esse preço da liberdade, caso se comprem “ilusões de igualdade”. Manipulava a ideia de ditaduras comunistas, ao mesmo tempo em que deixava em aberto a referência à memória dos períodos autoritários brasileiros, nos quais a sociedade pagou com o “preço da liberdade” pela ameaça vermelha.

Isto é, em meio às comemorações do aniversário de 1964, o veículo, por meio da palavra de generais, reforçava a oposição ao governo e repetia insinuações de que caso o país não se ajustasse seria necessário uma ação dos militares.

Em sentido semelhante, a Revista Sociedade Militar publicou uma matéria dias depois, em 21 de março de 2016, intitulada “Intervenção MILITAR iminente! Maior JORNAL do Reino

Unido diz que Dilma deve agir RÁPIDO”¹⁴³. Segundo o canal, o *The Guardian* teria realizado uma publicação sobre o “colapso de governança” do Brasil e que se não fossem controlados poderiam culminar em uma intervenção militar. A respeito dessa preocupação, a página explicava que o General Villas Bôas teria afirmado “que o Exército continuará em sua missão constitucional. Aqueles mais atentos lembram que o mesmo general disse que o Exército poderia sim intervir em caso de caos generalizado”. Recuperavam, dessa forma, a declaração do ano anterior emitida pelo então Comandante Geral do Exército¹⁴⁴ para reforçar a possibilidade da intervenção. A matéria é assinada por Robson Augusto Silva, editor da Revista e militar da reserva.

Membros das Forças Armadas aproveitavam o momento de crise do governo para realizar suas jogadas. Essas consistiam em apoiar o enfrentamento ao governo via protesto de rua, reivindicar melhores condições de trabalho e reforçar o argumento de que em caso de desordem, caberia uma intervenção militar. Jogavam gasolina na chama que desde o ano anterior crescia de pedidos nas ruas de socorro aos militares. Essa atuação pode ser vista como um aproveitamento das oportunidades identificadas com a instabilidade política e o crescimento do ativismo conservador.¹⁴⁵

Assim, nos eventos de 13 de março de 2016, os intervencionistas pegaram na oposição de Dilma Rousseff para ecoar suas pautas. Três dias após a grande mobilização nacional, na capital do Mato Grosso, foi realizado um protesto¹⁴⁶ contra a nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa Civil. No centro da capital, cerca de 100 pessoas se reuniram, entre as quais aquelas que seguiam clamando uma solução pelas Forças Armadas.

¹⁴³ “Intervenção MILITAR iminente! Maior JORNAL do Reino Unido diz que Dilma deve agir RÁPIDO”. Matéria de 21/03/2016, G1. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/03/intervencao-militar-iminente-maior-jornal-do-reino-unido-diz-que-dilma-deve-agir-rapido.html> <Último acesso em 25/11/2022>.

¹⁴⁴ “General Eduardo da Costa Villas Bôas "O Exército pode ser chamado a intervir", diz comandante geral do Exército”. Matéria de 19/10/2015, G1. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/10/o-exercito-pode-ser-chamado-a-intervir-diz-comandante-geral-do-exercito.html> <Último acesso em 25/11/2022>.

¹⁴⁵ Dobry (2014, p. 31 e 32) afirma que as jogadas são fundamentais na análise de processos de mobilização, constituindo as ações dos distintos atores que em momentos de crise identificam a fluidez conjuntural e agem em prol da ampliação dos seus interesses.

¹⁴⁶ Banco. “Cuiabá tem protesto contra nomeação do ex-presidente Lula na Casa Civil”. Matéria de 16/03/2022, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/03/cuiaba-tem-protesto-contranomeacao-do-ex-presidente-lula-na-casa-civil.html> <Último acesso em 25/11/2022>.

4. A disputa da Memória de 1964

Do lado da defesa do governo, aconteceram novos protestos pela defesa da democracia¹⁴⁷. Em 18 de março, foram realizadas mobilizações de apoio ao governo, e em dois lugares, em São Paulo e Manaus, foi identificada uma correlação direta entre a defesa da democracia contemporânea e luta contra o último período ditatorial. Em São Paulo¹⁴⁸, uma faixa verde e amarela assinada por entidade estudantis afirmava “Estudantes contra o golpe. 1964 nunca mais!”. Por sua vez, na capital amazonense¹⁴⁹, uma mulher de vermelho, com adesivo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) segurava um cartaz com a foto de Sérgio Moro com um bigode semelhante ao de Hitler e os dizeres: “Fascistas querem tomar o governo na marra – Ditadura nunca mais!”.

Ocorreram mobilizações usando esta correlação também na Paraíba, no dia 31 de março, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras. Os organizadores estimaram a presença de 15 mil pessoas na capital, entre as quais o governador do estado. Na data, na ocasião do aniversário do golpe de 1964, uma professora participante do protesto afirmava para a imprensa “defender a democracia do nosso país que foi conquistada com tanto suor, tanta luta”. Bem como se posicionava sobre essa disputa da memória “O que foi o Brasil depois do golpe de 1964 e o que foi o Brasil nos últimos 14 anos? Queremos pessoas conscientes e uma vida melhor”.

No lado oposto, em 20 de março, uma nova manifestação do campo patriota aconteceu¹⁵⁰, dessa vez em Curitiba/PR. Segundo a Polícia Militar, no evento reuniram-se duas mil pessoas. Pelas fotos, é possível ver uma faixa grande, com a frase “S.O.S. Exército Brasileiro

¹⁴⁷ Banco. “Cidades da PB têm protesto contra impeachment de Dilma nesta quinta”. Matéria de 31/03/2016, G1. <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/03/cidades-da-pb-tem-protesto-contr-impeachment-de-dilma-nesta-quinta.html> <Último acesso em 26/11/2022>.

¹⁴⁸ Banco. “Protesto pela democracia defende Dilma e Lula em SP; FOTOS”. Matéria de 18/03/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2016/03/protesto-pela-democracia-defende-dilma-e-lula-em-sp-fotos.html#F1977635> <Último acesso em 25/11/2022>

¹⁴⁹ Banco. “Milhares protestam a favor de Dilma e Lula em Manaus; FOTOS”. Matéria de 18/03/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/fotos/2016/03/milhares-protestam-favor-de-dilma-e-lula-em-manaus-fotos.html#F1978176> <Último acesso em 25/11/2022>.

¹⁵⁰ Banco. “Milhares de manifestantes protestam contra o governo federal em Curitiba”. Matéria de 20/03/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/protesto-no-centro-de-curitiba-reune-centenas-de-pessoas-neste-domingo.html> <Último acesso em 26/11/2022>.

Haia - EUA”, e outra com o aviso “A Pátria corre perigo”.

A vinculação da memória de 1964 era utilizada, portanto, para criticar a possibilidade de afastamento de Dilma Rousseff, denunciada como um “golpe”, mas também na defesa da democracia em contraponto aos governos militares. Isto é, os pedidos de intervenção militar e as defesas de 1964 provocavam a resposta a esse movimento, em meio ao aceleração do processo para o *impeachment* presidencial e seu apoio nas ruas.

No dia 01 de abril, a página da Pesadelo divulgou uma matéria com a chamada “GOVERNO AMEAÇA ATACAR COM MST E GRUPOS ARMADOS. S.O.S. F.F.A.A.”¹⁵¹, reproduzindo a retórica da associação do MST com a gestão federal, no contexto de suposto avanço comunista. Nos dias seguintes, conteúdos de enaltecimento da ditadura civil-militar, com a matéria “EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS MINISTROS MILITARES AMPARANDO MENSAGEM DE JOÃO GOULART AO CONGRESSO NACIONAL, EM 4 DE OUTUBRO DE 1963, SOLICITANDO O ESTADO DE SÍTIO”¹⁵² e o depoimento do General “Sylvio Ferreira da Silva, vítima de atentado terrorista em 25/07/1966”¹⁵³. Essas postagens foram seguidas de diversas outras ao longo de abril de defesa última intervenção militar levada a cabo no país. Dias após o aniversário do golpe de 1964, reforçavam a disputa da memória, com a repetição do posicionamento de que havia uma ameaça terrorista à ordem nacional, que teria sido preservada graças à ação dos militares.

Da parte das entidades voltadas à corporação, a Revista do Clube Militar do primeiro trimestre fazia ampla defesa de 1964. Entre os artigos de apoio à memória do golpe, a de maior peso se tratava de uma carta pública assinada pelos presidentes das associações de cada Força (Almirante Paulo F. Soriano, Presidente do Clube Naval; General Gilberto R. Pimentel,

¹⁵¹ “GOVERNO AMEAÇA ATACAR COM MST E GRUPOS ARMADOS. S.O.S. F.F.A.A.”. Matéria de 01/04/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/governo-ameaca-atacar-com-mst-e-grupos.html> <Último acesso em 26/11/2022>.

¹⁵² “EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS MINISTROS MILITARES AMPARANDO MENSAGEM DE JOÃO GOULART AO CONGRESSO NACIONAL, EM 4 DE OUTUBRO DE 1963, SOLICITANDO O ESTADO DE SÍTIO”. Matéria de 07/01/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/exposicao-de-motivos-dos-ministros.html> <Último acesso em 26/11/2022>.

¹⁵³ “Gen Sylvio Ferreira da Silva, vítima de atentado terrorista em 25/07/1966”. Matéria de 07/04/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/gen-sylvio-ferreira-da-silva-vitima-de.html> <Último acesso em 26/11/2022>.

Presidente do Clube Militar; e Major Brigadeiro-do-Ar Marcus Vinicius P. Costa, Presidente do Clube de Aeronáutica), intitulada “MEMÓRIA – O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE 1964”. O texto saudava os “52 anos do Movimento Democrático de 1964”, e era encerrado em tom de ameaça:

Porém, mesmo assim, a nação padece por conta de três perversas crises: a econômica, que maltrata a população com crescente inflação e redução do emprego; a política, produzida por um governo fraco, inerte, sem respaldo popular, com uma base parlamentar desfigurada e envolvido com escândalos de toda a sorte; e a moral, causada pela corrupção sem precedentes a conspirar contra a democracia e os valores éticos nacionais.

Mesmo assim, ao saudar os 52 anos do Movimento Democrático de 1964, os Clubes Naval, Militar e de Aeronáutica, esperançosos, entendem que o grave momento que vivemos será vencido e que um futuro luminoso nos aguarda.

Para tal, reafirmam toda sua confiança em nossas gloriosas Forças Armadas, guardiãs da democracia e da liberdade que se mantêm em permanente vigília contra eventuais rupturas da ordem constitucional; e na população brasileira que, com sensatez e pacificamente, muito bem saberá distinguir os verdadeiros estadistas dos falsos profetas, messias de ocasião, tão comuns em turbulentos dias como os que vivemos.

Salve 31 de Março de 1964!

Viva o Brasil! (Revista do Clube Militar, n. 459, 2016, p. 21)

Os altos escalões castrenses, representantes de cada uma de suas associações, reforçavam, destarte, o discurso intervencionista que ecoava nos eventos de confronto. Enalteciam 1964 reforçando a possibilidade de intervenção militar como uma ação para preservação da “democracia e da liberdade”, no passado ou no presente, reforçando a “permanente vigília contra eventuais rupturas da ordem constitucional”.

Por sua vez, a maior defesa de 1964 deste mês ocorreu na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara Federal. No dia 17 de abril, na sequência da mencionada comemoração do golpe, foi concretizada a votação dos Deputados Federais no processo de impedimento presidencial, seguindo a tramitação para o Senado. Na ocasião, Bolsonaro (PSC) fez o seguinte discurso, ao votar favorável pelo afastamento¹⁵⁴:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim.

¹⁵⁴ “Bolsonaro estimula celebração de 64”. Matéria de 25/03/2019, O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562614/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> <Último acesso em 28/11/2022>.

O voto é bastante significativo. Ustra foi o primeiro torturador dos governos militares a ser reconhecido¹⁵⁵, era um executor direto da prática das torturas. Não era um idealizador da ditadura, ou um governante do período, era um membro das Forças Armadas na linha de frente da violência estatal. O coronel foi um símbolo do regime autoritário, tendo sido comandante do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, no momento de maior repressão, local onde teriam morrido 45 prisioneiros¹⁵⁶. Além das atividades durante a ditadura, foi também um dos seus maiores defensores na Nova República, com o lançamento do livro *Rompendo o Silêncio*, em 1987, e *Verdade Sufocada*, em 2006 (DA SILVA RODRIGUES; BESERRA DE VASCONCELOS, 2014). Com seu falecimento no ano anterior, Bolsonaro declarou que ele era seu ídolo¹⁵⁷.

Jair Bolsonaro levava para o plenário da Câmara o discurso das ruas: a afirmação de 1964 como um exemplo de intervenção militar bem-sucedida, que deveria ser referenciada para os dias atuais; a afirmação do patriotismo, nesse caso associado diretamente com o cristianismo; o enaltecimento de conservadorismo moral, com a afirmação da “família” e a “inocência das crianças”; e a execração do comunismo, incorporado pela suposta ameaça do Foro de São Paulo e do PT. O discurso do deputado amplificava, assim, visões de mundo que intervencionistas ecoavam no confronto político contra o governo – e trazia o eixo da memória para o centro da disputa contemporânea.

No mesmo dia, a Pesadelo repercutiu o vídeo do discurso do Bolsonaro¹⁵⁸. E nas postagens dos dias seguinte, fazem diversas menções positivas ao parlamentar, bem como ao seu filho, Carlos Bolsonaro.

Na manhã do 17 de abril, horas antes da votação, ocorreu no Rio de Janeiro um protesto de defesa do governo, no centro da cidade, e um de oposição, na praia de Copacabana. Nesta, foi possível identificar novamente a presença de intervencionistas. Em uma das fotos da

¹⁵⁵ “Bolsonaro dedica voto ao Coronel Brilhante Ustra, torturador da ditadura”. Matéria de 17/04/2016, Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/news/2016/4/17/bolsonaro-dedica-voto-ao-coronel-brilhante-ustra-torturador-da-ditadura-15777.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ “PRESIDENTES MILITARES x Lula e Dilma”. Matéria de 30/04/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/> <Último acesso em 28/11/2022>.

cobertura do G1, constavam os cartazes¹⁵⁹: "Não vai ter golpe - Vai ter intervenção militar conforme art. 142 da CF 88"; "Não podemos permitir que a mentira vença a verdade, que a impunidade vença a justiça, que o mal vença o bem!! #somoslavajatompfef"; "#PorumBrasilMelhor"; e um faixa clamando pelas Forças Armadas, assinada como "Foro do Brasil RJ", pela UND (União Nacionalista Democrática). Em outro registro¹⁶⁰, um homem vestido de roupa camuflada como referência ao uniforme militar segurava um cartaz: "Faxina Geral – Intervenção Militar Constitucional Já". Atrás dele, bandeiras do Brasil compunham o cenário. O discurso da legalidade autoritária, da menção constitucional da possibilidade da intervenção militar, permanecia, como pode ser observado, no centro das reivindicações desses manifestantes.



Foto de 17/04/2016. Rio de Janeiro/RJ. Legenda: Em protesto na orla de Copacabana, manifestante pede intervenção militar Livia Torres/ G1¹⁶¹

No final de abril, a Pesadelo publicou um vídeo de uma multidão torcendo para a seleção brasileira e aplaudindo o então presidente Médici, com o título “Imagens Fortes - Torturas do Governo Democrático Militar”. O vídeo ironizava as denúncias de tortura do período, com o narrador afirmando que existia ordem e crescimento econômico e que seria o melhor

¹⁵⁹ Banco. “Rio tem protestos contra e a favor do impeachment; FOTOS”. Matéria de 17/04/2016, G1. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/fotos/2016/04/rio-tem-protestos-contra-e-favor-do-impeachment-fotos.html#F2008057> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁶⁰ Banco. “Rio tem protestos contra e a favor do impeachment; FOTOS”. Matéria de 17/04/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/fotos/2016/04/rio-tem-protestos-contra-e-favor-do-impeachment-fotos.html#F2008041> <Último acesso em 28/11/2022>

¹⁶¹ Idem

governo do país, mas que depois de 1984 “os comunistas tomaram conta do Brasil e vivemos hoje num caos”¹⁶². Finalizava com “Até parece que eu ia mostrar uma coisa que não existe. Poderia até mostrar se fossem uns comunistas terroristas. Dilma não apanhou nada, porque está aí no poder e nem marcas teve”¹⁶³. Sobre essa visão do uso da violência estatal, Araújo e Dias (2018, p. 128) afirmam que aqueles que defendem o golpe, defendem sua legitimidade e negam ou, pelo menos, justificam o uso da tortura durante o período autoritário, afirmando que essa não seria a regra e sim casos excepcionais.

No dia seguinte, uma postagem em tom semelhante de defesa dos 1964 e denúncia da degeneração da moral nacional, com o título “PRESIDENTES MILITARES x Lula e Dilma”¹⁶⁴. O vídeo novamente dava centralidade ao presidente Médici, com conteúdo de enaltecimento e congratulação, sendo ele o governante durante o momento de maior autoritarismo das gestões militares.

Segundo Araújo e Dias (2018, p. 128), fariam parte dos defensores da ditadura aqueles diretamente envolvidos com a gestão federal, “as novas gerações de militares que legitimam e reivindicam o golpe, os Clubes Militares, políticos de extrema direita, grupos anticomunistas, dentre outros”. A unidade desses atores seria a Doutrina de Segurança Nacional, baseada na luta contra a ameaça comunista e a afirmação do crescimento econômico. Assim, é notória uma visão de mundo partilhada pelos setores do conservadorismo nacional (MESSEMBERG, 2017), que ganhou novo fôlego no ativismo intervencionista pela defesa da memória da ditadura e contra a Comissão Nacional da Verdade (2014). Após as primeiras fagulhas, em 2014, essa defesa de 1964 foi renovada no processo de enfrentamento ao governo federal, entre 2015 e 2016.

5. “Nossa bandeira jamais será vermelha”: A ebulição rumo ao *impeachment*, o descontentamento das Forças Armadas e o crescimento intervencionista

¹⁶² “Imagens Fortes - Torturas do Governo Democrático Militar”. Matéria de 29/04/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/imagens-fortes-torturas-do-governo.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ “PRESIDENTES MILITARES x Lula e Dilma”. Matéria de 30/04/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/04/presidentes-militares-x-lula-e-dilma.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

Após a votação do *impeachment* na Câmara, crescia o descontentamento com a perspectiva de substituição de Dilma Rousseff pelo seu vice, Michel Temer (PMDB), entre aqueles que defendiam a intervenção militar. E do ponto de vista dos defensores do governo, o processo de impedimento era visto como um “golpe”, sem a devida justificativa para tal decisão. Foi nesse contexto, que no dia 12 de maio aconteceu um fato inédito. Ativistas de cada um desses lados se uniram durante um protesto em Brasília, de oposição à futura posse de Temer. A cobertura registrou que inicialmente os dois grupos tentaram disputar o espaço, mas rapidamente se uniram e não houve conflitos¹⁶⁵. Segundo a representante dos intervencionistas, Marta Serrat, do grupo Brava Gente, a junção era pontual e se justificava uma vez que “É uma briga de quadrilhas essa luta, trocar 13 por 171. O Temer é citado na Lava Jato, tem que apurar isso primeiro. Não estamos juntos, nem misturados”¹⁶⁶. Ela vestia roupas de estampa camuflada, imitando a farda militar. Entre os *slogans* utilizados por esses ativistas, foi possível identificar a chamada “Reagrupar é o nosso lema”.

Na sequência das tensões que se acumulavam no contexto político nacional, Leirner (2020, p. 224) chama a atenção de que teria aparecido para os militares uma nova “prova factual” de uma suposta “conspiração petista” contra as Forças Armadas e fortalecimento de uma suposta ameaça comunista. Após o lançamento de um documento de Resolução de Conjuntura no qual a Executiva Nacional do PT explicitou que falhou ao não mexer nos currículos e promoções militares, o Comandante do Exército, General Villas Bôas, afirmou que “com esse tipo de coisa, estão plantando um forte antipetismo no Exército”. O documento afirmava que deveriam “modificar o currículo das academias militares e promover oficiais com “compromisso democrático e nacionalista”. O depoimento do líder foi disponibilizado para a jornalista Eliane Catanhêde, do Estado de São Paulo. Ele teria declarado que as afirmações do Partido dos Trabalhadores “remetem para as décadas de 1960 e de 1970” e que apresentavam um tom “bolivariano”¹⁶⁷. A reação do comandante reforçava, portanto, a

¹⁶⁵ Banco. “Cidades têm manifestações contra o impeachment de Dilma”. Matéria de 12/05/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/cidades-tem-manifestacoes-contrao-impeachment-de-dilma-rousseff.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁶⁶ Banco. “Grupos pró-militares e apoiadores de Dilma se juntam em ato anti-Temer”. Matéria de 12/05/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/grupos-pro-militares-e-apoiadores-de-dilma-se-juntam-em-ato-anti-temer.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁶⁷ “PT irrita Exército”. Matéria de 19/05/2016, Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/eliane-catanhede/pt-irrita-exercito/> <Último acesso em 28/11/2022>.

ladainha de um projeto internacional de dominação comunista, muito associado pelo ativismo intervencionista com o “Foro de São Paulo”, sendo as experiências como a de Cuba e Venezuela exemplos tomados como ameaças dos vermelhos contra a ordem nacional. E mais uma vez, a memória era trazida como uma tensão do presente, reiterando a ideia da Doutrina de Segurança Nacional, de que haveria uma guerra contra os terroristas que justificaria uma ditadura no Brasil.

5.1 Sinais da ampliação do intervencionismo

Em junho, *A Verdade Sufocada* se tornou o sexto livro de não-ficção mais vendido do país¹⁶⁸. Segundo Araújo e Dias, na disputa sobre as leituras do passado, esta obra seria a que mais “sintetiza a memória dos militares” (2018, p. 127). Segundo a viúva do militar, Maria Joseíta Brilhante Ustra, a família custeou a impressão e essa edição foi de uma tiragem de 20 mil exemplares, e que a publicação sempre vendeu bem mas que houve um crescimento nas vendas. Segundo ela, “No começo as livrarias nos boicotavam. A primeira a nos procurar foi a Livraria Cultura do Recife”, e no momento estariam com demanda de diversas livrarias. Vale lembrar que logo antes, em meados de abril, Jair Bolsonaro dedicou seu discurso na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff a Ustra, sendo um grande propagador desse agente do Regime.

No mesmo mês, a Revista Sociedade Militar divulgou que o grupo intervencionista O Pesadelo de Qualquer Político obteve em uma semana o alcance de 2,6 milhões na plataforma do *Facebook*, sendo 1,2 milhões de visualizações nos seus vídeos¹⁶⁹:

Por mais que não se fale deles na mídia tradicional, o grupo continua crescendo em número e participação nas redes sociais e manifestações públicas.

A cada dia o número de políticos listados como envolvidos em falcaturas e negociatas para se perpetuar no poder aumenta. Isso alavanca o crescimento do número de pessoas que não acredita mais que a classe política que existe no momento pode conduzir o Brasil de volta a normalidade.

¹⁶⁸ “Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país”. Matéria de 03/06/2016, Folha/UOL. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml> <Último acesso em 29/11/2022>.

¹⁶⁹ “Grupo INTERVENCIONISTA alcança 2.6 milhões de pessoas em uma semana. O que está acontecendo?”. Matéria de 22/06/2016, Revista Sociedade Militar. Disponível em <https://www.sociedademilitar.com.br/2016/06/grupo-intervencionista-alcanca-2-6-milhoes-de-pessoas-em-uma-semana.html> <Último acesso em 29/11/2022>.

(...)

Hoje recebemos informações que diziam que o grupo Pesadelo dos Políticos, que defende a INTERVENÇÃO MILITAR, alcançou no facebook, em apenas uma semana, de 15 a 21 de junho, mais de 2.6 milhões de pessoas e obteve mais de 1.2 milhões de visualizações em seus vídeos.

O número é assustador e sem sombra de dúvida demonstra o fracasso da ideologia retrógrada e fracassada da esquerda brasileira. Enquanto páginas ícones da esquerda, como a do PT e de Dilma, decresceram (respectivamente -8% e -28% em novas curtidas), a página intervencionista acima citada recebeu 130% mais curtidas que na semana anterior e o alcance cresceu 227%.

O crescimento na movimentação desses militantes, chamados por muitos de militaristas é um dado extremamente importante para quem deseja entender o que se passa na mente dos brasileiros nesse momento crítico.

Independente de concordar ou não com a apologia feita por essa militância, a imprensa não pode omitir da sociedade essas informações.

Na matéria intitulada “Grupo INTERVENCIONISTA alcança 2.6 milhões de pessoas em uma semana. O que está acontecendo?” o veículo voltado ao público militar divulgava o crescimento intervencionista. A publicação não fazia qualquer ressalva a esse tipo de reivindicação, justificando esse tipo de ativismo devido à suposta saída da “normalidade”, argumento recorrentemente utilizado pelos que defendem a intervenção como preservação da “ordem”. O veículo fazia propaganda, portanto, do ativismo intervencionista para o público das Forças Armadas e aqueles que se interessam por esse universo, denunciando a omissão da imprensa em divulgar esses fatos.

Destaca-se como os grupos intervencionistas e alguns ligados às Forças Armadas consolidavam essa expressão dos movimentos sociais conservadores no Brasil, cuja retomada nas ruas vinha desde o biênio anterior - com os protestos de oposição à CNV, para depois se expandirem em manifestações contra o governo. Em paralelo, da parte dos membros da corporação o desagrado com a gestão federal crescia, conforme se verifica no depoimento do então comandante do Exército, General Villas Bôas. Permanecia, um ambiente propício para o crescimento da pauta da retomada dos militares ao poder como solução para um governo visto como uma ameaça “vermelha”.

5.2 O último protesto nacional antes do *impeachment*

Após a aprovação na Câmara, com o marcante discurso de Jair Bolsonaro, o processo do

impeachment seguiu para o Senado. No confronto político, a população seguia demonstrando sua indignação. Em 31 de julho foi marcado um novo protesto nacional de enfrentamento ao governo. Os intervencionistas se organizaram para estar presentes mais uma vez, em meio àqueles que reivindicavam o afastamento da presidente. A partir da cobertura do G1, foi possível identificar nesse dia a presença desse ativismo em sete estados: Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo.

Quadro 3 – Eventos de protestos com intervencionistas em 31/07/2016

UF	Protesto	Número de manifestantes
BA	Protesto contra Dilma	400
DF	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	5.000
MT	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	200
MS	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	500
PE	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	20.000
SP	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	-

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Sobre a identificação desses ativistas, o G1 não relatou nessas reportagens quem seriam. Apenas na da Bahia, foi identificado o ativista Adjalbas Pereira como responsável pela faixa pedindo intervenção militar, mas sem descrição de ocupação profissional ou se pertencia a algum grupo. Essa postura da imprensa denota um viés editorial crescente de não repercutir a pauta da retomada dos militares ao poder. Em 2016, a identificação daqueles que pediam intervenção foi muito menor do que no ano anterior. Dos 28 protestos com presença de intervencionistas relatados pelo veículo em 2016, foram identificados os atores em apenas cinco deles, e muitas vezes sem uma qualificação de quem seriam ou de qual grupo pertencem. Isso ensejou na pesquisa a complementação dos dados coletados com o material da Pesadelo de Qualquer Político, para a fase final, pós-*impeachment*, pois o escasseamento

de informações no G1 foi aprofundado, bem como o posicionamento do canal de que a intervenção militar não seria constitucional¹⁷⁰.

Quanto aos enquadramentos, foi possível identificar nas ruas a liderança de Jair Bolsonaro perante esses ativistas, assim como Olavo de Carvalho, que se tornou um elaborador do conservadorismo nacional (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 32). Ademais, a identificação do STF como uma ameaça pode ser notada ao longo da fase de difusão, sendo este Tribunal responsável por resguardar as interpretações sobre o que permite ou não a Constituição, e constituindo seus componentes atores centrais da política nacional. No cartaz dos manifestantes da capital do Mato Grosso se enquadrava: “Cuiabá - MT - Olavo tem razão - Intervenção militar já! Fora STF”, e “Cuiabá - MT - Direita já - Bolsonaro presidente 2018”.



¹⁷⁰ É o caso das matérias: “A Constituição prevê a possibilidade de uma intervenção militar?”. Matéria de 01/06/2018, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/a-constituicao-preve-a-possibilidade-de-uma-intervencao-militar.ghtml> <Último acesso em 30/11/2022>; e “OAB diz em parecer que Constituição não prevê Forças Armadas como 'poder moderador’”. Matéria de 02/06/2020, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/oab-diz-em-parecer-que-constituicao-nao-preve-forcas-armada-como-poder-moderador.ghtml> <Último acesso em 30/11/2022>.

31/07/2016, Cuiabá/MT. Legenda: Manifestantes mostram cartazes durante protesto em Cuiabá (Foto: André Souza/G1)¹⁷¹.

Quadro 4 – Slogans utilizados pelos intervencionistas nos protestos de 31/07/2016

UF	Protesto	Slogans	Temas
DF	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	-	-
MT	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	"Cuiabá - MT - Olavo tem razão - Intervenção militar já! Fora STF", junto com ativista segurando o cartaz "Cuiabá - MT - Direita já - Bolsonaro presidente 2018"	Intervenção militar; Enaltecimento de Olavo de Carvalho/Bolsonaro
MS	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	"Impeachment é só o começo... Queremos a extinção do PT"	Oposição à Dilma Rousseff/PT
PE	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	"Nós queremos as Forças Armadas já", "Eu quero intervenção cívico-militar"	Intervenção militar
SP	Protesto pelo impeachment de Dilma e apoio à Lava-Jato	-	-

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

6. O Pesadelo de Qualquer Político e a consolidação de redes nacionais intervencionistas

No dia 09 de agosto¹⁷², foi realizada uma ação de intervencionistas, com membros do Pesadelo de Qualquer Político, Cruzada pela Liberdade, Foro do Brasil/Rio de Janeiro, e Voz da Liberdade. Eles são identificados pelo ativista que realizava a cobertura da ação, pela página do Pesadelo, como fluminenses, e já o Cruzada pela Liberdade como da região Sul.

¹⁷¹ Banco. "Manifestantes fazem protesto em MT a favor do impeachment de Dilma". Matéria de 31/07/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/manifestantes-fazem-protesto-em-mt-favor-do-impeachment-de-dilma.html> <Último acesso em 30/11/2022>.

¹⁷² "O GIGANTE ANTI - COMUNISMO DO BRASIL, EXPOSTO NOVAMENTE!". Matéria de 09/08/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/o-gigante-anti-comunismo-do-brasil.html>

O interlocutor se identifica como filho de Emílio Alarcon, militar da reserva e fundador do grupo. Ao longo da narração bradava “Brasil acima de tudo! Selva!”.

A ação consistia em posicionar uma enorme bandeira, com 30 por 30 metros de extensão, totalizando 900 m², a “Bandeira gigante anticomunista”, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Afirmam que se tratava do “maior símbolo anticomunista do Brasil”, construído pelos “patriotas”, registrando que “É o que o Brasil precisa, de luta. Chega dessa praga de comunista”. A bandeira consistia em um símbolo comunista envolto em um círculo com uma faixa cortando a imagem, no sentido de contrário, circundado pela frase “O Brasil jamais será vermelho – Fora Comunismo”, e abaixo “FHC, Lula e Dilma nunca mais!”.



Imagem veiculada no vídeo de postagem do grupo O Pesadelo de Qualquer Político, do dia 09/08/2016¹⁷³.

Cinco pessoas faziam parte da ação. O membro do Foro do Brasil declarou no vídeo que queriam a cassação de todos os partidos ligados ao “Foro de São Paulo”, denunciava que o STF seria um órgão “bolivariano” dirigido por Gilmar Mendes, que estaria tentando cassar o representante Jair Bolsonaro. Se referia aos participantes do evento como “movimentos

¹⁷³ “O GIGANTE ANTI - COMUNISMO DO BRASIL, EXPOSTO NOVAMENTE!”. Matéria de 09/08/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/o-gigante-anti-comunismo-do-brasil.html>

intervencionistas que respeitam a Constituição da República Federativa do Brasil”.

Por sua vez, o representante Rogério, da Voz da Liberdade Brasil, afirmava que os membros de religiões cristãs deveriam se levantar e defender o patriotismo dentro de suas igrejas. Finalizava com “Deus salve a nação, essa nação é de Deus”. Sobre essa associação, é sabido o peso da religião na ditadura civil-militar de 1964, desde a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, e a Marcha a Favor do Ensino Livre, em Curitiba, com atores religiosos que apoiaram o golpe (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

Além disso, Madeira e Quadros (2017) apontam para uma união contemporânea da bancada religiosa, católica e evangélica, e a da segurança pública, fortalecidas na Câmara Federal desde 2014. Os autores citam a declaração do fundador do Partido Social Cristão (PSC), Vitor Nösseis, que afirmou posição favorável à intervenção de 1964, em entrevista em 2015: “O país não tinha outra alternativa senão fazer a revolução contra Jango naquele momento. (...) Houve sim uma orientação no sentido de não se deixar que o Brasil se tornasse uma república comunista” (Entrevista com Vitor Nösseis em PSC, 2015, *apud* MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 497). E sobre ser favorável a uma intervenção militar no presente afirmava: “Nós temos que nos preparar. (...) Nós temos que ter Forças Armadas fortes (...) para nos defender” (Entrevista com Vitor Nösseis em PSC, 2015, *apud* MADEIRA; QUADROS, 2017, p. 498). A união das bancadas fazia parte de um mesmo processo, afinal, de convergência na ação contenciosa desses setores.

Ao posicionar a bandeira gigante, o “Guerreiro Daniel”, da Cruzada da Liberdade, apresentou que lutava contra a tomada do poder brasileiro por uma “facção internacional implantada no Brasil através do Foro de São Paulo”, sendo o PT apenas um dos seus membros, assim como fizeram em Cuba e na Venezuela. “Abrimos aqui (...) o maior símbolo anticomunista mundial. A mesma bandeira ou similar à que foi aberta na Ucrânia e na Polônia pelos patriotas que venceram esse verme, essa associação mundial de genocidas para escravizar o cidadão”. Reforçavam, ainda, o argumento de que o artigo 142 previa a possibilidade de intervenção militar, devendo ser acionada inclusive para enfrentamento ao narcotráfico. Ao final, bradavam na finalização do vídeo “Nossa bandeira jamais será vermelha”, “Brasil” “Selva!”, e “Caveira!”.

Essas falas reiteravam a ideia da intervenção militar como constitucional e como reestabelecadora da ordem, inclusive do ponto de vista da segurança pública e o tráfico de drogas ilegais. Abordam também o enfrentamento ao comunismo como eixo central, apostado ao que seria o “patriotismo”. E na ideia das performances que viajam o mundo, e conectam formas de ativismo semelhantes em diferentes nações, importa observar a referência desses atores às ações dos “patriotas” da Polônia e Ucrânia. Enzo Traverso elucida a questão de um crescimento da extrema direita em todo o mundo neste início de século, inclusive nos países mencionados, o que ele classifica como um fenômeno do “pós-fascismo”.

Ele afirma que diferente do fascismo, essa expressão da ação política aparece de forma muito diversa, por isso o uso do “pós”, já que “não exibem as mesmas características em todos os lugares: da França à Itália, Grécia, Áustria, Hungria, Ucrânia ou Polônia, eles têm pontos em comum, mas também muitas diferenças” (TRAVERSO, 2015, p. 18). Enquanto o “neofascismo” faria referência à renovação do fascismo, diretamente vinculado às tradições políticas que se guiavam por essa orientação entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, os movimentos pós-fascistas em sua maioria não reivindicariam tal filiação (TRAVERSO, 2015, p. 18 e 19), e haveria uma explosão internacional desse fenômeno. Os intervencionistas se localizam, afinal, em um processo político mais amplo, de retomada de visões nacionalistas autoritárias em diferentes nações, ainda que não se filiem necessariamente a experiências anteriores da construção do fascismo, que conformou a maior experiência de ativismo desse tipo do século passado.

6.1 As diferentes faces do intervencionismo contemporâneo

O texto da publicação que cobriu a ação da bandeira anticomunista pela página da Pesadelo, era acompanhada do seguinte texto:

A LUTA ANTI - COMUNISMO NÃO PARA! ABRIMOS O MAIOR SÍMBOLO ANTI - COMUNISMO DO BRASIL, NA LAGOA RODRIGO DE FREITAS. A POPULAÇÃO APLAUDIU DAS SACADAS DOS SEUS RESPECTIVOS EDIFÍCIOS E CARINHOSAMENTE NOS ENVIARAM AS FOTOS TIRADAS POR ELES MESMOS.
O BRASIL JAMAIS SERÁ VERMELHO!!!! NÓS SOMOS OS DESTEMIDOS PATRIOTAS DA NAÇÃO!!
AGRADECIMENTO ESPECIAL AOS GUERREIROS DANIEL (CRUZADA PELA LIBERDADE) ROGÉRIO (VOZ DA LIBERDADE E TONI (FORO DO BRASIL RJ).

UM ABRAÇO ESPECIAL AOS VALOROSOS GUERREIROS DA FAMÍLIA O
PESADELO DE QUALQUER POLÍTICO! AVANTE BRASIL!!!!!!!!!!!!
AVANTE BRASIL VARONIL!!!!!!!!
PARTICIPE DO MAIOR GRUPO DE PATRIOTAS INTERVENCIONISTAS
DO BRASIL!
WHATSAPP PESADELO: 61-999045568.
FORA COMUNAS!!!!!!!!!!!!

Na divulgação da ação do dia 09 de agosto, a Pesadelo se declarava, pela primeira vez como o “maior grupo de patriotas intervencionistas do Brasil”. A partir de então, passariam a convocar sistematicamente interessados a entrarem em contato com o número telefônico mencionado, se enquadrando como o maior grupo desse tipo de ativismo do país. Ou seja, após o crescimento desse setor dos movimentos sociais, acontecia uma disputa de protagonismo, com este se proclamando como a maior referência nacional. A respeito dessa localização, em entrevista concedida à Revista Sociedade Militar, em novembro de 2017, o representante Emílio Alarcon, militar da reserva fundador do grupo, afirmou que contariam com 150 mil membros¹⁷⁴, contando com equipes no “*Amazonas, a equipe São Paulo, em avanço estão Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio grande do Sul, RN e Minas Gerais em movimentação*”¹⁷⁵. Apesar dessa métrica possivelmente ser inflada, e se tratar daqueles que se inscreveram pelo contato do grupo, não necessariamente participantes dos protestos, a declaração denota a força que o grupo ganhou, desde o seu lançamento em 2007¹⁷⁶.

A ação revela, ainda, a rede nacional dos intervencionistas, com a junção de um ator do Sul do país com grupos fluminenses. Dessa forma, pouco a pouco foi se formando um campo de ação estratégica próprio, com a sua inserção em protestos mais amplos do campo patriota, como foi o de 31 de julho contra o governo, mas com a capacidade e intencionalidade de demonstração de força desse ativismo específico.

Outra mobilização semelhante ocorreu nos dias 21 e 22 de agosto, novamente no Rio de Janeiro. No contexto da realização dos Jogos Olímpicos, a Pesadelo e seus aliados organizaram a exposição de um boneco inflável gigante do General Mourão, chamado por

¹⁷⁴ “Entrevista com Líder intervencionista – Treloucados? Diante de sandices e interesses escusos alguns intervencionistas lutam para manter a coerência de seu movimento”. Matéria de 30/11/2017, Revista Sociedade Militar. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2017/11/entrevista-com-lider-intervencionista-treloucados-diante-de-sandices-e-interesses-escusos-alguns-intervencionistas-lutam-para-manter-coerencia-de-seu-movimento.html> <Último acesso em 01/12/2022>.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

eles de “avatar”. O boneco, que segundo a cobertura do grupo conta com quase 20 metros de altura, foi erguido em frente ao Maracanã, no dia 21¹⁷⁷, na realização da final dos jogos, e seguido de decisão judicial da retirada do objeto. Na filmagem, mostram um microônibus identificado como a chegada dos “patriotas de São Paulo”, que levaram o “avatar do general”.

Mencionam a presença de grupos do Rio de Janeiro, além da delegação de São Paulo, e a Cruzada pela Liberdade, que anteriormente foi apresentada como da região sul do país. Participaram dois representantes da Scuderie Le Coq; o Foro do Brasil; além da própria Pesadelo. Segundo Bruno Paes Manso (2020), a Scuderie Le Cocq foi criada no Rio de Janeiro e no Espírito Santo ainda durante a ditadura civil-militar, como uma “homenagem ao detetive Milton Le Cocq, morto em ação em 1964” (MANSO, 2020, p. 9), sendo um processo formador da origem da ação dos grupos de extermínio no país. Segundo o autor, “Em diversas regiões do país, formaram-se batalhões especiais de polícia que exibiam caveiras como símbolo de sua coragem e letalidade no combate aos traficantes de drogas que estavam se armando e controlando territórios”:

As caçadas a bandidos se tornaram mais comuns, principalmente nas metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em homenagem a Milton Le Cocq, policiais civis do Rio formaram em 1965 a Scuderie Le Cocq, grupo de extermínio que tinha como símbolo uma caveira, duas tíbias cruzadas e as iniciais E.M., de Esquadrão da Morte. (MANSO, 2020, p. 130 e 131).

Assim, da mesma forma que na página do Pesadelo são mobilizadas referência do integralismo nacional, por meio dos vídeos do Prona, bem como a utilização de canção *skinhead*, a Scuderie Le Cocq dialoga com o universo de grupos de extermínio que atuam e se organizam politicamente no país. Ia se conformando uma coalizão orientada pelo “nacionalismo autoritário”, fenômeno já identificado por Caldeira Neto como uma arena de atuação do antigo Prona e seus aliados na redemocratização (2016, p. 384). O intervencionismo renovado, de 2016, retoma, desse modo, um conjunto de símbolos, performances, articulações internacionais e visões de mundo que compõem um campo próprio de patriotas autoritários no Brasil.

¹⁷⁷ “AVATAR DO GENERAL MOURÃO NA FINAL DA OLIMPÍADA DO IMUNDO”. Matéria de 21/08/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/avatar-do-general-mourao-na-final-da.html> <Último acesso em 30/11/2022>.

O narrador repetia o artigo 142 da Constituição, e criticava as Olimpíadas, chamada de “Olimpíada do imundo”, afirmando que o país deveria ter investimento em saúde, educação e segurança e não na realização do evento. Nas filmagens, repete-se de forma sistemática o *slogan* “Brasil acima de tudo” e os participantes se identificam como “os patriotas da nação”. O narrador afirmava, ainda, “Maldita hora que eu fui dar baixa do Exército. Tem que acontecer uma revolta dos cabos, sargentos, soldados lá dentro. Maldita hora que eu dei baixa”, depois se identificando como cabo da reserva.

O boneco inflável era o mesmo que foi utilizado no acampamento em Brasília, em novembro de 2015. O uso da imagem do General Mourão foi justificada como uma reverência pela sua defesa do “despertar da luta patriótica”¹⁷⁸, e vale lembrar da homenagem a Ustra que ensejou o seu afastamento do Comando Militar do Sul¹⁷⁹. Desde então, ele se tornou um símbolo do ativismo intervencionista.

No dia seguinte, ergueram novamente o “avatar” na cidade, dessa vez na praia de Copacabana, no encerramento das Olimpíadas¹⁸⁰. O narrador, pela cobertura da “família Pesadelo”, afirmou que do Rio de Janeiro estava presente ele e a “jornalista Marta Serrat”. Sobre ela, vale lembrar que liderou um protesto no Distrito Federal no dia 12 de maio¹⁸¹, identificada como do grupo Brava Gente. Ele discursava¹⁸²:

É disso aqui que o Brasil precisa: Intervenção constitucional militar já. Intervenção já, artigo 142. É disso que o Brasil precisa. Não caia nessa balela de impeachment, isso não vai mudar nada na sua vida, nem na do povo brasileiro, muito menos na minha. O Brasil precisa é disso aqui, intervenção. Uma faxina geral.

¹⁷⁸ Banco. “Manifestantes pedem impeachment de Dilma em protesto na Esplanada”. Matéria de 15/11/2015, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/manifestantes-pedem-impeachment-de-dilma-em-protesto-na-esplanada.html>. <Último acesso em 15/01/2023>.

¹⁷⁹ “Hamilton Mourão: O general em seu mundinho”. Matéria de 22/09/2017, Época/Globo. Disponível em: https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/hamilton-mourao-o-general-em-seu-mundinho.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post <Último acesso em 29/05/2023>.

¹⁸⁰ “Avatar do General Mourão invade Copacabana”. Matéria de 22/08/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/avatar-do-general-mourao-invade.html> <Último acesso em 30/11/2022>.

¹⁸¹ Banco. “Grupos pró-militares e apoiadores de Dilma se juntam em ato anti-Temer”. Matéria de 12/05/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/grupos-pro-militares-e-apoiadores-de-dilma-se-juntam-em-ato-anti-temer.html> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁸² “Avatar do General Mourão invade Copacabana”. Matéria de 22/08/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/avatar-do-general-mourao-invade.html> <Último acesso em 30/11/2022>.

Aos transeuntes que criticavam a ação, o narrador gritava “Fora, comunista!”. Repetia “Brasil acima de tudo” e tratava os intervencionistas como os “patriotas de verdade”, louvando o General Mourão como um “símbolo da luta patriótica no Brasil”. Relatava que neste dia era o aniversário da “intervencionista ferrenha” Marta Serrat, que teria sido a responsável pela ideia de realizar a ação em Copacabana, após a tentativa de inflar o boneco no Maracanã no dia anterior. Ao ser entrevistada, ela reforçava o argumento de que o *impeachment* não seria suficiente para a “limpeza” nacional.

O orador apresentava que participavam do protesto Scuderie Detetive Le Cocq, Cruzada pela Liberdade, Foro do Brasil/Rio de Janeiro, e O Pesadelo de Qualquer Político. Saudava, ainda, o apoio da página Esquerda Caviar e da Coalizão Nacional Anticomunismo Brasil, e todos os “verdadeiros patriotas”. É a primeira vez que é identificada uma menção à referida Coalizão. Na página da Pesadelo consta um chamado fixo para a composição da coalizão, veiculada na lateral do site com a seguinte imagem:



Imagem veiculada pela página O Pesadelo de Qualquer Político¹⁸³.

A página da Coalizão Nacional Anticomunismo¹⁸⁴ foi criada na plataforma do Facebook em 2015, ou seja, no início do processo de difusão do intervencionismo. Na sessão de apresentação consta um site da Pesadelo de Qualquer Político, denotando o protagonismo do movimento em sua construção.

Além da Pesadelo, outro grupo que foi constatado uma relevância nacional nesta pesquisa foi a União Nacionalista Democrática (UND). Sua presença foi mapeada em São Paulo, no dia nacional de protesto contra o governo em 12 de abril de 2015¹⁸⁵, e em 17 de abril de

¹⁸³ Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/> <Último acesso em 02/12/2022>.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/AntiComunismoBR> <Último acesso em 02/12/2022>.

¹⁸⁵ Banco. “Milhares voltam a protestar contra o governo Dilma em São Paulo”. Matéria de 12/04/2015, G1. “Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/milhares-voltam-protestar-contr-governo-dilma-em-sao-paulo.html> <Último acesso em 01/11/2022>.

2016¹⁸⁶, no Rio de Janeiro. Segundo a liderança entrevistada para esta pesquisa, José Geraldo Quartim Barbosa¹⁸⁷, o grupo existe desde 1993, e sua defesa é de uma “intervenção constitucional”, o que ele difere de uma “intervenção militar”. Sobre a composição e suas redes, os seguintes trechos da entrevista são ilustrativos:

José Geraldo Quartim Barbosa (UND): Bom, evidentemente que todos esses extremismos muitas vezes procuram aderir ao que é o principal. E esses extremistas existem no Brasil e existem em qualquer parte do mundo. Integralistas que a gente achou que em 1935 tinham desaparecido, não senhora, continuam insistindo e continuam fazendo força. Além dos integralistas, existem muitas outras correntes, inclusive gente que é muito ligada a nós, mas que nós não somos. Por exemplo, monarquistas. Os monarquistas são um pessoal muito sério, um pessoal que estuda muito o Brasil, que entende do Brasil. E que, vamos dizer, 90% das ideias dos monarquistas são iguais às nossas. Mas o monarquismo é um tipo de grupo, a UND é outro. Embora a gente tenha muito boa convivência, certo?

(...) Como eu te disse, nós temos desde borracheiros e garis de rua, pessoas simples, realmente simples, mas preocupadas com o Brasil. Militares, vários, da ativa e da reserva, sendo que os militares da ativa não podem participar de movimento civil por uma questão de segurança do próprio serviço das Forças Armadas e o serviço de informações das Forças Armadas. Da reserva, vários. Como nós temos professores universitários também, como nós temos o Modesto Carvalhosa que, para mim, é um dos maiores brasileiros que eu conheço. Quer dizer, é gente de todas as matizes e de todas as classes sociais com o pensamento de Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Esse é o nosso lema.

Diferente da Pesadelo, a ênfase dada por este grupo não é o anticomunismo, mas sim o patriotismo e a defesa dos interesses nacionais. A relação com grupos monarquistas é mencionada por ele, o que é uma rede que até então não fora encontrada na pesquisa. Ele reforça, ainda, o peso das Forças Armadas na condução da política nacional e a situação de insegurança social causada pela criminalidade.

José Geraldo Quartim Barbosa se identificou como produtor rural, e afirmou fazer parte da UND há 10 anos da ocasião da entrevista, em 2021. Para ele, a solidez do grupo vem dos estudos sobre temas do debate público e a ausência de pretensão eleitoral: “Nós não temos interesses de cargos nem de ser políticos nenhum. Por isso que nós somos mais ouvidos. Porque nós somos o tipo de grupo que procura informar e entregar estudos que a gente faz às pessoas que têm o poder de decidir”. Segundo ele, a formação original foi em São Paulo, mas

¹⁸⁶ Banco. “Rio tem protestos contra e a favor do impeachment; FOTOS”. Matéria de 17/04/2016, G1. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/fotos/2016/04/rio-tem-protestos-contr-a-favor-do-impeachment-fotos.html#F2008057> <Último acesso em 28/11/2022>.

¹⁸⁷ Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.

posteriormente passaram a atuar no “Brasil inteiro”.

7. O *impeachment* e a consolidação do intervencionismo no Brasil

Chegou o dia da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) no Senado Federal. A sentença foi assinada no dia 31 de agosto¹⁸⁸, encerrando um ciclo de mobilização no país, que reivindicava o afastamento da presidente desde o ano anterior, no início de seu segundo mandato.

Da parte dos intervencionistas, no entanto, já estava consolidado que o impedimento não bastava, sendo necessário uma “faxina geral” protagonizada pelas Forças Armadas. Em diversos protestos foi possível identificar mensagens dos ativistas afirmando que “*impeachment* não resolve”, “*impeachment* ajuda, intervenção resolve”, e outras formulações. Sobre essa visão, registra-se a opinião a liderança da UND, José Geraldo Quartim Barbosa, na entrevista concedida no ano de 2021¹⁸⁹:

Sim. O nosso intuito sempre foi uma renovação do sistema de governo baseado naquilo que [era] a nossa ideia maior. Quer dizer, é uma modificação constitucional do regime. Aquele negócio do *impeachment* não era uma coisa que a gente achava, e continuamos achando até hoje, que resolvesse. Como não resolveu. O assunto do governo Temer não resolveu nada. Quer dizer, continua a mesma bagunça. Então, a participação da UND é esta. Nós achávamos que o *impeachment* não ia resolver, como não resolveu. Agora as coisas mudaram. Hoje, você tem um Brasil com muito problema, você tem um Brasil com muita coisa errada, mas é o que temos para hoje de melhor.

Tudo indicava, portanto, que a mobilização intervencionista continuaria, como de fato continuou. Acerca do período de enfrentamento ao governo, entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, seus atores aproveitaram os grandes protestos nacionais para ampliar o alcance de suas pautas. Desse modo, compuseram um campo amplo de patriotas, divulgando dentro de manifestações mais amplas a ideia intervenção como a melhor saída para enfrentar a ex-guerrilheira e “terrorista”, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, visto como associado à corrupção e à suposta conspiração internacional do Foro de São Paulo. Ela participara da luta armada contra a ditadura civil-militar e alcançou ampla resistência das

¹⁸⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contradilma-rousseff> <Último acesso 02/12/2022>.

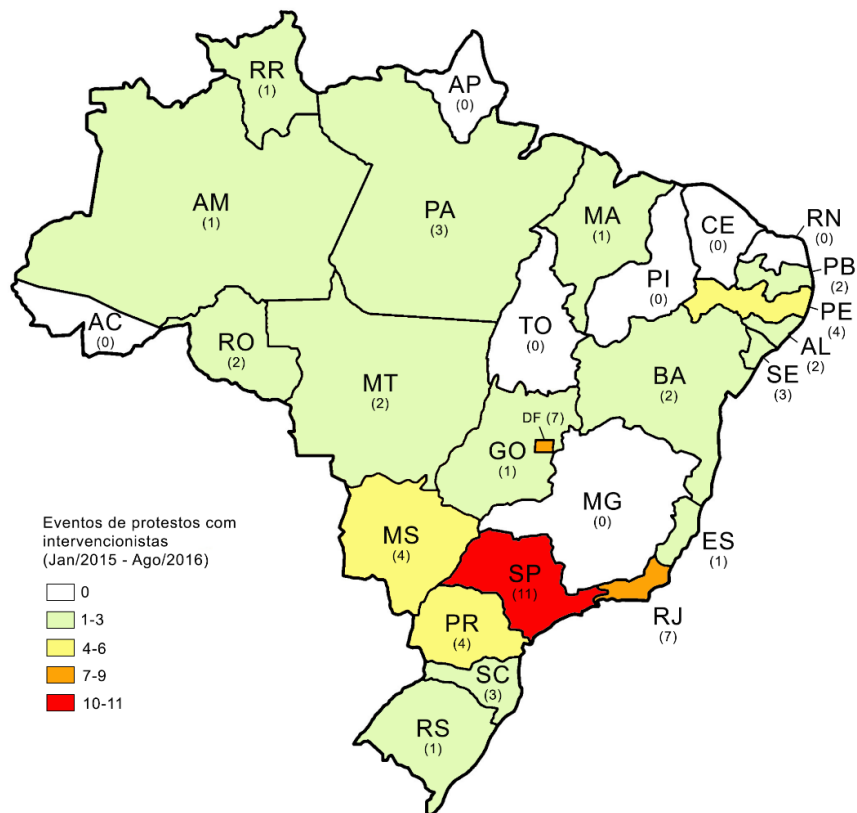
¹⁸⁹ Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.

Forças Armadas e seus simpatizantes na publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Desse modo, o enfrentamento à presidente como uma personificação de uma “ameaça vermelha” compôs o eixo de ação dos intervencionistas no período.

Segundo Angelo (2018), o partido e Dilma Rousseff apresentavam associação direta na luta contra a ditadura e sua chegada ao poder foi encarada como uma “derrota ou a incompletude do propósito “saneador” que motivara a intervenção das Forças Armadas em 1964” (ANGELO, 2018, p. 102). Segundo o autor, para esses atores, seguindo tal raciocínio, “as Forças Armadas seriam as únicas capazes de corrigir os graves problemas nacionais ligados ao sistema político brasileiro, corrupção, caixa dois, patronagem, dentre outros” (idem).

Na fase de difusão desse tipo de movimento social nacional, entre a posse do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) e seu impeachment, aumentam e se espalham os pedidos de intervenção. Quanto aos locais, destacam-se as unidades federativas de São Paulo (11), Distrito Federal (7) e Rio de Janeiro (7), seguidos de Mato Grosso do Sul (4), Paraná (4) e Pernambuco (4). É notória, a cobertura nacional dessas reivindicações nesse intervalo temporal, com ações em protestos de norte a sul do país:

Mapa do número de protestos com intervencionistas entre 01/01/2015 e 31/08/2016



Mapa realizado pela autora em colaboração com Helder Mateus Viana Espírito Santo e Carolina Tavares de Freitas, com dados do Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Sobre a atuação desses ativistas, a partir do levantamento realizado, foi possível identificar que o intervencionismo no Brasil contemporâneo é composto pelos eixos do patriotismo, o legalismo autoritário, a defesa da memória, e o anticomunismo:

- 1) **Patriotismo:** O patriotismo defendido pelos intervencionistas se baseia na ideia da manutenção de uma “ordem” nacional, na defesa de supostos interesses da pátria. Se referenciam como “verdadeiros patriotas”, ou denominações semelhantes. Na defesa da ordem, se opõem a tudo que é considerado uma ameaça a esta e visto como degeneração, afirmando um conservadorismo moral – com a defesa de um projeto de sociedade conservador nas ações da esfera pública e privada (HIRSCHMAN, 1992). Assim como a experiência das Marchas da Família, em 1964, se alinham ao cristianismo e defendem valores vistos como elevados, no que se refere à sexualidade, administração pública (corrupção) ou violência urbana. Seu projeto de nação a ser preservado se baseia na ideia de uma “pureza” social, de viés moral – visão típica da

construção original do fascismo (PAXTON, 2007, p. 358 e 359) –, cujos militares seriam os mais capazes de levar a cabo. Na defesa desse ideal, se alinham com visões de mundo referenciadas na Doutrina de Segurança Nacional, que foi base teórica e política dos governos ditatoriais (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 86).

- 2) Legalismo autoritário: Os intervencionistas baseiam em uma suposta constitucionalidade da possibilidade de intervenção militar, calcada especialmente no artigo 142 da Carta Magna. Afirmam uma compreensão autoritária da institucionalidade brasileira, de que caberia às Forças Armadas a tutela do poder. Essa pretensão legalista se baseia na previsão da garantia da “Lei e Ordem” pelos agentes de segurança, cuja origem remonta à história profunda do país, sendo incorporada inicialmente na Constituição de 1934, por Getúlio Vargas (SILVA, 2012, p. 104). Ademais, na compreensão de uma suposta normalidade em uma intervenção do Exército, associam-se à tradição dos governos autoritários brasileiros, que foram marcados por uma preocupação em aparentar o respeito normativo. Pereira (2010, p. 32), afirma que a ditadura civil-militar apresentava um caráter de legalidade autoritária, o que pode ser observado como eixo central na retomada do ativismo intervencionista contemporaneamente.
- 3) Disputa da memória: A disputa da memória é também uma característica do ativismo intervencionista, especialmente voltada para a defesa da ditadura civil-militar de 1964. Os protestos de comemoração dos 50 anos da referida intervenção, e a oposição à Comissão Nacional da Verdade, marcaram os primeiros protestos da retomada do ativismo intervencionista nos últimos anos, entre 2013 e 2014, e desde então o tema é recorrentemente abordado na ação contenciosa. Diferente de outros setores dos movimentos sociais, como aqueles que pregam a igualdade entre homens e mulheres ou o fim do racismo, os intervencionistas apresentam a particularidade de centrarem sua ação em algo que já aconteceu na história brasileira, a tomada do poder pelos militares, se filiando a essa experiência como positiva. Destarte, a justificativa e a sustentação de que as intervenções passadas, em especial a mais recente, foram o melhor desfecho diante da ameaça de “desordem” é algo que referencia o intervencionismo no Brasil. Isso fez com que os temas relacionados à Memória e

Justiça de Transição se conformassem como um potente combustível para a mobilização desse setor.

- 4) Anticomunismo: O anticomunismo é também um dos eixos em torno dos quais se organizam os atores dos movimentos intervencionistas no Brasil. De forma recorrente, reproduzem a ideia de que haveria uma ameaça comunista, muitas vezes inserida na retórica de uma conspiração internacional, incorporada por governos como o de Cuba ou da Venezuela e pelo Foro de São Paulo. Opõem a “ameaça vermelha” ao que seriam os interesses nacionais, relacionando o seu avanço com a ampliação da “desordem”. Os comunistas seriam o oposto dos patriotas, com a denúncia de uma ameaça ao *status quo* associada com uma degeneração moral da sociedade. Por sua vez, o PT e os grupos de repertório socialista (ALONSO; MISCHÉ, 2017, p. 146) eram vistos por esses ativistas como representantes do comunismo a ser combatido.

8. Conclusão

A fase de difusão do intervencionismo acompanhou a crise do governo Dilma Rousseff (PT), com a expansão dos pedidos de tutela militar como uma saída para a política nacional. Os intervencionistas participaram ativamente dos momentos de ação confrontacional de enfrentamento à gestão federal, aproveitando as oportunidades identificadas e ampliando essa forma de mobilização.

Formaram-se como um setor dentro do campo patriota, compondo mobilizações com a denúncia da corrupção como eixo central. Pouco a pouco, no entanto, foram ampliando os grupos e suas redes, que defendiam a intervenção militar como melhor destino para o país, sob o argumento de que “*impeachment* não resolve”. Em paralelo, as lideranças dos protestos nacionais contra o governo buscavam isolar essa militância, vista como antidemocrática. Ao longo de 2015, foi possível identificar diversos momentos de conflito dentro do campo patriota, entre aqueles que defendiam o afastamento presidencial como melhor saída, e os que queriam a retomada dos militares ao poder. Iniciada a difusão nacional do intervencionismo, o ano de 2016 consolidou essa ampliação e foi marcado pela busca de maior autonomia desses atores. Ações nacionais, articulando diferentes grupos, foram realizadas com êxito, conformando um campo de ação estratégica dos intervencionistas no

Brasil.

A fase de difusão do intervencionismo foi encerrada, assim, com o aproveitamento das mobilizações *pró-impeachment* como terreno fértil para o crescimento da pauta da tutela militar e a construção de uma raia própria de ação desse setor. Com a vitória do afastamento de Dilma Rousseff (PT), em agosto de 2016, estavam consolidadas coalizões nacionais de mobilização daqueles que defendiam uma ação das Forças Armadas como melhor caminho para a condução do poder nacional. Os atores apontavam para permanecer mobilizados mesmo após a tomada de posse do vice-presidente, Michel Temer.

Na esteira de experiências anteriores marcadas pelo nacionalismo autoritário, o intervencionismo foi retomado nas ruas do Brasil, reacendendo a chama daqueles que acreditavam que a imposição das forças de segurança sobre os poderes representativos seria o caminho para uma “limpeza” social. Como características desse ativismo, na esteira das experiências anteriores e forte herança da Doutrina de Segurança Nacional, é possível identificar quatro eixos centrais: o patriotismo, sustentado na defesa da ordem nacional e moralidade conservadora; o legalismo autoritário, baseado na afirmação da previsão constitucional do golpe militar; a disputa da memória, em especial dos governos militares ditatoriais entre 1964 e 1985; e o anticomunismo, com a seleção da “ameaça vermelha” como principal responsável pelo caos social no país.

Da parte da sua composição, nota-se uma presença maior de protestos nos principais polos políticos nacionais: São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. No entanto, a presença desses atores se revelou em todas as regiões do país, de forma bastante difusa de norte a sul, com destaque também para as ocorrências no Paraná, Mato Grosso do Sul e Pernambuco. Por sua vez, a participação de membros das Forças Armadas, em especial da reserva, e das polícias nesses grupos é notória, o que também é reforçado pela defesa constante de militares de alta patente da memória de 1964 e a afirmação da possibilidade de uma intervenção em caso de “desordem”. Desse modo, os integrantes da corporação atizavam esse ativismo crescente e lhe ofereciam munições, fortalecendo a ideia de uma saída pelas armas para o processo político no Brasil.

Capítulo 5

“Brasil Acima de Tudo”: O intervencionismo renovado nos movimentos sociais e a disputa eleitoral de 2018

Os ativistas que clamavam por intervenção militar no Brasil aproveitaram as oportunidades dos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff para difundir suas pautas por todo o país, entre 2015 e 2016. Assim ocorreu a consolidação desse setor nos movimentos sociais. Longe de representar uma novidade, o intervencionismo dialoga com antigos atores, que conseguiram se renovar enquanto força política nacional.

O afastamento da presidente e a posse do vice, Michel Temer, demarcaram uma mudança de rumos, em águas cujos membros das Forças Armadas e aqueles que desejavam a intervenção navegavam. Mesmo sem a persistência dos protestos de milhares, que coloriam as ruas de verde e amarelo, esse ativismo seguiu ativo e com uma rede nacional atuante.

Nas eleições seguintes, em 2018, o candidato Jair Bolsonaro usou como *slogan* a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Entre os intervencionistas, o brado “Brasil acima de tudo” era evocado repetidamente nos eventos confrontacionais, logo se identificaram com a candidatura como um projeto partilhado de país. O vice da chapa era o General da reserva Hamilton Mourão, pelo PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), afastado do Comando Militar do Sul por defender o “despertar patriótico” e permitir em uma solenidade a homenagem ao torturador Carlos Brilhante Ustra. O pleito apresentava, portanto, duas das principais figuras de referência daqueles que defendiam a retomada dos militares à tutela do poder.

Da parte dos militantes que seguiam as trilhas do nacionalismo autoritário, a eleição de Bolsonaro significou uma goleada frente à “ameaça vermelha”, tão denunciada nos protestos dos anos anteriores. Como uma das primeiras ações do governo, o novo presidente oficializou a comemoração da última intervenção militar, que inaugurou a ditadura de 1964. Dessa forma, em pouco tempo de gestão, as pautas que marcavam cartazes e faixas pelas ruas se tornaram política institucional, abrindo novas fronteiras para a defesa da intervenção militar no Brasil.

1. “Impeachment é só o começo”: A permanência do ativismo intervencionista

Jair Bolsonaro aproveitou seu discurso na votação do afastamento de Dilma Rousseff para uma homenagem ao coronel Brilhante Ustra, um dos torturadores mais reconhecidos da ditadura civil-militar de 1964 (GASPAROTTO; VECHIA; DA SILVEIRA, 2012, p. 92). Essa menção foi um marco para aqueles que defendiam a memória do golpe. Meses depois, o livro “A Verdade Sufocada”, do falecido militar, se tornou a sexta obra de ficção mais vendida do país, com uma demanda muito maior do que havia anteriormente¹⁹⁰.

O deputado colaborou para renovar a imagem de herói de um dos torturadores da ditadura. Seu discurso foi uma provocação à Dilma Rousseff, presa política e torturada e a todos aqueles que denunciavam as gestões militares como uma ditadura. Era a defesa da tutela militar sobre o país: para os patriotas, o “Meu partido é o Brasil”; para os opositores, a violência como método.

Após o impedimento de Dilma Rousseff, o ativismo intervencionista prosseguiu a mobilização por uma intervenção militar, na compreensão de que seria a única forma de voltar à “ordem” nacional, já que “impeachment não resolve”. O Pesadelo de Qualquer Político se manteve ativo, realizando mobilizações diversas. No 7 de setembro, dias após a decisão pelo *impeachment*¹⁹¹, realizou panfletagem no centro da capital fluminense, na concentração para o desfile militar, com a faixa: “Intervenção Militar Já! O Brasil exige: Ordem e Progresso”. O narrador afirmou esse seria o “banner número 1”, fazendo menção de que seria o primeiro material do tipo viabilizado pelo grupo¹⁹².

No dia 29 de outubro¹⁹³, a Pesadelo realizou nova “ação anticomunismo” no Rio de Janeiro,

¹⁹⁰ “Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país”. Matéria de 03/06/2016, Folha/Uol. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml> <Último acesso em 29/11/2022>.

¹⁹¹ “Desfile Cívico Militar - S.O.S. F.A.A.A - 07/09/2016”. Matéria de 07/09/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/09/desfile-civico-militar-sos-faaa-07092016.html> <Último acesso em 06/12/2022>.

¹⁹² Sobre isso, vale destacar que a faixa, com a arte específica registrada no vídeo, foi identificada em diversos momentos ao longo do levantamento de dados da pesquisa, sendo usada no primeiro protesto identificado, no dia 15/11/2013, em uma manifestação em Brasília comandada por Emílio Alarcon, da Pesadelo..

¹⁹³ “Outra missão, outra Vitória! HURRA!”. Matéria de 29/10/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/10/outra-missao-outra-vitoria-hurra.html> <Último acesso em 06/12/2022>.

na Praça do Pacificador, em Duque de Caxias, em alusão à memória do militar, organizada pelo “Patriota Leandro”, morador da cidade. Consistiu na montagem no espaço público da “bandeira gigante anticomunista” e panfletagem. A bandeira, de 30 metros por 30 metros, era a mesma utilizada no ano anterior, em uma articulação na capital com outros grupos intervencionistas. Nela constava o símbolo do comunismo cortado, em sinal de contrário, envolto da frase “O Brasil jamais será vermelho – Fora Comunistas”, e na parte inferior da imagem “FHC, Lula e Dilma nunca mais”. O ativista que realizava o vídeo registrava o passo a passo da manifestação, em meio a brados de “Deus, pátria e família”, “Avante Brasil”, e “Político quando rouba é socorro Forças Armadas”. No dia seguinte, em 30 de outubro¹⁹⁴, a filial do Amazonas da Pesadelo publicou um vídeo de apoio a um projeto de militarização das escolas no estado, enquanto convocava os demais membros a se mobilizarem nos seus estados.

Em outubro de 2016, Bolsonaro compareceu ao Terceiro Fórum Liberdade e Democracia, em São Paulo. A presença do parlamentar fez com que metade do auditório lhe recebesse com gritos de “Ustra, Ustra, Ustra”, enquanto a outra metade o repudiou com vaias (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021, p. 121). Depois do evento, Bolsonaro teria declarado que passou a optar por não frequentar esse tipo de espaço, cuja construção era associada a *think tanks* nacionais, organizado pelo Instituto de Formação de Líderes e anteriormente vinculado ao Instituto de Estudos Empresariais, classificados por Rocha, Solano e Medeiros como “ultraliberais” (idem).

1.1 Ações intervencionistas

Na lógica do “*impeachment* ajuda, intervenção resolve”, conforme se lia nos cartazes e faixas nos protestos, somente uma ação militar realizaria a “limpeza” necessária ao país. Na arena estatal, logo após sua posse, Michel Temer exonerou sete membros da Comissão de Anistia e os substituiu por novos nomeados, modificando substancialmente o Conselho do órgão e esvaziando a política de Memória, Verdade e Justiça em curso (BENETTI *et al*, 2020, p. 12).

¹⁹⁴ “Para que o mal vença, basta que os bons nada façam”. Matéria de 30/10/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/10/para-que-o-mal-venca-basta-que-os-bons.html> <Último acesso em 06/12/2022>.

No dia 08 de novembro, foi realizado um protesto que culminou na invasão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no enfrentamento ao pacote de austeridade do governo, com o aumento do desconto previdenciário e retração do salário dos servidores¹⁹⁵. A manifestação contou com 10 mil pessoas, com a informação da imprensa de que a maioria seria de policiais e bombeiros¹⁹⁶. Os intervencionistas estiveram representados pela Pesadelo e Scuderie Le Cocq¹⁹⁷, com a exposição de uma faixa de “Intervenção Militar Constitucional” e “Intervenção Militar Já! O Brasil exige: Ordem e Progresso”. Ao mesmo tempo em que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, reafirmavam a saída da intervenção militar.

No dia 15 de novembro, foi realizada uma panfletagem com a extensão de uma faixa na qual se lia “Intervenção Constitucional”, dessa vez em frente ao Comando Militar do Oeste, no Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Na filmagem, realizada pela Pesadelo, aparecem quatro participantes do evento, cada um envolto em uma bandeira do Brasil¹⁹⁸.

Com a mesma tônica, mas de outra parte desse ativismo, no dia 16 de novembro ocorreu a ocupação do Plenário da Câmara Federal por cerca de 50 pessoas, que pediam a intervenção militar. Eles leram um manifesto no local, reforçando a necessidade da tomada do poder pelos militares, o apoio à Lavo Jato, e o combate à ameaça comunista¹⁹⁹. Eles gritavam palavras de ordem contra a corrupção, entoavam "general aqui" e defendiam uma intervenção militar, mencionada pela cobertura da imprensa como uma “atitude ilegal e contrária à Constituição”.

¹⁹⁵ “Manifestantes contra pacote do governo do RJ invadem Alerj”. Matéria de 08/11/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/manifestantes-tentam-invadir-alerj.html> <Último acesso em 14/12/2022>.

¹⁹⁶ “Manifestantes invadem Alerj em protesto contra medidas de austeridade no RJ”. Matéria de 08/11/2016, G1. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/11/08/manifestantes-invadem-alerj-em-protesto-contra-medidas-de-austeridade-no-rj.htm> <Último acesso em 14/12/2022>.

¹⁹⁷ “O BICHO PEGOU!!”. Matéria de 08/11/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/11/o-bicho-pegou.html> <Último acesso em 14/12/2022>.

¹⁹⁸ “Panfletagem em frente ao Comando Militar do Oeste, equipe MS”. Matéria de 15/11/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/11/panfletagem-em-frente-ao-comando.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

¹⁹⁹ Banco. “Manifestantes invadem plenário da Câmara e interrompem sessão”. Matéria de 16/11/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/manifestantes-invadem-plenario-da-camara-e-interrompem-sessao.html> <Último acesso em 06/12/2022>.

Na ocasião, um participante cuspiu em um segurança, o que iniciou um tumulto. A ação deixou dois feridos e mais de 50 detidos, com quatro dos participantes trocando socos e chutes contra a polícia legislativa²⁰⁰. E apesar da cobertura do G1 mencionar a presença de cerca de 50 pessoas, o El País registrou que seriam 100 manifestantes, e que "foi a primeira vez que um grupo tomou o principal recinto do Legislativo desde a redemocratização"²⁰¹. O fato teria provocado um sinal de alerta no sistema de inteligência e apontado para a necessidade de monitorar novas manifestações.

Ainda segundo o El País, os participantes se retiraram do local ao som do hino, de uma caixa de som localizada no gramado do Congresso, saindo com gritos de “valeu, patriotas”. Entre os integrantes, a matéria mencionou que havia vários militares reservistas e familiares de membros das Forças Armadas. Os entrevistados afirmavam que se organizaram pelas redes sociais, sem uma liderança entre os presentes, que eram simpatizantes de Bolsonaro, anticomunistas e que se organizaram com recursos próprios. Falaram que pela internet convocaram a presença de pessoas de todo o país, com o registro das origens do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Santa Catarina, Pernambuco, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Pouco menos de três meses após o *impeachment*, o ativismo intervencionista mostrava capacidade de mobilização, unidade de intervenção nacional e persistência no confronto político. Revelavam, desse modo, a sua consolidação como um setor do movimento social, com capacidade de ação autônoma, dentro de um campo de mobilização mais amplo composto por aqueles que usavam o repertório patriota nas manifestações contra Rousseff e seu partido.

Em 20 de novembro, a Pesadelo realizou uma postagem²⁰² com o título “Falou tá falado, Bolsonaro é INTERVENÇÃO!”. Associado ao vídeo de uma entrevista antiga do parlamentar, o grupo publicou o texto “PRA QUEM DIZ QUE O DEP. BOLSONARO NÃO

²⁰⁰ “Manifestantes forçam entrada no plenário da Câmara e pedem golpe militar”. Matéria de 16/11/2016, El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/politica/1479334136_607244.html <Último acesso em 06/12/2022>.

²⁰¹ Idem.

²⁰² “Falou tá falado, Bolsonaro é INTERVENÇÃO!”. Matéria de 20/11/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/11/falou-ta-falado-bolsonaro-e-intervencao.html> <Último acesso em 23/12/2022>.

É INTERVENCIONISTA, TOMA! PARTICIPE DO MAIOR GRUPO DE PATRIOTAS DO BRASIL. WHATSAPP PESADELO: 61-999045568”. No depoimento, ele defendia a implantação de uma ditadura no Brasil e o fechamento do Congresso. Reforçavam, desse modo, o deputado como uma referência para os intervencionistas.

Já no dia 24, o grupo realizou nova publicação na qual anunciavam uma parceria com o Jornal Nação Brasil, com uma coluna em cada edição. Afirmavam se tratar de “um dos poucos Jornais de DIREITA no Brasil. Jornal focado no "resgate da nação", defensores de Deus, Pátria e Família”²⁰³. O veículo teria uma tiragem quinzenal de trinta mil exemplares e a partir de dezembro estaria disponível nas bancas semanalmente. Ainda segundo o grupo, a sua distribuição ocorreria em todo o estado do Rio de Janeiro, Vitória (ES) e Belo Horizonte (MG), sendo a parceria “um grande salto no combate a praga comunista. Deus, Pátria e Família!”. Esse fato revela disputas por novos espaços.

1.2 O campo patriota após o *impeachment*

No dia 04 de dezembro, o campo patriota convocou uma nova mobilização nacional, a favor da Lava-Jato. O eixo central era a corrupção e temas correlatos, com a defesa da Operação, pedidos pelo fim do foro privilegiado dos políticos, repúdio à mudanças no “pacote anticorrupção”, o afastamento do presidente do Senado, e de prisão do ex-presidente Lula²⁰⁴. Foi identificada a presença de intervencionistas em 6 estados neste dia: Espírito Santo, em Vila Velha e Vitória; no Mato Grosso do Sul; no Paraná, em Curitiba e Cascavel; em Pernambuco; no Rio Grande do Sul; e em São Paulo.

Quadro 1 – Eventos de protestos com intervencionistas em 04/12/2016

UF	Protesto	Número de manifestantes (Fonte)
ES (Vila Velha)	Protesto a favor da Lava-Jato	1.500 (PM)
ES (Vitória)	Protesto a favor da Lava-Jato	3 mil (PM)

²⁰³ “O Pesadelo de Qualquer Político, fechando forte parceria com o Jornal Nação Brasil”. Matéria de 24/11/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/11/o-pesadelo-de-qualquer-politico.html> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁰⁴ Banco. “Capital de MS tem protesto em defesa da Lava Jato e contra corrupção”. Matéria de 04/12/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/12/capital-de-ms-tem-protesto-em-defesa-da-lava-jato-e-contra-corrupcao.html> <Último acesso em 09/12/2022>.

MS	Protesto a favor da Lava-Jato e contra corrupção	8 mil (Organizadores)
PR (Curitiba)	Protesto a favor da Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro	8 mil (PM)
PR (Cascavel)	Protesto a favor da Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro	500 (Organizadores)
PE	Protesto contra a corrupção e pelo afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado	-
RS	Protesto contra corrupção e apoio à Lava-Jato	-
SP	Protesto contra corrupção e apoio à Lava-Jato	150 (G1)

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

Em Vila Velha, a intervencionista aposentada, Silvana Barreto, reforçava o recorte anticomunista desse setor, além da associação com o cristianismo: “O Supremo, o Senado, a Câmara e a Presidência estão apodrecidos. Estão aprovando pautas anticristãs. Agora eles querem tirar o Renan, mas vão colocar um pior. (...) O povo está brincando com o comunismo. Temos que fazer a intervenção”²⁰⁵.



04/12/2022, Vila Velha/ES. Legenda: Aposentada Silvana Barreto de 52 anos (Foto: Kaíque Dias/ CBN Vitória)²⁰⁶

²⁰⁵ Banco. “Defensores da Lava Jato cruzam a 3ª Ponte e fazem ato na Praça do Papa”. Matéria de 04/12/2022, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/12/manifestantes-em-defesa-da-lava-jato-se-reunem-em-vila-velha-es.html> <Último acesso em 09/12/2022>.

²⁰⁶ Idem.

Em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, se reproduzia o discurso da suposta legalidade da intervenção militar. Esse tipo de clamor aconteceu de forma sistemática nesse dia, em ocorrências no Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Quadro 2 – Slogans utilizados nos protestos intervencionistas em 04/12/2016

Temas	Slogans	Protesto	Estado
Cristianismo	"100% Jesus - Intervenção Já"	Protesto a favor da Lava-Jato	ES (Vila Velha)
Defesa da Memória	"SOS A nação clama!! SOS Intervenção militar SOS"; "Eu vivi o regime militar - SOS Military"	Protesto a favor da Lava-Jato	ES (Vitória)
Previsão constitucional	"Intervenção Militar!! Constitucional já"; "Intervenção constitucional militar - Constitucional military intervention"	Protesto a favor da Lava-Jato e contra corrupção	MS
Alinhamento com EUA	"SOS Exército Brasileiro Haia - EUA"	Protesto a favor da Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro	PR (Curitiba)
Pedido de intervenção	"Forças Armadas já!"	Protesto a favor da Lava-Jato e o juiz Sérgio Moro	PR (Cascavel)
Previsão constitucional	"Intervenção constitucional do povo conduzida pelas FFAA"	Protesto contra a corrupção e pelo afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado	PE
Previsão constitucional	"Intervenção militar constitucional"	Protesto contra corrupção e apoio à Lava-Jato	RS
Anticomunismo	"Eu quero intervenção militar já! A nossa bandeira jamais será vermelha"	Protesto contra corrupção e apoio à Lava-Jato	SP

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

O ano de 2016 foi encerrado, portanto, com uma mobilização ampla, de setores diversos que usavam o repertório patriota na ação confrontacional. Os intervencionistas, após o momento de expansão entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, alcançaram demonstrações próprias de VUNC – isto é, valor, unidade, números e comprometimento (TILLY, 2012, p. 137) –, e mantinham-se presentes em protestos mais amplos na disputa dos rumos do Brasil. Sobre o conceito de VUNC, a Teoria do Confronto Político usa suas exibições como parâmetro de ação dos movimentos sociais, com a visibilidade da ótica de mundo comum, partilha de

símbolos, capacidade de mobilização e do comprometimento dos envolvidos com aquelas pautas (TILLY, 2012, p. 138). Esses atributos podem ser identificados pelo intervencionismo desde sua expansão na fase de difusão do intervencionismo, consolidando-se como um setor dos movimentos sociais nacionais.

2. “Brasil acima de tudo”: gritos das ruas e sua relação com o passado autoritário

Os primeiros meses do recém-empossado Michel Temer foram de relativa tranquilidade da ação confrontacional. De outro lado, os intervencionistas mantinham pequenas ações pelo Brasil, com destaque para O Pesadelo de Qualquer Político.

Em 22 de janeiro, um domingo, o grupo realizou panfletagem e “adesivação” de carros no centro de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. A ação contou com a presença de 4 pessoas e distribuição de 300 adesivos pelos carros que passavam. Ao final do vídeo de divulgação, constava o mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e a chamada “Participe do maior grupo de patriotas do Brasil”²⁰⁷.

É a primeira vez que o uso de tal *slogan, ipsi litteris*, foi encontrado nesta pesquisa. Anteriormente, no protesto pelo *impeachment* de 13 de março de 2016, o enquadramento “Brasil acima de tudo” foi utilizado sem o complemento em um discurso de paraquedistas da reserva, que falavam no microfone do trio elétrico de defesa da intervenção militar, em Copacabana²⁰⁸. E igualmente pelo integrante da Pesadelo, do Rio de Janeiro, que cobria o evento²⁰⁹. Ademais, uma forma ainda preliminar da frase foi utilizada por Bolsonaro durante a votação do impedimento presidencial na Câmara de Deputados, em 17 de abril de 2016²¹⁰: “(...) pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff,

²⁰⁷ “Equipe Pesadelo MS sai na frente e adesiva centenas de carros”. Matéria de 22/01/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/01/equipe-pesadelo-ms-sai-na-frente-e.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

²⁰⁸ “Para-quedista da reserva do Brasil manda recado aos COMUNISTAS”. Matéria de 13/03/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/para-quedista-da-reserva-do-brasil.html> <Último acesso em 17/12/2022>.

²⁰⁹ “Motociclistas invadem a passeata em Copacabana - RJ. FORA COMUNISTAS - 13/03/2016”. Matéria de 13/03/2016, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/03/motociclistas-invadem-passeata-em.html> <Último acesso em 17/12/2022>.

²¹⁰ “Bolsonaro estimula celebração de 64”. Matéria de 25/03/2019, Agência Senado. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562614/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y> <Último acesso em 28/11/2022>.

pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”. Posteriormente, o lema foi incorporado à sua campanha de 2018, oficializada no mês de julho. E foi neste protesto da Pesadelo, no dia 22 de janeiro de 2017, no Mato Grosso do Sul, que foi identificado seu uso pela primeira vez, com as duas partes da louvação: ao patriotismo e à religião.

Calvanti e Azevedo (2022), afirmam que o uso desse quadro apresenta relação direta com o *slogan* nazista “Alemanha acima de tudo”. Essa origem remeteria às concentrações militares organizadas por Hitler, nas quais o ditador levantava o braço direito e gritava “Alemanha”, ao que o povo respondia “Acima de tudo”, sendo utilizado também nos cartazes do regime (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2022, p. 58). Segundo as autoras, sua incorporação nas peças da campanha eleitoral de 2018 “foram cuidadosamente pensadas, escolhidas e trabalhadas segundo o viés ideológico (BARTHES, 1990) da ultradireita” (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2022, p. 52).

A partir de 2017, o brado passou a ser usado sistematicamente por intervencionistas nos movimentos sociais e por apoiadores de Bolsonaro. Entretanto, as autoras negligenciam a sua história nacional. Isso porque diante da vitória da intervenção de 1964, e após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no momento mais repressivo da ditadura, surgiu entre os paraquedistas um grupo chamado “Centelha Nativista”, que apresentava o brado “Brasil acima de tudo!” como marca (CASALI, 2015, p. 1). Composto por membros das Forças Armadas, atuavam para pressionar pelo endurecimento do Regime, com a prática de ações disruptivas. Em setembro de 1969, tentaram impedir que os opositores que haviam sequestrado o embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, embarcassem em um avião e deixassem o país. A tentativa não foi bem-sucedida, mas eles permaneceram ativos. Em seguida, ocuparam a estação da Rádio Nacional para lerem um manifesto, redigido por um dos seus fundadores. Repetiram, desse modo, a mesma tática de seus oponentes, uma vez que o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) fizera a leitura de um manifesto na rádio como uma das condicionantes para a libertação do embaixador sequestrado (CASALI, 2015, p. 3).

Ainda em 1969, no dia 17 de dezembro, faleceu o Presidente Costa e Silva, o que motivou os “nativistas” a disputar o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima como seu

substituto, devido ao temor do “vácuo institucional e o avanço da guerrilha urbana” (CASALI, 2015, p. 4). Segundo Casali, reuniram um grupo de jovens oficiais paraquedistas fardados, alguns da capital baiana, que foram ao apartamento do General para conspirarem sobre o plano, o qual se basearia em sublevar a Guarnição de Salvador com apoio de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) no Galeão, no Rio de Janeiro. Diante do projeto, o General Albuquerque Lima agradeceu o “desprendimento dos que ali estavam” mas afirmou que “naquela fase da Revolução, não cabiam mais quarteladas” (idem). O plano de um golpe dentro do golpe promovido pelo grupo, afinal, não prosperou.

Ainda segundo Casali, a maioria dos membros foi realocada pelos rincões do Brasil, o que lhes possibilitou ampliar sua atuação na cooptação de adeptos em dezenas de quartéis. Como reflexo dessa atuação, o deputado baiano Chico Pinto, em seu primeiro discurso como parlamentar, em 1971, bradou o lema “Brasil, acima de tudo”, estimulado após diálogo com os “militares nacionalistas” (CASALI, 2015, p. 4). No mesmo ano, o General Hugo de Andrade Abreu assumiu o comando da Brigada Paraquedista e se aproximou do grupo. Igualmente em 1971, eles teriam ativado uma célula na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Poucos anos depois, em sua ordem do dia de despedida do comando da Brigada Paraquedista, em 11 de março de 1974, o General terminou o texto com a frase “Brasil acima de tudo”, constituindo o primeiro registro oficial do lema no âmbito da Brigada. No ano seguinte, o Coronel Acrísio Figueira, então Comandante do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista, incorporou as saudações entre os subordinados “Brasil”, com a resposta “Acima de tudo”, que seria uma antiga ideia do seu subcomandante, o Tenente Coronel Valporto, um dos fundadores da Centelha. Enfim, em 1985, Acrísio Figueira, neste momento já como General, assumiu o Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista e passou a adotar em definitivo o lema na corporação: “Brasil, acima de tudo”.

Segundo o autor, “os militares antes ligados aos setores de informação e repressão começam a se alinhar em “células” como a Centelha, que se tornam espécie de grupos de pressão junto à instituição militar quando eles passam para a reserva. No começo da redemocratização já eram 22 grupos mais consolidados” (LEINER, 2020, p. 118). Vale lembrar que o próprio Jair Bolsonaro fora paraquedista, bem como o General Hamilton Mourão. Ou seja, o brado foi institucionalizado como um *slogan* da Brigada, mas a sua história evoca ao nacionalismo

autoritário dentro das Forças Armadas, como um símbolo de ativistas insurgentes. Remete, desse modo, a uma atuação política por atores do corpo castrense, o que é proibido pelo ordenamento jurídico nacional.

Casali afirma que o último registro de atuação do Centelha Nativista é de novembro de 2000, o que revela uma permanência e contemporaneidade de sua atuação (CASALI, 2015, p. 5). Leirner (2020) chama a atenção para outros que teriam sido criados entre 2007 e 2015, com amplo crescimento no país de clubes e células “padrão centelha”, assim nomeados por ele devido à inspiração no Centelha. Ele afirma que o General Enzo Peri, comandante do Exército entre 2007 e 2015, começou a ser bombardeado com esse crescimento dentro da corporação, com seus membros apresentando Jair Bolsonaro como uma referência a partir de 2014 (LEINER, 2020, p. 126).

Dessa forma, após o uso na experiência nazismo alemão, o *slogan* foi absorvido pelos ativistas do nacionalismo autoritário brasileiro, vinculados à história do passado ditatorial do país. A incorporação dele como marca da campanha por Bolsonaro (para a campanha ele migrou do PSC para o PSL), desde a pré-campanha dialoga com essa tradição política. Significa um aceno para os que apoiavam o regime militar e desejavam seu recrudescimento, usando a Centelha como experiência emblemática de patriotismo, cujos atores intervinham em uma mistura de ação disruptiva com ocupação dos espaços institucionais. Para a militância intervencionista, a utilização do lema aproximava ainda mais a campanha como uma representação da sua visão de mundo.

Cabe assinalar que na entrevista realizada com uma liderança da União Nacionalista Democrática (UND), José Geraldo Quartim Barbosa, foi anunciado que a frase é usada pelo grupo como uma marca desde a fundação, em 1993²¹¹. Nas palavras de José Geraldo, o termo integraria a tradição do “nacionalismo sério” do país. Ao ser interpelado sobre a origem ligada aos paraquedistas, ele confirmou que viria da Aeronáutica, ainda que afirmasse não saber informações sobre a atuação do Centelha.

Cavalcanti e Azevedo (2022) argumentam que o enunciado usado pela campanha explora o

²¹¹ Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.

discurso nacionalista e vinculado à experiência do nazismo da primeira sentença, complementado e deslocado de sentido pela segunda, “Deus acima de tudo”. Esta enfatizaria o tema da religião em conjunto com a defesa de comunidade nacional. As duas referências, patriotismo e religião, marcariam a embrionária candidatura de “ultradireita” de Bolsonaro e Mourão.

3. Intervencionistas consolidados e reconhecidos por agentes institucionais

No dia 8 de fevereiro de 2018, a Pesadelo veiculou uma postagem do Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (PSC), filho de Jair Bolsonaro, com uma camisa com a imagem da “bandeira gigante anticomunista”²¹². No título da matéria constava “Deputado Flávio Bolsonaro com o manto da Pesadelo”, sendo seu conteúdo atualizações sobre os projetos de lei em votação na ALERJ. Os símbolos utilizados em ações do confronto político transbordavam suas fronteiras para o meio institucional. Era uma via de mão dupla, portanto, a relação entre agentes estatais que ocupam cargos representativos e a ação contenciosa.

No dia 26 do mesmo mês, um novo protesto nacional do campo patriota, com a identificação de intervencionistas em São Paulo²¹³ e no Rio Grande do Sul²¹⁴. Neste último, segundo os organizadores foram 5 mil pessoas na capital gaúcha, sem estimativa de números pela polícia. Desse conjunto, se destacaram dois grupos com pauta própria: um com quatro pessoas que defendiam a instauração do monarquismo no Brasil; e um outro com 10 pessoas, que defendiam a intervenção militar, com uma faixa reivindicando o artigo 142 da Constituição e sob liderança de um pastor da igreja evangélica.

No dia 31 de março, como já tradicional na data, o Clube Militar realizou um evento de comemoração de 1964. A “Família Pesadelo” realizou uma postagem²¹⁵ gravando a

²¹² “Dep. Flavio Bolsonaro com o manto da Pesadelo”. Matéria de 08/02/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/02/dep-flavio-bolsonaro-com-o-manto-da.html> <Último acesso em 14/2/2022>.

²¹³ Banco. “Manifestantes protestam em apoio à Lava Jato em São Paulo”. Matéria de 26/03/2017, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/manifestantes-protestam-em-apoio-a-lava-jato-em-sao-paulo.ghtml> <Último acesso em 09/12/2022>.

²¹⁴ Banco. “Protesto a favor da Lava Jato reúne manifestantes em Porto Alegre”. Matéria de 26/03/2017, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/protesto-favor-da-lava-jato-reune-manifestantes-em-porto-alegre.html> <Último acesso em 09/12/2022>.

²¹⁵ “Os verdadeiros heróis do Brasil que a nova geração não conhece”. Matéria de 31/03/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/03/os-verdadeiros->

concentração do evento, congratulando os “patriotas que livraram o Brasil da praga do comunismo”, sob a chamada “Os verdadeiros heróis do Brasil que a nova geração não conhece”. Saudava o convite ao evento e a participação conjunta com representantes da Scuderie Le Cocq e a Revista da Sociedade Militar. Desde a fase da difusão, os intervencionistas buscavam reiteradamente criar uma raia própria de ação, identificando parceiros que compunham uma rede nacional de defesa da tutela militar.

O convite denota a convergência entre a associação secular Clube Militar e os grupos intervencionistas. O orador da atividade parabenizava os militares pela luta contra a ameaça da “ditadura comunista”. Em um salão repleto de participantes, cuja maioria eram homens brancos e idosos, afirmavam que a crise política se assemelhava às condições de 1964, fazendo crescer os pedidos de intervenção militar por grupos “que hoje já são expressivos e atuantes”, com a saudação para o vídeo pelo participante “Pesadelo de Qualquer Político presente”. Por sua vez, o Presidente do Clube falava que acreditava ser a instituição que preserva a “história e a cultura desse país”.

Na sequência, em maio, a Pesadelo realizou um buzinaço no Amazonas, organizado pelo grupo local, por meio de faixas localizadas pela cidade nas quais se lia “Intervenção militar! Não é opção - É a única solução! Buzinem!!!”²¹⁶. Segundo repercussão no seu endereço virtual, “foram 25 buzinas por minuto, a população foi surpreendida na volta pra casa com algumas faixas clamando a Intervenção Constitucional Militar estendidas estrategicamente em local de grande movimentação de veículos em Manaus”²¹⁷. Em junho, o grupo atuou no Rio de Janeiro²¹⁸, com a extensão de faixa idêntica, com intervenções nos dias 23 e 26 de junho. Nos registros deste último dia, a metade do contingente era de mulheres,²¹⁹ incomum

herois-do-brasil-que.html <Último acesso em 12/12/2022>.

²¹⁶ “Buzine se você quer Intervenção. Amazonas parou!”. Matéria de 29/05/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/05/buzine-se-voce-quer-intervencao.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

²¹⁷ “Equipe Pesadelo Amazonas causando buzinaço na volta do trabalho pra casa”. Matéria de 12/05/2022, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/05/equipe-pesadelo-amazonas-causando.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

²¹⁸ “Leopoldina - RJ parou! INTERVENÇÃO MILITAR!”. Matéria de 29/06/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/06/> <Último acesso em 12/12/2022>.

²¹⁹ Idem.

dada a maioria masculina nesses grupos.



Rio de Janeiro/RJ, 29/06/2017²²⁰

3.1 Intervencionistas nas marchas nacionais e a Scuderie Le Cocq

No dia 29 de julho ocorreu a Marcha Para Jesus, com a participação de intervencionistas no evento do Amazonas²²¹. Foi usada a mesma faixa de maio, com adaptações para o evento, com a frase “Intervenção militar! Não é opção - É a única solução! Diga Amém!!!”. Isto é, no lugar do “Buzinem!!!”, usado anteriormente, os ativistas cobriram com “Diga Amém!!!”, e na lateral onde antes ficava a autoria do Pesadelo de Qualquer Político/Amazonas, agora se lia “Jesus”, com um adesivo retirado ao longo do protesto, retomando a assinatura do grupo. O registro foi realizado pelo grupo, que gritava para os participantes do evento “Feliz a nação cujo Deus é o senhor!”, “Amém” e “Chega de corrupção”, com uso de apitos.

Em agosto, foi estendida, novamente, a mesma faixa no Rio de Janeiro, pedindo buzinas para os apoiadores da intervenção militar²²². A ação foi realizada pela Pesadelo, com a distribuição de cerca de três mil panfletos. Ao longo do evento, os participantes gritavam “Selva” e “Brasil”, com o registro de “seis pesadelos” integrantes da atividade. O locutor declarava “O Brasil exige segurança, ordem e progresso”. E acerca dos transeuntes que não recebiam bem

²²⁰ Idem.

²²¹ “Marcha pra Jesus no Amazonas clama Intervenção!”. Matéria de 29/07/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/07/marcha-pra-jesus-no-amazonas-clama.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

²²² “Espetacular! População em peso clamando socorro!”. Matéria de 09/08/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/08/espetacular-populacao-em-peso-clamando.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

a ação, os ativistas os acusavam de serem “comunistas”.

No dia 20 do mesmo mês, o grupo realizou um novo evento na capital fluminense²²³, dessa vez um “Ato em apoio ao capitão Bolsonaro”, em defesa de ameaças que o representante teria sofrido da parlamentar Maria do Rosário (PT). O evento ocorreu cinco dias após a sentença que condenou Bolsonaro a indenizar a deputada devido ao seu discurso na Câmara: “porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”²²⁴. O deputado compareceu ao protesto, saudando os participantes, cuja maioria era masculina e um deles vestia a camisa “Bolsonaro Presidente”.

Ainda em agosto, o grupo comemorou a integração de Flávio Bolsonaro, como colunista do Jornal Nação Brasil, atribuindo ao próprio grupo este feito. Faziam menção à parceria entre a Pesadelo e o referido veículo: “começa a gerar frutos. O Dep. Estadual Flavio Bolsonaro é o novo colunista do Jornal Nação Brasil. Um jornal de Direita e Conservador que veio para fazer a diferença”²²⁵. Nota-se como a família do militar reformado se consolidava como uma referência para o ativismo intervencionista.

No desfile do 7 de setembro, na efeméride da Independência, houve novamente ação dos intervencionistas, como nos anos anteriores, no Rio de Janeiro, Amazonas e na Bahia. No caso fluminense, houve protagonismo dos grupos Scuderie Detetive Le Cocq e a Pesadelo. Seus ativistas portavam uma bandeira do Brasil e as faixas “Brasil acima de tudo” e “Intervenção Militar Já! O Brasil exige: Ordem e Progresso”. Em seu endereço virtual, a Pesadelo identificou a presença de outros intervencionistas: “Posso afirmar que o movimento que mais cresce no Brasil é o movimento Intervencionista, registramos a presença de

²²³ “Ato em apoio ao Capitão Bolsonaro”. Matéria de 20/08/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/08/ato-em-apoio-ao-capitao-bolsonaro.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

²²⁴ “Jair Bolsonaro terá de indenizar deputada Maria do Rosário por danos morais”. Matéria de 15/08/2017, STJ. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-08-15_18-37_Jair-Bolsonaro-tera-de-indenizar-deputada-Maria-do-Rosario-por-danos-morais.aspx <Último acesso em 12/12/2022>.

²²⁵ “Flavio Bolsonaro novo colunista do Jornal Nação Brasil”. Matéria de 28/08/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. “Flavio Bolsonaro novo colunista do Jornal Nação Brasil”. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/08/flavio-bolsonaro-novo-colunista-do.html> <Último acesso em 12/12/2022>.

inúmeros grupos. Entre eles: Intervencionistas do Rio de Janeiro, O nióbio é nosso e União Patriótica do Brasil”²²⁶.

Neste dia, a “Família Pesadelo” deixou nítido que suas lideranças também estavam participando do grupo Scuderie Le Cocq:

A lendária Scuderie Detetive Le Cocq, berço da segurança pública do Rio de Janeiro, fundada em 1965, participou ativamente do Desfile Cívico Militar no Rio de Janeiro. O presidente da entidade, Sr. Humberto Fittipaldi Filho e o Sr. João Carlos Lobo, Diretor de Comunicação, desfilaram no Pelotão de Veteranos da Polícia do Exército, a bordo de um jipe militar na Avenida Presidente Vargas. Outros três diretores, Sr. Alexandre Loureiro (Diretor Administrativo) Sr. Alarcón (Diretor Presidente do Conselho Fiscal) e Sr. Emílio Alarcón, (Diretor Social), estiveram a frente na divulgação e captação de novos associados conversando e panfletando a população presente no local. (sic)

Emílio Alarcon, “Diretor Social” da Scuderie, é o fundador da Pesadelo de Qualquer Político. Fica evidente, assim, a conexão entre os dois grupos, com a partilha de organizadores. Ademais, os principais líderes da Scuderie Le Cocq são veteranos da Polícia do Exército, sendo Alarcon também militar da reserva, reforçando o protagonismo dos membros da corporação no movimento intervencionista. Por fim, a afirmação de que o grupo seria lendário, fundado em 1965 e “berço da segurança pública do Rio de Janeiro” denota que se trata do mesmo ator que marcou a origem dos Esquadrões da Morte no país (MANSO, 2020, p. 130-131). Desse modo, como esta tese vem procurando demonstrar, longe de representarem uma “nova direita”, esse ativismo se liga a uma trajetória antiga da ação política nacional.

No Amazonas, a ação também foi protagonizada pela Pesadelo²²⁷, com as faixas: “Queremos mais escolas militarizadas – Junte-se à nós nessa luta!” (sic) e “As pessoas de bem estão do lado de vocês! Façam o que deve ser feito! Os políticos não nos representam mais!”. Na capital baiana também houve pedidos de intervenção, de autoria não foi identificada, e a

²²⁶ “Equipe O Pesadelo de Qualquer Político RJ em peso no Desfile Cívico Militar”. Matéria de 07/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/equipe-o-pesadelo-de-qualquer-politico.html> <Último acesso em 12/12/2022>. Cabe assinalar que o tema do nióbio foi bastante ressaltado na entrevista concedida para esta pesquisa por José Geraldo Quartim de Moraes, liderança da União Nacionalista Democrática (UND) de São Paulo, indicando que se trata de um tema visto como de interesse geopolítico do Brasil por esses.

²²⁷ “Amazonas clamou Intervenção Militar!”. Matéria de 07/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/amazonas-clamou-intervencao-militar.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

cobertura do G1 registrou uma ressalva na matéria de que este tipo de interferência das Forças Armadas constituiria um crime.



07/09/2017, Salvador/BA. Legenda: Apesar de ser crime, duas pessoas pedem intervenção militar no país — Foto: Henrique Mendes/G1²²⁸.

Dias depois, o Deputado Flávio Bolsonaro lançou o livro “Mito ou verdade: Jair Messias Bolsonaro”, acompanhado pelos grupos intervencionistas fluminenses²²⁹. No mesmo mês, o General Hamilton Mourão, defendeu abertamente a intervenção militar em um evento na Maçonaria, diante da possibilidade da concessão de *habeas corpus* para o ex-presidente Lula e a hipótese dele se tornar candidato presidencial. Ele afirmou: “A partir do momento que o Judiciário não exerce seu poder, ele deixa de agir em nome da ordem e da lei. Nós vamos caminhar para o caos. E só tem uma instituição capaz de impedir o caos, que são as Forças

²²⁸ Banco. “FOTOS: Veja imagens do 7 de setembro em Salvador”. Matéria de 07/09/2017, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/fotos-veja-imagens-do-7-de-setembro-em-salvador.ghtml> <Último acesso em 09/12/2022>.

²²⁹ “Lançamento do livro Bolsonaro é sucesso total”. Matéria de 10/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/lançamento-do-livro-bolsonaro-e-sucesso.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

Armadas”²³⁰. A Pesadelo postou um vídeo comemorando a posição do militar²³¹, o qual abordava as aproximações sucessivas que levariam à intervenção militar. Ele, em conjunto com Bolsonaro e seus filhos, era sistematicamente citado por este movimento como uma liderança patriota que inspiraria suas ações.

Nos dias 27²³² e 30²³³ de setembro, a Pesadelo e a Scuderie Le Cocq estenderam nova faixa pedindo para que os favoráveis à intervenção buzinassem, e houve panfletagens realizadas na capital fluminense, no Maracanã e na Rocinha, respectivamente. Em 04 de outubro, ocorreu ação idêntica em Manaus, no Amazonas²³⁴. Nesta, havia também uma bandeira vermelha com a foice e o martelo cortados, em símbolo de contrário, ao redor dos quais se lia: “O Brasil jamais será vermelho! Faxina Geral já”.

3.2 O uso partidário do tema da intervenção militar

Em outubro, ocorreu uma nova ação na Bahia. O vereador de Vitória da Conquista, e expolicial, David Salomão (PTC – Partido Trabalhista Cristão) foi responsável pela instalação de quatro *outdoors* na cidade com o pedido de intervenção militar até as eleições de 2018²³⁵. O fato gerou revolta, com protesto por estudantes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), arrancando o material e com pixações de “Não à ditadura”. Os *outdoors* continham a palavra “intervenção”, com a bandeira do Brasil ao fundo e ao lado da foto do

²³⁰ “Do general Villas Bôas à reserva, a ofensiva dos militares que querem voz na política”. Matéria de 04/04/2018, El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html <Último acesso em 28/12/2022>.

²³¹ “General Mourão diz: Nós vamos impor a Intervenção!”. Matéria de 16/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/general-mourao-diz-nos-vamos-impor.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²³² “Metrô Maracanã, clamou Intervenção!”. Matéria de 27/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/metro-maracana-clamou-intervencao.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²³³ “Inédito! Intervencionistas atacam na Rocinha!”. Matéria de 30/09/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/09/inedito-intervencionistas-atacam-na.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²³⁴ “E agora Generais? A população em peso clamando socorro!”. Matéria de 04/10/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/10/e-agora-generais-populacao-em-peso.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²³⁵ Banco. “Estudantes da BA rasgam outdoor de vereador que defende intervenção militar no Brasil e político rebate: 'Criminosos’”. Matéria de 05/10/2017, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/estudantes-da-ba-rasgam-outdoor-de-vereador-que-defende-intervencao-militar-no-brasil-e-politico-rebate-criminosos.ghtml> <Último acesso em 09/12/2022>.

parlamentar, e no lugar de “Ordem e Progresso” se lia “Em progresso”.

Em entrevista para a pesquisa desta tese, o autor da peça, David Salomão (PTC) explicou a motivação e o protesto:

Naquele episódio, apesar de muitos terem distorcido a nossa real intenção - “ah, ele tá pedindo ditadura” - não tem nada a ver com ditadura. Quem conhece a Constituição e as leis sabe que o pedido de intervenção é extremamente legal e extremamente constitucional. Eu sou antissistema, não gosto do Estado policialesco. Eu gosto do Estado que garanta as liberdades para o cidadão e era isso que eu estava defendendo naquele momento, liberdade para o cidadão. A gente vive hoje, no Brasil, uma verdadeira bagunça, uma verdadeira baderna, e não foi isso o proposto pelo constituinte de 1988. E aí, naquela situação, a gente colocou alguns *outdoors*, teve muitos intolerantes que inclusive cometeram até crime. Inclusive um professor da universidade onde eu estudei incentivou alunos a irem rasgar a nossa publicação. Eu não deixei por menos nem por baixo, fui lá e registrei um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil por crime de danos, tanto dos professores quanto dos alunos, que foram aleatoriamente cometer crime em algo que não dizia respeito a eles. O *outdoor* era um local privado, de uma empresa privada que foi contratada e nós não estamos em um Estado sem leis. Eu fiquei surpreso com a recepção. Inclusive foi um professor meu do curso de Direito. Pasmee, pra você ver como no curso de Direito, na casa do ferreiro, o espeto é de pau, como diz um adágio muito popular aqui na Bahia. Eles que deveriam estar pregando a tolerância, a diversidade de pensamento, eles foram lá como verdadeiros vândalos e meteram a mão no que não era da conta²³⁶.

Nesse caso, o protesto era contra a ação de um ator estatal, que usou de recursos de comunicação para difundir a reivindicação da intervenção militar. Em sua argumentação, ele reforçava a base do legalismo autoritário que movia os ativistas intervencionistas nas ruas:

Mas o meu pedido - e aqui estou disposto a discutir com qualquer um desses que cometeram o crime lá no *outdoor* - é completamente constitucional. Diz assim o artigo 142 da Constituição: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizações com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se - e aqui eu friso essa parte - à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Ou seja, as Forças Armadas servem como garantia da lei e da ordem. E, naquele momento, a gente tava pedindo a garantia da lei e da ordem porque os Poderes não se entendiam entre si. Era o Judiciário querendo fazer as vezes do Poder Executivo e aquela guerra completa. E faltou naquele momento, eu entendo, uma autoridade no país que tivesse conhecimento profundo das leis para fazer uso desse artigo. Não é aquilo que a gente ia pedir: “olha, ele quer ditadura, quer que a polícia agrida as pessoas, o Exército agrida as pessoas nas ruas”. Não, não foi isso que a gente tava pedindo. A gente viu o contrário²³⁷.

O tema da intervenção militar estava disseminado inclusive em cidades do interior. A

²³⁶ Entrevista concedida por David Salomão para esta pesquisa, realizada no dia 11/03/2022.

²³⁷ *Idem*.

iniciativa do vereador revela a expectativa de respaldo popular pela demanda, e reforça a vinculação entre conservadores do campo religioso cristão e os partidos políticos, neste caso, o Partido Trabalhista Cristão (PTC).

3.3 Intervencionistas e o respaldo das Forças Armadas

No dia 11 de outubro, ocorreu uma nova ação no Rio de Janeiro protagonizada pela Pesadelo de Qualquer Político, com faixa pedindo buzinas para quem apoiasse a intervenção de cima de uma passarela, com queima de fogos e bandeiras do Brasil. No mesmo dia, registraram um *outdoor* assinado pelo grupo²³⁸, que teria sido financiado pelo integrante Marlon, publicizando o apoio ao então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC). O material era uma imagem sua com a frase: “Quando a nação se aproxima do caos, - Somente os verdadeiros patriotas - Se apresentam para defendê-la. – Viva os heróis de 1964! – Vivas as Forças Armadas do Brasil! #SomosTodosBolsonaro”.

Em 30 de outubro, foi realizada uma marcha²³⁹, novamente no Rio de Janeiro, no Méier, com dezenas de pessoas vestidas de branco e portando balões brancos, em uma “homenagem realizada pelos estudantes, amigos, familiares e patriotas ao Coronel Teixeira e aos 114 Policiais assassinados em 2017 somente no Rio de Janeiro”. Durante a passeata, uma pessoa puxou a palavra de ordem “Intervenção pra salvar essa nação!”, seguida da entonação generalizada do hino nacional. Apesar da maioria estar de branco, algumas estavam de verde e amarelo e portavam bandeiras, gritando por “Intervenção Militar”. Em dado momento, o público parou em roda e rezou, em uma faixa preta estava escrito “Luto”, com letras brancas.

No dia 11 de novembro, foi realizada uma ação de intervencionistas²⁴⁰ em um protesto mais amplo, na capital do Amazonas. Oito ativistas da Pesadelo carregavam uma faixa verde e

²³⁸ “Bolsonaro por todos os lados! Corre comunista!”. Matéria de 11/10/2017 O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/10/bolsonaro-por-todos-os-lados-corre.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²³⁹ “Homenagem ao Coronel Teixeira e aos 114 Policiais assassinados em 2017 n...”. Matéria de 30/10/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/10/homenagem-ao-coronel-teixeira-e-aos-114.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁰ “Aos omissos e valentões de internet que nunca entregaram um panfleto sequer”. Matéria de 11/11/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/11/aos-omissos-e-valentoes-de-internet-que.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

amarela, onde se lia “Deus Pátria Família – Intervenção Militar já”.

Ao ser questionado sobre os pedidos de intervenção que se espalhavam pelo Brasil, o então Comandante do Exército, General Villas Bôas, afirmou que "O Brasil tem um sistema que dispensa a sociedade de ser tutelada". Sobre o passado, sua declaração foi: "Sempre vêm lembranças relativas ao período de 1964... O Exército continua o mesmo daquele período, com os mesmos valores, os mesmos princípios, os mesmos objetivos, mas as circunstâncias mudaram muito"²⁴¹. Desse modo, uma liderança da Força reafirmava a justeza da ação militar no período da Guerra Fria, que teria sido correta, mas que na atualidade não caberia uma repetição do feito.

Em outra efeméride, no dia da Proclamação da República, cerca de 70 pessoas, de acordo com a Polícia Militar, realizaram um protesto em Belém do Pará pedindo intervenção militar²⁴². Em Ponta Negra, no Amazonas, outro protesto, com cerca de duas dezenas de pessoas, organizado pela Pesadelo de Qualquer Político e Comando Amazonas²⁴³. O ativista que registrava o vídeo afirmava: “Nunca houve ditadura militar, o que houve foi um governo militar que consertou o país, tirou o país o buraco. Os comunistas lutaram e hoje estão no poder, acabaram com nosso país”. No protesto, cartazes manuscritos pedindo intervenção militar, acompanhados de diversas bandeiras do Brasil. Os manifestantes portavam uma faixa escrita “Brasil jamais será vermelho – Faxina Geral já!”, com uma foice e martelo cortadas, em sinal de contrário, ao lado de uma bandeira do Brasil “gigante” que segundo o locutor foi cedida por um sargento para o grupo.

Nesse dia, foi realizada uma ação também no Rio Grande do Sul²⁴⁴, igualmente organizada pela Pesadelo, com bandeiras do Brasil entre as dezenas de manifestantes que reivindicavam

²⁴¹ “‘Exército é o mesmo de 1964, mas circunstâncias mudaram’, diz comandante sobre pedidos de intervenção militar”, BBC. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41929572> <Último acesso em 28/12/2022>.

²⁴² Banco. “Grupo de manifestantes faz caminhada em apoio a militares”. Matéria de 15/11/2017, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/grupo-de-manifestantes-faz-caminhada-em-apoio-a-militares.ghtml> <Último acesso em 12/12/2022>.

²⁴³ “S.O.S F.A! Amazonas cumprindo a missão!”. Matéria de 15/11/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/11/sos-fa-amazonas-cumprindo-missao.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁴ “Pesadelo Rio Grande do Sul entrando em ação!”. Matéria de 15/11/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/11/pesadelo-rio-grande-do-sul-entrando-em.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

intervenção militar. O grupo também realizou ação em São Paulo²⁴⁵, com extensão de uma faixa pedindo intervenção militar, e buzinação com panfletagem. No material a mesma chamada utilizada no Amazonas e Rio de Janeiro: “Intervenção militar! Não é opção – É a solução – Buzinem!!!”, com a assinatura lateral do Pesadelo de São Paulo.

Na mesma data, um protesto em Copacabana²⁴⁶, com diversos grupos pedindo intervenção militar, entre as quais a Pesadelo, que registrou o evento. Em uma das faixas se lia “Intervenção constitucional militar já!! – O Brasil exige ordem e progresso”. Na filmagem apareciam algumas centenas de pessoas, com a predominância das cores verde e amarelo e muitas bandeiras. No carro de som discursavam pela retomada dos militares ao poder. Um dos presentes vestia uma camisa escrita “Brasil acima de tudo” e outro “O nióbio é nosso”, foi possível identificar também menções ao artigo 142 da Constituição.

No dia 03 de dezembro, a Pesadelo realizou novas ações de buzinação com panfletagem no Rio de Janeiro, na Avenida Brasil²⁴⁷, a maior da cidade, com seis pessoas... E em São Paulo, no dia 13, na Rodovia Raposo Tavares²⁴⁸, cinco homens estenderam a faixa pedindo buzinas e soltaram fogos. No mesmo dia, houve buzinação igualmente no Rio de Janeiro²⁴⁹, coordenado com São Paulo, e durante o qual mencionaram que estaria ocorrendo também no Amazonas, mas sem registros desta. Além da faixa convocando o buzinação, foi montada na passarela uma com a frase “Intervenção Constitucional Militar já! O Brasil exige ordem e progresso”, outra com a chamada “O nióbio é nosso – Art. 142 da CF 88 – Intervenção Constitucional já!”, além de outras das quais não foi possível identificar o conteúdo, e o porte de bandeiras do Brasil. Os participantes panfletavam para os transeuntes, um deles usava

²⁴⁵ “Treme comunista! O Pesadelo São Paulo chegou!”. Matéria de 19/11/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/11/treme-comunista-o-pesadelo-sao-paulo.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁶ “Nenhuma vírgula na mídia canalha! Copacabana clamou S.O.S. F.A!”. Matéria de 15/11/2017, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/11/nenhuma-virgula-na-midia-canalha.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁷ Matéria de 03/12/2017. “A maior Avenida do RJ, clamou Intervenção Militar”. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/12/a-maior-avenida-do-rj-clamou.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁸ Matéria de 13/12/2017. “Pesadelo São Paulo em ação! Selva!”. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/12/> <Último acesso em 13/12/2022>.

²⁴⁹ Matéria de 13/12/2017. “Estamos quase lá, o Brasil clama socorro!”. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2017/12/estamos-quase-la-o-brasil-clama-socorro.html> <Último acesso em 13/12/2022>.

roupa camuflada, típica das Forças Armadas, e outro uma camisa com o *slogan* “Bolsonaro presidente”. Além da Pesadelo, foi registrado que na capital fluminense a ação foi realizada em conjunto com o grupo O Nióbio é Nosso, com a presença de cerca de treze pessoas, das quais quatro mulheres e nove homens. Um dos cartazes mencionava o General Mourão, mas não foi possível ler seu conteúdo.

O ano de 2017 foi de relativo refluxo da intensidade das manifestações. No entanto, o intervencionismo não esteve parado. No período, se destacaram as ações da Pesadelo de Qualquer Político, que manteve constantes manifestações no país, ainda que com a mobilização de poucas pessoas.

Presente ainda na ação contenciosa, os atores intervencionistas compareciam e eram reconhecidos por agentes institucionais, como o Clube Militar, e o uso de suas referências era reproduzido por representantes, como o Deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro e o vereador de Vitória da Conquista David Salomão. Sobre a relação entre atores dos movimentos sociais e nos espaços institucionais, a Teoria do Confronto Político enxerga essa relação como algo comum nos processos políticos, cujos sujeitos deslocam-se entre postos no Estado ou atuam como ativistas de movimentos sociais ao longo de suas trajetórias (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001, p. 18). No caso dos intervencionistas, uma vez difundidos e consolidados no país, com a sua retomada nas ruas, houve um crescente reconhecimento por membros do aparato estatal que dialogavam com a tradição do nacionalismo autoritário, como pode ser percebido em diferentes contextos de 2017. Ao mesmo tempo, os grupos passaram a investir também em seus representantes institucionais, com destaque para o General Hamilton Mourão e a família de Jair Bolsonaro.

4. Nova explosão intervencionista em 2018

Em 11 de janeiro, a Pesadelo lançou um projeto de Jiu Jitsu no Rio de Janeiro²⁵⁰. E no dia 13, realizaram uma primeira ação no Espírito Santo, em um evento evangélico²⁵¹, para lançar

²⁵⁰ “Chegou o Pesadelo Jiu jitsu”. Matéria de 11/01/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/01/chegou-o-pesadelo-jiu-jitsu.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵¹ “Pesadelo Espírito Santo entrando em combate”. Matéria de 13/01/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/01/pesadelo-espirito-santo-entrando-em.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

uma sessão no estado, com uma faixa estendida por duas pessoas apresentando o grupo.

No dia 17 fizeram uma ação em frente a um evento no Rio de Janeiro²⁵², de apoio a Lula (PT), chamado por eles de “evento comunista”. Portavam faixas pedindo intervenção militar, bandeiras do Brasil e vestiam camisas de alusão a Jair Bolsonaro. Realizaram também uma panfletagem no local, e a reprodução de paródias de músicas com uma caixa de som, com conteúdo anticomunista. O evento foi chamado de “Primeiro ataque intervencionista de 2018”.

Em 25 de janeiro, uma nova ação em São Paulo²⁵³, no formato já replicado de uma faixa pedindo buzinas e panfletagem. Uma ativista clamava socorro aos militares: “Nós não queremos que o comunismo tome o nosso país! Por favor, nos ajudem”. E em 28 de janeiro, realizaram uma “Manifestação Anticomunismo”²⁵⁴, novamente na capital fluminense, vestidos com camisas de apoio à Bolsonaro, “É melhor Jair se acostumando – Deus, Pátria e Família”, com um desenho do representante, faixas e intervenções por meio de uma caixa de som.

Em 03 de fevereiro²⁵⁵, o grupo esteve em um evento do Endireita SP, de congratulação da ditadura civil-militar. O evento ocorreu em uma sala com uma imagem de Ustra ao fundo, e no público se nota uma maioria de homens presentes. Logo depois, fizeram uma ação de apoio a Jair Bolsonaro²⁵⁶, no Rio de Janeiro, com faixas, adesivação de veículos e panfletagem. Usavam a faixa “Brasil acima de tudo”, “País com democracia – É país sem corrupção”, e “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! O Pesadelo de Qualquer Político – É melhor

²⁵² “Primeiro ataque Intervencionista em 2018”. Matéria de 17/01/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/01/primeiro-ataque-intervencionista-em-2018.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵³ “Em pleno feriado de SP, os Patriotas avançam!”. Matéria de 25/01/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/01/em-pleno-feriado-de-sp-os-patriotas.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵⁴ “Debaixo de chuva, Patriotas lutam contra o comunismo!”. Matéria de 28/01/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/01/debaixo-de-chuva-patriotas-lutam-contr.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵⁵ “Brilhante palestra sobre o Regime Militar”. Matéria de 03/02/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/02/brilhante-palestra-sobre-o-regime.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵⁶ “Ação de alto impacto PRÓ BOLSONARO”. Matéria de 21/02/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/02/acao-de-alto-impacto-pro-bolsonaro.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

Jair se acostumando”, além do porte de bandeiras do Brasil. Neste dia, se limitaram à propaganda do parlamentar na presidência, sem referência à intervenção militar. Como em outros momentos, usavam as camisas “É melhor Jair se acostumando – Deus, Pátria e Família”. No dia seguinte²⁵⁷, a Pesadelo de São Paulo realizou um protesto em frente ao Tribunal Regional Eleitoral, com a faixa “Voto Impresso Já! Bolsonaro 2018 ou Intervenção Militar em todo Brasil”, muitas bandeiras do Brasil e uso de uma caixa de som.

No dia 28, o General Hamilton Mourão passou oficialmente para a reserva, após 46 anos de serviço. Ele, que havia defendido um golpe militar caso o Judiciário não punisse os políticos acusados de corrupção, defendeu uma investida dos integrantes das Forças na arena eleitoral²⁵⁸: “Teremos muitos candidatos oriundos do meio militar – senão em todos, em grande número de estados. Embora concorrendo por diferentes lugares, eles terão uma linha-mestra de ação e um discurso mais ou menos aproximado, com os interesses da nação e dos militares. Eu serei um articulador disso aí”. Para isso, ele passou a defender sua candidatura à presidência do Clube Militar, afirmando que usaria a entidade como polo aglutinador dessas candidaturas e como espaço de debate. Desse modo, Mourão consolidava-se de forma crescente como uma referência dos intervencionistas, com a defesa das pautas do movimento e a pretensão de aproximar os membros das Forças Armadas dos espaços nacionais de poder.

Em março, os ativistas seguiram realizando pequenas ações de apoio a Bolsonaro, pelo voto impresso e pela tutela militar. No Espírito Santo²⁵⁹, a Pesadelo organizou um protesto em frente ao 38º Batalhão de Infantaria, com a faixa “Voto em papel, ou intervenção militar – Em favor da família”. Havia também uma faixa de apresentação do grupo, que se preparava para participar da carreata de apoio a Bolsonaro. No mesmo dia, a sessão do Rio fez uma panfletagem e ação de visibilidade em frente a uma igreja católica. Na narração, o locutor informava que as igrejas cristãs constituiriam excelentes pontos para dialogar sobre as ideias

²⁵⁷ “Pesadelo SP passa o dia inteiro na frente do T.R.E – SP”. Matéria de 22/02/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/02/pesadelo-sp-passa-o-dia-inteiro-na.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁵⁸ “GENERAL MOURÃO ANUNCIA FRENTE DE CANDIDATOS MILITARES NAS ELEIÇÕES”. Matéria de 28/02/2018, Folha/Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/general-mourao-anuncia-frente-de-candidatos-militares-nas-eleicoes/> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁵⁹ “Pesadelo ES fortalecendo carreata PRÓ BOLSONARO e realizando brilhante ação de conscientização”. Matéria de 03/03/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/03/pesadelo-es-fortalecendo-carreata-pro.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

do grupo²⁶⁰. Distribuíram “300 dvds anticomunistas” para os participantes da missa que ocorria no local. Nessa ação, também usavam camisas de referência ao parlamentar, que visava o pleito eleitoral. Destaca-se a participação de Sara Winter, ativista que dois anos depois lideraria uma ocupação no Congresso com o pedido da intervenção militar²⁶¹.

No dia 24²⁶², houve uma nova manifestação intervencionista no Rio de Janeiro, na escadaria da ALERJ. O protesto contou com dezenas de pessoas, com a afirmação de que apoiavam a polícia e pediam intervenção militar. Portavam as faixas “Intervenção militar já!! O Brasil exige: Ordem e progresso!!”, “Nós apoiamos a PM! Não a desmilitarização!” (sic), “Brasil acima de tudo” e bandeiras do Brasil. Em algum momento uma pessoa ao microfone bradava “A maioria do Brasil é conservador!”, ao final “Brasil acima de tudo!”.

Já no dia 31 de março²⁶³, a Pesadelo realizou uma manifestação de apoio ao golpe de 1964, abrindo a bandeira gigante anticomunista em comemoração no Rio de Janeiro. Segundo o orador, que falava ao microfone, comemoravam o “contragolpe militar, onde as Forças Armadas impediram que o comunismo se instalasse aqui no nosso país. E infelizmente voltou agora com força total, através dos partidos de esquerda. É o que a gente tá vendo, onde o certo é o errado e o errado é certo”. Declarava, ainda, que quando o grupo começou a atuar, há dez anos, eram rechaçados pela população, e agora eram aplaudidos. E que seriam o maior e mais antigo grupo intervencionista do Brasil. No entanto, cabe assinalar que José Geraldo afirmou em entrevista que a UND foi iniciada em 1993, enquanto o Pesadelo foi fundado apenas em 2007.

Nessa atividade, participavam também integrantes do Partido Militar Brasileiro, em fase de

²⁶⁰ “Ação obrigatória nos dias atuais! Avancem Patriotas da Nação!”. Matéria de 04/03/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/03/acao-obrigatoria-nos-dias-atuais.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁶¹ “Sara Winter e outros militantes de acampamento bolsonarista são presos por atos contra a democracia”. Matéria de 15/06/2020, El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-15/sara-winter-e-militantes-de-acampamento-bolsonarista-sao-presos-em-investigacao-sobre-atos-contra-a-democracia.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁶² “Patriotas saem em apoio a Polícia e Forças Armadas do Brasil”. Matéria de 24/03/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/03/patriotas-saem-em-apoio-policia-e.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁶³ “31 de março de 1964 VIVE!”. Matéria de 01/04/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/04/31-de-marco-de-1964-vive.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

construção, e da Scuderie Detetive Le Cocq, bem como afirmavam que chegaria Sara Winter, que estaria compondo a Pesadelo. Como ocorrera em um evento anterior, afirmavam que a Scuderie era o “berço da segurança pública do Rio de Janeiro”. Ao longo da atividade, chamaram votos em Jair Bolsonaro, repetindo o *slogan* “Deus, Pátria e Família”, e afirmavam a importância de votar em candidatos alinhados com a pauta também nas eleições proporcionais. Um dos presentes usava uma camisa de apoio ao parlamentar e a inscrição do mesmo quadro “Deus, Pátria e Família”, como pôde ser observado igualmente em outros protestos do período. Este tem relação direta com a tradição do nacionalismo autoritário nacional, sendo incorporado, inclusive, pelo movimento *skinhead* nacional como seu lema por sintetizar a “essência de um verdadeiro nacionalista” (ALMEIDA, 2012, p. 405). Em uma faixa ao fundo da atividade a frase “País com democracia – É país sem corrupção”.

4.1 O julgamento do *habeas corpus* de Lula no STF

No dia 03 de abril²⁶⁴, ocorreu no Mato Grosso um protesto convocado de forma mais ampla pelo campo patriota, com a pauta da defesa da Operação Lava-Jato e de enfrentamento ao ex-presidente Lula. A manifestação contou com 500 pessoas, segundo a Polícia Militar. Uma das organizadoras, do Movimento Muda Brasil, informou que a mobilização estava centrada em pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a votar contra o *habeas corpus* preventivo do réu, que fora condenado em segunda instância a 12 anos e um mês de privação de liberdade por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Foi possível verificar pedidos de intervenção militar entre os manifestantes, com faixas de "Intervenção militar agora, já!!!" e "Somos todos Moro - Não vou desistir do Brasil", além do uso abundante das cores e bandeiras do Brasil.

²⁶⁴ Banco. “Manifestantes fazem ato em defesa da Lava Jato e contra Lula em Cuiabá”. Matéria de 03/04/2018, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/manifestantes-fazem-ato-em-defesa-da-lava-jato-e-contra-lula-em-cuiaba.ghtml> <Último acesso em 19/12/2022>.



Cuiabá/MT, 03/04/2018. Legenda: Manifestantes usam verde e amarelo e carregam faixas em defesa da Lava Jato — Foto: Lislaine dos Anjos/G1²⁶⁵

As instituições também se movimentaram para pressionar os ministros sobre a decisão judicial. No mesmo dia, aconteceu uma publicação do General Villas Bôas em sua rede social do Twitter, com o seguinte conteúdo²⁶⁶:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?

Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.

A postagem foi bastante ambígua, em um momento no qual as ruas ferviam com intervencionistas pedindo uma ação dos militares diante da possibilidade do

²⁶⁵ Banco. “Manifestantes fazem ato em defesa da Lava Jato e contra Lula em Cuiabá”. Matéria de 03/04/2018, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/manifestantes-fazem-ato-em-defesa-da-lava-jato-e-contralula-em-cuiaba.ghtml> <Último acesso em 19/12/2022>.

²⁶⁶ “Villas Bôas: Postagens sobre julgamento de Lula foram escritas com Alto Comando do Exército”. Matéria de 11/02/2021, DefesaNet. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ghbr/noticia/39604/Villas-Boas--Postagens-sobre-julgamento-de-Lula-foram-escritas-com-Alto-Comando-do-Exercito/> <Último acesso em 28/12/2022>.

reposicionamento do ex-presidente na arena política. Durante o julgamento do *habeas corpus*, o ministro do STF, Celso de Mello, afirmou que um comentário realizado por "altíssima fonte" foi "claramente infringente do princípio da separação de Poderes" e alertou contra "práticas estranhas e lesivas à ortodoxia constitucional"²⁶⁷. A imprensa divulgou a declaração como uma resposta ao General.

Apesar do comandante não defender a retomada das Forças Armadas ao poder, visto que esse tipo de ação não caberia mais na atualidade, sua posição possibilitava tal compreensão, na afirmação do cumprimento das “missões institucionais” do corpo castrense. Isto é, ao mesmo tempo em que o ativismo intervencionista ocupava os espaços públicos evocando a tutela militar, sob o argumento da sua suposta autorização constitucional, o representante do cargo mais alto do Exército se posicionava publicamente com uma declaração que possibilitava a interpretação de uma ação arbitrária sobre os poderes instituídos. Anos depois, na entrevista concedida a Celso Castro (2021), ele afirmou que a jogada foi minuciosamente refletida pelo Alto-Comando, em acordo com o presidente Michel Temer. Segundo ele, a ação consistiu em um “alerta”:

Castro - O senhor deu, depois, uma entrevista à Folha, na qual disse que tinha, nesse episódio do Twitter, agido “no limite”; no limite de que “a coisa poderia fugir ao nosso controle” se o senhor não se expressasse. Qual era esse limite? O que o senhor temia que acontecesse?

Villas Bôas - O limite a que me referi é que tínhamos a consciência de estarmos realmente tangenciando o limite da responsabilidade institucional do Exército. Repito que não se tratou de ameaça, mas, sim, de um alerta. Tampouco houve menção de alguém individualmente ou de alguma instituição.

Castro - O senhor mencionou o receio que tinha, quando fez o tuíte, de que a coisa fugisse ao controle, com manifestações. Mas isso, também na área militar? O senhor temia algum tipo de motim, manifestos, prontidão, alguma coisa?

Villas Bôas - Não, até porque o conteúdo foi discutido minuciosamente por todos nós.

Castro - Nós quem? O senhor com o seu staff ou o Alto-Comando?

Villas Bôas - O texto teve um “rascunho” elaborado pelo meu staff e pelos integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte – dia da expedição –, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo o expediente, até por volta das 20 horas, momento em que liberei o CComSEX para a expedição. (CASTRO, 2021, p. 188 - 189)

²⁶⁷ “Celso de Mello rebate comandante do Exército: respeito à Constituição é 'indeclinável'”. Matéria de 04/04/2018, O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/celso-de-mello-rebate-comandante-do-exercito-respeito-constituicao-indeclinavel-22558720> <Último acesso em 28/12/2022>.

No espaço público, as mobilizações seguiam firmes. No dia 14 de abril²⁶⁸, a Pesadelo realizou nova ação no estado do Rio de Janeiro, em Niterói, em apoio a Bolsonaro e dessa vez sem menção à intervenção militar. Usavam a mesma faixa do protesto anterior, “País com democracia – É país sem corrupção”, e outra “Brasil acima de tudo”, e distribuíram adesivos com os dizeres “Jair Bolsonaro - Brasil acima de tudo – Deus acima de todos”. Ao tirar a foto do grupo um deles gritou, em tom jocoso “É isso: opressão total!”. Na atividade, havia vários com a camisa “É melhor Jair se Acostumando – Deus, Pátria e Família”. No final do mês²⁶⁹, ocorreu uma nova ação do grupo em São Paulo, em apoio à Bolsonaro na Presidência. Também não faziam menção à intervenção nos seus materiais, mas ao serem gravados um dos participantes declarava “Ou Bolsonaro ou intervenção militar”. Também usavam a mesma camisa dos eventos anteriores, com uma faixa “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! O Pesadelo de Qualquer Político – É melhor Jair se acostumando”.

Em 08 de maio²⁷⁰, o grupo estendeu a bandeira gigante anticomunista no Corcovado, um dos cartões postais do Rio de Janeiro e internacionalmente conhecido. A ação foi nomeada como “A maior missão Anti Comunismo de todos os tempos”. O final do vídeo de registro repetia o *slogan* “Deus, Pátria e Família”.

4.2 A Greve de Caminhoneiros

Mai de 2018 foi um mês marcado por um fenômeno que balançou todo o território nacional. Os caminhoneiros realizaram uma greve, que transbordou as direções sindicais e provocou uma crise de abastecimento. Foi iniciada por profissionais autônomos, articulada pela internet e *Whatsapp*, com a exigência da diminuição do preço do combustível, sendo aderida pelas entidades da categoria na sequência (PEREIRA, 2021, p. 118). Eles realizaram o bloqueio das estradas pelos próprios veículos como forma de confronto, e com a vigilância

²⁶⁸ “Niterói é BOLSONARO!”. Matéria de 14/04/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/04/niteroi-e-bolsonaro.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁶⁹ “Sem descanso, lutando pelo resgate da nação!”. Matéria de 29/04/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/04/sem-descanso-lutando-pelo-resgate-da.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁷⁰ “A maior missão Anti Comunimo de todos os tempos!”. Matéria de 08/05/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/05/a-maior-missao-anti-comunimo-de-todos.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

dos envolvidos para evitar a passagem de caminhões.

O impacto da greve, ocorrida entre 21 e 30 de maio, foi enorme. Isso porque distintamente de outras nações de tamanho equivalente, o país possui poucas linhas de trem para escoar a produção, sendo no período 29 mil quilômetros de ferrovias, enquanto na China 86 mil quilômetros, na Rússia 87 mil e nos Estados Unidos 225 mil (SHALDERS, 2018). Isso fazia com que 90% dos passageiros e 60% da carga se deslocassem em rodovias, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). A paralisação do setor que abastece o país foi, portanto, gigantesca.

Além da pauta dos combustíveis, ocorreu a difusão dos pedidos de intervenção militar em diversos pontos dos bloqueios. Foram mapeadas 29 ocorrências dessas reivindicações com este conteúdo, em todas as regiões do país: São Paulo, nas cidades de Mogi das Cruzes, Taubaté, Campinas, Valinhos e Piracicaba; Rio de Janeiro; Maranhão; Minas Gerais, em Coração de Jesus e no Vale do Aço; Rio Grande do Norte; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Santa Catarina; Bahia; Mato Grosso; Paraná; Roraima; Alagoas.

Quadro 3 – Slogans utilizados pelos intervencionistas na Greve dos Caminhoneiros (maio de 2018)

Data	Protesto	Slogans	Temas	Estado
23/05/2018	Greve dos caminhoneiros	"SOS Forças Armadas - Intervenção já"	Pedido de intervenção	SP
24/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar já!!! Ordem e Progresso",	Pedido de intervenção	RJ
25/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção Militar"	Pedido de intervenção	MA
25/05/2018	apoio aos caminhoneiros em greve	-	-	MG (Coração de Jesus)
25/05/2018	Protesto dos motoristas de transporte escolar em apoio aos caminhoneiros em greve	"Queremos intervenção militar"	Pedido de intervenção	MG (Vale do Aço)
25/05/2018	Protesto de motoristas de van em apoio	"Somos todos caminhoneiros - intervenção militar já!"	Pedido de intervenção	RN

	aos caminhoneiros em greve			
26/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Queremos intervenção militar"	Pedido de intervenção	CE
26/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar já", "SOS - FFAA artigo 1º", "Queremos intervenção militar no Brasil urgente", "Intervenção militar constitucional"	Pedido de intervenção; Previsão constitucional	DF
26/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar já", "Intervenção constitucional"	Pedido de intervenção; Previsão constitucional	ES
26/05/2018	Protesto em apoio aos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar já"	Pedido de intervenção	GO
26/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve, com adesão de motoqueiros, jipeiros e taxistas	"Intervenção militar já"	Pedido de intervenção	SP (Mogi das Cruzes)
26/05/2018	Protesto em apoio aos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar"	Pedido de intervenção	SP (Taubaté)
27/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção cívico militar - artigo 1º e 142 da CF. Fechar: CONGRESSO NACIONAL, STF e STJ - RESTITUIÇÃO DA ORDEM E PROGRESSO"	Previsão constitucional	SC
27/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Apoiamos e pedimos - Intervenção militar urgente"	Pedido de intervenção	SP (Campinas)
27/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	-	-	SP (Valinhos)
27/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	-	-	SP (Piracicaba)
27/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Patriotas querem a intervenção militar - ladrões fora do poder"	Patriotismo	SP (Campinas)
28/05/2018	Protesto pedindo	"Queremos a intervenção militar"	Pedido de intervenção	BA

	intervenção militar			
28/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar"	Pedido de intervenção	CE
28/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Queremos intervenção"	Pedido de intervenção	MT
28/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Deus salve o Brasil - Queremos Intervenção militar já", "Intervenção militar"	Pedido de intervenção, Afirmação religiosa	MG
28/05/2018	Protesto de motoristas de aplicativos em apoio aos caminhoneiros e pelo preço do combustível	"Intervenção militar"	Pedido de intervenção	PR
28/05/2018	Protesto em apoio aos caminhoneiros em greve	"Fora Temer - Intervenção já - O Brasil é nosso"	Oposição a Temer (MDB), Patriotismo	RJ
28/05/2018	Protesto em apoio aos caminhoneiros em greve	-	-	RR
29/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve e carros de passeio em apoio	-	-	AL
29/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar"	Pedido de intervenção	DF
29/05/2018	Protesto em apoio aos caminhoneiros em greve	-	Pedido de intervenção	PR
29/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Dos caminhoneiros: Queremos intervenção militar"; "Intervenção militar"	Pedido de intervenção	SP
30/05/2018	Protesto dos caminhoneiros em greve	"Intervenção militar"	Pedido de intervenção	SP

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, a partir de notícias do G1.

A ocorrência de pedidos de tutela militar na maioria dos estados do Brasil revela a força que

a pauta alcançou na categoria, bem como nos protestos de apoio à mobilização. Os enquadramentos eram fixados em torno da necessidade da intervenção, com poucas variações. É possível notar o mecanismo do legalismo autoritário também neste episódio, com menções à suposta constitucionalidade da medida. A associação com a religião foi também identificada em um dos pedidos, em sua vinculação com o enaltecimento de uma pátria cristã.



Chapecó/SC, 27/05/2018. Legenda: Protesto dos caminhoneiros em SC chega ao 7º dia com manifestações²⁷¹.

Existe pouca produção acadêmica sobre a greve dos caminhoneiros. Ao buscar “greve dos caminhoneiros” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foram encontrados apenas sete registros, dos quais apenas três sobre o processo político da greve, e destes apenas um doutorado abordou o assunto dos pedidos de tutela militar durante os dias de mobilização. No entanto, mesmo a tese pouco elabora sobre os pedidos de intervenção, apenas uma breve discussão sobre sua associação com Jair Bolsonaro:

Apesar do ambiente eleitoral da época muito se conjecturou a respeito, principalmente porque em determinado momento da greve cartazes e faixas que pediam por intervenção militar tenham sido destaque, e que, naquele momento, o Brasil contava com o candidato Jair Messias Bolsonaro, ex-militar e confesso

²⁷¹ Banco. “Protesto dos caminhoneiros em SC chega ao 7º dia com manifestações”. Matéria de 27/05/2018, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/protesto-dos-caminhoneiros-em-sc-chega-ao-7o-dia-com-manifestacoes.ghtml> <Último acesso em 21/12/2022>.

admirador do período da ditadura, muito engajado em defender e apoiar os manifestantes. Entretanto, os próprios caminhoneiros em diversas ocasiões, ou ao serem entrevistados, reiteraram que o movimento não tinha cunho partidário ou envolvimento com algum partido político. (PEREIRA, 2021, p. 122).

Por sua vez, Rosana Pinheiro-Machado afirma que os “militaristas se aproveitaram da ocasião para vender suas ideias aos caminhoneiros, mas eles já vinham fazendo isso pelo Whatsapp havia muito tempo e só reforçaram a prática durante os movimentos” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 59). A antropóloga afirma que essas pessoas conseguiram disseminar pelos grupos de comunicação a defesa de que uma retomada dos militares seria a melhor solução para a categoria e toda a nação, mas afirma que não foi possível identificar exatamente como agiram. E que chamou a atenção por esses grupos não apresentarem referências de grupos de esquerda ou do ex-presidente Lula, mas denunciarem a “classe política” como responsável pela situação do país (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 59). A autora conclui que a pauta seria “um pedido de socorro. Não um pedido por uma nova ditadura, mas pela interrupção da “roubalheira” e por um rumo para um país desgovernado” (idem). Aqui cabe um questionamento sobre a linha interpretativa adotada. A análise se baseia na ideia de que o fenômeno seria baseado na espontaneidade, fruto das contradições do capitalismo. Contudo, como se tem argumentado nesta tese, o processo de mobilização vinha sendo organizado, com grupos e lideranças, entre os quais os intervencionistas, com uma antiga atuação no país, e que retomaram as ruas aproveitando as oportunidades políticas dos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Desse modo, aqueles que clamavam pelas Forças Armadas integravam um processo mais longo de retomada do intervencionismo. As manifestações dos caminhoneiros, assim como tantas outras que pintaram de verde e amarelo as ruas e estradas brasileiras com materiais dirigidos aos militares, eram parte de uma história da defesa da tutela castrense sobre a nação. Trata-se, assim, como se tem argumentado aqui, de uma vertente dos movimentos sociais baseada no nacionalismo autoritário.

Antonio Euzébio Filho (2019) identifica na mobilização da greve uma “crise de representatividade”, afirmando que sua origem dialogaria com os protestos de junho de 2013, no Brasil. O autor conclui que a distorção na legitimidade do poder se aprofundou desde então, com relação ao governo federal, mas igualmente frente às instituições democráticas, incluindo-se os sindicatos, os quais apresentaram papel secundário na organização dos

caminhoneiros. No entanto, a afirmação não explica a saída encontrada pela categoria mobilizada, que clamou socorro aos militares.

A difusão dos pedidos de intervenção na greve apenas foi possível graças à ação de grupos organizados, nos anos anteriores. Foram os ativistas, informados e organizados pelos movimentos locais ou nacionais, que renovaram a defesa da tutela militar e seguiram mobilizados mesmo após a concretização do *impeachment*. Seu estouro na greve dos caminhoneiros foi uma demonstração de forças deste setor dos movimentos sociais.

A afirmação de Pinheiro-Machado (2019, p. 59), de lideranças atuarem nos grupos de *Whatsapp* dos caminhoneiros desde antes e aproveitarem o calor dos acontecimentos para alastrar os pedidos de intervenção militar, apenas corrobora a interpretação apresentada nesta tese. A esse respeito, destaca-se a declaração da liderança da UND²⁷², que afirmou que atuam diretamente na categoria:

José Geraldo Quartim Barbosa (UND): Os caminhoneiros é o tipo de grupo que faz parte do nosso grupo. Nós temos vários líderes caminhoneiros que participam das reuniões e a gente tem um, vamos dizer, contato muito frequente com eles. Achamos que muitas vezes eles estão certos, outras vezes também fazem bobagem. Você não pode querer parar um país por causa de um setor especializado. Mas você tem que fazer com que esse setor seja atendido nas suas reivindicações sem querer parar o país. Porque, se eles quiserem, eles param. E isso é péssimo.

Antonio Euzébios Filho (2019) relata, ainda, que em 2015 ocorrera uma greve da categoria e já constava a pauta da intervenção militar. Na ocasião, a Pesadelo fez uma postagem de apoio à greve e convocação do acampamento em Brasília, que ocorreria na sequência.

Sobre a atuação do movimento em 2018, não demonstraram participação na greve. Apenas em 24 de maio²⁷³, publicaram uma postagem de uma ação de solidariedade com os caminhoneiros pela sessão de Santa Catarina, em Maringá. Na atividade, havia uma faixa “Intervenção do povo brasileiro”, com a distribuição de alimentos aos “carreteiros”.

Apesar do arrefecimento na ação confrontacional e o escasso envolvimento no episódio, o

²⁷² Entrevista concedida por José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da UND e morador de São Paulo, realizada no dia 08/03/2021.

²⁷³ “Pesadelo SC sai em apoio dos caminhoneiros!”. Matéria de 24/05/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/05/pesadelo-sc-sai-em-apoio-dos.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

grupo não estava parado. Em 28 de maio²⁷⁴, a Pesadelo recebeu a Medalha Marechal Castello Branco, da Associação Campineira de Oficiais da Reserva do Exército. A congratulação foi devido ao “esforço patriótico da Família Pesadelo”. A comenda foi recebida pelo fundador, Emílio Alarcon. Um evento institucional, de aprovação das atividades do grupo pelos oficiais da reserva do Exército.

4.3 Outras formas de ação dos atores intervencionistas

No dia 18 de junho²⁷⁵, teve início o programa Ordem e Progresso, da rádio Metropolitana, do Rio de Janeiro. A sua vinheta anunciava: “Um programa em defesa da democracia e dos valores da família”. A apresentação foi realizada por Emílio Alarcon, líder da Pesadelo, e o programa foi transmitido no site do grupo. A partir de então, diversas edições foram reproduzidas no *site* do grupo. Verifica-se, assim, um distanciamento progressivo da ação contenciosa, na ocupação de outras arenas como forma de atuação política.

No dia 26 de junho²⁷⁶, o General Mourão (desde maio filiado ao PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) assumiu como presidente do Clube Militar. A solenidade foi acompanhada pela Pesadelo *in loco*, sendo comemorada pelo grupo. Cabe reforçar a convergência entre as visões do General e a instituição, com o desenvolvimento de ambos como defensores da memória de 1964. Por sua vez, a Pesadelo seguiu o restante de 2018 realizando os programas Ordem e Progresso, da Rádio Metropolitana. O grupo se movimentava cada vez mais em torno do seu programa de rádio semanal, e na pré-campanha de Jair Bolsonaro.

Em 06 de setembro, foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o registro da

²⁷⁴ “Grupo PESADELO recebe Medalha MARECHAL CASTELLO BRANCO”. Matéria de 28/05/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/05/grupo-pesadelo-recebe-medalha-marechal.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁷⁵ “A reação dos Patriotas! Programa Ordem e Progresso Rádio Metropolitana R...”. Matéria de 18/06/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/06/a-reacao-dos-patriotas-programa-ordem-e.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

²⁷⁶ “General Mourão assume a presidência do Clube Militar do Estado do Rio de...”. Matéria de 26/06/2018, O Pesadelo de Qualquer Político. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2018/06/general-mourao-assume-presidencia-do.html> <Último acesso em 16/12/2022>.

candidatura de Bolsonaro, com o vice General Hamilton Mourão²⁷⁷. O *slogan* que se repetia nas ruas, e cuja história remonta aos insurgentes paraquedistas que pressionavam pelo endurecimento da ditadura civil-militar (CASALI, 2015), foi institucionalizada como sua marca, tornando-se “Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Na sequência, no dia 10, Mourão foi afastado da Presidência do Clube Militar para a disputa eleitoral, para assumir seu vice, o General Barbosa²⁷⁸.

No segundo semestre de 2018, não foi identificado nenhum protesto com a pauta da intervenção militar na pesquisa, nem no G1 e nem no site da Pesadelo. Nota-se, afinal, a aposta efetivada em priorizar a campanha eleitoral naquele momento. A Revista Sociedade Militar realizou uma matéria deixando nítida essa posição, declarando que “Grupos colocam intervenção militar de lado e optam por apoiar JAIR BOLSONARO”²⁷⁹. Seria uma tática de acúmulo de forças desse ativismo. No mesmo texto, o veículo afirmava que foi realizado um levantamento pelo Paraná Pesquisas que concluiu que mais de 40% dos brasileiros apoiavam os pedidos de intervenção, bem como ressaltavam o feito do posicionamento da bandeira anticomunista no Cristo Redentor, sob liderança do militar da reserva Emílio Alarcon e seu grupo.

5. A vitória de Jair Bolsonaro e a incorporação das pautas das ruas

Jair Bolsonaro ganhou as eleições e iniciou uma guinada na política brasileira, frente às gestões anteriormente eleitas, com quatro vitórias seguidas do Partido dos Trabalhadores. Em sua posse, reforçou o tom anticomunista do projeto, bem como o alinhamento conservador e cristão, e endossou que sua vitória estava associada com o movimento das ruas²⁸⁰:

²⁷⁷ “TSE aprova registro de candidatura de Jair Bolsonaro”. Matéria de 06/09/2018, TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-aprova-registro-de-candidatura-de-jair-bolsonaro> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁷⁸ “Presidente do Clube Militar defende fusão de estados que 'produzem pouco’”. Matéria de 03/10/2018, UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/03/presidente-do-clube-militar-defende-fusao-de-estados-que-produzem-pouco.htm> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁷⁹ “Intervenção agora é ‘plano B’”. Grupos colocam intervenção militar de lado e optam por apoiar JAIR BOLSONARO”. Matéria de 25/09/2018, Revista Sociedade Militar. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2018/09/intervencao-bolsonariana-grupos-colocam-intervencao-militar-de-lado-e-optam-por-apoiar-jair-bolsonaro.html> <Último acesso em 28/12/2022>.

²⁸⁰ “Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro após receber a faixa presidencial”. Matéria de 01/01/2019, Folha/Uol. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-receber-a-faixa-presidencial.shtml> <Último acesso em 23/12/2022>.

Este momento não tem preço. Servir a pátria como chefe do Executivo, e isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida e vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil e me coloco diante de toda a nação neste dia como um dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto

As eleições deram voz a quem não era ouvido. A voz das ruas e das urnas foram muito claras, e eu estou aqui para responder e mais uma vez me comprometer com esse desejo de mudança.

(...)

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.

(...)

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Nossa bandeira jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso nosso sangue para mantê-la verde e amarela.

Importa salientar como o *slogan* da campanha, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, já se espalhara desde 2017 pelas ruas pelo campo patriota, com amplo uso pelos intervencionistas, e foi incorporado como um símbolo de visão de mundo pela chapa vitoriosa. Da mesma forma, o presidente concluiu seu discurso com o enquadramento “Nossa bandeira jamais será vermelha”, outra formulação que foi repetida sistematicamente pelo ativismo do nacionalismo conservador, sendo um dos jargões daqueles que defendiam a intervenção militar. Ação confrontacional e ocupação institucional eram trazidas, desse modo, ao centro da nova gestão, que se iniciava com a promessa de ruptura com a experiência do PT.

O novo governo levou para os espaços estatais uma das demandas das ruas nos anos anteriores, do que pediam socorro às Forças Armadas – a comemoração do golpe de 1964. No dia 25 de março, o porta-voz do governo anunciou a determinação para que o Ministério da Defesa realizasse as respectivas “comemorações devidas”²⁸¹. Essa decisão se alinhava com a própria trajetória de Bolsonaro, que afirmava que a intervenção militar não constituiria

²⁸¹ “Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz”. Matéria de 25/03/2019, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml> <Último acesso em 23/12/2022>.

um golpe e que os governos militares não seriam uma ditadura, mas um “regime com autoridade”. Conforme a orientação, no dia 29 de março foi lida no Comando Militar do Planalto, em Brasília, a Ordem do Dia. Na parte final do documento, a referência à suposta constitucionalidade da intervenção era reforçada, sob a égide de que caberia às Forças a tutela do poder nacional, em confluência com o discurso dos intervencionistas nas manifestações: “A Marinha, o Exército e a Força Aérea acompanham as mudanças, conscientes de sua missão constitucional de defender a Pátria, garantir os Poderes constitucionais, e seguros de que a harmonia e o equilíbrio entre esses Poderes preservarão a paz e a estabilidade em nosso País”²⁸².

Na mesma tônica, em conjunto com a Ordem do Dia, foi divulgado pelo Palácio do Planalto, pelo comando da presidência, um vídeo de comemoração à data, afirmando que o Exército “salvou” o Brasil²⁸³. O vice-presidente também defendeu a decisão, que seria acompanhada de palestras nos quartéis e homenagens a militares mortos. Mourão afirmava que no futuro “vai ser visto que o 31 de março foi o ápice das intervenções militares durante a história da República. Se vocês olharem, os generais de 1964 eram os tenentes de 1922. Isso tudo vai ter que ser analisado, o contexto da Guerra Fria, guerra tem excesso, essas coisas todas são sobejamente sabidas”²⁸⁴. Ele se alinhava, desse modo, com a Doutrina de Segurança Nacional, bem como demonstrava ciência de que o golpe de 1964 integrou o processo histórico de autoritarismo no país.

A medida encontrou resistência, dentro e fora do Brasil. A organização internacional Human Rights Watch se manifestou via comunicado, alegando que o presidente comemorava uma “ditadura brutal”, marcada por “milhares de casos de torturas e execuções”²⁸⁵. O judiciário

²⁸² BRASIL, Ministério da Defesa. “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-2021> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁸³ “Mourão diz que divulgação de vídeo pró-ditadura pelo Planalto foi decisão de Bolsonaro”. Matéria de 01/40/2019, O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mourao-diz-que-divulgacao-de-video-pro-ditadura-pelo-planalto-foi-decisao-de-bolsonaro-23565254> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁸⁴ “‘Temos liberdade para expor opiniões’, diz Mourão sobre 1964”. Matéria de 27/03/2019, EBC. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/temos-liberdade-para-expor-opinioes-diz-mourao-sobre-1964#> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁸⁵ “Bolsonaro comemora ditadura brutal”, diz Human Rights Watch sobre determinação para aniversário do golpe de 64”. Matéria de 27/03/2019, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/bolsonaro-comemora-ditadura-brutal-diz-human-rights-watch-sobre-determinacao-para-aniversario-do-golpe-de-64.ghtml> <Último acesso em 23/12/2022>.

também se movimentou. No dia 29 de março, a Juíza Federal Ivani Silva da Luz, provocada por um pedido da Defensoria Pública da União, ordenou que as Forças Armadas não realizassem a comemoração. No entanto, os efeitos da liminar foram limitados, uma vez que a leitura da Ordem do Dia havia sido realizada no mesmo dia, horas antes. Apesar disso, a magistrada ordenou a notificação do Ministério da Defesa, com o prosseguimento da ação para ser julgada no mérito, cabendo ainda punições se a sentença final indicasse a ilegalidade do ato²⁸⁶.

Nas ruas, houve uma nova leva de protestos comemorando 1964 e pedindo uma nova intervenção militar. Por meio da cobertura do G1, foram identificados protestos em Goiás, com 100 participantes (segundo o G1); no Paraná, com 60 (segundo organizadores); em Minas Gerais, com 50 (segundo o G1); e no Mato Grosso do Sul, com 40 participantes (segundo o G1).



31/03/2019. Curitiba/PR. Legenda: Grupo de pessoas favoráveis à intervenção militar se reuniu para homenagear a ditadura em frente ao quartel do Exército, no Boqueirão — Foto: Bronson Almeida/RPC.²⁸⁷

Do ponto de vista dos enquadramentos, além da defesa da memória de 1964, neste dia

²⁸⁶ “Juíza federal determina que Forças Armadas não comemorem aniversário do golpe de 1964”. Matéria de 29/03/2019, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/29/juiza-federal-determina-que-forcas-armadas-nao-comemorem-golpe-de-1964.ghtml> <Último acesso em 23/12/2022>.

²⁸⁷ Banco. “Manifestantes fazem ato contra a ditadura militar em Curitiba”. Matéria de 31/03/2019, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/03/31/manifestantes-fazem-ato-contra-a-ditadura-militar-em-curitiba.ghtml> <Último acesso em 24/12/2022>.

também prevaleceu a justificativa constitucional da intervenção.

Quadro 5 – Slogans utilizados nos eventos de protestos em 31/03/2019

Protesto	Temas	Slogans	Estado
Protesto pedindo a retomada do Regime Militar	Previsão constitucional	"Intervenção militar - Ar. 1º"	GO
Protesto pedindo intervenção militar	Previsão Constitucional	"Art. 1º da CF - Intervenção Militar JÁ", "Intervenção Militar já!", "Intervenção militar já - Art. 1º da Constituição todo poder emana do povo. - S.O.S.F.F."	PR
Protesto comemorando 1964	Defesa de 1964	"Parabéns Militares - 31 de março de 1964 - Graças a vocês o Brasil não é Cuba."	MG
Protesto comemorando 1964	-	-	MS

Fonte: Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1.

5.1 O intervencionismo consolidado como um setor dos movimentos sociais

Após a crise do governo Dilma Rousseff, o intervencionismo estava consolidado como um setor dos movimentos sociais do país. Os grupos e lideranças passaram a demonstrar capacidade própria de mobilização, compondo um campo autônomo de mobilização. A ocorrência dessas reivindicações era marginal no Brasil, com nenhuma ocorrência entre final de 2011 e o final de 2013. O primeiro protesto identificado aconteceu em novembro de 2013, liderado pelo militar reformado Emílio Alarcon, fundador da Pesadelo. Diante do lançamento do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, a disputa pela memória de 1964 foi intensificada, e no segundo mandato de Dilma ocorreu a disseminação de norte a sul do país. Na fase final estudada, entre agosto de 2016 e março de 2019, esse ativismo havia retomado sua força, e seus atores variavam entre a manutenção de pequenas mobilizações nas ruas e a aposta na disputa pelas instituições políticas.

Nas fases do processo político demarcadas nesta tese, houve um crescimento dos eventos intervencionistas. Por meio da cobertura do G1, foram identificados na fase da “Disputa da memória”, entre setembro de 2011 e dezembro de 2014, 6 eventos; na fase de “Difusão do intervencionismo”, entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, foram 62; por fim, na fase de “Intervencionismo na política institucional”, entre setembro de 2016 e março de 2019, foram

47 protestos com presença de intervencionistas..

Gráfico 1 – Eventos de protestos com intervencionistas no Brasil a partir de dados do G1 (09/ 2011 – 03/ 2019)

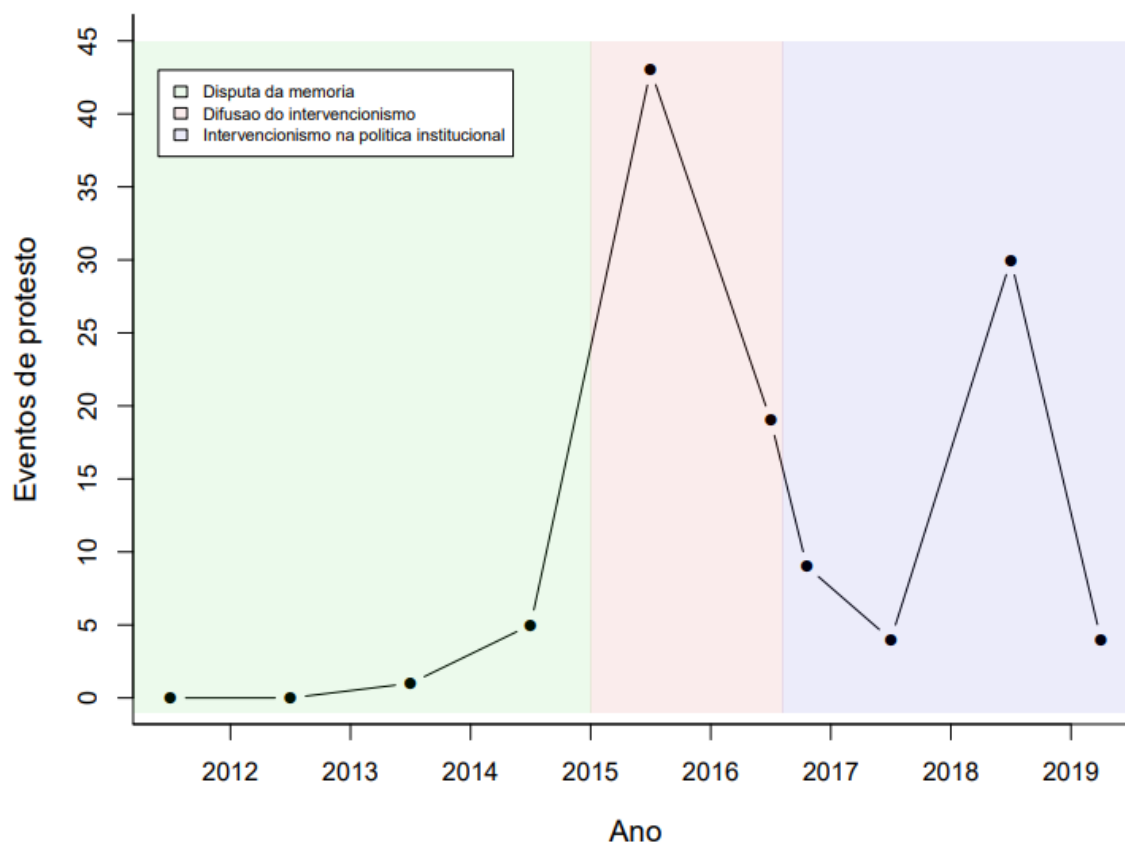


Gráfico realizado pela autora em colaboração com Helder Mateus Viana Espírito Santo e Carolina Tavares de Freitas, com dados do Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da coleta de informações no G1..

Fortalecida por uma base conservadora, que manteve um processo contínuo de mobilização, a coalizão do “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” alcançou o poder. Entre seus apoiadores, constavam na linha de frente os intervencionistas, que apostavam em um governo comandado por militares como uma forma de fortalecimento da agenda e desejavam reescrever a história do Brasil.

A comemoração de 1964 como um dos primeiros atos de governo se alinhava com as defesas e promessas realizadas por Bolsonaro e Mourão nos anos precedentes, e respondia às expectativas de setores que impulsionaram a candidatura. Do ponto de vista do ativismo intervencionista, a defesa das Forças Armadas no comando da nação, no passado ou no

presente, seguia firme.

Como observado por Sidney Tarrow, “muito da história da interação movimento-Estado pode ser visto como um dueto de estratégia e contra-estratégia entre os ativistas e os detentores do poder” (TARROW, 2009, p. 19). É nessa lógica que os intervencionistas que enfrentaram o governo Dilma Rousseff passaram a apoiar o governo Bolsonaro, já que um aliado passava a ocupar o governo.

6. Conclusão

O ano de 2019 é um marco relevante no processo político aqui analisado. A vitória da chapa de representantes defensores da memória da ditadura civil-militar para a presidência e vice-presidência significou a incorporação do nacionalismo autoritário, cujos agentes clamavam por intervenção militar, no próprio poder Executivo. Esse ativismo apoiou a chapa desde a campanha. Desse modo, para os intervencionistas, o resultado das eleições de 2018 significou uma vitória nas urnas, e a expectativa da incorporação de suas agendas no governo.

Ao reinstaurar a comemoração oficial da intervenção de 1964, Bolsonaro retomava o embate em torno da Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório final, publicado em 2014, foi encarado pelos militares e seus apoiadores como um “revanchismo” da esquerda frente aos governos de 1964 a 1985. Pela perspectiva dos intervencionistas, essa memória ocupa papel central, e sua defesa oficial mostra o alcance que sua ação de rua teve. O novo governo não apenas retrocedia para o ponto anterior à formação da Comissão Nacional da Verdade, como aproveitava a oportunidade para desenvolver ainda mais sua posição: no lugar do pacto de silêncio, sob as sombras da Lei de Anistia, agora podiam impor uma inversão de valores, com a congratulação das Forças pela implantação do seu sistema de repressão.

O período eleitoral significou mudanças na relação com outras instituições. É o caso do envolvimento com a campanha eleitoral e, em decorrência, com partidos, e no caso da Pesadelo relações com o Clube Militar. Assim, trata-se de um período de fortalecimento deste ativismo, com a estabilização de movimentos e atuação nacional. Conforme nos ensina a Teoria do Confronto Político, as mudanças de posição entre movimentos sociais e instituições, ao longo de diferentes fases, são comuns na dinâmica das relações dos processos

políticos.

Longe de ser um fenômeno “novo” da política nacional, a retomada do intervencionismo remete a raízes antigas e profundas da realidade brasileira. Suas referências se alinham ao passado nacional, na defesa do papel das Forças Armadas como um “poder moderador”, em especial no que se refere à memória da última intervenção do país, de 1964, e forte permanência das ideias da Doutrina de Segurança Nacional na atualidade. Seus atores tampouco constituem uma novidade. Ainda que a retomada do intervencionismo tenha ocorrido recentemente, como oposição à Comissão Nacional da Verdade e seu espraiamento durante os protestos pelo *impeachment*, os movimentos que comandaram essa jornada são “velhos” em sua atuação e referências.

A União Nacionalista Democrática (UND), movimento de atuação nacional, afirma que sua fundação data de 1993, ou seja, logo no início da Nova República. Por sua vez, a Pesadelo de Qualquer Político, também de cobertura nacional, foi fundada em 2007. Suas referências são o antigo Prona, os líderes da ditadura civil-militar, bem como o uso da simbologia do movimento *skinhead*, de 2001, cuja origem remonta à década de 1980. Por seu turno, o fundador da Pesadelo, bem como seu filho, passaram a integrar a Scuderie Le Cocq, mobilizando os dois grupos paralelamente, sendo esta fundada em 1965 e base para a construção dos grupos de extermínio no Brasil (MANSO, 2021). E ainda que possam ser identificados jovens na composição desse ativismo (ANGELO, 2018), é relevante a predominância de homens em idade avançada.

A renovação do intervencionismo no Brasil é parte de uma longa jornada de movimentos guiados pelo nacionalismo autoritário. Não se pode abordar o tema tratando-o como um fenômeno da “nova direita”, com Rocha, Solano e Medeiros (2021), tampouco como uma expressão dos “novíssimos movimentos sociais”, como faz Pereira (2021). Estes movimentos se constituíram pouco a pouco ao longo das últimas décadas. Essas estruturas organizativas antigas, que compõem um campo reacionário do conservadorismo brasileiro, estavam vivas, e deram as bases organizacionais iniciais para aproveitar as oportunidades abertas pela crise do governo Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, e concretizar a difusão do intervencionismo de norte a sul. Diante da vitória eleitoral de um aliado para o cargo máximo da federação, seus integrantes passaram à defesa do governo e se prepararam para novos enfrentamentos,

com a pauta da “intervenção militar com Bolsonaro no poder”.

Conclusão

Os pedidos de intervenção militar retomaram com fôlego as ruas do Brasil na contemporaneidade. O que parecia ser algo superado e completamente marginal na política nacional, demonstrou uma renovação inesperada entre os ativistas dos movimentos sociais. Durante o governo de Jair Bolsonaro foram muitos os pedidos de “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, reivindicados por apoiadores do presidente. No entanto, esse processo, como esta tese procurou mostrar, emergiu nas gestões anteriores. Aqui se argumentou que as lideranças intervencionistas souberam aproveitar as oportunidades políticas abertas pelos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff para amplificar o alcance de suas pautas e atrair novos adeptos para o movimento.

A compreensão desse fenômeno é fundamental para a produção sociológica sobre a política nacional. Para isso, a pesquisa se guiou pela Teoria do Confronto Político (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001; HUTTER, 2014). Esta perspectiva relacional e histórica e a metodologia derivada, a Análise de Eventos de Protestos, orientou a coleta de dados de forma sistemática, evitando uma visão normativa de que os movimentos devem se opor à “dominação” (ALONSO, 2009). Da mesma forma, as elaborações teóricas acerca dos enquadramentos interpretativos (TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020) orientaram a coleta e a análise dos *slogans* utilizados pelos manifestantes, expressos nos seus materiais e palavras de ordem durante o confronto.

Argumentou-se que a renovação do intervencionismo começou com a disputa da memória da ditadura civil-militar, nos embates em torno da Comissão Nacional da Verdade. Centenas de pessoas foram às ruas em março de 2014, na reedição da Marcha da Família, reivindicando o retorno dos militares ao poder. O ano foi permeado pela discussão, uma vez que a política de Justiça de Transição em curso causava grande desagrado entre aqueles que defendiam a memória do Regime. Assim, os 50 anos do golpe de 1964 foram aproveitados como marco para a organização de grupos intervencionistas e para a demonstração pública de sua existência, na forma de protestos de rua. Nos anos seguintes, o tema persistiu como uma pauta permanente desse ativismo.

Não obstante, foram nos protestos de enfrentamento a Dilma Rousseff, em seu segundo

mandato, que os intervencionistas encontraram terreno fértil para a expansão. Entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, na concretização do *impeachment* presidencial, esta pesquisa identificou 62 manifestações com reivindicações intervencionistas, registradas na cobertura do G1. Esta fase do processo político foi nomeada aqui de "Difusão do intervencionismo", momento no qual as lideranças do movimento aproveitaram a crise política para se afirmar e disputar uma saída para os rumos do Brasil, resumida na formulação “*impeachment ajuda, intervenção resolve*”.

A tese buscou demonstrar que o afastamento de Dilma Rousseff foi acompanhado pela consolidação da retomada do intervencionismo no Brasil. O governo de uma ex-guerrilheira, presa política durante a ditadura e que concretizou a Comissão Nacional da Verdade, foi encarado pelos intervencionistas como uma “ameaça vermelha” e revanchista contra os “heróis” nacionais. Esta conjuntura de crise da gestão de Dilma Rousseff foi apropriada pelos participantes dos movimentos como propícia para vocalizar suas demandas. Nesse contexto, a tese apresentou como os intervencionistas conseguiram se espriar de norte a sul, com manifestações na maioria dos estados. A sua composição, procurou-se mostrar, é plural, mas é notória a participação masculina e de agentes da segurança, com diversos atores da reserva do Exército e demais corporações, como também policiais civis.

No período estudado, foram mapeados 26 grupos de atuação estadual ou regional, e três nacionais: a União Nacionalista Democrática (UND) e O Pesadelo de Qualquer Político, com protagonismo na ação confrontacional; e o Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), cujo escopo era mais restrito aos círculos militares e na defesa de 1964 (LEIRNER, 2020). A “Família Pesadelo” passou a se denominar como o “maior grupo de patriotas intervencionistas do Brasil”, em agosto de 2016, mesmo mês de concretização do impedimento da presidente. Dada sua relevância, no protagonismo de diversas ações pelo país, este ator foi analisado com mais profundidade ao longo desta tese.

Ao longo do processo de clamor pelo *impeachment*, os intervencionistas integraram os protestos nacionais de combate ao governo Dilma Rousseff, organizados pelo campo patriota (ALONSO; MISCHÉ, 2017), de composição mais ampla e mobilizadora de milhões de pessoas. No entanto, essa participação se revelou conflituosa, pela tentativa de isolamento desses atores por parte dos organizadores das manifestações nacionais, como o Movimento

Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e outros, por enxergarem os intervencionistas como antidemocráticos. Apesar desse direcionamento das lideranças, os *surveys* realizados em alguns dos maiores protestos dessa fase indicaram uma aceitação relevante da pauta pelos seus partícipes, que consideravam que os militares poderiam ser uma alternativa para a estabilidade política do país (ANGELO, 2018).

Diante do fortalecimento desse tipo de ativismo, acompanhado do seu isolamento entre os que usavam o repertório patriota, ocorreu uma autonomização do setor. Os intervencionistas passaram a convocar de forma crescente manifestações próprias, ainda que participassem dos protestos convocados por outros movimentos e com agenda mais ampla, a favor da operação Lava Jato e contra a corrupção, mesmo após o *impeachment*. Aos poucos, conformaram um campo de ação estratégica intervencionista, com capacidade de convocação própria.

A consolidação dessa subdivisão entre os movimentos sociais conservadores apresentou traços comuns entre os grupos que atuavam nos diferentes estados brasileiros: o patriotismo, na afirmação de um projeto de nação baseado no conservadorismo, no cristianismo e na defesa da “família”; o legalismo autoritário, por meio do qual anunciavam sistematicamente a suposta previsão constitucional da legitimidade da intervenção, fundamentalmente baseada no artigo 142 da Carta Magna; o anticomunismo, sendo identificado como o principal inimigo a ser combatido, causador da “desordem”, e representado pela cor vermelha em oposição ao verde e amarelo da bandeira; e a disputa da memória nacional, com a celebração dos eventos de 1964 como “revolução” e das gestões militares que o sucederam, como exemplo bem sucedido de forma de governar.

Após esta fase de difusão e o afastamento de Dilma Rousseff, houve uma guinada da atuação do movimento, com a aposta nas arenas institucionais. Esta tese distinguiu o momento como o início de uma terceira fase do processo político, o "Intervencionismo na política institucional", que abarca de 01 de setembro de 2016, após a concretização do *impeachment* de Dilma Rousseff, até 31 de março de 2019, quando Jair Bolsonaro determinou a comemoração da ditadura civil-militar pelo aparato estatal. Neste intervalo, mesmo com atores atuando em arenas formais, as mobilizações de rua não se encerraram. Os intervencionistas seguiram integrando os escassos protestos mais amplos do campo patriota, e convocaram mobilizações próprias, cujo eixo era centrado na intervenção militar. Nesse

ínterim, pequenas ações foram organizadas constantemente pela Pesadelo, em diversos estados. Em maio de 2018, estourou a greve dos caminhoneiros, cujo impacto foi sentido em todo o país, e, com ela, a pauta da retomada dos militares ao poder ganhou força surpreendente. Entretanto, no segundo semestre daquele ano não foi identificado nenhum protesto com pedidos de intervenção militar, denotando o foco total do movimento intervencionista na campanha eleitoral em curso.

Nessa fase, além do envolvimento com a campanha eleitoral, a Pesadelo passou a buscar espaços em veículos de comunicação, frequentar solenidades no Clube Militar, e recebeu a Medalha Marechal Castello Branco, da Associação Campineira de Oficiais da Reserva do Exército. Por sua vez, a Revista Sociedade Militar, cujo editor declarou acompanhar grupos intervencionistas desde 2014, afirmava que tais atores deixaram a pauta em segundo plano, para apoiar a coligação do “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Nota-se, afinal, como as estratégias dos movimentos sociais variam em suas prioridades, conforme as conjunturas, com maior ou menor aproximação com os espaços representativo e estatal.

O investimento desses ativistas na campanha eleitoral de 2018 foi consequência de uma aproximação sólida entre suas ações e visões de mundo e os candidatos que disputavam o pleito presidencial em oposição ao PT: os militares reformados Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão. Bolsonaro ao longo de toda a sua trajetória foi um árduo defensor da memória de 1964, realizando ampla oposição à Comissão Nacional da Verdade, e dedicando seu voto no *impeachment* de Dilma Rousseff ao torturador Carlos Brilhante Ustra. Este também foi homenageado por um destacamento militar sob comando do General Hamilton Mourão, que defendia a memória do Regime. Outrossim, ambos defendiam a possibilidade de novas intervenções militares, se apresentadas as condições de instabilidade que justificassem um retorno das Forças Armadas ao poder. A escolha do *slogan* da campanha foi bastante simbólica, pois dialogava diretamente com a trajetória do ativismo do nacionalismo autoritário. A origem do lema é o grupo Centelha Nativista, organizado por paraquedistas que realizaram ações disruptivas durante os governos militares como forma de pressionar pelo endurecimento da ditadura.

A identificação desse ativismo com a chapa de Jair Bolsonaro também se relaciona com a aposta em uma candidatura liderada por membros da corporação militar. A esse respeito,

cabe assinalar a aproximação de setores das Forças Armadas com as movimentações desses grupos. Além da participação como integrantes, em especial os da reserva, nas performances intervencionistas nos protestos, é bastante significativa a defesa de comandantes de uma nova intervenção militar, em caso de desordem política que justificasse a medida. O maior defensor público dessa hipótese no período estudado foi o General Hamilton Mourão. Ademais, nas edições da Revista do Clube Militar, diversos integrantes do corpo castrense enalteciam o golpe de 1964, com o argumento que a “ameaça comunista” do período justificaria e legitimaria a tomada do poder. Esta organização foi identificada como um *broker* (LAVALLE; VON BÜLLOW, 2014), atuando como intermediadora e divulgadora das ideias que circulavam entre os membros da corporação e a mobilização das ruas. Anos depois, em 2021, o Ministro do Gabinete Institucional (GSI) da presidência, General da reserva Augusto Heleno, também defendeu a possibilidade de uma intervenção baseada no artigo 142 da Constituição Federal²⁸⁸.

As conclusões desta tese permitem questionar a ideia da “nova direita”. Rocha, Solano e Medeiros (2021) analisaram a ascensão do conservadorismo da “nova direita” como surgindo em torno de 2006, pela ação de intelectuais liberais e internautas nas redes sociais, e que teria conformado uma rede unificada pela oposição ao governo a partir do resultado eleitoral de 2014. Os autores inserem os defensores da intervenção militar junto com os “ultraliberais” na formação dessa nova configuração dos movimentos sociais. No entanto, conforme procurou-se demonstrar, esse ativismo é antigo na história do Brasil e se insere em um processo mais amplo de fortalecimento de lideranças conservadoras. A fundação da UND é de 1993, e da Pesadelo em 2007. O que aconteceu no período contemporâneo foi o crescimento, em influência e composição, de um movimento intervencionista já existente.

É notório o uso que os manifestantes fazem da internet como forma de organização coletiva. No entanto, não se trata da expressão de uma novidade dos movimentos sociais, mas uma atualização das técnicas de funcionamento de antigas expressões do nacionalismo autoritário. A participação de intervencionistas no Scuderie Le Cocq, cuja origem foi em 1965 e remonta

²⁸⁸ “Intervenção das Forças Armadas está na Constituição e pode ser usada, diz general Heleno General”. Matéria de 17/08/2021, Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/08/17/intervencao-das-forcas-armadas-esta-na-constituicao-e-pode-ser-usada-diz-general-heleno.ghtml> <Último acesso em 28/12/2022>.

ao embrião dos Esquadrões da Morte (MANSO, 2020), é bastante ilustrativa dessa longevidade.

Por conseguinte, o presente estudo seguiu na linha defendida por Silva (2018, p. 9) que aponta que aqueles que protagonizaram as mobilizações entre 2015 e 2016 foram semeados ainda durante os governos Lula (PT). Eles se organizaram na ação contenciosa pela denúncia da corrupção no episódio do Mensalão, especialmente a partir de 2007, mantendo estruturas organizativas que consolidariam sua expansão durante a crise do governo Dilma, anos depois. No caso dos intervencionistas, as referências são anteriores a esse período, mas nas gestões do PT puderam se alastrar de forma exponencial, sendo a fundação da Pesadelo registrada no ano estudado por Silva como de resgate do conservadorismo no confronto político.

Procurou-se mostrar aqui que esses atores se filiam a uma antiga vertente política nacional, cujas atuações e associações remontam às décadas anteriores e se firmam em experiências de longo prazo. Aqueles que se mantinham ativos mesmo no momento de refluxo souberam aproveitar as oportunidades da crise política do quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores para expandir e consolidar a pauta da intervenção militar. Desabrocharam no rastro das raízes profundas do autoritarismo nacional, e renovaram o intervencionismo como uma manifestação relevante dos movimentos sociais conservadores do Brasil. No total do período analisado, foram listados 115 eventos de protestos com a presença de intervencionistas, registrados pelo G1, entre 07/09/2011 e 31/03/2019, dos quais cinco defendiam a ditadura de 1964 e os outros 110 com pedidos atuais de tutela das Forças Armadas.

Após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, as mobilizações intervencionistas não se encerraram. Ocorreram, ainda, diversos protestos organizados por aqueles que pediam socorro aos militares e intervenção “com Bolsonaro no poder”. As manifestações seguem até hoje, no momento da escrita desta tese, com o desenrolar de acampamentos em frente a quartéis de diversos estados, na recusa do resultado eleitoral, e a chocante invasão e depredação do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal, no dia 08 de janeiro de 2023. Após anos de adormecimento desse tipo de ativismo, durante a abertura democrática, é notório como esse setor readquiriu relevância no cenário político nacional. Esta tese visou contribuir para o entendimento de como se chegou até aqui.

PROTOCOLO DE CODIFICAÇÃO

BANCO DE EVENTOS INTERVENCIONISTAS

Nos últimos anos no Brasil é possível identificar a ocorrência sistemática de ativistas em protestos reivindicando a intervenção militar no governo federal. Esses pedidos são vistos de forma recorrente em manifestações, com maior intensidade em momentos de maior mobilização conservadora no país. Dessa forma, diante da ampliação da ação contenciosa nos últimos anos, ocorreu no período entre 2015 e 2016 um protagonismo nas ruas por grupos cujas lideranças se reivindicavam como conservadoras, à direita do governo no poder, e pediam o *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT). Neste processo, houve o crescimento de grupos intervencionistas no país, com a ascensão ao poder de um representante que levou para dentro da institucionalidade a defesa do último período ditatorial nacional e o apoio a ativistas que pediam intervenção militar.

Esta tese busca contribuir com o debate sociológico do processo político nacional e o crescimento de grupos conservadores em processos recentes marcados pelo confronto político (SILVA, 2018). Para isso, foi utilizado o instrumental teórico da Teoria do Confronto Político (TARROW; TILLY; MCADAM, 2001; ALONSO, 2009), em diálogo com autores que refletem sobre os enquadramentos interpretativos e seu uso na análise de movimentos sociais (FERNANDES, 2018; PEREIRA, 2014; JHONSTON; ALIM, 2012; TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020). A pergunta que guiou este trabalho é como ocorreu o crescimento do intervencionismo militar no Brasil contemporâneo (2011 – 2019).

A pesquisa foi baseada na coleta de dados de forma sistemática na imprensa, conforme experiência desenvolvida pela Análise de Eventos de Protestos (TILLY; TARROW; MCADAM; 2001; HUTTER, 2014). Segundo a Teoria do Confronto Político, a definição de evento consiste em “interações visivelmente coerentes entre desafiantes e seus oponentes, com terceiros, incluindo a mídia, envolvidos em papéis secundários, mas frequentemente cruciais” (TILLY; TARROW; MCADAM; 2001, p. 56). Os eventos de protesto seriam um tipo específico, cujos acontecimentos baseiam-se na ação confrontacional, com reivindicações às autoridades por meio de demonstrações públicas, recorrendo a formas herdadas de ação coletiva (repertório) e suas reinvenções. Esses eventos se desenrolam entremeados por alianças ou oposições com membros institucionais e por meio do

aproveitamento das oportunidades existentes do regime político, e criação de novas, em uma combinação de rotinas institucional e extrainstitucional para avançar nas reivindicações.

A perspectiva utilizada apresenta como objetivo a associação do levantamento da presente tese com os dados já existentes no Banco de Eventos de Protestos do Cebrap (BEP-CEBRAP), sob coordenação da pesquisadora Angela Alonso, e a sua devida ampliação. O BEP é baseado na Análise de Eventos de Protesto (AEP), metodologia desenvolvida a partir do modelo de Tilly para coleta de informações de protestos em jornais (TILLY; TARROW; MCADAM, 2001). A AEP opera o levantamento sistemático de evidências empíricas sobre ciclos de protestos e repertórios de confronto, excluindo-se: eventos puramente individuais; atos coletivos de caráter exclusivamente disruptivo (como atos de criminalidade comum) ou lúdico sem reivindicações; eventos políticos rotineiros não contestatórios (como encontros de ativistas); ações convencionais envolvendo ativistas (como reuniões, convenções, encontros); e, por fim, protestos exclusivamente virtuais, sem qualquer tipo de manifestação em espaços físicos públicos.

Segundo Hutter (2014, p. 3), essa forma de coleta de dados foi iniciada no final dos anos de 1960, com o Manual para Assuntos Sociais e Políticos Indicadores I e II de Russett et al. (1967), seguido pelas publicações de Charles Tilly no início de 1970, também considerado pelo autor como um dos fundadores do método. Devido à sua capacidade de possibilitar consistência nas análises de movimentos sociais, com a aferição de dados a partir de coletas sistemáticas, e viabilização de estudos comparativos, a AEP ganhou força, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990. Charles Tilly, Sidney Tarrow, Donatella Della Porta, são algumas de suas referências internacionais, bem como Angela Alonso na literatura nacional e de produção contemporânea.

Hutter (2014, p. 2) analisa como o seu uso se tornou diverso, com diferentes aplicações ao longo das décadas e a partir das diferentes incorporações nas pesquisas iniciadas. No entanto, o autor afirma algumas das características básicas que o definem, sendo um tipo de análise de conteúdo quantitativa, podendo ser desenvolvida em combinação com a análise qualitativa; com a transformação de palavras em números; com a possibilidade do mapeamento das ocorrências e características da ação contenciosa em diferentes contextos; e sendo intrinsecamente ligada à abordagem do processo político (HUTTER, 2014, p. 2).

O período levantado na pesquisa foi de 07 de setembro de 2011 a 31 de março de 2019. Esse intervalo consiste no momento anterior da aprovação da Lei 12.528/2011, que daria origem a Comissão Nacional da Verdade, em 18 de novembro de 2011. Como o 7 de setembro, dia da Independência comemorado com um desfile militar, é uma efeméride que mobiliza as temáticas do pensamento castrense nacional, foi considerado um ponto de partida por onde a pesquisa se iniciaria, observando a partir de então a ocorrência dos intervencionistas nos protestos do país. A busca se encerrou em março de 2019, momento em que Bolsonaro (PSL) fecharia seu primeiro trimestre de gestão com a consolidação da comemoração do golpe de 1964 pelo governo.

Desse modo, a presente tese analisou as oportunidades políticas identificadas pelos ativistas intervencionistas para o crescimento de suas reivindicações ao longo de um período marcado pela crise política nacional, com os eventos coletados no Banco como a base dessa análise do conflito em curso. A pesquisa contribui na identificação desse tipo de ativismo conservador na contemporaneidade, em um intervalo marcado pela intensa ação contenciosa. Com grande presença nas ruas a partir de 2015, em manifestações de oposição ao governo Dilma Rousseff, o processo político culminou na queda do governo que instaurou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), na apuração dos governos militares iniciados pela intervenção ocorrida em 1964, considerada por esses atores como um “revanchismo” contra as Forças Armadas. O afastamento da presidente foi seguido pelo estabelecimento no poder de alguém cuja origem política remete diretamente ao orgulho do último regime autoritário do país, o capitão da reserva Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, em 2018).

1. Procedimentos e etapas da coleta de dados

Como fonte empírica, foi selecionado o jornal G1, por meio do acesso ao seu repositório virtual, escolhido devido à sua abrangência nacional e sua cobertura online, com redações regionais, garantindo uma ampla cobertura dos protestos no país. Foram utilizados também, de forma auxiliar, os meios de comunicação dos próprios grupos intervencionistas; bem como outros veículos de imprensa para a busca de fatos específicos; e como material de apoio realizou-se a coleta de depoimentos com lideranças intervencionistas: José Geraldo Quartim Barbosa, liderança da União Nacionalista Democrática (UND); David Salomão, vereador de Vitória da Conquista, na Bahia, que contratou um outdoor com pedido de intervenção, contra

o qual houve protestos na cidade, em 2017; e Piero Pagni, realizador de um evento de Marcha da Família em São Paulo, em 2014.

A respeito da referência ao intervencionismo militar, a palavra foi incorporada na pesquisa para classificar o ativismo que reivindica da intervenção das Forças Armadas no governo federal, sendo utilizada pelos seus próprios agentes. Esse uso pôde ser verificado em distintos momentos do período analisado, tais como: na assinatura de faixa afixada em carro de som com pedidos de intervenção, com a página de Facebook “Intervencionismo constitucional”, em Brasília, em 15/03/2015²⁸⁹; como assinatura “Grupo Intervencionista Militar”, em meio a pedidos de intervenção em protesto em Aracajú, em 12/04/2015²⁹⁰; na assinatura “Intervencionistas S.O.S”, por grupo que pedia intervenção em São Paulo, em 12/04/2015²⁹¹, e na greve dos caminhoneiros em 28/05/2018, conforme pode ser verificado na cobertura jornalística:

O presidente da Associação Brasileira do Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, afirmou nesta segunda-feira (28) em Brasília que, depois de terem as reivindicações atendidas pelo governo, os caminhoneiros querem voltar ao trabalho, mas estão sendo impedidos por "intervencionistas" que, segundo ele, "querem derrubar o governo"²⁹².

O exercício da coleta ocorreu por meio das seguintes etapas, que serão descritas a seguir: (1) Busca das palavras chave selecionadas (Forças Armadas, Militar/es, Protesto/s) no repositório virtual do G1; (2) seleção dos artigos e vídeos que apresentavam algum indício de pedido de intervenção militar ou que fosse marcada pelo repertório patriota; (3) leitura da matéria, com visualização das fotos do protesto em questão, ou visualização do vídeo, com identificação daqueles com pedidos de intervenção militar entre suas reivindicação; (4) divisão dos eventos intervencionistas, ou daqueles em oposição a esta pauta, divididos em

²⁸⁹ Banco. “Pedido de intervenção militar em Brasília”. Matéria de 15/03/2015, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/videos/v/pedido-de-intervencao-militar-em-brasilia/4036462/> <Último acesso em 22/06/2022>

²⁹⁰ Banco. “Manifestação contra o governo reúne multidão em bairro nobre de Aracaju”. Matéria de 12/04/2015, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/04/manifestacao-contrao-governo-reune-multidao-em-bairro-nobre-de-aracaju.html> <Último acesso em 22/06/2022>

²⁹¹ Banco. “Milhares voltam a protestar contra o governo Dilma em São Paulo”. Matéria de 12/04/2015, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/milhares-voltam-protestar-contrao-governo-dilma-em-sao-paulo.html> <Último acesso em 22/06/2022>

²⁹² Banco. “Líder diz que caminhoneiros querem voltar ao trabalho, mas 'intervencionistas' que buscam 'derrubar o governo' não deixam”. Matéria de 28/05/2018. <https://g1.globo.com/politica/noticia/lider-diz-que-caminhoneiros-querem-voltar-ao-trabalho-mas-intervencionistas-que-buscam-derrubar-o-governo-nao-deixam.ghtml> <Último acesso em 22/06/2022>

“evento de protesto”, “ato institucional”, ou “Debate/produção ou exposição artística ou científica”; (5) codificação dos eventos de protesto selecionados.

1.1 Busca das palavras-chave

De modo a identificar os eventos intervencionistas, a pesquisa no canal do G1 se baseou na busca das reportagens com as palavras-chave “Militar/es”, “Forças Armadas”, “Protesto/s”. Assim, foi possível verificar toda a cobertura que abrangia o tema dos militares e das Forças Armadas, as duas palavras usadas para pedir intervenção militar pelo ativismo aqui analisado. Foram testadas também buscas como “intervencionismo”, “intervencionistas” e “intervenção”, mas notou-se que essas palavras quando usadas para o contexto em questão vinham sempre associadas ao termo “militar”.

Assim, por se tratar de um tipo de reivindicação muito circunscrito, os termos “Militar/es” e “Forças Armadas” já cobririam as matérias com a abordagem dos pedidos de intervenção no país. No entanto, ao longo do levantamento foi possível perceber que por ser um tema pouco tratado pela mídia nacional, como algo marginal no debate público, muitas vezes havia esse pedido nas manifestações, mas sem a sua respectiva abordagem pelo G1. Desse modo, foi escolhido de forma complementar também a palavra “Protesto”, com a verificação daqueles que usavam o repertório patriota para identificação de ativismo intervencionista.

Seria possível utilizar sinônimos para uma varredura mais completa dessas ocorrências, como “manifestação”, “demonstração”, “conflito”, “baderna”, “mobilização” ou outras palavras que remetam à narração da ação contenciosa. No entanto, pelo limite de tempo disponível para a coleta de dados, por se tratar de uma pesquisa individual com o levantamento de dados de aproximadamente 9 anos da política nacional, e por essa percepção da ausência de cobertura ocorrer ao longo do curso do levantamento, foi uma opção tratar apenas do termo “protesto/s”. Isso devido a ser uma palavra de uso comum para se referir a esse tipo de ação política, sendo uma forma de capturar os principais eventos com uso do repertório patriota para posterior checagem se ali havia pedidos de intervenção militar.

1.2 Seleção de matérias e identificação dos pedidos de intervenção militar

Em diversos vídeos e fotos dos protestos cobertos pelo G1 com o uso do repertório patriota,

foi possível identificar a presença de pedidos de intervenção militar, ainda que as legendas e textos da matéria não tratassem do tema. Essas matérias foram, então, identificadas e selecionadas para codificação.

A questão do viés das notícias dos jornais é fartamente abordada por aqueles que usam a Análise de Eventos de Protestos. Afinal, nesta forma de coleta de dados o uso da imprensa é uma das principais bases, por se tratar de uma fonte de fácil acesso, confiabilidade, continuidade ao longo do tempo e facilidade de codificação (HUTTER, 2014, p. 16). Dentre as dificuldades no uso desse material, Hutter destaca que os veículos se debruçam sobre fatos que corroboram com sua linha editorial, ou sobre eventos com maior repercussão devido ao seu tamanho ou disruptividade (2014, p. 18). Desse modo, nota-se que a pauta da intervenção militar se encontra fora do “ciclo de atenção” do G1 e principais meios de comunicação do país. Apesar disso, a escolha desse veículo se manteve válida pela sua cobertura nacional e redações locais, o que permite uma vasta e sistemática cobertura da ação contenciosa do país.

Ademais, a utilização de fontes auxiliares, como a realização das entrevistas com lideranças intervencionistas, e busca de informações complementares em outros veículos, de imprensa e de comunicação dos grupos analisados, foi fundamental para a reunião das informações presentes nesta tese e a possibilidade de identificar as relações entre as ações políticas estudadas no período.

Cabe assinalar que após a concretização do *impeachment*, foi identificado um escasseamento de informações no G1 sobre os ativistas intervencionistas. Diante disso, manteve-se a fonte para a finalização da coleta até 2019, mas foi utilizado de forma complementar na pesquisa os conteúdos publicados no endereço eletrônico do grupo intervencionista O Pesadelo de Qualquer Política. Assim, ainda que o Banco permaneça restrito às matérias do G1, o estudo realizado utilizou informações também dos atores estudados, como um material auxiliar.

É o caso da greve dos caminhoneiros, processo sobre o qual não existe quase nenhuma informação no G1 a respeito daqueles que pediam intervenção militar. De todos os dados coletados, apenas no protesto de 24 de maio, no Rio de Janeiro, foi identificado o caminhoneiro que fazia essa reivindicação, o autônomo Victor da Silva Damasio. No entanto, ele não se apresenta como uma liderança do movimento. Além de não registrar os

organizadores das ações que pediam a retomada dos militares, as matérias sobre a greve muitas vezes não mencionavam a existência dos pedidos, tendo sido executado nesta pesquisa um trabalho de análise de todo o material da greve no veículo, em busca de faixas, cartazes ou adesivos com pedidos de intervenção. Nota-se, portanto, um subregistro da ação dos intervencionistas, seja pela decisão de não querer visibilizar essa frente de luta, seja pela noção de que seria pouco expressiva frente ao movimento geral que paralisara o Brasil, e por isso a utilização dos depoimentos e dos canais dos atores estudados como material complementar foi fundamental para o estudo elaborado.

Alguns exemplos nos quais foi possível identificar a presença de pedidos de intervenção militar, ainda que sem a menção do veículo estudado:



São Paulo/SP, 16/08/2015. Legenda: São Paulo – Multidão participa de protesto contra a presidente Dilma Rousseff na Avenida Paulista. Marcelo Camargo/Agência Brasil²⁹³.

²⁹³ Banco. “FOTOS: manifestações deste domingo (16)”. Matéria de 16/08/2015, G1. <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/08/fotos-manifestacoes-deste-domingo-16.html#F1738609> <Último acesso em 19/01/2023>.



Campo Grande/MS, 07/09/2015. Título: Famílias ‘madrugam’ para assistir desfile cívico em Campo Grande²⁹⁴.



Salvador/BA, 13/12/2015. Legenda: Manifestantes a favor do impeachment de Dilma no Farol da Barra, em Salvador (Foto: Juliana Almirante/G1)²⁹⁵.

²⁹⁴ Banco. “Famílias ‘madrugam’ para assistir desfile cívico em Campo Grande”. Matéria de 07/09/2015, G1. <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/09/familias-madrugam-para-assistir-desfile-civico-em-campo-grande.html> <Último acesso em 19/01/2023>.

²⁹⁵ Banco. “Grupo protesta e pede impeachment da presidente Dilma em Salvador”. Matéria de 13/12/2015,



Vila Velha/ES, 13/03/2016. Título: Drone registra milhares em protesto contra Dilma em Vitória e Vila Velha²⁹⁶.



Chapecó/SC, 27/05/2018. Legenda: Protesto dos caminhoneiros em SC chega ao 7º dia com manifestações²⁹⁷.

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/12/grupo-protesta-e-pede-impeachment-da-presidente-dilma-em-salvador.html> <Último acesso em 19/01/2023>.

²⁹⁶ Banco. “Drone registra milhares em protesto contra Dilma em Vitória e Vila Velha”. Matéria de 14/03/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/drone-registra-milhares-em-protesto-contradilma-em-vitoria-e-vila-velha.html> <Último acesso em 19/01/2023>.

²⁹⁷ Banco. “Protesto dos caminhoneiros em SC chega ao 7º dia com manifestações”. Matéria de 27/05/2018, G1. <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/protesto-dos-caminhoneiros-em-sc-chega-ao-7o-dia-com-manifestacoes.ghtml> <Último acesso em 19/01/2023>.



Belém/PA, 13/03/2016. Legenda: BELÉM (PA): Grupo de manifestantes cartaz contra corrupção Alexandre Nascimento/ G1²⁹⁸.

1.3 Classificação dos eventos

Na construção do Banco foram catalogados os “Eventos de Protesto”. Além desses, foi realizado um levantamento em separado com outros eventos no período que tratavam da intervenção militar: os “Atos institucionais”, como declarações públicas de representantes estatais ou ações de órgãos e entidades em torno do tema da intervenção, no passado ou no presente; bem como “Debate/produção ou exposição artística ou científica”. Foi decidido manter essas outras formas de eventos em uma coleta à parte como forma de analisar a interação entre as ruas e as ações institucionais, a partir da perspectiva relacional e processual defendida pela TCP.

Cada evento de protesto é aqui utilizado em sua unicidade em sua constituição de uma ação coletiva contínua, sem intervalos, e estar localizado em uma mesma cidade, ou parte da cidade, e com participantes cujos objetivos compõem um mesmo conjunto (HUTTER, 2014, p. 14). No caso dos eventos identificados, em alguns momentos existia a interação de

²⁹⁸ Banco. “Manifestações deste domingo (13) pelo Brasil; FOTOS”. Matéria de 13/03/2016, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/fotos/2016/03/veja-imagens-das-manifestacoes-deste-domingo-13-pelo-brasil-fotos.html#F1969883> <Último acesso em 19/01/2023>.

públicos de iniciativas distintas em um mesmo lugar, como uma ação institucional na qual existia um lado favorável e um contrário em protesto²⁹⁹. Seguindo a orientação aqui adotada da unicidade de cada convocação, cada um desses casos foi considerado um evento distinto.

Foram listados 115 eventos de protestos com a presença de intervencionistas, registrados pelo G1, entre 07/09/2011 e 31/03/2019 – sendo este o universo do Banco de Eventos Intervencionistas. Por sua vez, na cobertura ampliada, com todos os eventos mapeados, foram um total de 333 listados que se relacionavam com o tema da intervenção militar (contrários ou favoráveis, sobre a intervenção hoje ou sobre a defesa da memória das intervenções ocorridas no Brasil, especificamente a de 1964), entre protestos, atos institucionais ou eventos culturais ou científicos. Desses, 169 consistiam em eventos de protesto, dos quais 54 com eixos contrários à intervenção, enquanto 115 eram do ativismo favorável à intervenção, sendo 5 especificamente sobre a defesa da ditadura de 1964 e os outros 110 com pedidos atuais de tutela militar. Essa coleta viabilizou uma análise do processo político para análise do crescimento do intervencionismo mais uma vez na ação confrontacional brasileira.

Importante ressaltar, por fim, que a classificação de Eventos de Protesto aqui utilizada trata apenas dos protestos com participação física, não contabilizando ações políticas em ambiente virtual. A classificação adotada de unicidade, coletividade (com mais de duas pessoas presentes) e presença física estão em alinhamento com o protocolo do Banco de Eventos de Protesto, sob coordenação de Angela Maria Alonso.

Abaixo-assinados não foram registrados como eventos de protesto quando circularam apenas eletronicamente. No entanto, se o ato foi realizado em um local físico para a coleta de assinaturas, ou atividades tipo panfletagem, de forma coletiva, foram levados em consideração. Depredações, manifestações por escrito (em cartazes e faixas afixados em

²⁹⁹ Foi o caso da sessão solene na Câmara dos Deputados Federais sobre os 50 anos da intervenção militar de 1964, na qual havia manifestantes favoráveis e contrários ao evento. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/camara-suspende-sessao-sobre-golpe-militar-apos-confusao.html> <Último acesso em 19/01/2023> Também foi o caso do ato institucional do vereador de Vitória da Conquista (Bahia) David Salomão (PTC) no qual ele contratou um outdoor na cidade com um pedido de intervenção militar, com a ocorrência de um protesto contra a iniciativa, sendo considerados no Banco dois eventos distintos, em correlação. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/estudantes-da-ba-rasgam-outdoor-de-vereador-que-defende-intervencao-militar-no-brasil-e-politico-rebate-criminosos.ghtml> <Último acesso em 19/01/2023>.

locais públicos) e instalações artísticas foram consideradas quando utilizadas por duas ou mais pessoas.

1.4 Codificação dos eventos identificados

.Variáveis descritivas

São aquelas registradas conforme a informação presente na notícia.

a) Identificação do evento

ID

- Numeração que identifica o evento.

DATA

- Registrar dia, mês e ano do evento.

CIDADE

- Registrar a cidade em que ocorreu o evento.

UNIDADE FEDERATIVA (UF)

- Registrar a Unidade Federativa em que ocorreu o evento.

LOCAL

- Registrar o local em que o evento ocorreu (ruas, avenidas, rodovias, prédios públicos etc), da forma como aparece no texto da matéria.

b) Participantes

ATORES

- Preencher com o nome dos atores identificados na matéria, seguido da instituição ou grupo ao qual pertence, se houver, com a sigla entre parênteses. Foi catalogado um

ator por coluna. Se houver alguma especificação da sua identidade, ela é identificada após o nome seguido de vírgula. Exemplo:

- Navi Pillay - Alta comissária dos Direitos Humanos da ONU

- União Nacional dos Estudantes (UNE)

- Militar aposentado José Vargas Jimenez, conhecido como "Chico Dólar"

- Quando houver indicação de que se trata de ator coletivo (caso de menções a grupos no plural: “estudantes”, “moradores”, etc), mas não houver informação sobre seu nome preciso, registrar como aparece no veículo
- No caso de integrantes das Forças Armadas ou representantes ocupando cargos eletivos, a respectiva função deve vir antes do nome. Exemplo:

- Rodrigo Neves - Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro

- Capitão Jônathas de Barros Nunes

NMANIF

- Preencher com o maior número de manifestantes registrado na notícia, dividido de acordo com o tipo de fonte, seja a declaração da polícia (Nmanif_policia); imprensa (Nmanif_imprensa); ou pelos próprios manifestantes (Nmanif_manifestantes).

c) Ação

CONFLITO

- Preencher com FALSE, no caso da ausência de conflito, ou TRUE, para presença de conflito físico explícito no evento. Os conflitos foram divididos entre os agentes envolvidos, havendo uma coluna referente ao conflito entre manifestantes (C_manif_manif), conflito entre manifestantes e a polícia (C_manif_policia), conflito entre manifestantes e jornalistas (C_manif_jornalistas), conflito entre manifestantes

e cidadãos (C_manif_cidadãos), conflito entre polícia e jornalistas (C_policia_jornalista), conflito entre polícia e cidadãos (C_policia_cidadãos).

PRESOS

- Preencher com FALSE ou a quantidade de ocorrências de prisões no evento.

MORTOS

- Preencher com FALSE ou a quantidade de ocorrências de mortos no evento.

TÁTICAS

- Preencher o tipo de ação realizada (Exemplo: ação judicial, ação parlamentar, protesto, protesto e acampamento, protesto e pixação, etc)

d) Reivindicações e performances

SLOGANS

- Registrar os slogans dos manifestantes no evento, conforme aparecem na notícia.

INSTRUMENTOS DE PERFORMANCE

- Registrar os instrumentos utilizados pelos manifestantes em suas performances, como bandeiras, faixas, cartazes, tinta no rosto, entre outros, conforme aparecem na notícia.

e) Referência

TÍTULO

- Registrar título da notícia de referência daquele evento, no caso de mais de uma matéria registrar o título da mais completa com a narração dos fatos em questão.

FONTES

- Registrar link da notícia da qual as informações foram retiradas, podendo ser mais de uma matéria por evento.

II. Variáveis analíticas

São aquelas registradas a partir de análise preliminar de informação de variáveis descritivas.

f) Identificação do evento

TIPO DE EVENTO

- Registrar como EVENTO DE PROTESTO; ATO INSTITUCIONAL; ou DEBATE/PRODUÇÃO OU EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA OU CIENTÍFICA.

g) Pautas e Tipologia de temas

TRECHO

- Seleção de trecho da reportagem com os principais elementos narrados pela pesquisa com relação ao tema da intervenção militar.

POSIÇÃO

- Registrar se o agente é A FAVOR DA DITADURA (de 1964), CONTRA A DITADURA (de 1964), A FAVOR DA INTERVENÇÃO MILITAR (no presente), CONTRA A INTERVENÇÃO MILITAR (no presente), ou OUTROS.

MACROTEMAS

- Classificar os macrotemas, de acordo com as categorias: DEFESA DA MEMÓRIA, OPOSIÇÃO À DILMA ROUSSEFF/PT, PATRIOTISMO, PREVISÃO CONSTITUCIONAL, ANTICOMUNISMO, ou OUTROS.

Bibliografia

ABBOTT, Owen. *The self, relational sociology, and morality in practice*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, vol. 13, nº 28, p. 52-84, 2011.

ALMEIDA, Alexandre de. *Música Skinhead White Power brasileira: guia de referência*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2017.

_____. Nem vermelho, nem racista: os skinzines integralistas. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte Simões (Eds.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*, p 399-427. São Paulo: Sob Medida, 2012.

ALONSO, Angela. A política das ruas: Protesto em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, Edição especial, p. 49-58, junho de 2017.

_____. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, nº 76, p. 49-86, 2009.

_____. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 3, p. 133-160, 2010.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia&Antropologia*, Rio de Janeiro, p. 21-41, junho, 2012.

_____; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in Brazil's new protest wave. *Bulletin of Latin American Research*, 2017.

AMENTA, E.; CAREN, N.; CHIARELLO, E.; SU, Y. The political consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, vol. 36, p. 287–307, 2010.

ANGELO, Vitor de. Nostalgia de los militares: las peticiones de la vuelta al poder de las Fuerzas Armadas en Brasil. *Revista De Estudios Brasileños*, Nº 5, 93-105, 2018.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. In: *OSAL: Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clascso), ano XIV, nº 34, p. 37-48, nov. 2013.

ARAÚJO, Alexandre Garcia; DIAS, José Alves. Ditadura e Democracia: o impacto da conciliação sobre as memórias e a constituição da Justiça de Transição no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 38,p. 121-139, ago. 2018.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise de 2013-2018.

Novos Estudos, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Memórias do esquecimento: A construção de um olhar humanitário sobre a ditadura no Brasil. In: TELES, Edson e QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BANDEIRA, Clóvis Purper. “Mensagem aos Novos Camaradas”. *Revista do Clube Militar*. Nº 452, p. 5, 2014.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

BENETTI, Pedro Rolo; CATEB, Caio; FRANCO, Paula; OSLO, Carla. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte. *Mural Internacional*, v. 11, p. 1-20, nov. 2020. ISSN 2177-7314.

BOSCHI, Renato. *A arte da Associação: Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. In: OSAL *Observatório Social da América Latina*, novembro, 2013.

BRAGA, Pedro Luiz de Araújo Braga. “À Guisa de Introdução”. *Revista do Clube Militar*, nº 452, p. 7, 2014.

BRANDÃO, Silvia. Da ditadura ao tempo presente: As máquinas de memória e seus efeitos contemporâneos. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. Constituição Federal de 1934.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

_____. Define crimes contra a ordem política e social. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

_____. Estatuto dos Militares. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

_____. Lei de Anistia. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro 1995.

_____. Lei de Segurança Nacional. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.

_____. Regulamento Disciplinar do Exército (R-4). Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de

2002.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. As Jornadas de Junho em perspectiva global. *NETSAL - IESP/UERJ*, dez. 2013.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Movimentos Sociais e Democracia: Os dois lados das “fronteiras”. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 21., nº 54, p. 457-475, 2008.

BRITO, Priscilla Caroline de Sousa Brito. *Primavera das Mulheres: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, 47-64. 2014.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Nosso nome é Enéas!”: *Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre/RS, 2016.

CARAPANÃ, A Nova Direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial, p. 32-40, 2018.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. *Lua Nova*, São Paulo, nº 84, p. 353-364, 2011.

CASALI, Claudio Tavares. Brasil, acima de tudo. PQDT – Brigada de Infantaria Paraquedista, 46.363 – 88/1, parte I. *Histórias de paraquedistas*, 2015. Disponível em http://www.cipqdt.eb.mil.br/download/trabalhos_cientificos/o_brado_brasil_acima_de_tudo.pdf <Último acesso em 09/08/2022>.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial, p. 41-46, 2018.

CASTRO, Celso (Org.). *General Villas Bôas: Conversas com o comandante*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2021.

CAVALCANTE Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 177-195, 2015.

CAVALCANTI, C. R. da S.; AZEVEDO, N P. G. de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”. *Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, jan.-abr. 2022.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Orgs.). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

CLUBE MILITAR, *31 de março de 1964 – A Verdade*. Edição Especial, nº 452. Rio de Janeiro, 2014.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 271-302, 2004.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDE, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 115-144, 2015.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos da Violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil*. São Paulo: Imesp, 2009.

COSTA, Renato Cesar Tibau. “Palavra do Presidente do Clube Militar”. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, p. 2, 2014.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. Comissão Nacional da Verdade: Impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonaroismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

DA SILVA RODRIGUES, Fernando; BESERRA DE VASCONCELOS, Cláudio. Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do “31 de março de 1964”. *História Unisinos*, vol. 18, nº 3. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 514-528, set.-dez. 2014.

DELLA PORTA, Donatella. *Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest*. European University Institution, 1995.

DOBRY, Michel. *Sociologia das crises políticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

EUZÉBIOS FILHO, Antonio. A crise de representatividade em dois tempos no Brasil atual: um olhar sobre a greve dos garis e dos caminhoneiros. *Psicologia Política*, vol. 19, nº 45, pp. 186-201, mai.-ago. 2019.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 145-162, 2015.

FARIAS, M. A. S.; WISSMANN, D. M; BAUER, M. A. L. Já pinteí no para-choque o nome dela: análise das manifestações dos caminhoneiros em 2015. *Anais XXII Jornada de pesquisa UNIJUÍ*, Ijuí, 13-25, 2017.

FERNANDES, Eduardo Georjão; TEIXEIRA, Alex Niche. Por um modelo analítico no estudo dos enquadramentos midiáticos a processos de mobilização. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 33, nº 3, set.-dez. 2018.

FILLIEULE, Olivier; JIMÉNEZ, Manuel. Appendix A: The methodology of protest event analysis and the media politics of reporting environmental protest events. In Christopher Rootes (Ed.), *Environmental Protest in Western Europe*, p. 258–279, Oxford University Press, 2003.

FREITAS, Veronica Tavares de. *Quem são os terroristas do Brasil? A Lei Antiterror e a produção política de um inimigo público*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GAMSON, William; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. *Encounters with Unjust Authorities*. Illinois: The Dorsey Press, 1982.

GASPAROTTO, Alessandra; VECHIA, Renato Della; DA SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por Verdade, Memória e Justiça no Brasil. *Espaço Plural*, vol. 13, nº 27, p. 84–95, 2012.

GOBBI, Danniell. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2016.

GOFFMANN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012 [1974].

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr, 2016.

_____. GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAU, Eros. Voto ADPF nº 153. Publicada em 28 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF153.pdf> <Último acesso em 20/01/2023>.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HECK, Marcelo Ariolo. *Espaço público e as manifestações urbanas. O caso de Porto Alegre: Cartografias e Discursos*. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: A Journey to the Heart of Our Political Divide*. New York: New Press, 2016.

HUTTER, S. Protest Event Analysis and Its Offspring. In: DELLA PORTA, D. (org.) *Methodological Practices in Social Movement Research*, Oxford: Oxford University Press, p.335-367, 2014.

JOHNSTON, Hank. A Methodology for Frame Analysis: from discourse to cognitive schemata. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (ed.). *Social Movements and Culture: social movements, protest, and contention*, vol. 4, p. 217-246. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

_____; ALIMI, Eitan. Primary frameworks, keying and the dynamics of contentious politics: the islamization of the Chechen and Palestinian national movements. *Political Studies*, v. 60, p. 603-620, 2012.

_____. Comparative Frame Analyses. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. *Frames of Protest: social movements and the framing perspective*. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, p. 237-260, 2005.

JUNIOR, Noberto Kuhn; SARMANHO, Andréia Poerschke. Do vandalismo ao protesto: análise de conteúdo da cobertura do jornal Zero Hora sobre as manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre. *Revista Humanidades*, vol. 30, nº 2, p. 433-454, jul/dez de 2015.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 49-74, 2015.

LAVALLE, Adrián Gurza; SZWAKO J.. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, Campinas, vol.21 nº 1, p. 157-187, abr. 2015.

LAVALLE, Adrián Gurza; VON BÜLLOW, Marisa. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. *Política & Sociedade*, vol. 13, p. 125-165, 2014.

LEIRNER, Piero C. A Comissão Nacional da Verdade como ponto de inflexão? Um ponto dentro da curva na reação militar. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonaroismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

LENTZ, Rodrigo. *Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. de Brasília, set. 2021.

LIMA, Ana Beatriz de Moraes; OLIVEIRA, Ana Carolina; SANTOS Bruna de Souza; LIMA, Ericles Pereira Soares de Lima. "Brasil, ame-o ou deixe-o: Uma análise das condições de produção". *Revista Ao Pé da Letra*, vol. 22, nº 2, 2020.

LOSEKANN, Cristiana. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir Até o Pedágio Cair! In: Soraia Mendes da Rosa. (Org.). *País mudo não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros da academia*. Brasília: IDP, v. 1, 26-38, 2014.

MADEIRA, Rafael Machado; QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Da "direita envergonhada" às bancadas "evangélica" e "da bala": os caminhos da representação política do conservadorismo no Brasil. *41º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, outubro, 2017.

_____. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p. 486-522, 2018.

MALINI, Fábio et al. #VemPraRua: Narrativas da Revolta brasileira. *Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic)*. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: Dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R.; CHABALGOITY, D.. (Org.). *(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*, vol. 1, p. 12-46. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

MELUCCI, Albert. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista feita por Avritzer, L. e Lyyra, T. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, vol. 40:152-166. CEBRAP, São Paulo, 1994.

MESSEMBERG, Debora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, nº 3, set.-dez., 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo Editorial, p. 15-24, 2018.

MORAES, Reginaldo. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 231-246, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, nº 15, p. 9-44, 2015.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Terra e Paz, 2007.
- PEREIRA, A. W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PEREIRA, Larissa Ramalho. *O campo das manifestações populares: um estudo do movimento dos caminhoneiros*. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: PUCRS, 2021.
- PERRUSO, Marco Antonio. As Jornadas (dês)de Junho de 2013. *38º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, outubro, 2014.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (Orgs). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.
- REZENDE, Patrícia Jimenez. *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. São Paulo, 2016.
- RIBAS, Luis Otávio; OLIVEIRA, Géssica; HAMDAN, Aline. *Os entraves do acesso à justiça na assessoria jurídica das manifestações de 2013 no Rio de Janeiro*. Diké, Ilhéus, v. 16, p. 268-294, 2017.
- ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 261-278, 2015.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. *The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil* New York: Springer, 2021.
- SALLUM, Brasília. Crise política e impeachment. *Novos estudos Cebrap*, Edição 105, Volume 35, nº 2, jul. 2016.
- SANTOS, Clarissa Grahl dos. *Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial militar*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa

de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016.

SANTOS, Patrícia dos. *A atuação dos movimentos sociais durante o processo de impeachment da presidente da República Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados: um estudo de caso da rede social Facebook dos movimentos “Vem Pra Rua Brasil” e “Frente Brasil Popular”*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2016.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal. In: _____. (Org.). *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Luiz Carlos Tomaz *A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas*. Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2012.

_____. *A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército, durante a Era Vargas (1930-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para aprovação no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Marcelo Kunrath. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?. *Lusotopie*, v. 17, nº 1, p. 88-111, 2018.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 213-230, 2015.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n. 97, pp. 23-40, novembro de 2013.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Clarifying the Relationship between Framing and Ideology. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. (orgs.). *Frames of Protest: social movements and the framing perspective*. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, p.205-211, 2005.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Memórias Reveladas: justiça de transição e o sombrio legado da ditadura militar. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, nº 33, pp. 21-44, 2014.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: Da abertura à Nova República*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986. TARROW, Sidney. *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid, Alianza Editorial, 1997.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à

direita no Brasil (2007-2015). In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político Brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 197-212, 2015.

TEIXEIRA, A. N., Fernandes, E. G; SILVA, M. K. Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. *Plural*, nº 27 166-185, 2020.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “Justiça de Transição”. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELES, Janaína. Superando o legado da ditadura brasileira? A Comissão da Verdade brasileiro e os limites do debate político e legislativo no Brasil. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Regimes and repertoires. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, nº 3, p. 133–160, 2012.

_____; TARROW, Sidney; MCADAM, Doug. Para Mapear o Confronto Político. Lua Nova, São Paulo, nº 76, p.11-48, 2009.

_____; TARROW, S., MCADAM, D. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Max Weber, Estudos Políticos - Russia 1905 e 1907*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

TRAVERSO, Enzo. *Las nuevas caras de la derecha: conversaciones con Régis Meyran*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2015.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VENDRAMINI, Eliana. A Anistia brasileira a crimes contra a humanidade e o legado da barbárie do desaparecimento oficial de pessoas. In: TELES, Edson e QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os

evangélicos como fator político. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 163-176, 2015.

ZAVERUCHA, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 107-121, nov. 2005.

Anexo

Grupos intervencionistas identificados no Brasil no período entre setembro de 2011 e março de 2019

Local	Grupo	Liderança
DF	Associação das Mulheres de Militares	Ivone Luzardo
DF	Intervencionismo Constitucional	-
PE	Movimento Direita Pernambuco	Adriano Lins
RJ	Movimento Resistência RJ	Luís Eduardo Oliveira
SP	S.O.S. Forças Armadas - Intervenção Militar	-
SP	Intervencionistas S.O.S	-
SP	S.O.S Forças Armadas	-
SP	Intervenção Militar Constitucional	-
SP	Intervenção Militar Já	-
SE	Grupo Intervencionista Militar	Evalda Oliveira
SE	Juventude Conservadora de Sergipe	Camilo Valentim e Carlos Henrique Sobral Lopes
PE	Estado de Direito	Diego Lagedo
PE	Direita Pernambuco	Nelson Bandeira
SE	Movimento Intervenção e Justiça de Sergipe	Camilo Valentin de Jesus dos Santos (*antes do Juventude Conservadora de Sergipe)
RJ	Foro do Brasil RJ	Toni
DF	Brava Gente	Marta Serrat
BA	Protesto contra Dilma	Adjalbas Pereira
RJ	Voz da Liberdade	Rogério
DF	Os Patriotas	-
RJ	O nióbio é nosso	-
RJ	União Patriótica do Brasil	-
RJ	Scuderie Detetive Le Cocq	Humberto Fittipaldi Filho (Presidente da Scuderie Detetive Le Cocq – Veterano de Polícia do Exército); João Carlos Lobo, (Diretor de Comunicação – Veterano de Polícia do Exército), Alexandre Loureiro (Diretor Administrativo), Alarcón (Diretor Presidente do Conselho Fiscal) e Emílio Alarcón, (Diretor Social)
AM	Comando Amazonas	-
SP	Endireita SP	-
SP/Nacional	Revoltados Online	Marcelo Reis
Região Sul	Cruzada Pela Liberdade	Daniel
Nacional	Ternuma – Terrorismo Nunca Mais	-
Nacional	União Nacionalista Democrática (UND)	José Geraldo Quartim de Moraes
Nacional	O Pesadelo de Qualquer Político	Emílio Alarcon